

15

HISTÓRIA  
RELIGIOSA  
FONTES  
E SUBSÍDIOS

# FORA DO SECRETO

UM CONTRIBUTO PARA O CONHECIMENTO  
DO TRIBUNAL DO SANTO OFÍCIO  
EM ARQUIVOS E BIBLIOTECAS DE PORTUGAL

PEDRO PINTO



FORA  
DO SECRETO

UM CONTRIBUTO PARA O CONHECIMENTO  
DO TRIBUNAL DO SANTO OFÍCIO  
EM ARQUIVOS E BIBLIOTECAS DE PORTUGAL

## HISTÓRIA RELIGIOSA – FONTES E SUBSÍDIOS

### *Volumes publicados*

1. Isabel Morujão – *Contributo para uma Bibliografia Cronológica da Literatura Monástica Feminina Portuguesa dos Séculos XVII e XVIII (Impressos)*  
Lisboa, 1995 – ISBN: 978-972-8361-09-9
3. Pe. Luís de Azevedo Mafra – *Lisboa no Tempo do Cardeal Cerejeira: Um Testemunho*  
Lisboa, 1997 – ISBN: 978-972-8361-11-2
4. Coord. Maria de Lurdes Rosa e Paulo F. Oliveira Fontes – *Arquivística e Arquivos Religiosos: Contributos para uma Reflexão*  
Lisboa, 2000 – ISBN: 978-972-8361-15-0
5. Ana Maria S. A. Rodrigues; João Carlos Taveira Ribeiro; Maria Antonieta Moreira da Costa; Maria Justiniana Pinheiro Maciel – *Os Capitulares Bracarenses (1245-1374): Notícias Biográficas*  
Lisboa, 2005 – ISBN: 978-972-8361-22-8
6. Coord. Maria do Rosário Barbosa Morujão – *Testamenti Ecclesiae Portugaliae (1071-1325)*  
Lisboa, 2010 – ISBN: 978-972-8361-31-0
7. Coord. João Miguel Almeida – *Da Monarquia à República: Cartas Portuguesas de Romolo Murri*  
Lisboa, 2010 – ISBN: 978-972-8361-33-4
8. Carlos A. Moreira Azevedo – *Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho em Portugal (1256-1834): Edição da Coleção de Memórias de Fr. Domingos Vieira, Oesa*  
Lisboa, 2011 – ISBN: 978-972-8361-37-2
9. Coord. João Miguel Almeida e Rita Mendonça Leite – *António Lino Neto: Perfil de uma Intervenção Pública: Antologia de Textos (1894-1940)*  
Lisboa, 2011 – ISBN: 978-972-8361-41-9
10. Ed. Stéphane Boissellier – *La Construction Administrative d'un Royaume Registres de Bénéfices Ecclésiastiques Portugais (XIII-XIVE Siècles)*  
Lisboa, 2012 – ISBN: 978-972-8361-47-1
11. Margarida Sérvulo Correia – *O Caso de Barbacena: um Pároco de Aldeia entre a Monarquia e a República*  
Lisboa, 2013 – ISBN: 978-972-8361-50-1
12. Ed. Carlos A. Moreira Azevedo – *Bibliografia para a História da Igreja em Portugal (1961-2000)*  
Lisboa, 2013 – ISBN: 978-972-8361-56-3
13. Org. Ana Vicente – *Catolicismo em Portugal: Crónicas de Susan Lowndes, correspondente britânica (1948-1992)*  
Lisboa, 2016 – ISBN: 978-972-8361-67-9
14. Ed. Paulo Catarino Lopes – *Memórias de um Fidalgo de Chaves: Um olhar português sobre a Itália do Renascimento*  
Lisboa, 2017 – ISBN: 978-972-8361-78-5
15. Ed. Pedro Pinto – *Fora do Secreto. Um contributo para o conhecimento do Tribunal do Santo Ofício em arquivos e bibliotecas de Portugal*  
Lisboa, 2020 – ISBN: 978-972-8361-92-1

# FORA DO SECRETO

UM CONTRIBUTO PARA O CONHECIMENTO  
DO TRIBUNAL DO SANTO OFÍCIO  
EM ARQUIVOS E BIBLIOTECAS DE PORTUGAL

Edição  
PEDRO PINTO

## **Título**

Fora do Secreto. Um contributo para o conhecimento do Tribunal do Santo Ofício em arquivos e bibliotecas de Portugal

## **Edição literária**

Pedro Pinto

## **Edição**

Centro de Estudos de História Religiosa (CEHR)  
Faculdade de Teologia, Universidade Católica Portuguesa  
Palma de Cima, 1649-023 Lisboa  
secretariado.cehr@ft.lisboa.ucp.pt | www.cehr.ft.lisboa.ucp.pt



**CATOLICA**

CEHR · CENTRO DE ESTUDOS  
DE HISTÓRIA RELIGIOSA

BRAGA · LISBOA · PORTO

## **Capa e arranjo gráfico**

Sersilito

## **Paginação**

Rodrigo Lucas

## **Impressão e acabamento**

Sersilito-Empresa Gráfica, Lda.

DOI <https://doi.org/10.34632/9789728361921>

ISBN 978-972-8361-92-1

Depósito legal 472071/20

Tiragem 300 exemplares

## **Edição apoiada por**



## *Índice*

Apresentação .....	7
Siglas e abreviaturas .....	13
Introdução .....	15
Inventário .....	51
Academia das Ciências de Lisboa .....	52
Arquivo Distrital de Évora .....	53
Arquivo Distrital de Faro .....	54
Arquivo Distrital do Porto .....	54
Arquivo Histórico Ultramarino .....	55
Arquivo Municipal de Elvas .....	55
Arquivo do Tribunal de Contas .....	56
Arquivo da Universidade de Coimbra .....	58
Biblioteca da Ajuda .....	60
Biblioteca de Arte Gulbenkian .....	86
Biblioteca do Banco de Portugal .....	86
Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa .....	87
Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra .....	88
Biblioteca do Ministério dos Negócios Estrangeiros .....	93
Biblioteca Municipal de Faro .....	93
Biblioteca Nacional de Portugal .....	93
Biblioteca Pública de Évora .....	216
Biblioteca Universitária João Paulo II .....	247
Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa .....	247
Fundação Oriente, Livraria do Convento da Arrábida .....	247
Museu-Biblioteca da Casa de Bragança .....	248
Museu Nacional de Arqueologia .....	248
Torre do Tombo .....	249
Anexo .....	257
Índice Onomástico e Toponímico .....	263



## *Apresentação*

O processo de abolição do Santo Ofício em Portugal legou um património documental notável. Dos quatro tribunais de distrito que, com o Conselho Geral, configuraram a versão definitiva do sistema inquisitorial português, apenas num caso não se conservou o respetivo cartório, conhecendo os restantes um destino diametralmente oposto. Não obstante os extravios, destruições ou negligências – de que o estudo de Pedro Pinto, agora e em boa hora publicado pelo Centro de Estudos de História Religiosa, se encarregará de reconstituir ao longo das próximas páginas –, é tal a diversidade documental hoje patente nos fundos provenientes dos três tribunais peninsulares (Coimbra, Évora e Lisboa) e do Conselho Geral do Santo Ofício, que as historiografias que se ocuparam do seu estudo – com destaque para a portuguesa e brasileira – puderam seguir as suas trajetórias específicas valorizando distintas tipologias de fontes. Autores como Alexandre Herculano (1810-1877), muito centrado no período de estabelecimento do Santo Ofício em Portugal, destacaram a documentação de cariz diplomático e a correspondência trocada entre a Corte portuguesa e a Santa Sé, ao passo que António Baião (1878-1961), décadas mais tarde, recorreria aos livros de denúncias, regimentos e normativas emanadas pelo Conselho Geral do Santo Ofício, bem como à correspondência, sem olvidar os processos<sup>1</sup>. Do outro lado do Atlântico, seria precisamente esta tipologia documental que se imporia entre a historiografia brasileira que trabalhou na esteira de Capistrano de Abreu (1853-1927)<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> O contributo de António Baião (1878-1961) para o desenvolvimento de uma abordagem institucional nos estudos sobre o Santo Ofício a partir de um marco de diversidade documental foi, justamente, assinalado por Giuseppe Marccoli e José Pedro Paiva. Os autores situam no contributo de António Baião o momento a partir do qual a historiografia portuguesa começou a superar as suas limitações quanto ao conhecimento sobre, globalmente, o “perfil institucional do Tribunal”. Giuseppe Marccoli e José Pedro Paiva – *História da Inquisição Portuguesa. 1536-1821*, Lisboa: A Esfera dos Livros, 2013, p. 458.

<sup>2</sup> No entender de Alécio Nunes Fernandes, o posicionamento judicativo de sectores da historiografia brasileira a respeito do Santo Ofício refletiu-se num enfoque que valorizava uma “história das vítimas”, a localização e quantificação dos processados relativos ao Brasil nos seus diversos delitos sob a alçada do tribunal. Tais prioridades conduziram, forçosamente, a uma valorização dos processos inquisitoriais até à diversificação das áreas de investigação a partir das duas últimas décadas do século XX, à semelhança do que

Com um assinalável impulso a partir das últimas décadas do século XX, a consciência desta variedade motivou uma deslocação historiográfica do ponto de observação no tocante a fazer história do Santo Ofício. O recurso a documentos como a correspondência, os cadernos de denúncias, as consultas, os formulários, os regimentos, entre outros, tiveram um impacto determinante na apreciação do fenómeno inquisitorial, contrariando a centralidade que, com o passar dos anos e após os trabalhos de António Baião, o processo judicial adquirira em Portugal. No final dos anos 80, assiste-se ao progressivo afastamento em relação ao debate entre António José Saraiva e I.-S. Révah sobre a veracidade das acusações de criptojudáismo imputadas aos cristãos-novos, considerados como o principal alvo do Santo Ofício português até meados do século XVIII. Através do contacto com debates historiográficos sobre o fenómeno inquisitorial marcados pela fragmentação das séries documentais disponíveis e por um menor peso relativo do processo enquanto peça documental de referência, bem como com o auxílio de exercícios de micro-história e de história social que procuravam transcender as limitações causadas pelas ausências documentais, a historiografia portuguesa registou uma tendência para descentrar – por vezes em demasia – o foco da prática processual do Santo Ofício, de forma a englobar toda a arquitetura institucional e social que possibilitava, ulteriormente, o auto judicial.

Neste contexto, a riqueza dos fundos inquisitoriais portugueses, aliada à reunião dos antigos cartórios num único arquivo (Arquivo Nacional/Torre do Tombo), favoreceu a prossecução de estudos que confrontassem séries documentais elaboradas por organismos diferentes, mas relacionadas dentro do sistema de comunicação do Santo Ofício<sup>3</sup>. Com efeito, as investigações recentes sobre o fenómeno inquisitorial em Portugal têm possibilitado a reconstituição de soluções regionais de representação dos tribunais, estratégias institucionais, dimensões de procedimento paralelas à atividade judicial, contribuindo para um conhecimento mais consistente sobre a espessura institucional da Inquisição. Ao mesmo tempo, no entanto, na trajetória historiográfica recente sobre a Inquisição portuguesa não abundam as referências às lacunas documentais ou estas não são consideradas como bastantemente prejudiciais ao aprofundamento de quadros teóricos<sup>4</sup>. Num tal cenário de abundância documental, é sintomático que o estudo

---

sucedeu em Portugal. Alécio Nunes Fernandes – Da historiografia sobre o Santo Ofício português. *História da historiografia*. 8 (2012) 22-48.

<sup>3</sup> O estudo dos mecanismos de circulação e de distribuição da informação enquanto reflexo da estrutura burocrática do Santo Ofício mereceu atenção especial por parte Nelson Vaquinhas no seu estudo acerca do sistema de comunicação do Tribunal. Nelson Vaquinhas – *Da comunicação ao sistema de informação. O Santo Ofício e o Algarve (1700-1750)*. Lisboa: Edições Colibri e CIDEHUS/UE, 2010.

<sup>4</sup> Mesmo se, a título de exemplo, Fernanda Olival tivesse já chamado a atenção para a existência de fundos menores dispersos em outros arquivos e bibliotecas portuguesas. A correlação destes fundos com os reunidos na Torre do Tombo levada a cabo pela historiografia é, ainda, residual. Fernanda Olival – *Archivi e serie documentarie: Portogallo*. In *Dizionario storico dell'Inquisizione*. Dir. de Adriano Prosperi, vol. I. [Pisa]: Edizioni della Normale, 2010, p. 87.

particularizado dos próprios fundos inquisitoriais e, mais concretamente, os silêncios legados pela instituição constituam, ainda hoje, um dos espaços de menor investimento da historiografia que se dedica ao estudo do Santo Ofício português.

No âmbito do Grupo de Trabalho *Expansão Religiosa: Civilizações e Culturas* do CEHR, em parceria com a Cátedra de Estudos Sefarditas Alberto Benveniste, a necessidade de começar a pensar de forma consistente na problemática da conservação e da dispersão da documentação inquisitorial foi motivada por investigações onde, justamente, não se verificavam as condições de diversidade e de abundância. Referimos, em concreto, ao caso da Inquisição de Goa e, muito especificamente, aos processos por judaísmo seguidos pelo tribunal do México. O estado fragmentário da documentação do “tribunal da Índia”, como foi coetaneamente conhecido, obriga os investigadores que sobre ele se detêm a minuciosos exercícios direcionados à reconstituição de canais de comunicação que possam ter gerado remissões de documentação a outras instituições, por um lado; ou de práticas institucionais cujo funcionamento implicasse a transferência de material para ser apreciado em outras instâncias ou por outros organismos<sup>5</sup>. No tocante aos processos de judaísmo conduzidos na Nova Espanha, a ausência de vários destes documentos do fundo *Inquisición* do Archivo General de la Nación (Cidade do México), suscitou da nossa parte um inquérito sistemático aos canais através dos quais estes papéis vieram a abandonar o país<sup>6</sup>. Estes condicionalismos da investigação foram partilhados em alguns momentos com investigadores que se dedicavam ao estudo da ação inquisitorial em territórios dos vice-reinos americanos aos quais faltava, também, um conjunto documental sólido e consistente ou cujos particularismos de conservação tinham originado uma dispersão especializada, como ocorrera com a Inquisição do México<sup>7</sup>. Ao estudar as dinâmicas da atuação inquisitorial nesses espaços, tornou-

---

<sup>5</sup> O cartório da Inquisição de Goa foi alvo de uma apertada seleção após a abolição do tribunal em 1812, o que teve como consequência um panorama documental que contrasta de forma gritante com o contexto peninsular, ao ponto de a exiguidade das fontes ter motivado alguns autores a procurar recensear e divulgar o maior número de fontes disponíveis provenientes do tribunal. Vejam-se os trabalhos de António Baião – *A Inquisição de Goa. Correspondência dos Inquisidores da Índia (1569-1630)*, vol. II. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1930; José Alberto Rodrigues da Silva Tavim – Um inquisidor inquirido: João Delgado Figueira e o seu *Reportorio*, no contexto da «documentação sobre a Inquisição de Goa». *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional* 1 (1997) 183-193; Carmen Tereza Coelho Azevedo (coord.) – Inquisição de Goa. Inventário Analítico. *Anais da Biblioteca Nacional*. 120 (2006) 7-272; Miguel Rodrigues Lourenço – *Macau e a Inquisição nos Séculos XVI e XVII. Documentos*, 2 vols. Lisboa e Macau: Centro Científico e Cultural de Macau, IP, e Fundação Macau, 2012; Bruno Feitler (coord.) – *Reportorio. Uma base de dados dos processos da Inquisição de Goa (1561-1623)*. Disponível em <<http://www.i-m.mx/reportorio/reportorio/apresenta%C3%A7%C3%A3o-presentation.html>> Data da consulta: 17 de março de 2019.

<sup>6</sup> Trata-se de uma linha de investigação que esperamos produzir resultados já no próximo ano, com a publicação de um catálogo dos processos extraviados de cristãos-novos procedentes do fundo *Inquisición* do Archivo General de la Nación de México.

<sup>7</sup> Elaborámos uma síntese de algumas dessas reuniões internacionais de trabalho em Miguel Rodrigues Lourenço e Susana Bastos Mateus – Cinco anos de reflexão sobre estudos inquisitoriais. *Lusitania Sacra*. 2.<sup>a</sup> série, 35 (2017) 299-301.

se evidente que a problemática da dispersão e/ou alienação documental dos arquivos inquisitoriais dos tribunais americanos exigia um estudo comparativo, direcionado para inquéritos específicos e aprofundados. Tal consciência esteve na base da formação de uma equipa de investigação sobre História das Inquisições composta por investigadores pertencentes a centros de investigação de Portugal, Brasil, Chile, Espanha, México e Argentina. Este grupo tem como objetivo principal o estudo do fenómeno inquisitorial de forma comparada e procura promover espaços de reflexão conjunta de forma regular<sup>8</sup>.

Dentro desta dinâmica, programou-se o *workshop* internacional *Os papéis da Inquisição. Conservação e dispersão na Europa, América e Ásia* realizado em Lisboa, no dia 25 de Junho de 2018<sup>9</sup>. Nessas jornadas de trabalho, organizadas em parceria com a Cátedra de Estudos Sefarditas Alberto Benveniste e El Colegio de México, o caso português foi colocado em comparação com outras realidades inquisitoriais, como a romana e espanhola, com uma particular incidência no contexto americano. Foi então que Pedro Pinto apresentou, ainda numa fase preliminar, os primeiros resultados da investigação que agora ganha forma de livro.

Num momento em que os estudos sobre o Santo Ofício registam uma maior diversificação da sua base documental, a investigação de Pedro Pinto reveste-se de uma enorme importância. A documentação inquisitorial, na sua tipologia, mas também nos seus ritmos de produção, de organização e de preservação, constitui o barómetro mais fiável para se apreciar a evolução das estratégias institucionais do Santo Ofício, das suas mutações epocais, das suas adaptações e da sua sobrevivência. É através do estudo amplo da sua produção interna, que melhor é possível apreender os “tempos” da instituição inquisitorial<sup>10</sup>, os quais, muitas das vezes, não nos são dados através da leitura da peça documental mais analisada pelos investigadores, os processos<sup>11</sup>. As decisões sobre a conservação de documentos antigos num determinado período, dando origem à elaboração de livros onde são copiados os documentos com atualidade

<sup>8</sup> As linhas gerais que norteiam esta dinâmica de investigação e os principais resultados e atividades podem ser acompanhados na página web do grupo, acolhida no *Portal de História Religiosa* através do endereço: <http://portal.cehr.ft.lisboa.ucp.pt/Inquisicoes/>.

<sup>9</sup> O programa do evento pode ser consultado em: <http://icm.ft.lisboa.ucp.pt/resources/Documentos/CEHR/Enc/2018/2018-06-25-WorkshopOsPapeisDaInquisicaoPrograma.pdf>. Os resultados do encontro foram publicados no dossiê “Os papéis da Inquisição. Conservação e dispersão na Europa, América e Ásia”. Coord. Miguel Rodrigues Lourenço, Susana Bastos Mateus e Gabriel Torres Puga. *Revista de Fontes*. 9 (2018). Disponível online em <https://periodicos.unifesp.br/index.php/fontes>.

<sup>10</sup> Jean-Pierre Dedieu e, na sua esteira, Joaquim Romero Magalhães, foram autores de duas importantes reflexões sobre a trajetória epocal das Inquisições em Espanha e Portugal, tendo por referente a incidência judicial dos tribunais, por um lado, e a sofisticação institucional e aperfeiçoamento procedimental, por outro. Jean-Pierre Dedieu – Les quatre temps de l’Inquisition. In Bartolomé Bennassar. *Linquision espagnole. XV-XIX<sup>e</sup> siècles*. [Paris]: Hachette Littératures, 2009 [1979], p. 13-39; Joaquim Romero Magalhães – Em busca dos «tempos» da Inquisição: (1573-1615). *Revista de História das Ideias*. 9: 2 (1987) 191-228.

<sup>11</sup> Esta questão foi abordada por Francisco Bethencourt que optou, no seu trabalho, por secundarizar o processo inquisitorial e privilegiar uma ampla gama de fontes inquisitoriais até então muito pouco exploradas, cf. *História das Inquisições. Portugal, Espanha e Itália*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994, p. 12.

institucional, enquanto outros são considerados obsoletos, por um lado; a diversificação do aparato manuscrito, fruto da especialização de funções ou da necessidade de manter uma regulação mais apertada sobre as mesmas, por outro, são reveladoras de saltos qualitativos na sofisticação do aparelho burocrático e de uma tomada de consciência dos atores institucionais face à sociedade do seu tempo e às necessidades da máquina inquisitorial<sup>12</sup>. Uma parte da documentação aqui inventariada resulta de importância fundamental para a compreensão dos mecanismos organizativos dos vários tribunais, das tensões inerentes à sua institucionalização, bem como da própria sofisticação dos seus procedimentos e da sua arquitetura burocrática.

E, se o exercício da história não se compadece com totalidades documentais, o trabalho levado a cabo por Pedro Pinto apresenta, na sua rigorosa sistematicidade, duas grandes virtudes: por um lado, a de resgatar e de colocar ao serviço da historiografia documentos custodiados em arquivos insuspeitos ou olvidados em velhos catálogos; por outro lado, a de identificar os múltiplos percursos de desapropriação, de cativação ou de perda que contribuíram para a erosão dos antigos cartórios inquisitoriais. Os comportamentos institucionais dos ministros dos tribunais, as reações à extinção do Santo Ofício, as expectativas quanto à sua restauração, e ainda a atualidade de parte da documentação ilustram atitudes face à reservada, enigmática e polémica memória de uma instituição tão marcante ao nível das sociabilidades e dos relacionamentos.

No âmbito da dinâmica de investigação sobre História das Inquisições, o estudo de Pedro Pinto representa, no imediato, a valência de criar condições para um estudo comparado sobre as atitudes das sociedades liberais na relação com o seu passado inquisitorial e da sua relevância para a construção do seu presente. Mas, ao mesmo tempo, a localização das espécies, manuscritas e impressas, outrora pertencentes aos antigos cartórios inquisitoriais, realizada pelo autor, constitui um contributo valioso para o preenchimento das lacunas que os arquivistas da Torre do Tombo têm vindo a identificar desde a última década do século XX. O cotejo entre os livros provenientes do cartório do Conselho Geral que hoje se conservam nos fundos da Biblioteca Nacional de Portugal e a lista elaborada quando da extinção do Santo Ofício em 1821 é um exemplo de um panorama documental que, doravante, ficará mais definido. Como, também, a documentação procedente do fisco, separada dos cartórios dos extintos tribunais em virtude da necessidade de se continuar a administrar os bens patrimoniais que anteriormente se encontravam na posse do Santo Ofício ou

---

<sup>12</sup> Autores como Miguel Jiménez Montesión, Jacob Martínez López e Bernardo Tomás Botella sublinharam, precisamente, como em momentos charneira da reorganização de tribunais como os de Cuenca ou Valencia foi necessário elaborar novos livros que permitissem uma recuperação mais expedita da informação ou, em alternativa, passar a organizá-la em séries (livros) próprias, distintas das anteriores. Miguel Jiménez Montesión e Jacob Martínez López – *Los judeoconversos y la Inquisición de Cuenca. De la conversión a la persecución*. In *Las razones del Santo Oficio*. Ed. Anita Gonzalez-Raymond y Rafael Carrasco. Montpellier: Presses universitaires de la Méditerranée, 2017, p. 99-101; Bernardo Tomás Botella – *La construcción del distrito inquisitorial de Valencia (1486-1493)*. *Ibidem*, p. 159.

diretamente relacionados com o Tribunal<sup>13</sup>. Assim, neste inventário, encontramos alguns exemplos dessa documentação e da forma como continuou a ser utilizada, depois da abolição da Inquisição.

Pela leitura deste livro, é a história dos arquivos do Santo Ofício que emerge e, com ela, a possibilidade de estudos sobre a instituição progressivamente mais pontuados nos seus matizes, mais precisos na sua arrumação institucional, mais calibrados quanto ao funcionamento da burocracia inquisitorial. A história dos arquivos do Santo Ofício tem, pois, no detalhado inventário que acompanha o estudo de Pedro Pinto, uma ferramenta indispensável. As páginas que constituem o grosso deste livro recenseiam uma multiplicidade de documentos com origem nos antigos cartórios inquisitoriais, proporcionando uma sistematização da documentação dispersa em 23 arquivos e bibliotecas portuguesas, entre livros, manuscritos e impressos avulsos já referidos em catálogos e muitos outros ignorados pela historiografia e dos quais, se espera, agora, que os investigadores possam vir a tirar proveito.

A detalhada e exaustiva investigação levada a cabo por Pedro Pinto permitiu dar a conhecer um amplo universo documental espalhado de norte a sul do país. Parece-nos que este inventário, para além de colmatar lacunas de informação, pode servir um duplo propósito. Em primeiro lugar, incentivar e sensibilizar para uma pesquisa descentralizada da documentação inquisitorial, alertando para a riqueza de muitos arquivos e bibliotecas locais que possuem fundos de manuscritos ou de livro antigo nos seus acervos. Em segundo lugar, fica aqui criada uma base para trabalhos de natureza comparativa sobre as realidades de conservação e dispersão dos arquivos inquisitoriais à escala global.

MIGUEL RODRIGUES LOURENÇO

*CHAM – Centro de Humanidades (NOVA FCSH – UAç)*

*Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa (UCP-CEHR)*

*Cátedra de Estudos Sefarditas Alberto Benveniste (FLUL)*

SUSANA BASTOS MATEUS

*Cátedra de Estudos Sefarditas Alberto Benveniste (FLUL)*

*CIDEHUS (UÉvora)*

*Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa (UCP-CEHR)*

Lisboa, 14 de junho de 2019

---

<sup>13</sup> Veja-se o que foi analisado para o caso de Évora em Bruno Lopes e Fernanda Olival – Fontes sobre o Fisco da Inquisição nos acervos do Arquivo Distrital e da Biblioteca Pública de Évora. *Revista de Fontes*. 9 (2018) 9-35. <https://periodicos.unifesp.br/index.php/fontes/article/view/9138>, consultado a 12 de junho de 2019. DOI: <https://doi.org/10.34024/fontes.2018.v5.9138>.

## *Siglas e abreviaturas*

ADE – Arquivo Distrital de Évora

AHP – Arquivo Histórico Parlamentar

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

ATC – Arquivo do Tribunal de Contas

BFDUL – Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

BNP – Biblioteca Nacional de Portugal

BPE – Biblioteca Pública de Évora

Cx – caixa

Doc. – documento

f. – fólio/fólios

Liv. – Livro

Mç – maço

mimeog. – mimeografado

Ms. – manuscrito

p. – página/páginas

Sec. – secção

Sep. – separata

v – verso



## *Introdução*

O objetivo deste trabalho é realizar a inventariação possível do património documental pertencente ao arquivo do Tribunal do Santo Ofício que não se encontra no respetivo fundo na Torre do Tombo, mas em outros fundos desse arquivo e em outros arquivos e bibliotecas em Portugal. Naturalmente, há limitações para a abrangência de um trabalho desta monta, sobretudo tendo em vista que muitas bibliotecas e arquivos não têm ainda todos os seus fundos devidamente catalogados ou inventariados. Assim sendo, este é apenas um contributo para um inventário definitivo dessa tipologia documental.

Foram alvo desta investigação, em primeiro lugar, bibliotecas com fundos de manuscritos, onde seria mais provável encontrar esta tipologia documental, tendo-se recorrido à informação recolhida por nós ao longo das últimas duas décadas junto dessas instituições. Também percorremos alguns fundos na Torre do Tombo, ainda que não de forma exaustiva, dada a dimensão dos seus acervos, recorrendo adicionalmente à base de dados em linha Digitalq, e, por fim, ao Portal Português de Arquivos.

O fundo do Tribunal do Santo Ofício na Torre do Tombo foi descrito em 1990 num inventário de Maria do Carmo Dias Farinha<sup>1</sup> e, mais tarde, complementado na descrição em linha na base de dados da Torre do Tombo à medida que o trabalho de organização, descrição e digitalização do fundo foi decorrendo na última década.

Ainda no decurso do trabalho moderno de inventariação do fundo na Torre do Tombo, Maria do Carmo Dias Farinha procedeu à renumeração dos códices do Conselho Geral com base na listagem do inventário oitocentista realizado após a extinção do

---

<sup>1</sup> Maria do Carmo Dias Farinha – *Os arquivos da Inquisição*. Lisboa: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 1990; cf. Pedro de Azevedo e António Baião – Cartórios do Santo Ofício. In *O Arquivo da Torre do Tombo. Sua história, corpos que a compõem e organização*. Lisboa: Annaes da Academia de Estudos Livres, 1905, p. 62-73; Maria Teresa Galdes Barbosa – Les Archives de l’Inquisition portugaise. In *Mélanges offerts par ses confrères étrangers à Charles Braibant*. Bruxelles: Comité des Mélanges Braibant, 1959, p. 163-173; Charles Amiel – Les archives de l’Inquisition portugaise: regards et reflexions. *Arquivos do Centro Cultural Português*, XIV (1979) 421-443; Fernanda Olival – Archivi e serie documentarie: Portogallo. In *Dizionario storico dell’Inquisizione*. Dir. de Adriano Prosperi. [Pisa]: Edizioni della Normale, 2010, p. 86-87.

Santo Ofício<sup>2</sup>, dado que muitos códices tinham, entretanto, passado para a coleção dos Manuscritos da Livraria ou para a Casa Forte. Além disso, alguns dos livros do Conselho Geral que constavam do inventário oitocentista permaneceram na Biblioteca Nacional até aos dias de hoje. Aquela conservadora elaborou uma tabela de equivalência entre as antigas cotas que os códices do Conselho Geral tinham na Torre do Tombo e as atuais, com base no citado inventário oitocentista. Contudo, a conservadora não forneceu a cota dos códices que ficaram na Biblioteca Nacional, o que tentámos suprir, em parte, neste trabalho, tendo ainda ficado por identificar a localização de alguns<sup>3</sup>.

• • •

Beneficiámos da generosidade de muitos colegas, investigadores, bibliotecários e arquivistas que, em muitas localidades, aceitaram serem “os meus olhos” ou me forneceram pistas e dados que permitiram tornar este trabalho mais abrangente: Ana Gaspar, Andreia Martins Carvalho, Célia Caeiro, Diana Martins, Elsa Vaz, Ezequiel Pinto, Judite Cavaleiro Paixão, Maria Filomena Melo, Marta Páscoa Pimentel, Miguel Pinto de Resende, Raquel Oliveira Martins, Roger Lee de Jesus, Susana Bastos Mateus, Tânia Rico e Vicente Fino. Contudo, os erros e omissões são da minha responsabilidade.

### **Critérios de seleção e tipologias documentais inquisitoriais**

Ao decidirmos procurar e identificar o que não está, mas deveria estar no fundo do Tribunal do Santo Ofício na Torre do Tombo, tivemos que nos familiarizar, em primeiro lugar, com a forma como a documentação está organizada na Torre do Tombo: as séries nas quais foi dividida e os mecanismos de produção, receção, circulação e acumulação documental de uma instituição cujas atividades se estenderam ao longo de quase três séculos.

Inevitavelmente, a principal questão que se colocou foi: “quais são os documentos que deveriam estar no fundo do Tribunal do Santo Ofício na Torre do Tombo?” Ao percorrermos a documentação na Torre do Tombo, para lá das esperadas e conhecidas séries de correspondência recebida e expedida, processos, livros de denúncias, livros dos promotores, livros de receitas e despesas, também se encontram espécies documentais que são inesperadas, pois nelas não se encontra a intervenção da Inquisição ou dos seus ministros e oficiais. Alguns exemplos disso são:

---

<sup>2</sup> ANTT – *Instrumentos de Descrição*, Liv. 449, f. 646v-658.

<sup>3</sup> Em apêndice, arrolamos os números e títulos originais desses códices, para memória futura, caso algum investigador se depare com eles.

- Genealogia dos Duques de Barcelos e de D. Manuel Pereira Coutinho<sup>4</sup>;
- Cartas ao Marquês de Alegrete, “conferente” dos embaixadores de Inglaterra e das Províncias Unidas (1702-1709)<sup>5</sup>;
- Copiador de correspondência de D. Francisco Pereira, embaixador em Madrid, para os Reis de Portugal (1562-1570)<sup>6</sup>;
- Correspondência de Francisco de Sousa Coutinho, embaixador na Holanda, para o Rei D. João IV e o Secretário de Estado Pedro Vieira da Silva (1643-1648)<sup>7</sup>;
- Correspondência de Francisco de Sousa Coutinho, embaixador em Roma (1655-1659)<sup>8</sup>;
- Livro de memórias do embaixador de Portugal em França, com documentos em francês e português (1651-1652)<sup>9</sup>;
- Correspondência diplomática em italiano, remetida de Roma (1656-1658)<sup>10</sup>;
- Correspondência para o Cardeal da Cunha do Papa, Reis, Cardeais, embaixadores, e outras individualidades (19 códices) (1709-1728)<sup>11</sup>;
- Biblioteca de D. Inácio de Santa Teresa, Arcebispo de Goa em 1720 e Bispo do Algarve em 1740, originalmente na íntegra no Conselho Geral e hoje dividida entre a Torre do Tombo e Biblioteca Nacional<sup>12</sup>.

<sup>4</sup> ANTT – *Conselho Geral do Santo Ofício*, Liv. 496-497.

<sup>5</sup> ANTT – *Conselho Geral do Santo Ofício*, Liv. 217.

<sup>6</sup> ANTT – *Conselho Geral do Santo Ofício*, Liv. 105 e 210.

<sup>7</sup> ANTT – *Conselho Geral do Santo Ofício*, Liv. 106-108. Os livros 107 e 108 estão desaparecidos desde maio de 1984, segundo nota da Dra. Maria do Carmo Dias Farinha, de acordo com comunicação escrita recebida da Dra. Odete Martins, arquivista da Torre do Tombo, em 23 de março de 2018. O conjunto foi publicado em Edgar Prestage, Pedro de Azevedo e P. M. Laranjo Coelho – *Correspondência diplomática de Francisco de Sousa Coutinho durante a sua embaixada em Holanda*. Coimbra: Imprensa da Universidade; Lisboa: Centro Tipográfico Colonial, 1920-1955, 3 vols.

<sup>8</sup> ANTT – *Conselho Geral do Santo Ofício*, Liv. 203.

<sup>9</sup> ANTT – *Conselho Geral do Santo Ofício*, Liv. 190.

<sup>10</sup> ANTT – *Conselho Geral do Santo Ofício*, Liv. 133-134.

<sup>11</sup> ANTT – *Conselho Geral do Santo Ofício*, Liv. 77-83, 87, 89, 109-117, 211.

<sup>12</sup> Em 1725, durante a sua permanência em Goa, o prelado foi alvo de uma acusação de blasfémia por parte de dois jesuítas, vindo a ser alvo da Inquisição, num processo que se arrastou até 1737. O prelado faleceu em 16.4.1751 e uma verba do seu testamento, lavrado em Tavira, regista a doação da sua biblioteca aos Carmelitas Descalços de Tavira, pendente de aprovação papal. Após o óbito, o ouvidor da comarca fez um inventário do espólio por via do seu confessor Frei João dos Santos, “fechando em huma caixa todos os papeis cartas e manuscritos de Sua Excellencia”, quando um comissário do Santo Ofício “tomou a rol os ditos manuscritos”. O ouvidor recusou-se a entregar os manuscritos sem ter ordem do Desembargo do Paço, a quem deu parte do sucedido e, embora a fonte não o refira, evidentemente a documentação seguiu desta maneira para o Santo Ofício (Cf. ANTT – Manuscritos da Livraria, 577, f. [40v-41]; Evergton Sales Souza – *Jansénisme et Réforme de l’Eglise dans l’Empire Portugais: 1640 à 1790*. Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2004, p. 141-186; Ana Maria Alves – O “*Reyno de Deos e a sua justiça*”. *Dom Frei Inácio de Santa Teresa (1682-1751)*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2013, p. 296). Veja-se a lista dos seus códices na Torre do Tombo em Maria do Carmo Dias Farinha – *Os arquivos da Inquisição...*, p. 105-107.

Uma das explicações pode residir na acumulação de funções, dado que muitas das figuras gradadas da Inquisição desempenhavam outras funções na estrutura da Igreja ou do Governo do Reino, o que poderia justificar algumas destas existências documentais no acervo inquisitorial. É que, em certa medida, o acervo do fundo do Santo Ofício na Torre do Tombo é também arquivo de inquisidores e outros seus ministros e oficiais, como falaremos mais adiante. Por exemplo, o Cardeal da Cunha foi também Inquisidor-Geral e poderá ser essa a explicação para que muita documentação por ele recebida no âmbito de outras funções se encontre hoje no arquivo da Inquisição.

Quanto à correspondência diplomática, poderia ter sido apreendida em alguma biblioteca no âmbito de uma incursão inquisitorial? Ou pertencido a algum membro eminente do Tribunal que a tivesse mantido nas instalações, onde permaneceu após a sua morte, como seria o caso da correspondência do embaixador em Madrid e à qual teria acesso o Cardeal D. Henrique? Não se sabe.

Todos os investigadores que têm trabalhado temas a partir das fontes inquisitoriais sabem que a documentação relacionada com a Inquisição e cristãos-novos abunda nas bibliotecas e arquivos portugueses, para lá da Torre do Tombo, sobretudo no que toca a pareceres, exposições e memoriais, particularmente em formato de cópia.

Procurámos, assim, primeiramente, definir as características dos documentos a incluir neste arrolamento, procurando alcançar a maior coerência possível, reconhecendo, porém, as limitações subjacentes a esta tarefa.

O ponto de partida foi, naturalmente, o regimento do Santo Ofício de 1552, bem como os que foram depois implementados em 1613, 1640 e 1774<sup>13</sup>.

<sup>13</sup> Sobre os vários regimentos do tribunal, veja-se Joaquim Martins de Carvalho – Os regimentos da Inquisição de Portugal. *O Conimbricense*. Ano XXII, N.º 2317 (9.10.1869), p. 1-2; N.º 2318 (12.10.1869), p. 1-3; N.º 2319 (16.10.1869), p. 1-2; N.º 2320 (19.10.1869), p. 1-3; N.º 2321 (23.10.1869), p. 1-3; N.º 2322 (26.10.1869), p. 1-3; N.º 2323 (30.10.1869), p. 1-2; N.º 2325 (6.11.1869), p. 1-3; José Pereira Caldas – *Os regimentos da Inquisição em Portugal*. Braga: Typographia Lusytana, 1877; Raul Rego – *O último regimento e o regimento da economia da inquisição de Goa*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1983; António Vasconcelos de Saldanha – Do regimento da Inquisição portuguesa: Notas sobre fontes do direito. In *Inquisição: ensaios sobre mentalidade, heresias e arte...*, Eds. Anita Novinsky; Maria Luiza Tucci Carneiro. Rio de Janeiro e São Paulo: Expressão e Cultura e Universidade de São Paulo, 1992, p. 97-115; Francisco J. C. Falcon – Inquisição e poder: o Regimento do Santo Ofício da Inquisição no contexto das reformas pombalinas (1774). In *Inquisição: ensaios sobre mentalidade, heresias e arte...*, p. 116-139; Manuela D. Domingos – Visitas do Santo Ofício às naus estrangeiras: Regimentos e quotidianos. *Revista da Biblioteca Nacional*, 8:1 (1993) 117-229; Elias Lipiner – O Menor Perante os Regimentos e Estilos do Santo Ofício. *Revista de Estudos Judaicos*. 2 (1995) 51-54; Arno Wehling – Os Regimentos da Inquisição. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 392 (1996) 495-1010; José Eduardo Franco e Paulo de Assunção – *As metamorfoses de um polvo: religião e política nos regimentos da Inquisição Portuguesa (séc. XVI-XIX)*. Lisboa: Prefácio, 2004; Paulo de Assunção – Os Regimentos da Inquisição contra os Inimigos de Deus. In *Inquisição Portuguesa: Tempo, Razão e Circunstância*. Ed. de Luís Filipe Barreto. Lisboa: Prefácio, 2007, p. 543-558; Alécio Nunes Fernandes – *Dos manuais e regimentos do Santo Ofício Português: a longa duração de uma justiça que criminalizava o pecado (séc. XIV-XVIII)*. Brasília: Universidade de Brasília, 2011; Monique Marques Nogueira Lima – Direito e punição no Antigo Regime português: aproximações e distanciamentos entre os regimentos inquisitoriais e as ordenações filipinas. In *Edificar e Transgredir: Clero, Religiosidade e Inquisição no espaço*

Ao longo das décadas e, depois, séculos, o Santo Ofício foi aprimorando os mecanismos burocráticos de produção, receção, circulação e acumulação documental, bem como o rígido acesso à câmara do secreto, onde se alojava a documentação mais sensível. Recentemente, foi estudado por Nelson Vaquinhas, em trabalho de fôlego, o sistema de informação do Santo Ofício, em particular do Tribunal da Inquisição de Évora e a articulação da sua comunicação com os seus oficiais e auxiliares na comarca do Algarve na primeira metade do século XVIII, após um anterior trabalho de José Pedro Paiva sobre o fluxo de informação e as comunicações no âmbito da Igreja e da Inquisição na Idade Moderna<sup>14</sup>. Na obra de Nelson Vaquinhas recolhem-se valiosos informes sobre a estrutura comunicacional inquisitorial aplicáveis na longa-duração, dado ser intemporal o uso que o Santo Ofício fazia da comunicação escrita enquanto “veículo estratégico utilizado para a extensão e cumprimento do exercício do poder inquisitorial”, e na medida em que os documentos se assumiam como “transmissores da sua mensagem, a marca da sua omnipresença e o garante da sua unidade organizacional”<sup>15</sup>.

Os sucessivos regimentos ambicionavam prover sobre todas as questões relativas ao ministério do Santo Ofício, assumindo um carácter particularmente regulatório sobre a produção e gestão da informação, o pilar estratégico da organização inquisitorial. No secreto da Inquisição permaneceriam, para consulta restritíssima, como a nomenclatura de “secreto” o destaca, os documentos produzidos lá e na Casa do Despacho, além daqueles que afluíam constantemente ao tribunal, provenientes das relações comunicacionais com outras instituições e com a sua rede periférica de agentes e auxiliares, instrumentais na recolha, envio e restituição da informação escrita. Desta maneira, os regimentos funcionam como verdadeiros manuais de procedimentos arquivísticos, destacando-se o de 1640 pela sua minúcia procedimental em relação à gestão da produção escrita<sup>16</sup>.

O que previam então os regimentos em relação ao arquivo ou secreto do Santo Ofício? No primeiro regimento, de 1552 — mas também nos seguintes —, no título dos notários, prescrevia-se a existência de uma câmara do secreto, onde estariam todos os livros, registos e papéis pertencentes a cada tribunal do Santo Ofício, cujo acesso era feito através de uma porta forte e firme com três fechaduras diferentes. Duas das chaves estariam na posse dos dois notários da Inquisição e a terceira na posse do promotor, sendo

---

*ibero-americano (séculos XVI-XIX)*. Eds. Aldair Carlos Rodrigues; Angelo Adriano Faria Assis; Pollyanna G. Mendonça Muniz; Yllan de Mattos. Jundiaí: Paco Editorial, 2016, p. 19-44; Igor Rocha – O Regimento Inquisitorial de 1774: modernização e dirigismo cultural nos tribunais de fé no reformismo pombalino. *Cadernos de Pesquisa do CDHIS*. 30: 2 (2017) 198-219.

<sup>14</sup> José Pedro Paiva – As comunicações no âmbito da Igreja e da Inquisição. In *As comunicações na Idade Moderna*. Ed. de Margarida Sobral Neto. Lisboa: Fundação Portuguesa das Comunicações, 2005, p. 147-175.

<sup>15</sup> Nelson Vaquinhas – *Da comunicação ao sistema de informação. O Santo Ofício e o Algarve (1700-1750)*. Lisboa e Évora: Edições Colibri e CIDEHUS, 2010, p. 103 (citação).

<sup>16</sup> Este regimento era extremamente detalhado no que tocava à organização da informação e arquivamento da mesma, havendo indicações minuciosas para a feitura de maços, anotações a realizar nas denúncias, confissões, culpas, delações, listas de autos-da-fé, bem como as suas respetivas remissões nos repertórios e índices (Cf. Nelson Vaquinhas – *Da comunicação ao sistema de informação...*, p. 137-144).

que os três teriam de estar presentes para consulta ou remoção de qualquer documento. Além deles, apenas os inquisidores poderiam aceder ao secreto, mas na presença dos referidos oficiais. Quando estivesse a ver os livros e papéis que relevavam para as suas funções, o promotor deveria estar sempre acompanhado por um dos notários. Uma das atribuições do promotor era manter os papéis, livros e processos existentes no secreto bem ordenados, recomendando-se diversas medidas nos vários regimentos para evitar o extravio de documentos e a facilidade de acesso aos mesmos. Aos notários, clérigos de elevada reputação, incumbia a redação dos processos e demais livros existentes no secreto, bem como a extração de certidões autenticadas para os devidos efeitos, embora apenas com expresse mandado assinado pelos inquisidores. O dito título dos notários no primeiro regimento, de 1552, aludia ainda aos livros que, nesta fase inicial da ação do Santo Ofício, deveriam existir na câmara do secreto (livros de criação e juramento dos oficiais e inquisidores, livros de denúncias, livros de reconciliações secretas e confissões, e livros de registo de mandados e diligências expedidas para fora do tribunal por ordem dos inquisidores<sup>17</sup>), com todas as folhas devidamente numeradas e assinadas nas margens por um dos inquisidores e com termo de encerramento. Além disso, instrumentos de recuperação de informação foram previstos no regimento, tendo em vista a eficácia do ministério do tribunal, tais como repertórios alfabeticamente ordenados respeitantes às pessoas que fossem achadas culpadas nos livros das denúncias e reconciliações, bem como repertórios dos feitos findos e processados, os quais jazeriam em estantes adequadas para o efeito, num labor da responsabilidade do promotor<sup>18</sup>.

Também o Conselho Geral tinha o seu próprio arquivo, dado que o regimento a ele dado pelo Infante D. Henrique em 1570 prescrevia a existência de vários livros, como o livro de registo de cartas e provisões dos cargos e ofícios dos seus membros, inquisidores e oficiais do Santo Ofício e Fisco, com seus termos de juramento, o livro de registo de acordos e determinações do Conselho e respostas às Inquisições, o livro de traslados de

---

<sup>17</sup> Existiam outros livros em outras dependências do tribunal, os quais, à medida que estivessem completos ou deixassem de ser funcionais, recolheriam ao cartório, como, por exemplo, os livros dos alcaides dos cárceres, ou os livros de registo dos róis de pessoas saídas em autos-da-fé nas várias Inquisições (“Título do alcaide do cárcere da Inquisição”, Regimento de 1552 e “Título VII Do Promotor do Santo Ofício da Inquisição”, Regimento de 1613. In José Eduardo Franco e Paulo de Assunção – *As metamorfoses de um polvo...*, p. 128, 188).

<sup>18</sup> A partir do regimento de 1613, há indicação para os processos serem numerados pelo promotor. O regimento de 1640, densifica em muito o nível de detalhe dos repertórios e seus índices (“Título dos notários do Santo Ofício”, Regimento de 1552; “Título VII Do Promotor do Santo Ofício da Inquisição” e “Título VIII Dos notários do Santo Ofício da Inquisição”, Regimento de 1613; “Título II Das Casas do Despacho, audiências, secreto, oratório e cárceres e das cousas que lhe pertencem”; “Título VI Do Promotor” e “Título VII Dos notários”, Livro I do Regimento de 1640; e “Título IV Do Promotor” e “Título V Dos notários”, Regimento de 1774. In José Eduardo Franco e Paulo de Assunção – *As metamorfoses de um polvo...*, p. 124-125, 187, 189-190, 239, 257-266, 435-436; Rita Marquilhas – *A Faculdade das Letras: leitura e escrita em Portugal no séc. XVII*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000, p. 18-21; Nelson Vaquinhas – *Da comunicação ao sistema de informação...*, p. 144-153).

bulas, breves e privilégios papais e o livro de registo de despachos e provimentos das visitas às inquisições, os quais ficariam à guarda do secretário do Conselho Geral<sup>19</sup>.

Tanto no caso das inquisições como no do Conselho Geral, a evolução e complexificação burocráticas conduziram à densificação, proliferação e diversificação de registos de vária ordem, conforme se deduz dos regimentos posteriores, como o de 1613<sup>20</sup> ou o de 1640<sup>21</sup>, por exemplo, e bem patente após um exame das atuais séries documentais no respetivo fundo da Torre do Tombo<sup>22</sup>.

Quanto ao arrolamento propriamente dito que apresentamos em anexo, foi naturalmente linear a inclusão de processos de réus, copiadores de correspondência e outros códices pertencentes às séries descritas no referido inventário de Maria do Carmo Dias Farinha.

Contudo, não arrolámos a documentação produzida pelo Tribunal do Santo Ofício, ou pelos seus ministros e oficiais, que, pela sua natureza, iria constituir parte do arquivo de outras instituições ou pessoas. Isto inclui, entre outros:

- cartas de familiar do Santo Ofício<sup>23</sup>;
- certidões de sentenças para entrega às justiças seculares que acompanhariam os penitentes e pessoas que houvessem de ser relaxadas e seus bens confiscados<sup>24</sup>;

<sup>19</sup> “Capítulo trigésimo segundo” e “Capítulo trigésimo terceiro”, Regimento do Conselho Geral de 1570. In José Eduardo Franco e Paulo de Assunção – *As metamorfoses de um polvo...*, p. 144.

<sup>20</sup> Em 1613, o regimento de D. Pedro de Castilho prescrevia que no secreto houvesse, além do referido no regimento de 1552, um livro redigido pelo promotor onde constasse a lista das pessoas saídas em auto-da-fé e despachadas pelos inquisidores, com indicação da sua respetiva naturalidade, culpas e penas; um livro de lançamento em receita de todos os livros que tivessem de ficar na Inquisição para se emendarem ou não se poderem possuir sem licença; um livro de receita de todas as penas pecuniárias e dinheiro das comutações de penitências; e um livro de registo das fianças dadas no Santo Ofício; e um livro de registo do dinheiro das rendas da Inquisição (“Título I Dos ministros do Santo Ofício e qualidades deles e das cousas que são necessárias para o ministério da Inquisição”, Regimento de 1613. In José Eduardo Franco e Paulo de Assunção – *As metamorfoses de um polvo...*, p. 152-153).

<sup>21</sup> Este regimento adiciona aos anteriores os livros de petições dadas em favor das partes, livros de decretos de prisão, livros contendo as listas dos autos-da-fé enviadas pelas outras Inquisições, livros das comissões dadas pelos prelados às pessoas que assistiam em seu lugar no despacho de seus súbditos, livros de registo das provisões dos ordenados dos ministros e oficiais do Santo Ofício, livros das terras pertencentes ao distrito contendo os nomes dos comissários, escrivães e familiares que nelas se criaram, e livros de receitas várias relativas aos bens dos presos, entre muitos outros (“Título II Das Casas do Despacho, audiências, secreto, oratório e cárceres e das cousas que lhe pertencem” e “Título VIII Do tesoureiro e seu escrivão”, Livro I do Regimento de 1640. In José Eduardo Franco e Paulo de Assunção – *As metamorfoses de um polvo...*, p. 239, 266-267).

<sup>22</sup> Maria do Carmo Dias Farinha – *Os arquivos da Inquisição...*, p. 77-297.

<sup>23</sup> Esta é uma tipologia documental que abunda particularmente na Biblioteca Nacional e Biblioteca Pública de Évora. Estas cartas, uma vez expedidas, fariam parte do arquivo pessoal do agraciado.

<sup>24</sup> Cf. “Capítulo 59”, Regimento de 1552; e “Título IV Do modo de proceder e ordem que se há-de ter com os culpados no crime da heresia e apostasia”, Regimento de 1613, In José Eduardo Franco e Paulo de Assunção – *As metamorfoses de um polvo...*, p. 121, 176. Veja-se, a título de exemplo, um conjunto de certidões autenticadas pelo Santo Ofício de sentenças para confiscação de bens pela justiça secular na Biblioteca Nacional de Portugal, Códice 165 e 1571, *passim*. Cf. Túlio Espanca – A Inquisição de Évora. A

- notificações a superiores de mosteiros ou párocos de igrejas da realização de autos-da-fé e éditos afixados publicamente<sup>25</sup>;
- correspondência expedida: consultas e correspondência com a Cúria Papal, com o Rei, Desembargo do Paço e outros tribunais, com instâncias religiosas ou com as Inquisições de Castela, etc<sup>26</sup>.

A exceção, no caso da correspondência enviada, para além, obviamente dos copiadores<sup>27</sup>, é as cartas escritas em meia lauda, e cujos destinatários deveriam responder à margem das mesmas na outra meia lauda, regressando assim ao remetente a carta, bem como o das comissões cometidas a familiares ou agentes do Santo Ofício ou dos mandados de prisão enviados a um meirinho, que deveriam regressar ao remetente, um procedimento previsto no regimento de 1640<sup>28</sup>.

Também não incluímos correspondência recebida pelos ministros e oficiais do Tribunal do Santo Ofício no âmbito de outras funções que acumulassem coevamente. Um exemplo paradigmático disso são os códices de correspondência recebida por D. Pedro de Castilho, Bispo de Leiria, Vice-Rei de Portugal de 1605 a 1608 e em 1612, e Inquisidor-Geral de 1604 a 1616, que hoje se encontram na Biblioteca da Ajuda<sup>29</sup>. Ao

---

*Cidade de Évora*. XXI. 47 (1964) 120.

<sup>25</sup> Há uma exceção. O regimento de 1640 prescrevia que aquando da publicação de uma carta de édito contra ausentes, uma das cartas seria afixada nas portas da sua casa e em outra carta de édito do mesmo teor se registaria no verso a certidão da sua publicação. Neste caso, essa carta de édito deveria regressar ao Santo Ofício (Isaiás da Rosa Pereira – O que era um auto da fé. Revisão de um problema histórico. In *Anais. Academia Portuguesa da História*. 33 (1993) 289; Rita Marquilhas – *A Faculdade das Letras...*, p. 24-32; “Capítulo 36”, Regimento de 1552; e “Título IV Do modo de proceder e ordem que se há-de ter com os culpados no crime da heresia e apostasia” e “Título V Dos Inquisidores”, Regimento de 1613; “Título XIX Dos ausentes” e “Título XXII De como se hão-de dispor as cousas necessárias para o auto-de-fé e da ordem que nele se há-de guardar” Livro II do Regimento de 1640; e “Título II Dos Inquisidores”, Regimento de 1774. In José Eduardo Franco e Paulo de Assunção – *As metamorfoses de um polvo...*, p. 115, 164, 183, 329, 334, 433; Nelson Vaquinhas – *Da comunicação ao sistema de informação...*, p. 121-122).

<sup>26</sup> Cf. José Pedro Paiva – *As comunicações no âmbito da Igreja e da Inquisição...*, p. 160; “Título dos notários do Santo Ofício”, Regimento de 1552; “Adições e Declarações do Regimento”, Regimento de 1613; e “Título III Dos Inquisidores”, Livro I do Regimento de 1640. In José Eduardo Franco e Paulo de Assunção – *As metamorfoses de um polvo...*, p. 126, 224, 248.

<sup>27</sup> Veja-se, a título de exemplo do que ocorria noutras organizações do Antigo Regime, os dois copiadores de correspondência expedida pela Secretaria de Estado dos Negócios do Reino ao Tribunal do Santo Ofício e consultas recebidas do mesmo Conselho, um com 238 folios e datas extremas de 29.3.1756 a 17.4.1821 (ANTT – *Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, Negócios Eclesiásticos*, Liv. 9916), e outro com 243 folios e datas extremas de 23.3.1756 a 13.8.1803 (ANTT – *Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, Negócios Eclesiásticos*, Liv. 9914).

<sup>28</sup> “Título III Dos Inquisidores”, Livro I do Regimento de 1640, e “Título IV De como se há-de proceder contra os denunciados”, Livro II do Regimento de 1640. In José Eduardo Franco e Paulo de Assunção – *As metamorfoses de um polvo...*, p. 249, 299; Nelson Vaquinhas – *Da comunicação ao sistema de informação...*, p. 124-128.

<sup>29</sup> Nesta Biblioteca, beneficiámos dos índices manuscritos da Dra. Geada, muito exaustivos para os códices de miscelâneas e caixas de avulsos, mas é natural que haja mais documentos avulsos sobre o tema em apreço e que não foram incluídos aqui por falta de tempo para manusear todo o acervo da Biblioteca da Ajuda em tempo útil.

percorreremos essa correspondência, a distinção entre funções dilui-se. Apesar disso, arrolámos as cartas originais pertinentes a assuntos relacionados com as atividades do Santo Ofício.

Não foram ainda incluídos neste trabalho as cópias de documentos, com algumas exceções. A circulação de manuscritos, originais ou em cópia, por diversas razões, é uma característica bem conhecida da época moderna, a qual vê desenvolver-se o gosto pelo colecionismo.<sup>30</sup> Assim, no que toca ao tema em causa, abundam em códices miscelâneos nas bibliotecas portuguesas, como a da Ajuda ou a Geral da Universidade de Coimbra, e até mesmo em fundos de arquivo, como no *Armário Jesuítico* e *Manuscritos da Livraria*, na Torre do Tombo, as cópias de cartas, leis, alvarás, acórdãos de sentenças, listas de autos-da-fé, pareceres e memoriais sobre os cristãos-novos, etc., muito ocasionalmente misturados com originais<sup>31</sup>.

Embora, naturalmente, se encontrem incontáveis documentos em formato de cópia no actual fundo do Tribunal do Santo Ofício na Torre do Tombo, dado que o circuito

<sup>30</sup> Fernando Bouza Álvarez – Para qué imprimir. De autores, público, impresores y manuscritos en el Siglo de Oro. *Cuadernos de Historia Moderna*. 18 (1997) 31-50; *Idem* – Cultura escrita e história do livro: a circulação manuscrita nos séculos XVI e XVII. *Leituras. Revista da Biblioteca Nacional*. 9-10 (2001) 63-95; Ana Isabel Buescu – Cultura impressa e cultura manuscrita em Portugal na Época Moderna: uma sondagem. *Penélope. Fazer e Desfazer a História*. 21 (1999) 11-32; Rodrigo N. Bentes Monteiro – Folhetos em ordem na coleção Barbosa Machado. In *O Império por escrito: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico (séc. XVI-XIX)*. Eds. Leila Mezan Algranti; Ana Paula Torres Megiani. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2009, p. 201-228; Marta Cristina Páscoa – *Fr. Francisco de Oliveira: a escrita da história regional e local no século XVIII*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2002.

<sup>31</sup> O rol seria extenso, mas, a título de exemplo, veja-se Biblioteca da Ajuda – 49-IV-13, 20, 23, 25, 54-IX-17, N.º 133 e, ainda, Augusto Mendes Simões de Castro – *Catálogo de Manuscritos (Códices 1 a 250)*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1940 (reimpr.), p. 166-170; M. Lopes de Almeida (ed.) – *Catálogo de manuscritos (Códices 251 a 555)*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1945, p. 294-301, 605-627; J. da Providência Costa (ed.) – *Catálogo de manuscritos: Códices N.ºs 631 a 705*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1935, p. 116-119; J. da Providência Costa (ed.) – *Catálogo de manuscritos: N.ºs 1081 a 1311*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1935, p. 548-550. Já em 1813, se assinalava que “de muitas Sentenças proferidas no dicto Tribunal, assim contra Ecclesiasticos, como Seculares, tem sahido Copias de dentro do mesmo Sancto Officio; e ha pessoas que tem dellas Collecções” (*Resposta e reflexões á carta que D. Clemente José Collaço Leitão Bispo de Cochim escreveu a D. Salvador dos Reis Arcebispo de Cranganor sobre a sentença que a Inquisição de Lisboa proferio em setembro de 1761 contra o herege e heresiarca Gabriel Malagrida todos tres socios da supprimida, abolida, e extincta Sociedade Jesuitica*. Lisboa: Na Impressão Régia, 1826, p. 14). O interesse por este tipo de documentos continuou no século XIX, como foi o caso da coleção de sentenças e listas de autos-da-fé, bem como documentos originais, compilados por António Joaquim Moreira entre 1847 e 1863 (BNP – Códices 861-869, BPE – *Manizola*, Códice 596), e que ele utilizou na sua obra sobre a Inquisição (António Joaquim Moreira e José Lourenço D. de Mendonça – *História dos Principaes Actos e Procedimentos da Inquisição em Portugal*. Lisboa, 1845), e a coleção de manuscritos de Francisco Joaquim Pereira e Sousa, conservador da Biblioteca Nacional falecido em 1851, na Biblioteca da Faculdade de Direito de Lisboa (BNP – Ms. 83, N.º 11; BFDUL – *Coleção Pereira e Sousa - Mendonça Cortês*, Cx. 9, Mç. 4, N.º 20; Cx. 10, Mç. 8, N.º 15; Cx. 13, Mç. 7, N.º 27; Cx. 16, Mç. 1, N.º 180; Cx. 20, Mç. 1, N.º 45 e Mç. 5, N.º 10; Cx. 23, Mç. 7, N.º 9). Sobre esta coleção, cf. Pedro Pinto – *Índice dos Códices e Manuscritos Avulsos da Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*. Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2013.

de produção, receção, circulação e acumulação de informação dentro e entre os vários tribunais a isso obrigava, a documentação copiada que encontrámos fora do fundo na Torre do Tombo raramente possui indícios formais ou de contexto que permitam, de forma inequívoca, garantir que foi produzida no âmbito da ação do Tribunal e não por outras entidades ou pessoas externas ao Tribunal do Santo Ofício, o que nos levou a excluir muitas dessas espécies deste trabalho<sup>32</sup>.

Por exemplo, listas contendo os nomes, idades, naturalidade, culpas e penas dos que saíam nos autos-da-fé circulavam dentro e fora do Tribunal do Santo Ofício. O regimento de 1613 estatua que as Inquirições enviariam umas às outras um rol dos culpados e presos que em cada uma houvesse, bem como uma lista dos presos saídos nos respetivos autos-da-fé. Também o Inquisidor-Geral receberia uma relação produzida pelos inquisidores referente às pessoas que tinham sido despachadas ou iriam ao auto, com declaração do seu nome, nacionalidade, geração, filiação, estado civil, ofício, naturalidade, residência, culpas, dia de confissão e receção, eventual negação e acusação, condenação e penitências espirituais, penas corporais e pecuniárias, e o ordinário do processo<sup>33</sup>. Isaías da Rosa Pereira recorda que, aparentemente, a partir de 1618 as listas dos condenados eram também impressas e que o Inquisidor-Geral recebia 80 a 100 exemplares, dos quais alguns enviava às pessoas reais e outros ao meirinho e notário do Tribunal. Supunha o referido investigador que o inquisidor e o alcaide do cárcere que organizariam o cortejo dos penitenciados também recebessem a lista manuscrita<sup>34</sup>. As listas eram também entregues a autoridades eclesíásticas e civis, não somente no âmbito da estratégia de afirmação inquisitorial mas também para a ampliação do carácter público de tais ocasiões, um procedimento previsto no regimento mas que levava, por sua vez, à reprodução das mesmas sem o controlo da Inquirição, fenómeno de que há exemplos<sup>35</sup>. As listas serviam também para efeitos concretos de implementação de medidas punitivas adicionais ao serem os réus relaxados às autoridades seculares<sup>36</sup>.

<sup>32</sup> Nelson Vaquinhas – *Da comunicação ao sistema de informação...*, p. 141-142.

<sup>33</sup> “Título V Dos Inquisidores” e “Título VII Do Promotor do Santo Ofício da Inquirição”, Regimento de 1613; “Título III Dos Inquisidores”, “Título VI Do Promotor” e “Título XXII De como se hão-de dispor as cousas necessárias para o auto-de-fé e da ordem que nele se há-de guardar”, Livro I do Regimento de 1640. In José Eduardo Franco e Paulo de Assunção – *As metamorfoses de um polvo...*, p. 181, 188, 249, 262, 335-337.

<sup>34</sup> Isaías da Rosa Pereira – O que era um auto da fé..., p. 290.

<sup>35</sup> Por exemplo, veja-se a carta do Secretário de Estado Diogo de Mendonça Corte Real a Frei José Maria da Fonseca de Évora, à data Comissário Geral da Família Cismontana, redigida em 22.9.1733, em Lisboa, enviando a notícia e a lista do auto-da-fé que se realizara poucos dias antes (Biblioteca da Ajuda – 54-IX-4, N.º 33). Cf. Francisco Bethencourt – *Les sources de l’Inquisition portugaise: évaluation critique et méthodes de recherche*. In *L’inquisizione romana in Italia nell’età moderna: archivi, problemi di metodo e nuove ricerche: atti del seminario internazionale, Trieste, 18-20 maggio 1988*. Roma: Ministero per i beni culturali e ambientali, Ufficio centrale per i beni archivistici, 1991, p. 364; “Título XXII De como se hão-de dispor as cousas necessárias para o auto-de-fé e da ordem que nele se há-de guardar”, Livro II do Regimento de 1640. In José Eduardo Franco e Paulo de Assunção – *As metamorfoses de um polvo...*, p. 336-337; Rita Marquilhas – *A Faculdade das Letras...*, p. 26.

<sup>36</sup> Isaías da Rosa Pereira – O que era um auto da fé..., p. 312.

Foi o que aconteceu com a lista das pessoas saídas no auto-da-fé de 8 de agosto de 1683, a qual foi enviada pelo Inquisidor-Geral D. Veríssimo de Lencastre a D. João da Silva, Marquês de Gouveia e Mordomo-Mor, cerca de dois meses mais tarde, as quais geraram, consequentemente, ordens do referido Mordomo-Mor a António Rodrigues de Araújo, Corregedor da Rua Nova de Lisboa, para, no prazo de uma semana, expulsar do Reino as pessoas contidas na lista, e na mesma semana, ordens similares para os corregedores de Tavira e Leiria e para o ouvidor de Setúbal, relativas a outras pessoas<sup>37</sup>.

Adicionalmente, sobretudo no século XVIII, essas listas tornaram-se objeto de interesse por académicos e colecionadores que inclusivamente criaram os seus próprios róis de existências e faltas nas suas coleções de listas de autos-da-fé, recorrendo a livreiros e correspondentes para que lhes obtivessem os exemplares em falta ou pagando por cópias manuscritas dos exemplares em falta. A tal ponto que o regimento de 1774, de inspiração mais reformista e crítica dos regimentos anteriores, fruto do contexto de dominação pombalina da política portuguesa, ordenava que daí em diante não se formassem mais listas dos réus processados e sentenciados nas Mesas das Inquisições, apodando tais coleções “curiosas” de “malignas” e inconvenientes contra o serviço de Deus, do Rei e do bem comum, quicá pela perenidade que as listas propiciavam à divulgação da memória dos infamados por gerações sem fim<sup>38</sup>.

<sup>37</sup> BNP – Códice 13168, f. 5-7.

<sup>38</sup> O bibliógrafo Diogo Barbosa Machado compilou um volumoso conjunto destas listas, hoje na Biblioteca Pública de Évora (BPE – Códice CVI/1-37), segundo identificação de Túlio Espanca, que arrolou também outras relações manuscritas desta tipologia documental existentes nos séculos XVIII-XIX: “2 coleções na Livraria Pública; 1 na Livraria do Convento de Jesus; 1 do Dr. Abranches; 1 do Sr. Moreira, empregado da Academia Real das Ciências; 1 na Livraria da Ajuda; 1 do escritor António Lourenço Caminha” (Túlio Espanca – A Inquisição de Évora..., p. 120-121). Num dos códices factícios de compilação destas listas, existente na Biblioteca Nacional, foi encadernado no final do códice um conjunto de folios que são bem exemplificativos do fenómeno colecionista (BNP – Códice 168, f. 332-343). Não se sabe o nome do colecionador, que, à luz dos anos referidos, prepara estes documentos em meados da década de 1750, mas estes folios incluem uma “lista do que me faltam impressas”, com muitas emendas resultantes do progressivo processo de acumulação e coleção (f. 332), uma folha com as falhas na coleção e indicação para serem compradas a livreiros em Évora: “Comprarão em Evora em Caza dos Livreiros se tiverem as Listas do auto da fé dos annos seguintes impressas” (f. 333), um rol das listas que um correspondente de Lisboa, o Padre José Perdigão, jesuíta, lhe enviara e de outras copiadas das que possuía o desembargador Filipe de Abranches em 1752, com indicação do custo dos traslados (f. 334), e um pedido endereçado a um corregedor para que pedisse “a algum curioso de Euora huma copia da listas dos autos da fé que se apontão”, de 1686 a 1750, com indicação expressa do pedido de certa lista ser somente manuscrita ou impressa ou em ambos os formatos (f. 338). Há também uma preocupação em reunir as melhores cópias em função de variantes que importava destringer (f. 337). Além de listas, circulavam também cópias de sentenças, referindo este colecionador que um amigo seu possuía as sentenças proferidas contra Frei Alexandre de Múrcia Barbadinho, o Dr. António Homem, Luís de La Penha e Francisco de Sá e Mesquita, as quais mandaria quando o seu correspondente as quisesse (f. 337). Cf. Francisco Bethencourt – *História das Inquisições. Portugal, Espanha e Itália*. S.l.: Círculo de Leitores, 1994, p. 41-42, 200-201, 228-230; e cit. do regimento de 1774 em *Regimento do Santo Officio da Inquisição dos Reinos de Portugal, ordenado com o real beneplacito, e regio auxilio pelo eminentissimo, e reverendissimo senhor cardeal da cunha, dos conselhos de estado, e gabinete de sua magestade, e inquisidor geral nestes reinos, e em todos os seus dominios*. Lisboa: Miguel Manescal da Costa, 1774, p. 91.

Incluimos apenas as cópias de tipologias documentais, como listas dos autos-da-fé, etc., que possuem marcas de autenticação do Santo Ofício, marcas de posse ou outros indícios codicológicos, diplomáticos ou paleográficos que permitam concluir que pertenceriam ao Santo Ofício ou a seus ministros e oficiais no decurso das suas atividades inquisitoriais, como, por exemplo, as públicas-formas certificadas por secretários e notários do Tribunal e que, concomitantemente, pudessem, segundo o circuito de informação previsto nos regimentos, pertencer ao arquivo da Inquisição. Em casos pontuais, a exclusão ou adição de espécies a este trabalho pode ser discutível e compreendemos que há sempre um grau de subjetividade inerente a este processo de avaliação e seleção quando faltam elementos essenciais como as assinaturas ou certificações notariais.

As cópias não-certificadas que excepcionalmente arrolámos são as que constam de códices factícios relacionados com a Inquisição que tenham pertencido a ministros e oficiais do Tribunal e que encontrámos em algumas bibliotecas e arquivos, pois, como se observa no atual fundo na Torre do Tombo, e a isso já aludimos no início deste trabalho a respeito da documentação epistolar do Cardeal da Cunha não relacionada com o Santo Ofício, o arquivo da Inquisição é também, frequentemente, o arquivo dos seus ministros e oficiais<sup>39</sup>, pois toda a sua produção escrita originada no âmbito do seu ministério, cadernos, notas, comentários, etc., deveria, em teoria, permanecer na esfera do tribunal. Era o próprio regimento inquisitorial que prescrevia que fossem produzidos documentos dessa índole. Por exemplo, em 1613, o regimento de D. Pedro de Castilho recomendava que cada inquisidor tivesse um caderno pessoal onde escrevesse o nome dos presos, o dia em que tinham entrado no cárcere, o dia das sessões, libelos, publicações, termos judiciais e suas confissões, para poderem melhor controlar o expediente relacionado com os presos. Em 1640, o procedimento mantinha-se como obrigação dos inquisidores, mas imbuído de um espírito ainda mais burocrático e controlador. Este novo regimento obrigava a que os inquisidores abrissem um segundo caderno de lembranças, onde

---

<sup>39</sup> Contudo, embora tenhamos encontrado muita documentação pessoal pertencente a inquisidores, ministros e oficiais do Santo Ofício, não nos abalançámos a arrolar tudo o que lhes pertenceu, apenas o que estivesse relacionado com a sua atividade inquisitorial, dadas as limitações objetivas de tempo e espaço impostas a este trabalho. No próprio arquivo atual da Inquisição, há vários códices do Conselho Geral relativos a D. Francisco de Castro, Inquisidor-Geral desde 1630, como o inventário de seus bens, de 1649, ou o inventário dos bens dos morgados de D. João de Castro Teles Henriques, filho de D. Pedro Fernandes de Castro, cujo tutor era o inquisidor-geral, bem como um livro de escrituras efetuadas por D. Miguel de Castro, arcebispo de Lisboa, inquisidor em Lisboa a partir de 1623, relacionadas com a testamentaria da Infanta D. Maria para os anos de 1586 a 1598, todos enquadrando-se na esfera pessoal dos inquisidores e não ao serviço do Tribunal do Santo Ofício (Maria do Carmo Dias Farinha – *Os arquivos da Inquisição...*, p. 149). A título de exemplo, veja-se as miscelâneas histórico-políticas pertencentes ao Inquisidor Cristóvão Salema Correia (ANTT – *Manuscritos da Livraria*, 167-170), um livro de linhagens, um foral manuelino e os estatutos da Sé de Roma pertencentes ao Inquisidor-Geral D. José Maria de Melo (ANTT – *Livros de Linhagens*, 148; *Manuscritos da Livraria*, 530 e 918) ou uma tradução de um panegírico de Plínio, o Moço, pertencente ao Inquisidor Luís António Fragoso de Barros (BNP – Códice 13066).

calendarizariam todas os diferentes tipos de sessões que faltava realizar com cada um dos presos. E também os promotores deveriam ter vários cadernos, um primeiro onde se registariam os presos que estavam nos cárceres, um segundo dos termos, sessões e diligências a realizar nos seus processos, um terceiro onde registariam as pessoas delatadas para que, mais tarde, com a acumulação de provas, se pudesse proceder contra elas, além de outro onde registariam as petições em favor de partes<sup>40</sup>.

Além disso, esperava-se que o regimento fosse bem conhecido e cumprido por todos. Desde o primeiro regimento, de 1552, que havia prescrições específicas para que ele fosse lido quadrimestralmente, mas foi com o de 1613, de D. Pedro de Castilho, que surgiu a indicação que uma cópia do mesmo fosse dada aos deputados do Santo Ofício, para nele se instruírem e saberem as matérias de sua obrigação<sup>41</sup>. Em 1640, o regimento definia melhor que inquisidores, deputados e promotor deviam ter o regimento em sua casa e que aos mais oficiais se lhes deveria ser dado o traslado do título que lhes pertencesse para cumprimento das suas obrigações<sup>42</sup>.

Assim, achámos pertinente incluir notícia de uma amostragem das obras mandadas imprimir pelo Santo Ofício, escolhendo para o efeito apenas os exemplares localizados em Portugal dos regimentos do Tribunal e do Fisco, os colectórios e os privilégios dos familiares que contivessem marcas de posse e anotações manuscritas de Inquisidores, ministros e oficiais do Santo Ofício<sup>43</sup>.

Um estudo comparativo das notas e marcas de posse poderá revelar aspetos menos conhecidos dos hábitos e métodos de leitura e anotação dos seus possuidores, os seus pontos comuns ou dissonantes. Alguns contêm poucas notas e alguns sublinhados, ao passo que outros contêm notas de várias mãos, remissões para outros códigos legislativos, decisões do Conselho Geral e acórdãos de processos de várias Inquisições, notas derivadas da experiência pessoal do possuidor, adições por cópia integral no final do impresso de acórdãos, cartas e outros documentos de génese inquisitorial, relatos de eventos marcantes do seu tempo relacionados com o Santo Ofício (como, por exemplo, um registo do que ocorrera em Évora quando lá chegara a notícia da libertação da prisão de D. Francisco de Castro, Inquisidor-Geral, em 8.3.1649), diagramas de sistematização das orientações para o tormento, a inserção de folhas brancas adicionais entre cada

<sup>40</sup> “Título V Dos Inquisidores”, Regimento de 1613; “Título III Dos Inquisidores” e “Título VI Do Promotor”, Livro I do Regimento de 1640. In José Eduardo Franco e Paulo de Assunção – *As metamorfoses de um polvo...*, p. 178, 244-245, 258-259.

<sup>41</sup> “Capítulo 140”, Regimento de 1552, e “Título VI Das cousas que tocam aos inquisidores e oficiais da Inquisição em geral”, Regimento de 1613. In José Eduardo Franco e Paulo de Assunção – *As metamorfoses de um polvo...*, p. 132, 186.

<sup>42</sup> “Título I Dos ministros e oficiais do Santo Ofício e das cousas que nele há-de fazer”, Livro I do Regimento de 1640. In José Eduardo Franco e Paulo de Assunção – *As metamorfoses de um polvo...*, p. 236.

<sup>43</sup> Aquando da extinção do Santo Ofício, encontrava-se no seu espólio documental um conjunto significativo de regimentos impressos e manuscritos, alguns com marcas de posse ou cópia (Maria do Carmo Dias Farinha – *Os arquivos da Inquisição...*, p. 57, 136-140).

folha impressa para a redação de notas mais extensas, entre outros aspetos que poderão revelar muito sobre a interação dos leitores com o texto, as suas motivações e métodos de anotação e referênciação<sup>44</sup>.

O primeiro regimento do Santo Ofício, quinhentista, apenas circulou manuscrito. Esperava-se que tal tipologia documental não estivesse ao alcance de pessoas não-autorizadas para o efeito, mas a realidade nem sempre o evidenciou. Veja-se o caso de uma cópia manuscrita do regimento quinhentista, que, no último quartel do século XVI, passou de mão em mão até ser recolhido num convento. Quem o recebeu, registou no exemplar, em jeito de missiva ao destinatário, indubitavelmente um ministro do santo Ofício, que o livro manuscrito lhe tinha chegado por mão de um Gaspar Carvalho, tangedor de charamela, que o recebera de um indivíduo que, por sua vez, o teria recebido de um frade crúzio. Tudo razões suficientes para o redator da missiva o ter logo recolhido e enviado a quem de direito, por lhe parecer inconveniente “andar por ahi” o regimento do Santo Ofício<sup>45</sup>. Algumas décadas mais tarde, em 1641, o Tribunal do Santo Ofício publicou em Évora um edital ordenando a entrega aos comissários do Santo Ofício de todos os exemplares impressos ou manuscritos do regimento do Santo Ofício na posse de pessoas não-autorizadas para o efeito, uma manifestação de impotência face a uma realidade inconveniente<sup>46</sup>.

Extremamente importante para a preservação e confidencialidade de tudo o que dizia respeito ao Santo Ofício era a proibição, consagrada no cap.º 89.º do regimento de 1552, e reproduzida nos regimentos que se lhe seguiram, de quaisquer papéis, processos ou autos, bem como seus traslados, serem retirados da câmara do secreto sem autorização dos inquisidores. Os notários escreviam nos livros e papéis do secreto e nos processos em curso exclusivamente na casa do despacho deputada para o efeito, devendo posteriormente as espécies documentais regressar ao seu devido lugar<sup>47</sup>.

Perante as disposições regimentais, resta apurar a medida de sucesso da sua implementação. Sabe-se, por exemplo, que, em 3 de novembro de 1629, a Inquisição de Évora notificou um antigo promotor e deputado daquele tribunal para que devolvesse quaisquer documentos que tivesse consigo. A notificação alegava que esse antigo oficial, o Licenciado António Rodrigues Silveira, “tresladou muitos papeis de couzas pertencentes ao santo officio e seu procedimento a saber muitos assentos sessõis libellos resolocõis de cazos particulares regimento do santo officio e modo de proceder”. E porque não convinha que tais papéis estivessem fora do Santo Ofício, o antigo oficial tinha apenas três horas, sob pena

<sup>44</sup> Para a notícia da libertação de D. Francisco de Castro, veja-se BNP – Códice 6986. Para os métodos de leitura e estudo de obras de referência, cf. Ann M. Blair – *Too Much to Know. Managing Scholarly Information before the Modern Age*. New Haven: Yale University Press, 2010.

<sup>45</sup> BNP – Códice 297, f. 76v.

<sup>46</sup> BFDUL – *Coleção Pereira e Sousa - Mendonça Cortês*, Cx. 14, Mç. 8, N.º 1; BNP – Códice 869, f. 452-452v.

<sup>47</sup> “Capítulo 89”, Regimento de 1552; e “Título V Dos deputados”, Livro I do Regimento de 1640. In José Eduardo Franco e Paulo de Assunção – *As metamorfoses de um polvo...*, p. 125, 256-257; Nelson Vaquinhas – *Da comunicação ao sistema de informação...*, p. 137-144.

de excomunhão, para os devolver no mesmo dia, o que veio a suceder, sendo entregue ao notário Sebastião Pais “hum maço de papéis serrados e sellados”<sup>48</sup>. Uma avaliação rigorosa ainda está por fazer e este trabalho procura avançar com alguns dados que ajudarão a fazer tal balanço, na medida em que a identificação e localização de documentos que deveriam estar no arquivo inquisitorial e se encontram hoje em outras instituições pode ajudar a perceber o grau de eficácia das prescrições regimentais.

Inconveniente era também, como referimos, a saída de qualquer papel não-autorizado de dentro do espaço inquisitorial. O regimento de 1613, bem como o de 1640, talvez atendendo a uma prática aparentemente reiterada, admoestou os procuradores que advogavam as causas dos réus a não levarem para casa papel algum, quer original quer em traslado, ou qualquer lembrança escrita de matérias pertencentes ao Santo Ofício<sup>49</sup>. Também no regimento de 1640 se previa que um réu poderia pedir papel para escrever qualquer lembrança relacionada com o seu processo, contanto que as folhas fossem rubricadas por um notário e registado o seu número de folhas, para que posteriormente o réu desse minuciosa conta do papel recebido<sup>50</sup>. Tal não impediu totalmente o acesso dos presos a meios de comunicação escrita entre si ou com o exterior<sup>51</sup>.

## Origens da documentação dispersa: hipóteses explicativas

Em virtude da grande dimensão do acervo hoje guardado na Torre do Tombo, ainda que com algumas falhas em algumas séries, e das poucas espécies documentais encontradas noutros arquivos, em comparação com a dimensão do que sobreviveu, é razoável crer que o secretismo em relação à preservação e gestão documental propostas nos sucessivos regimentos tenha sido implementado com uma grande medida de sucesso<sup>52</sup>.

Ainda assim, houve momentos em que o ruído se fez sentir neste complexo sistema de informação: a falibilidade humana, a negligência, as conspirações, a deterioração física dos suportes físicos da informação, o roubo...

Por exemplo, em 1629, um guarda dos cárceres da Inquisição de Évora servia de correio entre os presos e o mundo exterior. Numa visitação realizada à Inquisição de

<sup>48</sup> BNP – Códice 869, f. 450-451v.

<sup>49</sup> “Título XIII, Dos procuradores que procuram na Inquisição pelas partes”, Regimento de 1613; e “Título IX Dos procuradores dos presos”, Livro I do Regimento de 1640. In José Eduardo Franco e Paulo de Assunção – *As metamorfoses de um polvo...*, p. 196, 270.

<sup>50</sup> “Título VIII Da apresentação do libelo da justiça e defesa dos réus” e “Título Da publicação da prova da justiça”, Livro II do Regimento de 1640. In José Eduardo Franco e Paulo de Assunção – *As metamorfoses de um polvo...*, p. 308, 312.

<sup>51</sup> Veja-se o apêndice documental em Rita Marquilhas – *A Faculdade das Letras...*, e a base de dados em linha do projeto supervisionado pela mesma autora: P.S. Post Scriptum. Arquivo Digital de Escrita Quotidiana em Portugal e Espanha na Idade Moderna, acessível em <http://ps.clul.ul.pt/pt/index.php?action=home>.

<sup>52</sup> Fernanda Olival – Archivi e serie documentarie: Portogallo..., p. 86-87.

Coimbra em 1632, foi notada a inexistência de vários livros de registo previstos no regimento, de autos por reportar e uma grande confusão na arrumação dos papéis. Em 1667, um ladrão roubou a bolsa de um caminheiro ao serviço da Inquisição vindo de Coimbra para Lisboa, a qual continha cinco processos, que acabariam por ser descobertos mais tarde atrás de umas moitas, mas muito molhados e pouco legíveis. Outros exemplos poderiam ser aduzidos<sup>53</sup>.

Um momento de particular tensão no sistema de informação inquisitorial ocorria com a morte de um dos seus, na medida em que, apesar do que estava previsto no regimento, com a proibição da remoção de qualquer documento do Secreto sem autorização superior (e o seu regresso obrigatório ao Secreto depois de servir o seu propósito), a possibilidade de a natureza humana ter contrariado tal ordem ao longo de tantos séculos é razoável. Por regra, isso não acontecia, como o comprovam as referências a documentos arrolados ou resgatados dos locais de trabalho dos ministros inquisitoriais<sup>54</sup>. Assim, depois da morte dos licenciados Diogo Velho e Manuel da Costa de Brito, foi feito, em 12.7.1681, um inventário de todos os papéis que se acharam no Secreto do Conselho Geral, divididos por três gavetas, correspondentes ao expediente das Inquisições do Reino, Lisboa, Coimbra e Évora<sup>55</sup>. Mas mesmo quando esse procedimento de segurança era implementado, nem sempre isso garantia a preservação para a posteridade dentro do Secreto, como o comprova um parecer sobre os cristãos-novos do período de D. João IV achado na gaveta de Belchior Dias Preto, Inquisidor de Lisboa, mas que acabou por sair do Secreto em data incerta e integrar a coleção de António Joaquim Moreira e, posteriormente, entrar na Biblioteca Nacional, por compra

---

<sup>53</sup> Rita Marquilha – *A Faculdade das Letras...*, p. 22-23; José Pedro Paiva – *As comunicações no âmbito da Igreja e da Inquisição...*, p. 170; Nelson Vaquinhas – *Da comunicação ao sistema de informação...*, p. 130-133.

<sup>54</sup> Apesar de D. Francisco de Castro, Inquisidor-Geral, ter compilado o regimento de 1640, o qual proibia que se levasse documentação para fora do Secreto, aquando da elaboração do seu testamento, em 9.10.1652, constata-se que ele mantinha em sua casa documentação relativa ao Santo Ofício. Apesar disso, diligenciou para que ela fosse recolhida e encerrada num caixão de pau-santo e entregue ao seu sucessor no cargo de Inquisidor-Geral, como se depreende da seguinte verba que certamente não deixou de ser executada pelos seus testamenteiros (entre os quais se encontravam Pantaleão Rodrigues Pacheco, eleito bispo de Elvas e membro do Conselho Geral do Santo Ofício, e Diogo Velho, seu secretário e também secretário do Conselho Geral). A verba também contém uma doação de livros para o Tribunal: “Em hum caixão de pau santo que está na Liuraria junto ao bofete em que escreuo estão os papéis que toçao ao santo officio e alguns mais nas gauetas do mesmo bofete, os quaes tanto que Deos me Leuar com os Regimentos que pertencem a Inquisição que todos se Recolherão ao mesmo caixão, e este ao secreto do Conselho Geral e a chauce se entregara a pessoa que me soceder no cargo de Inquisidor Geral e tambem se Recolherão ao mesmo secreto alguns Liuros que ha na liuraria, que alguma hora poderão ser de utilidade ao santo officio os quais deixarei assinados de meu nome na primeira folha ou na ultima” (“Título V Dos deputados”, Livro I do Regimento de 1640. In José Eduardo Franco e Paulo de Assunção – *As metamorfoses de um polvo...*, p. 256-257; Teresa Leonor F. Vale – *O Convento de S. Domingos de Benfica, D. João de Castro e o Instituto Militar dos Pupilos do Exército*, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, 1996, p. 230-233).

<sup>55</sup> ANTT – *Conselho Geral do Santo Ofício*, Mç. 43. Referido em Nelson Vaquinhas – *Da comunicação ao sistema de informação...*, p. 149.

em 1866, um ano após a sua morte<sup>56</sup>. Este colecionador e investigador oitocentista da história da Inquisição compilou um número assinalável de documentos, a maioria em formato de cópia, muitos da sua própria mão, e alguns originais, que hoje se encontram quase todos na Biblioteca Nacional, bem como um pequeno lote na Torre do Tombo (Coleção Moreira, entrada em 1859) e outro na Biblioteca Pública de Évora, na coleção do Visconde da Esperança (vulgarmente conhecida como *Manizola*), que ali entrou em 1955. Entre os originais, encontram-se processos e documentos originais da Inquisições de Lisboa, Évora, Coimbra e Goa<sup>57</sup>.

Face à quase completa inexistência de dados relativos à história custodial da maioria dos documentos arrolados neste trabalho, é difícil saber se toda esta documentação inquisitorial se extraviou antes ou depois da extinção do Tribunal em 1821. Há casos de processos inquisitoriais comprados, como um na Biblioteca Nacional<sup>58</sup>, e outro na Biblioteca Pública de Évora<sup>59</sup>, mas desconhece-se a quem. Em outros documentos, quer códices miscelâneos ou avulsos manuscritos ou impressos, encontram-se marcas de posse de inquisidores-gerais, inquisidores, deputados, promotores, qualificadores, conselheiros, sendo provável que tenham sido transacionados ou transferidos no âmbito da dissolução das bibliotecas dos seus possuidores aquando do seu passamento. Nestas situações, a documentação poderia permanecer com os descendentes ou outros herdeiros, dispersando-se e entrando no circuito dos colecionadores de manuscritos e leilões, alguns deles fazendo assim o seu percurso até bibliotecas e arquivos, como ocorreu com dois códices comprados na Sotheby's no início da década de 1970, um dos quais pertencente originariamente a um anónimo inquisidor setecentista de Évora. As notas que adicionámos nas suas entradas no arrolamento mostram os percursos dos códices por Castela e Inglaterra. Muitos são assim os caminhos que conduzem às bibliotecas e arquivos do País<sup>60</sup>.

Em 1821, quando o Tribunal foi extinto, houve também documentação que permaneceu nas mãos de ministros e oficiais. Em Coimbra, no jornal *O Conimbricense*, Joaquim Martins de Carvalho contou em 1894 como a Inquisição de Coimbra tinha uma cópia “de muita estimação” do primeiro regimento impresso, em “papel forte formato de 4.º grande, imitando todo elle perfeitamente a letra de imprensa”, a qual tinha ficado na posse do notário da Inquisição de Coimbra, Padre Bernardo António Pereira. Por sua morte, a cópia ficara para o seu sobrinho e herdeiro, Ruben Pereira de Carvalho. Foi este último quem a emprestou ao redator da notícia para escrever o seu trabalho comparativo sobre os regimentos da Inquisição. Martins de Carvalho ainda aduziu que

<sup>56</sup> Paulo Barata – *Os livros e o liberalismo: da livraria conventual à biblioteca pública uma alteração de paradigma*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2003, p. 178.

<sup>57</sup> BNP – Códices 861-869 (doc. cit. em BNP – Códice 868, f. 414-414v); BPE – *Manizola*, Códice 596.

<sup>58</sup> BNP – Códice 9812.

<sup>59</sup> BPE – Liv. 40.

<sup>60</sup> BNP – Códices 11043-11044.

na posse do herdeiro estavam vários “papeis manuscriptos, muito curiosos, e entre elles um precioso livro, da letra do referido notario, padre Bernardo Antonio Pereira, feito por elle para lhe facilitar o exercicio do seu cargo. Tem o seguinte titulo: — *Formulario pratico para uso do Secreto da Inquisição de Coimbra, colligido por Bernardo Antonio Pereira, notario da mesma Inquisição. Anno de 1808*”, os quais ofereceria ao redactor (embora se desconheça o seu paradeiro actual)”<sup>61</sup>.

Outra notícia que o mesmo redator narrou no seu jornal, publicada em 27 de junho de 1895 (e repetida, mas mais resumidamente, cerca de dois anos mais tarde, em 11 de maio de 1897, no mesmo local), revela uma manobra de última hora de um dos funcionários do tribunal no ocaso do Santo Ofício em Coimbra. Joaquim Martins de Carvalho recordou então como 26 anos antes, quando estava a publicar no *O Conimbricense* uma série de documentos da Inquisição para expor o que ironicamente considerava a “*santidade dos verdugos inquisidores*”, encontrara “em uma noute no largo de Samsão, hoje praça 8 de Maio, um habil artista, já velho, e das nossas relações, o qual nos disse que estavamos a publicar esses documentos, mas que nos affirmava que nunca haviamos de publicar os que elle tinha em seu poder. Esse artista era filho de um dos guardas da inquisição, o qual, quando ella foi aberta, em 31 de Maio de 1821, tratou de esconder grande numero de documentos, em pergaminho e em papel, de alto merecimento para a historia do santo officio, e em especial para a fundação do maldito tribunal em Coimbra, no meiado do seculo XVI”. Prossegue a história: “Haverá aproximadamente 15 annos, depois de prolongada doença falleceu o alludido artista, tendo imposto a uma pessoa da sua familia a obrigação, sob juramento, de queimar esses documentos, logo que elle fallecesse. Em a noute do seu fallecimento, essa pessoa da familia resistiu tenazmente ás instancias de um individuo da intimidade da casa, para que lhe deixasse tirar alguns documentos, que estavam debaixo da cama do fallecido, num grande caixão pregado. Na manhã seguinte, o alludido individuo, voltando á casa, encontrou na chaminé da cozinha uma grande quantidade de cinzas dos documentos que haviam sido queimados em a noute antecedente”<sup>62</sup>.

Em Évora, veja-se o caso de Manuel Estanislau Fragoso, bacharel em Leis, também conhecido por Manuel Estanislau Fragoso de Barros, Deputado da Inquisição de Évora em 1778 e Promotor no mesmo tribunal dois anos mais tarde. Em 1796 era Inquisidor em Lisboa, e três anos depois foi nomeado conselheiro deputado, sendo intitulado Presidente da Inquisição num processo da Inquisição de Lisboa em 1803. Em 1817, era juiz do Fisco em Évora. Na sua família tinha outros membros do tribunal, como o seu irmão António Manuel Fragoso de Barros, Deputado da Inquisição de Évora em 1762, e Conselheiro Deputado em 1778, o seu tio Luís António Fragoso de Barros, Deputado da

<sup>61</sup> Joaquim Martins de Carvalho – Extravio de livros e documentos. *O Conimbricense*. Ano XLVII, N.º 4833 (9.1.1894), p. 1.

<sup>62</sup> *Idem* – A bandeira da Inquisição de Coimbra. *O Conimbricense*. Ano XLVIII, N.º 4985 (27.6.1895), p. 1; *Idem* – A Inquisição de Coimbra. *O Conimbricense*. Ano L, N.º 5172 (11.5.1897), p. 2.

Inquisição de Évora em 1729, Inquisidor de Évora em 1739 e Conselheiro Deputado em 1759, e o seu avô Manuel Fragoso de Barros, Familiar do Santo Ofício em 1689. Esta é uma das famílias que tipifica uma estratégia transgeracional de promoção e reprodução social ao serviço da Inquisição<sup>63</sup>. Ora, existe muita documentação de Manuel Estanislau Fragoso na Biblioteca Pública de Évora. Cerca de cem documentos encontram-se no seu fundo geral. E mais algumas cartas recebidas por Manuel Estanislau Fragoso no exercício das suas funções inquisitoriais entraram na Biblioteca Pública de Évora em 1955 por via da incorporação da biblioteca do seu sobrinho, o 2.º Visconde da Esperança (1841-1925), que é conhecida por *Coleção Manizola*<sup>64</sup>. Entre outros documentos, encontram-se muitas minutas e rascunhos do punho de Manuel Estanislau, escritos frequentemente em aproveitamentos de sobrescritos de cartas a ele dirigidas. Também nesse maço se encontram documentos dirigidos ao seu tio Luís António Fragoso de Barros e ao seu avô Manuel Fragoso de Barros. Embora pudesse ser tentador pensar que a incorporação da maioria dos documentos terá tido lugar em data posterior à morte de Manuel Estanislau, que ocorreu em 25.3.1825, devido à doação de algum familiar, cremos que, com a exceção dos documentos na posse do seu sobrinho, o Visconde da Esperança, o grosso dos papéis terá entrado mais tarde na Biblioteca Pública de Évora por outra via<sup>65</sup>. Isto porque encontrámos uma nota manuscrita redigida em setembro de 1839 pelo diretor da Biblioteca, Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara. Essa nota faz-nos pensar que estes documentos de Manuel Estanislau Fragoso entraram nessa altura na Biblioteca Pública de Évora, juntamente com um conjunto de livros do Fisco de Évora do século XVII-XVIII. Vale a pena transcrever na íntegra o documento, que anotamos com as cotas atuais das espécies que conseguimos identificar:

“Papeis, que vierão do Santo Officio d’Évora para esta Bibliotheca em Setembro de 1839

<sup>63</sup> ADE – *Câmara Eclesiástica de Évora, Sub-rogação de património*, Cx. 22, N.º 347; BPE – Códice CXXXI/1-12, N.º 4, f. 123-123v; BNP – Códice 864, f. 394-394v; ANTT – *Inquisição de Lisboa*, Mç. 64, n.º 19; *Archivo Eboense* (1893), p. 9; Maria do Carmo Dias Farinha – *Os arquivos da Inquisição...*, p. 313-314, 333-334; Nuno Canas Mendes – Um ramo montemorense da família Vilalobos e Vasconcelos. *Almansor: Revista de Cultura*. 13 (1995-1996) 194; Bruna Melo dos Santos – Hipólito José da Costa e o *Correio Brasileiro*: a idealização de um tipo de sociabilidade maçónica. *Revista de Estudos Históricos de la Masonería Latinoamericana y Caribeña*. 5:1 (2013) 26, 37; Ana Isabel López-Salazar Codes – Família e parentesco en la Inquisición portuguesa: el caso del Consejo General (1569-1821). In: *Honra e Sociedade no Mundo Ibérico e Ultramarino: Inquisição e Ordens Militares: séculos XVI-XIX*. Eds. Ana Isabel López-Salazar Codes; Fernanda Olival; João de Figueirôa-Rêgo. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2013, p. 129-154.

<sup>64</sup> Manuel Estanislau Fragoso era irmão de D. Maria Margarida, mãe de José Bernardo de Barahona Fragoso Cordovil da Gama Lobo, 2.º Visconde da Esperança (<https://geneall.net/en/name/408176/manuel-estanislau-fragoso/>, consultado em 22-06-2018).

<sup>65</sup> BPE – Códice CXXXI/1-8, N.º 27-109; Códice CXXXI/1-12, f. 115-133v (apesar de numerados como se fossem folios de um códice, trata-se de documentos avulsos); *Manizola*, Códice 37; 112. A data do óbito está registada no site Geneall (<https://geneall.net/en/name/408176/manuel-estanislau-fragoso/>, consultado em 21-06-2018).

Manoel Navarro – Postillas Medicas – 1 vol. fol.

<sup>66</sup>Livro da Criação dos Officiaes do Fisco da Inquisição de Évora – 1703 – 1 vol. fol.

<sup>67</sup>Livro dos Registos das Sentenças definitivas dadas pelo Visitador no Juizo da Visita do Fisco da Inquisição – 1 vol. fol.

<sup>68</sup>Livro 2.º do Dinheiro depositado, do Fisco da Inquisição. Começa em 3 de Dezembro de 1637 – 1 vol. fol.

<sup>69</sup>2.º Livro da Receita do Julgado do Thesoureiro do Fisco da Inquisição de Évora. Começa em 25 d’Outubro de 1678, acaba em 7 de Setembro de 1680 – 1 vol. fol.

<sup>70</sup>5.º Livro da Receita do Cofre do Fisco da Inquisição de Évora – 1750 – 1 vol. fol.

<sup>71</sup>6.º Livro – idem – 1751 – 1 vol. fol.

<sup>72</sup>7.º Livro – idem – 1754 – 1 vol. fol.

<sup>73</sup>Livro do Cofre do Fisco, que começou em 1757 – 1 vol. fol.

Varios Papeis impressos e manuscriptos n’uma pasta de pegaminho [*sic*] – fol.

1 vol. MS. em 4.º, que contem = Annotationes in Dialecticam Aristotelis. = Tragedia cui nomem inditum Saul Gelboeus = Psalmos paraphraseados em versos lyricos, e outras pequenas peças tambem em verso latino.

Varios papeis manuscriptos n’uma pasta de pegaminho – 4.º<sup>74</sup>.

Ao passo que todos os livros do Fisco de Évora estão devidamente identificados, os manuscritos de Medicina e Filosofia parecem não constar do catálogo que o próprio Rivara mandou publicar em 1850 nem nas suas fichas manuscritas existentes na Sala de Leitura. Mas como há muitas espécies no depósito da Biblioteca Pública de Évora ainda por catalogar, eles ainda poderão ser identificados no futuro. Quanto aos dois maços de papéis e impressos manuscritos em pastas de pergaminho, poderão corresponder, na sua maior parte, aos manuscritos de Manuel Estanislau Fragoso, isto porque embora os seus papéis estejam hoje divididos fisicamente em duas cotas (Códices CXXXI/1-8 e CXXXI/1-12), na segunda das cotas, Rivara escreveu na capilha que envolve os documentos de Manuel Estanislau a seguinte nota: “Papeis que foram da Inquisição de Évora”. Ressalte-se que um desses documentos, o Códice CXXXI/1-8, N.º 36, contém registos de 1826 relativos a uma casa pertencente a um dos Inquisidores de Évora, posteriores à morte de Manuel Estanislau Fragoso, fazendo mais sentido que esses dois

<sup>66</sup> BPE – Códice CXXVI/2-29.

<sup>67</sup> BPE – Códice CXXVI/2-30.

<sup>68</sup> BPE – Códice CXXVI/2-31.

<sup>69</sup> BPE – Códice CXXVI/2-32.

<sup>70</sup> BPE – Códice CXXVI/2-33.

<sup>71</sup> BPE – Códice CXXVI/2-34.

<sup>72</sup> BPE – Códice CXXVI/2-35.

<sup>73</sup> BPE – Códice CXXVI/2-36.

<sup>74</sup> BPE – Códice C/2-18, N.º 8, f. 25-25v.

maços (Códices CXXXI/1-8 e CXXXI/1-12) fizessem parte da documentação avulsa que o escrivão responsável pelo inventário do cartório do Juízo do Fisco não detalhou, e que, naturalmente, continuaram a crescer em tamanho devido à gestão dos bens do extinto tribunal<sup>75</sup>.

Como se referirá mais adiante, o cartório do Fisco de Évora não seguiu para a Biblioteca Pública da Corte, hoje Biblioteca Nacional, aquando da inventariação e remessa do cartório da Inquisição (processo concluído em 21 de julho de 1821 com a entrega de 88 caixotes de livros e papéis na referida biblioteca)<sup>76</sup>. Releve-se que o inventário dos papéis e livros existentes no Juízo do Fisco de Évora, iniciado apenas em 24 de julho de 1821, não é muito específico nos itens descritos e não aparenta ter os livros que hoje existem na Torre do Tombo, de 1570 a 1674, quiçá remetidos em data incerta, anterior a 1821, pelo Juízo do Fisco para o Secreto da Inquisição de Évora<sup>77</sup>. Ainda assim, nota-se a existência nesse inventário do Juízo do Fisco de um livro de criação dos oficiais e outro de depósitos de 1680, que poderão corresponder ao segundo e quinto itens na lista de 1839 atrás transcrita, indiciando assim mais uma vez que o cartório do Juízo do Fisco arrolado em 1821 terá permanecido em Évora, sendo parte dele entregue na Biblioteca Pública em 1839, como Rivara registou<sup>78</sup>.

Esse período foi frutífero em novas incorporações inquisitoriais dado que em 1842 Rivara acolheria mais um conjunto de documentos, desta feita pertencentes a um notário da Inquisição de Évora, à época ainda vivo, nonagenário, na sequência de diligências conduzidas por Frei Diogo do Patrocínio, que ficou na posse do material entregue primeiramente ao sacerdote José Joaquim da Silva. Segundo uma carta do ex-notário, redigida em Évora em 19.8.1838 e que acompanha um largo códice contendo vários documentos inquisitoriais, poderia “acontecer que a Divina Providencia ainda reserve a restauração do Santo Officio”, e ele, “como Notario que fui do mesmo 36 annos perfectos, e completos até á extincçam, em que actualmente está, devo entregar, e entrego ao mui respeitavel zelo de V. Exa. [...] para se conservarem no precizo, e a bom recato os Documentos seguintes, que talvez poderam ainda servir, e eu conservara, como devia, e sam = O Regimento que o nosso Augusto Soberano Senhor Dom Joze 1.º, de saudoza memoria, deo ao tribunal, que justamente por elle se governara, e confirmado pelo mesmo soberano Senhor pelo seu Alvará annexo, datado em o 1.º de 7<sup>bro</sup> de 1774: huma Collecçam de abjurações de Levi, e Termos de segredo: - Outra de Hidas, e Penitencias:

<sup>75</sup> Um outro manuscrito que veio nesse lote foi uma denúncia de Diogo de Margalho de 1687, que contém também uma nota manuscrita a lápis de ter entrado na Biblioteca em setembro de 1839 (BPE – Códice CXXXI/1-8; Códice CXXXI/1-12, para os papéis de Manuel Estanislau Fragoso; Códice CVI/1-40, N.º 17, para a denúncia).

<sup>76</sup> Cf. Fernanda Olival e Bruno Lopes – Fontes sobre o Fisco da Inquisição nos acervos do Arquivo Distrital e da Biblioteca Pública de Évora. *Revista de Fontes* 9 (2018) 25-33.

<sup>77</sup> Maria do Carmo Dias Farinha – *Os arquivos da Inquisição...*, p. 269-271.

<sup>78</sup> ADE – *Provedoria de Évora, Administração da Fazenda Real, Administração Patrimonial, Inquisição de Évora*, Cx. 1, Peça 3; cf. Fernanda Olival e Bruno Lopes – Fontes sobre o Fisco da Inquisição..., p. 32.

- outra para / Diligencias Extrajudiciaes de Habilitandos: outra para as Judiciaes dos mesmos: - a Pasta que comprehende a Constituiçam do Papa Pio 5.º contra os que offendem o Estado, Negocios, e Pessoas do Santo Officio; abjurações dos Bigamos; ditas de Levi; ditas de Vehementi; ditas em Forma; e ditas dos Jmpedientes, e Fautores: - e finalmente o Compromisso da Jrmandade do Sr. São Pedro Martyr<sup>79</sup>. Todos estes Documentos tenho a honra de entregar a V. Exa., para que, depois do meu obito, nam padeçam enxovalho de pessoas, a quem nam pertence o conhecimento, e uzo delles<sup>80</sup>.

Vemos assim que havia ainda documentação inquisitorial no distrito de Évora por recolher no século XIX na posse de particulares. Assinale-se ainda a sensibilidade e urbanidade de vários cidadãos que se envolveram para albergar estes documentos na Biblioteca Pública. Assim, em 21.10.1885 Frederico Vaz Martins, Prior da Igreja de São Mamede de Évora, doou à Biblioteca um conjunto muito interessante de documentos, entre os quais o processo inquisitorial do famoso escritor Cavaleiro de Oliveira, sentenciado em 1761 *in absentia*; um processo de habilitação a homem do meirinho da Inquisição de Évora, de 1816-1817; um interessante índice de dezanove maços do cartório da Inquisição de Évora, posterior a 1743, e vários formulários e anotações ao regimento setecentista da Inquisição<sup>81</sup>.

Mas a principal explicação para a dispersão dos arquivos inquisitoriais prende-se, sem dúvida, com o processo de transferência dos vários cartórios inquisitoriais para a Biblioteca Nacional e, posteriormente, para a Torre do Tombo, no século XIX. A maioria da documentação inquisitorial que permanece ainda hoje na Biblioteca Nacional resulta de um processo conturbado e deficiente de incorporação na Torre do Tombo. Deficiente na medida em que não se atingiu o objetivo proposto, a saber, a integral transposição do acervo à guarda da Biblioteca para a Torre do Tombo, tendo permanecido dezenas de códices do Conselho Geral e das Inquisições naquela instituição, onde, apesar de tudo, podem ser consultados.

Após a extinção do Santo Ofício, em 1821, os seus bens, móveis e imóveis, os seus cartórios e bibliotecas foram arrolados. Muitos dos bens móveis foram vendidos em hasta pública ou entregues no Erário Régio. Os bens imóveis passaram a ser administrados pelos Provedores das Comarcas. Optámos, também, neste trabalho, por inventariar sumariamente tais registos pós-extinção, por serem úteis para a compreensão quer do fenómeno inquisitorial no dealbar do século XIX quer da dispersão do seu património móvel e imóvel.

Recordar como se processou, em particular, a inventariação, recolha, transporte e depósito final dos cartórios inquisitoriais é, também, uma forma de tentar compreender

<sup>79</sup> Poderá corresponder a BPE – Códice CVI/1-32, uma cópia setecentista do compromisso da dita irmandade, o qual não ostenta, contudo, marcas de posse.

<sup>80</sup> BPE – Códice CVI/1-38.

<sup>81</sup> BPE – Códice CXXXI/1-10 e CXXXI/1-19. O processo foi publicado em António Francisco Barata – O Cavalleiro de Oliveira e a Inquisição. *Archivo Historico Portuguez*. II (1904) 281-315.

em que pontos desse processo poderão ter existido falhas ou lacunas que expliquem a existência de um número razoável de espécies documentais que, indubitavelmente, não se deveriam ter descaminhado.

Seguimos a narrativa apresentada por Maria do Carmo Farinha na sua introdução ao inventário do fundo inquisitorial na Torre do Tombo, com algumas informações adicionais obtidas em documentação que a conservadora não utilizou, proveniente de vários arquivos, devidamente assinalados em rodapé.

O decreto das Cortes de 31 de março de 1821 que extinguiu o Tribunal de Santo Officio foi alvo de prévias discussões e reformulações parlamentares que convém realçar. O projeto inicial, de 5 de fevereiro de 1821, apresentado pelo deputado Francisco Simões Margiocchi, era muito menos detalhado sobre o destino a dar à documentação inquisitorial do que aquilo que veio a ser plasmado no conhecido decreto. Margiocchi sugeriu simplesmente no artigo 3.º que os “seus Cartorios serão remetidos para a salla dos Manuscriptos da Bibliotheca Publica de Lisboa”<sup>82</sup>. Três dias mais tarde, o deputado José Ferrão de Mendonça apresentou um aditamento ao projeto de lei de abolição da Inquisição. Propôs que se recolhessem na “Bibliotheca Nacional todos os seus Regimentos, Manuscriptos, e Impressos, e todos os mais Livros que ali se acharem, ou sejam pertencentes ao Tribunal, ou sejam de Tomadias que se fizerão aos réos”. O deputado fazia uma ressalva em relação aos “estupidos, e barbaros Processos de Feitiçarias, de Judaismo, e outros semelhantes, pelos quaes fizerão aparecer sobre os Cadafalsos publicos em habitos de infamia 23\$168 reos recebidos, e 1\$454 comdemnados ao Fogo, infamando assim tantos milhares de familias de todas as Classes da Nação”. Sugeriu, portanto, com um evidente simbolismo redentor, “que todos esses processos sejam queimados sobre hum Cadafalso no meio do Rocio ultimo Auto de fé que os reduza a Cinzas, para que mais se não saibão as manchas com que denegrirão tantas familias innocentes”<sup>83</sup>. Mas, na discussão parlamentar que teve lugar em 24 de março, esta proposta não venceu no que tocou a um último auto-da-fé, o dos processos. Evitou-se assim uma situação semelhante à que ocorreu em Goa, em 1814, após a extinção definitiva daquele tribunal. A redação final do articulado no decreto de extinção relativo aos cartórios ganhou a sua forma definitiva nas comissões parlamentares eclesiástica e de legislação, após a sessão parlamentar de 24 de março ter acordado com o essencial, ou seja, “Que todos os Processos, Livros, e mais papeis pertencentes ao extincto Tribunal se recolhessem á Bibliotheca Publica, onde serão guardados com cautela. – Que os Processos pendentes serão remetidos ás competentes Auctoridades”. As duas comissões, reunidas, precisaram assim que apenas os processos findos seguiriam para a Biblioteca e que seria realizado um inventário do espólio arquivístico<sup>84</sup>. A redação final, publicada em 5 de

<sup>82</sup> AHP – Sec. I/II, Cx. 134, Mç. 93, f. 58v.

<sup>83</sup> AHP – Sec. I/II, Cx. 134, Mç. 93, f. 71v-72v. Referido em Ana Maria Homem Leal de Faria – A extinção da Inquisição. In João Medina (dir.) – *História de Portugal*. Lisboa: Ediclube, vol. 6, p. 172-173.

<sup>84</sup> AHP – Sec. I/II, Cx. 134, Mç. 93, f. 71v-72v; *Diario das Cortes Geraes e Extraordinarias da Nação*

abril, é conhecida mas deve ser aqui registada: ela definiu que incumbia ao Tesouro Público Nacional a administração provisória dos bens e rendimentos das Inquisições, mas que “Todos os Livros, Manuscriptos, Processos findos, e tudo o mais que existir nos Cartorios do mencionado Tribunal, e Inquisições, serão remetidos á Bibliotheca Publica de Lisboa, para serem conservados em cautela na Repartição dos Manuscriptos, e inventariados”<sup>85</sup>.

Após a emissão de uma portaria governamental, foi apenas no dia 10 de maio, cinco semanas depois, que o Tesouro Nacional encarregou o Corregedor do Crime do Bairro de Alfama de se dirigir ao Inquisidor-Geral a fim de proceder a um inventário judicial de todos os bens de raiz, móveis, alfaias e papéis pertencentes ao Conselho Geral do Santo Ofício e Inquisição de Lisboa, para remeter posteriormente à Biblioteca Pública os livros, manuscritos e processos findos, e conservar o mais em depósito até se lhe designar o destino que deviam ter, dando desta diligência conhecimento no mesmo dia ao Bispo Inquisidor-Geral<sup>86</sup>. Um procedimento de natureza similar foi posto em marcha no dia 14 do mesmo mês no que concernia aos tribunais distritais de Coimbra e Évora, como veremos de seguida<sup>87</sup>.

Pudemos apurar, graças a documentação recentemente tratada pelo Arquivo Distrital de Évora, que o inventário dos bens móveis e imóveis da Inquisição de Évora se iniciou em 25 de maio de 1821, após ordem expedida pelo Tesouro Público Nacional dez dias antes, como já referimos, ao Provedor da Comarca de Évora. Estavam presentes o referido provedor, Joaquim Gonçalves Vaz, o escrivão Jacinto da Rosa Abrantes e Oliveira, o meirinho Francisco de Paula Bertelote, e o secretário do extinto tribunal, Sebastião José Fernandes Miguéis, tendo sido dada prioridade aos bens de raiz, bens móveis e alfaias do Tribunal. Esta parte do inventário ficou concluída em 14 de junho de 1821, ficando para uma segunda fase o inventário do cartório da Inquisição, porque os papéis eram “muitos e pelo máo estado em que se achão e parte delles em dezarranjo”, exigindo mais tempo<sup>88</sup>.

O labor inventariante, agora centrado na biblioteca, livros e papéis do cartório, recomeçou no dia seguinte, 15 de junho de 1821, sendo discriminado de forma genérica o seu conteúdo, o qual ocupou 88 caixotes. Note-se que o escrivão responsável pelo inventário se apercebeu na ocasião da inexistência dos livros de receita e despesa, naturalmente os mais relevantes para a perceção dos réditos inquisitoriais pelo Tesouro Público Nacional nos anos à frente. O secretário do extinto tribunal foi então inquirido,

---

*Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1821, p. 358; cf. Giuseppe Marcocci e José Pedro Paiva – *História da Inquisição Portuguesa 1536-1821*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2013, p. 424-425, 440-445.

<sup>85</sup> *Diário das Cortes Geraes e Extraordinarias da Nação Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1821, p. 421.

<sup>86</sup> ATC – *Erário Régio*, 437, p. 536.

<sup>87</sup> ATC – *Erário Régio*, 2538, f. 150.

<sup>88</sup> ADE – *Provedoria de Évora, Administração da Fazenda Real, Administração Patrimonial, Inquisição de Évora*, Cx. 1, Peça 2, f. 1-1v, 3, 21; cf. Fernanda Olival e Bruno Lopes – *Fontes sobre o Fisco da Inquisição...*, p. 28-29.

duas semanas mais tarde, sobre se se tinham extraviado algumas espécies desde que se começara o inventário em 24 de maio, dado que as chaves do cartório estavam na posse do secretário, ou inclusivamente se se tinham extraviado antes da extinção do tribunal. O secretário negou que tal tivesse sucedido, mas alertou que tinha notado a falta de dois livros de registo de cartas do Conselho Geral e Inquisições, dois maços de cartas e três maços de contas, os quais tinham, entretanto, regressado ao cartório, no dia 27 de junho, quatro dias antes da conclusão do inventário do cartório, após diligências por si efetuadas junto do Inquisidor João Baptista de Ataíde Mascarenhas Cordovil<sup>89</sup>.

Colocados em 88 caixotes, os papéis e livros da Inquisição de Évora foram conduzidos à Biblioteca Pública de Évora no dia 10 de julho desse ano, após se ter realizado uma venda de mobília do extinto tribunal em hasta pública para financiar o seu transporte para Lisboa. Seguiram esses caixotes até Alcácer do Sal, escoltados por guardas e um oficial responsável. Alguns dos caixotes tiveram que ser lá consertados. Dessa localidade seguiram até Belém, por barco, sendo finalmente entregues pelo oficial José Inácio das Neves a António Feliciano Velho Oldemberg na Biblioteca Pública da Corte em Lisboa, em 21 de julho de 1821. O inventário do cartório regista ainda a existência de alguma documentação que permaneceria à guarda do escrivão para se remeter ao Tesouro Público Nacional: dez títulos da fazenda pertencente ao tribunal, quatro cadernos com as contas de 1818-1821, um maço de denúncias e outro de causas de processos não-findos. Sobrevive no Arquivo do Tribunal de Contas ainda hoje, com a cota “Casa dos Contos, 46”, um maço com títulos da fazenda que corresponde ao primeiro item, desconhecendo-se o paradeiro dos demais itens<sup>90</sup>.

Apesar de diligências efetuadas na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra e no Arquivo da Universidade de Coimbra, não foi possível apurar como se concretizou, na prática, a transferência do cartório da Inquisição daquela cidade para Lisboa, dado que a documentação administrativa da Universidade para esse período ainda está em tratamento arquivístico, partindo do pressuposto que a documentação transitaria por ali a caminho de Lisboa, como sucedeu em Évora com a Biblioteca Pública local.

Do que ficou registado num livro copiador de correspondência expedida pelo Tesouro Público Nacional para o provedor da comarca de Coimbra conseguiu-se apurar que após o envio da ordem, similar à de Évora, em 14 de maio de 1821, para a recolha e inventariação dos bens de raiz, móveis, alfaias e papéis da Inquisição de Coimbra, o

<sup>89</sup> ADE – *Provedoria de Évora, Administração da Fazenda Real, Administração Patrimonial, Inquisição de Évora*, Cx. 1, Peça 2, f. 22-32.

<sup>90</sup> ADE – *Provedoria de Évora, Administração da Fazenda Real, Administração Patrimonial, Inquisição de Évora*, Cx. 1, Peça 3. Contudo, a documentação que jazia no Juízo do Fisco de Évora, como referimos atrás, apenas começou a ser inventariada depois da remessa da Inquisição de Évora ser entregue em Lisboa, precisamente três dias depois, em 24 de julho de 1821, pelo mesmo escrivão do primeiro inventário, perante o referido provedor da comarca e o juiz e escrivão do Fisco. Aparentemente, tudo indica que não terá seguido para Lisboa e apenas em 1839 parte dela foi entregue à guarda da Biblioteca Pública de Évora, onde jaz hoje; cf. Fernanda Olival e Bruno Lopes – *Fontes sobre o Fisco da Inquisição...*, p. 29-30.

dito provedor terá adiado o início do inventário judicial, manifestando, ainda, algumas dúvidas no procedimento a seguir, as quais concretizaria em cartas enviadas ao Tesouro Público em 21 e 26 do mesmo mês. Apenas conhecemos as respostas às ditas cartas onde consta parte do arrazoado do provedor. Assim, em 21 de maio, o provedor teria solicitado indicações mais precisas sobre o que tinha de fazer para dar inteiro cumprimento à provisão, ao que o Tesouro Público respondeu dois dias mais tarde que deveria vender em hasta pública a mobília da casa da Inquisição para com o seu produto suprir a despesa da condução dos livros e papéis ao ponto do seu destino (sendo que se a verba obtida fosse insuficiente, poderia recorrer aos fundos do Tesouro Público). Insistiu-se ainda com o provedor da comarca de Coimbra para que fizesse quanto antes concluir a arrecadação dos papéis e alfaias para que rapidamente fosse satisfeito o desejo que a população tinha de ver o interior do edifício. Na resposta do correio, logo a 26, o provedor terá exposto as diligências que tinha levado a cabo no cumprimento das ordens que se lhe expediram no sentido de tomar posse por parte do Tesouro Nacional dos bens e papéis da Inquisição, o que mereceu a aprovação daquela instituição em carta enviada a 28 para Coimbra. Nela, alertava-se o provedor da comarca que quaisquer processos de partes que se litigassem ainda no Juízo do Fisco e não se achassem findos deveriam seguir os seus termos nos juízos competentes<sup>91</sup>.

Depois destas notícias, temos um silêncio nas comunicações institucionais. Não se sabe se a documentação recolheu temporariamente à Biblioteca da Universidade ou se seguiu diretamente para Lisboa. O inventário que se conhece dos processos e outros documentos do cartório da Inquisição de Coimbra, publicado em 1972 por Luís de Bivar Guerra<sup>92</sup>, deve corresponder ao cumprimento das ordens que o Tesouro Público enviou ao provedor da comarca, e por essa razão está ainda hoje no Arquivo do Tribunal de Contas, onde o seu acervo documental se guarda. Para Coimbra, tudo o mais que se sabe resulta de informação publicada algumas décadas mais tarde na imprensa local, sendo que algumas das informações não são muito fidedignas, tendo de ser analisadas com cuidado.

Após a extinção do tribunal, alegadamente teria havido uma ação destruidora do património manuscrito daquela Inquisição, como relatou Joaquim Martins de Carvalho, em sucessivos artigos publicados no influente periódico *O Conimbricense*. Em 2 de março de 1870, esse jornalista escreveu, num artigo sobre a Inquisição de Coimbra, que, no início de abril de 1821, assim que chegara a Coimbra a notícia de ter sido extinta a Inquisição, “foram pelos inquisidores mandados tirar dos respectivos depositos os inumeráveis e volumosos processos que alli existiam, e depois de conduzidos para um pateo interior do edifício, foi-lhes lançado o fogo. Os habitantes da cidade vendo em

<sup>91</sup> ATC – *Erário Régio*, 2538, f. 150v-151.

<sup>92</sup> Luiz de Bivar Guerra – *Inventário dos Processos da Inquisição de Coimbra (1541-1820)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1972.

diferentes noutes as chammas e o fumo que sahiam da inquisição, persuadiram-se ao principio que seria algum incendio no edificio; porem depois souberam a verdade: — os inquisidores estavam fazendo o ultimo auto de fé; mas desta vez em lugar de ser de victimas humanas, era dos documentos que irrecusavelmente viriam depôr contra os auctores das barbaridades, que por tanto tempo alli se haviam praticado”<sup>93</sup>. Evidentemente, não descurando a possibilidade de alguns documentos terem sido realmente queimados propositadamente nessa ocasião, é manifestamente exagerada a dimensão do alegado incêndio, pois Martins de Carvalho escreveu que “em resultado deste fogo lançado aos processos da inquisição desta cidade, que debalde se procurarão hoje na torre do Tombo em Lisboa as numerosissimas sentenças dadas pelo tribunal da inquisição de Coimbra. Ha na torre do Tombo muitos milhares de processos, que pertenceram ao conselho geral, á inquisição de Lisboa, e á inquisição de Evora; — de Coimbra, porem, apenas se acharão os documentos relativos a despezas feitas com o tribunal, e alguns outros de pouca importancia. Todos, ou quasi todos os processos de julgamento dos presos foram queimados em Coimbra”, uma afirmação que choca não somente com a realidade conhecida do que hoje sobrevive na Torre do Tombo (segundo a contagem no site, 10713 processos) mas inclusivamente com os vários extratos de processos copiados por Aires de Campos na Torre do Tombo e, posteriormente, publicados no mesmo periódico *O Conimbricense*<sup>94</sup>.

Já relatámos atrás a história que o mesmo Martins de Carvalho contou várias vezes no seu periódico, em 1893, 1895, 1896 e 1897: de como conheceu Frutuoso Amadeu Monteiro, filho de um dos guardas da Inquisição de Coimbra, José Bernardino Monteiro, que escondeu grande número de documentos, em pergaminho e em papel, relativos à fundação do tribunal em Coimbra quando o tribunal foi aberto, em 31 de maio de 1821. Foram incinerados após a sua morte, por obrigação imposta a um familiar<sup>95</sup>. Ainda no mesmo jornal, foi publicada uma carta do Visconde de Seabra, já nonagenário, onde conta como teve em tempos acesso a um códice da Inquisição de Coimbra, de onde retirou algumas citações relativas à reação inquisitorial ao alvará de D. João IV que proibiu a confiscação de bens dos penitenciados. Lamentava-se o Visconde em 1893 por não poder escrever um artigo acerca do assunto por ter-se extraviado “a copia das actas do conselho que eu tinha podido tirar do livro respectivo, que me fôra communicado na occasião em que foi extinto o tribunal de Coimbra, pela pessoa em cujo poder se achava,

<sup>93</sup> Joaquim Martins de Carvalho – A Inquisição de Coimbra. *O Conimbricense*. Ano XXIII, N.º 2358, (2.3.1870), p. 1.

<sup>94</sup> *Idem* – A Inquisição de Coimbra. *O Conimbricense*. Ano XXIII, N.º 2358, (2.3.1870), p. 1; cf. *Índice ideográfico de “O Conimbricense”*. *Boletim da Biblioteca da Universidade*. Suplemento ao vol. XXI (1953), p. 58, 111-113.

<sup>95</sup> Joaquim Martins de Carvalho – Visconde de Seabra. *O Conimbricense*. Ano XLVII, N.º 4827 (16.12.1893), p. 2; *Idem* – A bandeira da Inquisição de Coimbra. *O Conimbricense*. Ano XLVIII, N.º 4985 (27.6.1895), p. 1; *Idem* – O Tribunal da Inquisição. *O Conimbricense*. Ano XLIX, N.º 5076 (19.5.1896), p. 1; *Idem* – A Inquisição de Coimbra. *O Conimbricense*. Ano L, N.º 5172, (11.5.1897), p. 2.

que ha muito fallecera”, tendo todas as diligências que empreendera para descobrir o seu paradeiro se revelado infrutíferas<sup>96</sup>.

Que o cartório foi acessível a mais pessoas após a extinção do tribunal, comprova-se a partir de uma obra que em 1821 reimprimiu e comentou o Regimento do Tribunal do Santo Ofício de 1774. Nela, o médico de Coimbra José Maria de Andrade refere mais do que uma vez que esteve no cartório após a sua extinção, aquando do assalto às suas instalações em 31 de maio, como referimos atrás, dele recolhendo elementos para a sua crítica ao funcionamento daquele Tribunal<sup>97</sup>.

Certo é que o inventário que se conhece dos processos e outros documentos do cartório da Inquisição de Coimbra, hoje no Arquivo do Tribunal de Contas, a que já se aludiu<sup>98</sup>, contém referência a vários processos que não existem hoje no fundo inquisitorial da Torre do Tombo, e dos quais se desconhece o paradeiro, estando por realizar um cômputo exato das faltas. Excetuam-se dois casos, um processo de 1568 e o fragmento de outro de 1737, ambos na coleção de António Moreira, hoje na Biblioteca Nacional<sup>99</sup>.

Registe-se ainda que o diretor do arquivo municipal de Coimbra, Aires de Campos, publicou em 1865 um documento que encontrara num balcão de mercearia a servir de papel para cartuchos e que, segundo ele, teria pertencido ao arquivo da Inquisição de Coimbra. Este documento foi, entretanto, integrado nas coleções do Arquivo da Universidade. Este achado não surpreende em função das notícias atrás relatadas de acessos ao cartório e roubo ou destruição de documentos<sup>100</sup>.

Regressando ao relato da incorporação da documentação inquisitorial dos seus vários tribunais na Biblioteca Pública da Corte, sabe-se que, ainda não tendo chegado a documentação de Évora (em relação à de Coimbra, não se sabe quando chegou a Lisboa), logo em 2 de julho de 1821, e em virtude da perspectiva da vasta documentação que se iria acumular, o secretário do despacho da Regência, Francisco Duarte Coelho, informou o Bibliotecário-Mor de que para cumprimento do decreto das Cortes Gerais Extraordinárias da Nação de 31 de março de 1821, que determinava a remessa para a Biblioteca Pública de Lisboa dos livros e papéis dos cartórios do extinto Conselho Geral do Santo Ofício e Inquisições de Coimbra, Évora e Lisboa, importava realizar um inventário judicial dos mesmos. Um documento da Biblioteca Nacional revela que não havendo no tribunal do Santo Ofício uma casa onde o inventário pudesse ser realizado, ordenava a Regência do Reino que na Biblioteca Pública se separassem duas ou três casas

<sup>96</sup> *Idem* – Visconde de Seabra..., p. 2.

<sup>97</sup> José Maria de Andrade – *Regimento da proscripta Inquisição de Portugal, ordenado pelo Inquisidor-Geral o Cardeal da Cunha*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1821, p. XI, XV e XXXV; Inocêncio Francisco da Silva – *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Tomo V. Lisboa: Imprensa Nacional, 1860, p. 18; cf. Giuseppe Marcocci e José Pedro Paiva – *História da Inquisição Portuguesa...*, p. 447.

<sup>98</sup> Luiz de Bivar Guerra – *Inventário dos Processos da Inquisição de Coimbra (1541-1820)*...

<sup>99</sup> BNP – Códice 861, f. 37-58v; Códice 862, f. 202-208v.

<sup>100</sup> João Correia Aires de Campos – Documentos para a historia do Sancto Officio em Portugal. *O Instituto*. 12 (1865) 47-48.

que pudessem ser dispensadas para que imediatamente pudessem para lá ser mudados os ditos livros e papéis, procedendo-se subsequentemente ao mencionado inventário, em 9 de julho de 1821, do qual estava incumbido o Corregedor do Crime do Bairro de Alfama, João Joaquim de Andrade, coadjuvado por alguns empregados do Tesouro Público Nacional, em virtude da “multiplicidade e desarranjo dos papeis”. Esse trabalho, que abrangeu os papéis pertencentes ao extinto Conselho Geral do Santo Ofício, apenas se concluiu em 11 de outubro de 1824<sup>101</sup>.

Em jeito de parêntesis, registre-se que, aquando da abertura ao público da Inquisição de Lisboa, em 8 de outubro de 1821, por ordem das Cortes seis dias antes<sup>102</sup>, correu posteriormente a notícia de que alguns papéis teriam sido removidos do edifício pela população que acorreu a ver os cárceres do extinto tribunal, isto já muitos meses depois da conclusão do inventário que se propunha cabal que acabámos de referir. Quem propagou tal informação foi um anónimo correspondente inglês em Lisboa, que entrou no tribunal nessa ocasião e que escreveu para um jornal londrino em 20 de outubro um relato circunstanciado do que se passou. Nele, referiu, entre outros episódios de violência, que num dos espaços visitados, a população encontrou umas gavetas, as quais arrombou, e delas retirou papéis, com o objetivo de ficar com uma lembrança do tribunal<sup>103</sup>. Este comportamento arruaceiro foi alvo de uma queixa dos guardas do edifício, a qual fez o seu percurso administrativo até ao parlamento, o qual recomendou em sessão de 10 de outubro que fossem tomadas medidas para evitar tais excessos<sup>104</sup>. Seriam tais papéis de relevo? Cremos que não, à luz da informação mais detalhada que consta da queixa dos guardas, arquivada no parlamento: “Em quinto logár todo quanto apanharão de Loiças ordinarias todo esmigalharão, juntando a isto o acharem em hum caxão velho hum grandíssimo numero de papel impreço, que ninguem do tribunal sabia que tal Exzistia, elles dando com o sobredito o roubarão todo e querendo suspender çe até com poder da força não pode conseguir çe por não dár em resultados mais fonestos”<sup>105</sup>. Tratar-se-ia, com toda a probabilidade, de um maço de formulários impressos, esquecido numa gaveta de uma das dependências do tribunal e sem outro valor histórico que não o de memória física e tangível de um tempo passado.

Regressando à narrativa do que se passava na Biblioteca Pública, sabe-se ainda que problemas na estrutura do seu edifício levaram a que 122 caixotes com a documentação dos Tribunais de Coimbra e Évora fossem removidos em 20 de março de 1823 para um armazém que servira para o expediente da censura dos livros pertencente à Mesa do

<sup>101</sup> Maria do Carmo Dias Farinha – *Os arquivos da Inquisição...*, p. 15-16, 50-51; BNP – *Arquivo da Biblioteca Nacional*, BN/CR/03/Cx02, Mç. 18, Doc. 15; cf. ATC – *Erário Régio*, 438, p. 1.

<sup>102</sup> Giuseppe Marcocci e José Pedro Paiva – *História da Inquisição Portuguesa...*, p. 447.

<sup>103</sup> “(...) huge tables in the hall had drawers for papers, these the visitants broke open, every one being desirous of obtaining some relic”: Inquisition at Lisbon. *Morning Chronicle*. London (7.11.1821), p. 1.

<sup>104</sup> *Diário das Cortes Geraes e Extraordinarias da Nação Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1821, p. 2588.

<sup>105</sup> AHP – Sec. I/II, Cx. 98, Mç. 64, n.º 1.

Desembargo do Paço, então devoluto. Contudo, como esse espaço, mais tarde, voltou a ser necessário para o expediente da censura dos livros pelo Desembargo do Paço, a documentação inquisitorial teve de ser movida para outro local. Uma primeira sugestão de utilizar um armazém no edifício do Senado da Câmara Municipal de Lisboa não colheu simpatias e a Torre do Tombo surgiu como a opção mais lógica e, por isso, o Marquês de Palmela, Ministro do Reino, em 30 de julho de 1824, inquiriu o seu Guarda-Mor acerca dessa possibilidade. Contudo, em 4 de agosto, o Guarda-Mor, o Visconde de Santarém, sugeriu somente a incorporação inicial da documentação que ainda estava na Biblioteca Pública e, por razões de espaço, recomendou que a documentação no armazém da censura passasse para o espaço que iria vagar na Biblioteca Pública, enquanto não se alargasse o arquivo no Mosteiro de São Bento. Na realidade, a ideia inicial do decreto de 1821 de alojar na Biblioteca Pública toda a documentação inquisitorial era assim posta em causa. Resistiu o Bibliotecário-Mor, alegando que a estrita obediência a este novo aviso régio faria com que os “papeis, livros e Regimentos impressos” que estavam no cartório também seguissem para a Torre do Tombo. Disse o Bibliotecário-Mor que isso extravasava a ordem “porque encarcerados na Torre do Tombo de poucas pessoas poderão ser lidos”, numa crítica velada ao destino que iria ter todo o acervo inquisitorial. Mas o Ministro do Reino conformou-se com o parecer do Guarda-Mor e deu subsequentemente ordens ao Brigadeiro-Intendente das Obras Públicas para que fizesse transportar para o Arquivo os caixotes dos papéis da abolida Inquisição de Lisboa e Conselho Geral, ao passo que o Geral da Congregação de São Bento examinaria por onde se poderia dar maior extensão ao arquivo com a união de alguns quartos contíguos para se fazer a necessária comunicação. Mas o Governo também quis agradar à Biblioteca e, mais tarde, um aviso do Marquês de Palmela, de 16 de setembro de 1824, endereçado ao seu Bibliotecário-Mor, Joaquim José Ferreira Gordo, informou que o Rei D. João VI decidira que os impressos do espólio da Inquisição deveriam lá permanecer, com exceção de segundos exemplares dos regimentos impressos, os quais deveriam seguir para a Torre do Tombo (no seguimento de uma representação do Bibliotecário-Mor nesse sentido, e anuência do Guarda-Mor da Torre do Tombo, impondo contudo que essa separação de impressos se fizesse perante dois oficiais do arquivo). Ficava assim dado o mote para o desmembramento do cartório, perdendo-se o rasto aos impressos selecionados para ficarem na Biblioteca e a muitos manuscritos também<sup>106</sup>.

A concretização da transferência do grosso do cartório foi-se arrastando. Após a conclusão do inventário do Conselho Geral, em 11 de outubro de 1824, a Torre do Tombo preparou armários novos para acomodar a documentação, ao passo que a Biblioteca Pública ia protelando o seu envio, apesar dos protestos do Guarda-Mor, enfasiado com as delongas e porque tal “demora será necessariamente mui prejudicial ao publico que

<sup>106</sup> ANTT – *Arquivo do Arquivo, Avisos e Ordens*, Mç. 11, N.º 197 e 199; Maria do Carmo Dias Farinha – *Os arquivos da Inquisição...*, p. 17-25, 52-65.

se acha privado das certidões das habilitações de seus avós<sup>107</sup> e parentes para as provas jurídicas de suas dependências, além do necessario segredo, e guarda que em outros deve haver”.

Apenas em 5 de julho de 1825, começaria efetivamente a incorporação na Torre do Tombo, com muitos reparos feitos pelo Guarda-Mor ao modo “muito irregular, e extraordinario” por que “forão feitas as ultimas remessas para o Real Archivo da Torre do Tombo dos Documentos do Cartorio da Inquizição de Lisboa, tendo sido conduzidos em 15 carros sem a necessaria segurança”, potenciando mais uma vez o extravio de documentos. Previamente, o Guarda-Mor dera instruções ao oficial-maior do arquivo que estava credenciado para acompanhar a incorporação para que conferisse especificamente o número de maços das habilitações do Santo Ofício contidos em cada caixote, e os mandasse colocar “na mesma ordem Alfabetico numeral nas estantes para esse effeito preparadas, passando depois a fazer a necessaria confrontação das notas especificas”, conferindo tudo com o índice remissivo elaborado na Biblioteca Pública, o qual deveria acompanhar o cartório<sup>108</sup>.

Mas, após tantas conferências, inventariações, transportes e seleção de impressos, a realidade é que permanece na Biblioteca Nacional, até aos dias de hoje, um número interessante de códices. E essa falta foi notada logo na altura: após um moroso processo de conferência da documentação transferida da Biblioteca para a Torre do Tombo, Francisco Nunes Franklin, Oficial-Maior daquele arquivo, identificou em 1 de abril de 1826 não somente algumas espécies documentais que tinham sido remetidas pela Biblioteca Pública e não constavam do inventário que acompanhava o acervo, mas também as dezenas de códices em falta pertencentes ao fundo do Conselho Geral, os quais, nas palavras de Franklin cerca de um ano mais tarde, “formão faltas notaveis na boa arrecadação do Arquivo”. Apesar de a Biblioteca ter enviado, logo em setembro de 1825, dois meses após a transferência do grosso do cartório, seis dos itens em falta, os demais jamais ingressariam na Torre do Tombo<sup>109</sup>.

Um exame atento dessa lista preparada por Nunes Franklin permite, contudo, constatar que alguns dos códices que Maria do Carmo Farinha identificou em 1990 como estando na Biblioteca Nacional teriam dado, afinal de contas, entrada na Torre do Tombo, pois Nunes Franklin assim o refere. É certo, também, que aquele oficial assinala faltas de códices que, entretanto, se sabe estarem hoje bem identificados no fundo do

<sup>107</sup> O Guarda-Mor já tinha recebido pedidos de emissão de certidão de habilitações, às quais não conseguira responder, como ocorreu com a submetida por António Pereira Serpa Machado de Miranda Henriques em relação ao habilitando Pedro Taveira da Cunha e outros, em 1824 (ANTT – *Arquivo do Arquivo, Avisos e Ordens*, Mç. 11, Doc. 223 e 228).

<sup>108</sup> ANTT – *Arquivo do Arquivo*, Liv. de Registo N.º 40, f. 122-123v, 129v-130; Maria do Carmo Dias Farinha – *Os arquivos da Inquisição...*, p. 17-25, 52-65.

<sup>109</sup> ANTT – *Arquivo do Arquivo, Avisos e Ordens*, Mç. 12, N.º 83, *Idem*, Mç. 13, N.º 26; *Arquivo do Arquivo*, Livros de Registo, Liv. 40, f. 152v-155v; *Ministério do Reino*, Mç. 443, Cx. 554, Classe 5.ª Divisão 17.ª, Biblioteca Pública, 1827-1833.

Tribunal do Santo Ofício, sendo que alguns foram localizados por volta de 1990 entre os papéis da Inquisição de Évora ou Coimbra.

Numa informação do Guarda-Mor, o Visconde de Santarém, de 20 de outubro de 1826, em ofício dirigido ao Ministro do Reino, Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato, a propósito do grande trabalho em curso de inventariação de fundos, critica o processo de transferência documental das Inquisições, descrevendo-o como o “vastíssimo Cartório do extinto Conselho Geral, e Inquisição de Lisboa, ultimamente recolhido, ao qual cumpre dar alguma ordem, e tirar da grande confusão, com que foi remetido para a Real Bibliotheca Publica de Lisboa, e desta para o Real Archivo”<sup>110</sup>.

Quanto aos papéis da Inquisição de Coimbra e Évora, que perfaziam 122 caixotes, continuaram à guarda da Biblioteca Pública, para onde tinham seguido, provenientes do armazém da censura, pois a Biblioteca tinha agora espaço ao remeter o cartório do Conselho Geral e da Inquisição de Lisboa para a Torre do Tombo em 1825, em mais uma transição física propícia a descaminhos e danos<sup>111</sup>.

Algumas falhas podem ter também resultado das necessidades administrativas do Estado após a extinção do Santo Ofício. Por exemplo, uma resolução régia de 26 de março de 1825 determinou que o Conselho da Fazenda passaria a administrar todos os bens que tinham pertencido às Inquisições do Reino, fazendo arrecadar os seus rendimentos do mesmo modo que se procedia com os outros bens da Coroa, o que espoletou um conjunto de iniciativas pelo Reino afora no intuito de se identificar de forma exata a localização das propriedades e apurar e cobrar tais réditos de forma eficaz<sup>112</sup>.

Consequentemente, em 14 de setembro de 1825, um despacho do Conselho da Fazenda ao Corregedor do Crime do Bairro de Alfama ordenava que este entregasse no Juízo dos Feitos da Fazenda Real, por inventário, o cartório do Juízo do Fisco das extintas Inquisições, devendo remeter um traslado autenticado do dito inventário ao Conselho da Fazenda<sup>113</sup>. Nesse mesmo dia, um despacho do mesmo tribunal ao Juiz dos Feitos da Coroa da 1.<sup>a</sup> Vara avisava o magistrado da diligência efetuada<sup>114</sup>. Três trimestres mais tarde, em 17 de maio de 1826, o Conselho da Fazenda admoestava o Corregedor do Crime do Bairro de Alfama sobre o atraso na entrega<sup>115</sup>, e cerca de um mês depois, em 14 de junho, um despacho do mesmo Conselho para o Juiz da Coroa da 1.<sup>a</sup> Vara verberava contra o atraso injustificado na execução da portaria de setembro do ano transato<sup>116</sup>. Finalmente, em 7 de julho, o Juiz da Coroa informou o Conselho da Fazenda de que a passagem do cartório do Juízo do Fisco da extinta Inquisição para o Juízo dos Feitos da Coroa se efetuara, mas o

<sup>110</sup> ANTT – *Arquivo do Arquivo*, Livros de Registo, Liv. 40, f. 165v-166v.

<sup>111</sup> Maria do Carmo Dias Farinha – *Os arquivos da Inquisição...*, p. 29-31.

<sup>112</sup> ANTT – *Conselho da Fazenda*, Liv. 85, f. 1.

<sup>113</sup> ANTT – *Conselho da Fazenda*, Liv. 85, f. 14v-15.

<sup>114</sup> ANTT – *Conselho da Fazenda*, Liv. 85, f. 15.

<sup>115</sup> ANTT – *Conselho da Fazenda*, Liv. 85, f. 49-49v.

<sup>116</sup> ANTT – *Conselho da Fazenda*, Liv. 85, f. 55-55v.

Conselho da Fazenda insistia ainda no dia 24 do mesmo mês em receber o inventário<sup>117</sup>, não tendo sido possível apurar o paradeiro deste importante documento.

Também não surpreende, portanto, que na prossecução da gestão patrimonial em curso, que o Conselho da Fazenda necessitasse de acesso ao cartório do Santo Offício, exigindo “ter conhecimento para objectos da sua administração” de certos e livros e papéis relativos aos bens da extinta Inquisição de Coimbra. Assim, em 23 de julho de 1827, a Infanta Regente D. Isabel Maria ordenou que o armazém da Censura da Mesa do Desembargo do Paço, entregasse ao Conselho da Fazenda a documentação em causa, a qual deveria ser devolvida após a finalização da sua utilização<sup>118</sup>. No seguimento desse mandado, em 13 de agosto, a Real Biblioteca Pública enviou para o Conselho da Fazenda cerca de 70 livros de receita e despesa dos tesoureiros da Inquisição de Coimbra, com a ressalva de serem devolvidos posteriormente. Contudo, uma comparação dessa remessa com o que hoje se encontra na Torre do Tombo revela que houve livros que já não regressaram<sup>119</sup>.

Durante alguns anos, não houve mais notícia documentada dos acervos inquisitoriais de Coimbra e Évora até que foi emitida uma portaria régia em 4 de maio de 1836, em virtude da qual os processos e demais papéis das Inquisições de Coimbra e de Évora finalmente fizeram o seu percurso em direcção ao arquivo nacional, “considerando [...] quanto importa reunir em um só local todos esses documentos formando uma collecção completa para auxilio e esclarecimento da Historia”<sup>120</sup>.

O atraso de mais de uma década na entrega da documentação na Torre do Tombo dever-se-ia, indubitavelmente, à falta de espaço no arquivo. Alguns anos antes, em 11 de agosto de 1833, o Visconde de Santarém, seu Guarda-Mor, lamentou-se da falta de recursos para gerir a massa documental que se afigurava ser de incorporação no arquivo: “alem dos cartorios do Conselho Geral do Santo Officio, e Inquisição de Lisboa, que ja estão no Archivo, e dos das Inquisições de Coimbra e Evora que cedo virão, está determinado guardarem-se tambem nelle os do Conselho da Fazenda, e Desembargo do Paço, o que sucederá com o da Mesa da Consciência, etc., etc.”<sup>121</sup>.

O que motivou a decisão de 4 de maio de 1836? Embora haja uma minuta interna da Torre do Tombo, redigida em 18 de setembro de 1835 por José Manuel Severo Aureliano Basto, onde se dirige, provavelmente, ao Guarda-Mor, agora Frei Francisco de São Luís, instando a que se recolhessem “os papeis que faltão das Inquisições de Coimbra e Évora”, um documento recentemente encontrado no arquivo histórico da Biblioteca Nacional revela que em fevereiro de 1836 o genealogista João Carlos Fêo Cardoso de Castelo

<sup>117</sup> ANTT – *Conselho da Fazenda*, Liv. 85, f. 59v-60.

<sup>118</sup> BNP – Códice 10612, f. 108-108v.

<sup>119</sup> BNP – *Arquivo Histórico da Biblioteca Nacional*, BN/AC/03/Cx.01, Pt. 2; Maria do Carmo Dias Farinha – *Os arquivos da Inquisição...*, p. 237-238.

<sup>120</sup> Maria do Carmo Dias Farinha – *Os arquivos da Inquisição...*, p. 29-31, 70-71.

<sup>121</sup> Maria do Carmo Dias Farinha – *Os arquivos da Inquisição...*, p. 66.

Branco e Torres<sup>122</sup> (1798-1868) tinha apresentado um requerimento ao Ministério do Reino para que fossem remetidos para a Torre do Tombo todos os papéis pertencentes às extintas Inquisições do Reino. Sabe-se que a Academia das Ciências apresentou um parecer sobre esta questão, mas não foi possível localizá-lo, nem o seu seguimento, entre a documentação no fundo do Ministério do Reino na Torre do Tombo. Terá sido esta iniciativa individual a desbloquear finalmente a transferência que faltava para unir, tanto quanto possível, no mesmo espaço, os arquivos das Inquisições e do Conselho Geral, em consonância com eventual iniciativa do Guarda-Mor? Apenas um exame da petição original bem como do referido parecer da Academia das Ciências poderiam esclarecer cabalmente este assunto<sup>123</sup>.

A implementação desta ordem terá ocorrido muito provavelmente pouco tempo depois<sup>124</sup>.

De tudo o que fica descrito, depreende-se facilmente que a possibilidade da documentação se extraviar nos vários momentos de acondicionamento e transporte de documentação era muita, algo a que também já aludiram Maria Teresa Geraldês Barbosa em 1959 e, mais recentemente, Maria do Carmo Dias Farinha, em 1990. Os dados que ora apresentamos permitem corroborar essa tese<sup>125</sup>.

Ao todo, são cerca de 750 entradas, relativas, a maioria, a documentos avulsos, por vezes incluídos em códices factícios. Não incluímos neste número o conteúdo dos códices factícios, que contem quase 1040 documentos, os quais foram todos descritos individualmente. Os códices são um pouco mais de 100, além de cerca de 30 livros impressos pertencentes a ministros e oficiais do Santo Ofício. As tipologias documentais mais frequentes são as cartas, cerca de 200, e listas de autos-da-fé, cerca de 110. Também comuns, na casa das dezenas de exemplares, são as certidões, consultas e pareceres, cópias e traslados autênticos, formulários e normas, minutas, provisões, e requerimentos e petições. Intencionávamos organizar toda a lista em função do cartório inquisitorial de origem, mas rapidamente percebemos que eram muitas as dificuldades em atribuir com um razoável grau de certeza certo documento a um determinado cartório. Nem sempre o local de produção, como o Secreto de um Tribunal, Évora, por exemplo, pode significar

<sup>122</sup> Fidalgo da Casa Real, Comendador da Ordem de Avis, Tenente-Coronel e Sócio Correspondente da Academia das Ciências de Lisboa. Publicou, entre outros, *Titulos dados por Sua Magestade a senhora D. Maria II, rainha destes reinos, e pelo regente seu augusto pae, o sr. D. Pedro*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1836; *Resenha das Famílias titulares do reino de Portugal, acompanhada das noticias biographicas de alguns individuos das mesmas familias*. Lisboa: Imprensa Nacoinal, 1838; e *Diccionario Aristocratico: contendo os alvarás dos fóros de fidalgos da casa real, que se acham registados nos livros das mercês, hoje pertencentes ao Archivo da Torre do Tombo*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1840 (Cf. Inocêncio Francisco da Silva – *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Tomo III. Lisboa: Imprensa Nacional, 1859, p. 339; *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Vol. XXXII. Lisboa e Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, Lda, s.d., p. 246-247).

<sup>123</sup> BNP – Códice 10612, f. 120; Maria do Carmo Dias Farinha – *Os arquivos da Inquisição...*, p. 68-71.

<sup>124</sup> Maria do Carmo Dias Farinha – *Os arquivos da Inquisição...*, p. 31.

<sup>125</sup> Maria Teresa Geraldês Barbosa – *Les Archives de l'Inquisition portugaise...*, p. 169; Maria do Carmo Dias Farinha – *Os arquivos da Inquisição...*, p. 39.

que devemos presumir que esse documento fizesse parte desse cartório, podendo ter circulado para outro tribunal distrital ou para o Conselho Geral.

Como epílogo, transcrevemos em anexo, a partir da lista elaborada em 1821 dos códices do Conselho Geral arrolados após a extinção do Santo Ofício nesse mesmo ano, os títulos dos códices que não estão hoje localizados na Torre do Tombo, com indicação da sua localização na Biblioteca Nacional, sempre que possível. A nossa esperança é que eles possam vir a ser identificados em algum momento. Como referimos, a conservadora Maria do Carmo Dias Farinha localizou por defeito na Biblioteca Nacional ou deu como desaparecidos os códices do Conselho Geral arrolados em 1821 que não encontrou na Torre do Tombo (não referindo, infelizmente, a cota dos códices na Biblioteca Nacional). Mas como Francisco Nunes Franklin, Oficial-Maior da Torre do Tombo, afiançou em 1826 lá estarem alguns dos que em 1990 não foram localizados, há ainda a possibilidade de estarem fora de sítio ou mal-identificados noutros fundos.

PEDRO PINTO

*CHAM — Centro de Humanidades / CHAM — Centre for the Humanities  
NOVA FCSH—UAç e CEH, Universidade NOVA de Lisboa*



## *Inventário*

## Academia das Ciências de Lisboa

- Vermelho 71<sup>126</sup>  
170f.  
Coimbra, 1634  
Título original: “Anotações ao regimento do Santo Ofício da Inquisição do Reino de Portugal e outras advertências tocantes ao Santo Ofício da Inquisição. Coimbra Ano 1634. Do Inquisidor Francisco Cardoso de Torneo”.  
Contém:
  1. Anotações ao Regimento do Santo Ofício da Inquisição (f. 1-59v);
  2. Índice de matérias relacionadas com o regimento anterior (f. 60-72v);
  3. Razões sobre a jurisdição do Santo Ofício para mandar recolher o arrazoado feito pelo Dr. João Bravo contra os padres da Companhia de Jesus do Colégio de Jesus de Coimbra em virtude do seu conteúdo injurioso (f. 73-76v);
  4. Informação de facto e direito acerca do modo de proceder dos inquisidores de Portugal em julgar por condenados alguns hereges por testemunhas únicas (em castelhano) (f. 77-86v);
  5. Razões alegadas pelo Santo Ofício na matéria da jurisdição que tinham os inquisidores nas causas cíveis dos oficiais do Santo Ofício quando eles eram réus (f. 87-90v);
  6. Informação do que de facto e de direito se propunha na contenda sobre a competência da jurisdição entre o ordinário e inquisidores de Lisboa (f. [91-101v]);
  7. Questões de procedimento inquisitorial em interrogatórios e denúncias (2.<sup>a</sup> num, f. 1-20v);
  8. Cópia de um acórdão da Inquisição de Coimbra de 1626 (2.<sup>a</sup> num, f. 21-22v);
  9. Cópia de sentença dada contra Domingos Rebelo, morador em Maiorca, de 1626 (2.<sup>a</sup> num, f. 23-25v).

Pertenceu ao Inquisidor Francisco Cardoso de Torneo, com indicação de ser o “Quinto quaderno do Inquisidor Francisco Cardoso de Torneo – Coimbra anno 1634”.

- Res. 11.2/7, Doc. 1 (Colecção de Legislação Trigo Aragão Morato)  
1640  
Impresso: *REGIMENTO / DO SANTO OFFICIO / DA INQUISIÇÃO / DOS REYNOS DE PORTVGAL. / ORDENADO / POR MANDADO / Do Jllustrissimo E Reuerendissimo Senhor / Bispo Dom Francisco de Castro, / Inquisidor Geral, do Conselho d’Estado / de Sua Magestade. Lisboa: Manuel da Silva, 1640.*  
Impresso com anotações manuscritas com remissão para legislação e correspondência do Conselho Geral com indicação da respetiva cota de arquivo. Uma das notas refere o ano de 1649. Sem folha de rosto.

<sup>126</sup> Referido em Academia das Ciências de Lisboa – *Catálogo de Manuscritos. Série Vermelha. I: (N.ºs 1-499)*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1978, p. 29.

## Arquivo Distrital de Évora

- Provedoria de Évora, Administração da Fazenda Real, Administração Patrimonial, Inquisição de Évora, Cx. 1, Peça 1  
181f.  
Évora, 10.9.1760  
Livro em que se acham descritas todas as fazendas que o Fisco Real de Évora tem e administra como próprios nas terras do Distrito da Santa Inquisição da mesma cidade, mandado fazer pelo Desembargador Juiz António Bolarte Dique, não só das fazendas que já havia quando tomou posse do lugar, mas para todas as mais que se confiscaram e não foram vendidas no seu tempo.  
Regista bens em Beja, Borba, Elvas, Estremoz, Vila Viçosa, Campo Maior, Galveias, Alvito, Avis, Olivença, Sousel, Cabeço de Vide, Fronteira, Mourão, Faro, Tavira, Loulé, Albufeira, Serpa, Évora, Veiros, Seda, Arraiolos, Crato e Mora.  
Teve 298 folhas originalmente, segundo o termo de encerramento, subscrito por António Bolarte Dique.
- Provedoria de Évora, Administração da Fazenda Real, Administração Patrimonial, Inquisição de Évora, Cx. 1, Peça 2  
101f.  
Évora, 24.5.1821  
Autos de inventário dos bens de raiz, móveis e alfaias e papéis relativos ao extinto Tribunal da Inquisição de Évora. O inventário da biblioteca e cartório encontra-se nos f. 22-30v da primeira numeração, e o da Repartição do Fisco nos f. 38-41.  
Foram remetidos em 10.7.1821 para a Biblioteca Pública de Évora os 88 caixotes de livros e papéis (f. 33).
- Provedoria de Évora, Administração da Fazenda Real, Administração Patrimonial, Inquisição de Évora, Cx. 1, Peça 3  
Évora, 19.10.1821  
6 doc. cosidos  
Contém:
  1. Conta da despesa feita no inventário e remessa dos papéis da Inquisição de Évora (Évora, 19.10.1821);
  2. Recibo de António Feliciano Velho Oldemberg da receção na Biblioteca Pública de Lisboa dos 88 caixotes constantes na relação dos livros e papéis da extinta Inquisição de Évora que acompanhava o ofício de Joaquim Gonçalves Vaz, Provedor da Comarca de Évora (Lisboa, 21.7.1821);
  3. Recibos do frete de transporte (16-22.7.1821);
  4. Petição dos avaliadores da Casa da Inquisição de Évora (Évora, 14-15.11.1821);
  5. Petição de Jerónimo da Lança Galvão, contraste da classe de ourives da prata, avaliador das pratas da extinta Inquisição de Évora (Évora, 31.10.1821).

- Provedoria de Évora, Administração da Fazenda Real, Administração Patrimonial, Inquisição de Évora, Cx. 1, Peças 4, 6 e 9  
Évora, 1825-1831  
Papéis avulsos sobre a cobrança dos rendimentos das rendas e foros da extinta Inquisição de 1825 a 1831.
- Provedoria de Évora, Administração da Fazenda Real, Administração Patrimonial, Inquisição de Évora, Cx. 1, Peça 5  
Évora, 11.8.1825  
Relação das despesas que se fizeram com a condução da prata da extinta Inquisição de Évora para o Real Erário de Lisboa.
- Provedoria de Évora, Administração da Fazenda Real, Administração Patrimonial, Inquisição de Évora, Cx. 1, Mç. s/n.º  
14.3.1823-23.8.1832  
Maço de documentos relativos à arrecadação de pensões e rendimentos da extinta Inquisição.

### Arquivo Distrital de Faro

- Direção das Finanças do Distrito de Faro, Provedoria das Comarcas do Algarve, Liv. 387  
60f.  
2.6.1832-17.6.1833  
Livro de Receita do rendimento dos bens da extinta Inquisição de Évora sites no Algarve.  
Apenas os f. 1-7 contêm informação.

### Arquivo Distrital do Porto<sup>127</sup>

- Cabido da Sé do Porto, Contabilidade, Contas Gerais e da Repartição dos Resíduos do Mar e da Terra, Liv. K/15/7/6 - 1562<sup>128</sup>  
193f.  
1.1809-6.1825  
Livro de contas correntes da prebendagem que a extinta Inquisição de Coimbra possuía na Sé do Porto, depois arrecadada pela Provedoria da Comarca do Porto.
- Cabido da Sé do Porto, Contabilidade, Contas Gerais e da Repartição dos Resíduos do Mar e da Terra, Liv. K/15/7/7 - 1563<sup>129</sup>

<sup>127</sup> Não foi possível inspecionarmos estas espécies presencialmente utilizando-se essencialmente as descrições em linha.

<sup>128</sup> Referido em José Gaspar de Almeida – *Inventário do Cartório do Cabido da Sé do Pôrto e dos Cartórios Anexos*. Porto: Imprensa Portuguesa, 1935, p. 164.

<sup>129</sup> Referido em José Gaspar de Almeida – *Inventário do Cartório do Cabido da Sé do Pôrto...*, p. 164.

194f.

1.7.1825-6.1831

Livro de contas correntes da prebendagem que a extinta Inquisição de Coimbra possuía na Sé do Porto, depois arrecadada pela Provedoria da Comarca do Porto.

- Cabido da Sé do Porto, Contabilidade, Contas Gerais e da Repartição dos Resíduos do Mar e da Terra, Liv. K/26/4/2 - 1604<sup>130</sup>  
75f.  
1.7.1821-30.6.1832  
Livro de contas correntes da prebendagem que a extinta Inquisição de Coimbra possuía na Sé do Porto, depois arrecadada pela Provedoria da Comarca do Porto.
- Cabido da Sé do Porto, Contabilidade, Contas Gerais e da Repartição dos Resíduos do Mar e da Terra, Liv. K/26/4/2 - 116.1605<sup>131</sup>  
1 maço com 77f.  
9.9.1779-13.8.1828  
Papéis relativos ao terço da prebenda que a Inquisição de Coimbra possuía na Sé do Porto.

### Arquivo Histórico Ultramarino

- Índia, Cx. 428, Doc. de 20.12.1812 (ant. Mç. 195(203))  
1 maço contendo 27 documentos  
Goa, 20.12.1812.  
Ofício do Conde das Sarzedas, Vice-Rei da Índia, para o Conde das Galveias, remetendo a documentação produzida no âmbito da carta régia de extinção do Tribunal da Inquisição de Goa.  
Entre outros, contém o inventário, realizado em 24.10.1812, do fato da capela do Tribunal da Inquisição de Goa, dos trastes que existiam na Casa da Audiência, na segunda Casa da Audiência, na saleta, na sala da entrada, na casa do Inquisidor, os pertencentes a São Pedro Mártir, os existentes na Casa do Secreto, livros impressos, roupa da serventia dos cárceres e trastes de cobre, latão, ferro, madeira e pedra, e o fato existente na Casa da Doutrina. Contém ainda uma relação dos objetos do extinto tribunal que ficaram na capela do Palácio do Governo, na Secretaria de Estado, no Real Arsenal, Contadoria-Geral.

### Arquivo Municipal de Elvas

- Ms. V-330 (IV), Doc. s/n.º  
1f.

<sup>130</sup> Referido em José Gaspar de Almeida – *Inventário do Cartório do Cabido da Sé do Pôrto...*, p. 170-171.

<sup>131</sup> Referido em José Gaspar de Almeida – *Inventário do Cartório do Cabido da Sé do Pôrto...*, p. 171.

Elvas, 14.4.1744[-15.11.1753]

Lista dos Familiares do Santo Ofício em Elvas com notas posteriores, elaborada por João Martins Godinho, Notário perante o Comissário.

## Arquivo do Tribunal de Contas

- Casa dos Contos, 46

1 maço

20.2.1567-13.3.1669

Título: Títulos de fazenda pertencentes ao extinto Tribunal da Inquisição de Évora no ano de 1603.

Contém:

1. Autos que se processaram perante o licenciado Rui Fernandes de Castanheda, do desembargo do Rei, corregedor com alçada na cidade de Évora e sua comarca, sobre a avaliação e compra das casas que pertenceram a D. Margarida de Vilalobos, herdadas por Rui Borges, fidalgo da Casa Real, e seus irmãos Guiomar de Vilalobos, Violante Borges, viúva de Diogo de Brito e moradora em Elvas, e Isabel de Meireles, as quais ficavam em Évora junto das casas do despacho do Santo Ofício, em virtude de umas provisões apresentadas pelos Inquisidores do Santo Ofício, em 20.2.1567, ao dito licenciado. Évora, 30.3.1568 (44f.);
2. Carta de venda que fez o licenciado Rui Fernandes de Castanheda, do desembargo do Rei, corregedor com alçada na cidade de Évora e sua comarca, ao Santo Ofício das casas que pertenceram a D. Margarida de Vilalobos, por 448.410 reais, em virtude dos seus herdeiros não realizarem a escritura no tempo prescrito na provisão régia que a isso obrigava. Contém auto de posse de 30.3.1568 e um apontamento manuscrito no verso do documento: “Escritura da compra das casas que forão de dona margarida que elRei noso Senhor mandou tomar para Este Sancto Officio da Inquisição e o Estormento da posse delas”. Évora, 26.3.1568 (8f.);
3. Sentença de D. Filipe II em que foram autores os Inquisidores de Évora contra a Fazenda do Arcebispo D. Alexandre de Bragança, sendo oponente à causa e apelante Isabel Fernandes, credora do dito arcebispo. Lisboa, 16.4.1612 (12f.);
4. Instrumento de venda, quitação e obrigação realizado entre Francisco Dias Ramalho, Oficial dos Contínuos do Santo Ofício de Lisboa, como procurador dos Inquisidores de Évora, e Sebastião Rodrigues de Barros, morador na sua Quinta de Chelas, como procurador de D. Violante de Noronha, viúva de Manuel Teles, recolhida no Mosteiro do Monte Calvário, da metade de umas casas com seus pardieiros em Évora, as quais confrontavam com os cárceres do Santo Ofício, por 300.000 reais. Título original: “Escritura das Cazas que se comprarão pera esta Inquisição onde Viue o presidente e Roque girão Junto a Inquisição, E juntamente o Instrumento da posse 1630. Titullo das Casas em que Viue o senhor Inquisidor Gomes de Britto da Sylua. Compradas Em 1630”. Lisboa, 15.2.1630 (62f.);

5. Instrumento de venda, quitação e obrigação realizado entre Francisco Dias Ramalho, Oficial dos Contínuos do Santo Ofício de Lisboa, como procurador dos Inquisidores de Évora, e D. Pedro de Sousa de Noronha e D. Juliana de Noronha, sua mulher, da metade de umas casas com seus pardieiros em Évora, as quais confrontavam com os cárceres do Santo Ofício, por 300.000 reais Lisboa, 24.2.1630. Contém documentos conexos, petições, avaliações e certidões relacionadas com as vendas e tomada de posse (62f.);
  6. Contém mandado de D. Francisco de Castro, Inquisidor-Geral, aos Inquisidores de Évora, para a aquisição das casas pertencentes ao arcediogo Manuel Garcia de Sampaio, contíguas à Inquisição, pelos inconvenientes de muita consideração que recentemente tinham sido apontados na visitação feita à Inquisição de Évora, e pela necessidade de casas em que os Inquisidores vivessem perto do Santo Ofício (Lisboa, 3.10.1631) e instrumento de venda e escambo de casas que fez o arcediogo Manuel Garcia de Sampaio ao Santo Ofício de Évora (Évora 10.12.1631), além de outros documentos conexos como petições, procurações, etc. Título original: “Escrittura e Titulos das Cazas que esta Inquisição comprou ao Conego Manuel Gracia de Sampayo que forão de D. Micia de eça que estão junto a Esta Inquisição etc” (66f.);
  7. Instrumento de obrigação que fizeram o deão e cabido da Sé vacante de Évora aos Inquisidores de Évora para largarem as casas que serviam de cocheiras que estavam junto das casas da Inquisição e defronte das casas pontificais. Contém documentos conexos, como uma procuração e auto de posse (Évora, 8.8.1634);
  8. Instrumento de venda, quitação e obrigação que fez D. Luísa de Távora, viúva de Luís Francisco de Oliveira, morgado de Oliveira, a Pedro Teixeira da Mota, como procurador de D. Pedro de Lencastre, Arcebispo eleito de Évora, de três moradas de casas defronte da Inquisição de Évora, duas das quais foreiras ao Cabido da Sé de Évora, por 500.000 reais. Lisboa, 4.12.1656. Contém documentos conexos, como procurações, consentimento e novo emprazamento de casas, certidões de partilhas, etc. Título original: “Escritura das cazas que comprey em Euora e os custos que fizerão ueyo de Lixboa a 13 de Dezembro de 1656. Euora” (45f.);
  9. Quitação e desistência que fez o Cabido da Sé de Évora do foro das casas da Inquisição que estavam defronte da Sé (Évora, 13.3.1669) (5f.)
- Cofre 51 – CA/73  
619f.  
[1820]  
Inventário do cartório da Extinta Inquisição de Coimbra<sup>132</sup>.  
Contém um inventário, por maços, dos processos da Inquisição de Coimbra; uma descrição das apresentações tomadas às pessoas que vinham denunciar-se; uma descrição das devassas de diferentes anos; uma descrição dos sumários dos diferentes anos; e uma descrição dos requerimentos e denúncias do Promotor.

<sup>132</sup> Publicação em Luiz de Bivar Guerra – *Inventário dos Processos da Inquisição de Coimbra (1541-1820)*...

- Erário Régio, Livro 2514<sup>133</sup>  
188f.  
1821-1832  
Livro de escrituração das inquirições.  
Livro de registo das rendas pagas pelos inquilinos dos edifícios outrora ocupados pela extinta Inquirição e rendimentos da mesma que revertem a favor do Erário Régio.
- Tesouro Público, 533<sup>134</sup>  
231f.  
25.3.1825-2.3.1840  
Índice dos rendimentos dos bens eclesiásticos que pertenciam às extintas inquirições e Conselho Geral do Santo Ofício, aplicados para o Cofre da 5.ª Caixa da Junta dos Juros, extraído à vista de duas relações que baixaram à dita Junta.  
Rendimentos do Conselho Geral: Mosteiro de São Vicente de Fora.  
Rendimentos da Inquirição de Lisboa: Mitra Patriarcal, Mitra Primaz, Mitra da Guarda, Mitra de Castelo Branco, Mitra de Pinhel, Mitra de Bragança, um terço da prebenda na Sé de Leiria, e outro na Guarda.  
Rendimentos da Inquirição de Coimbra: Mitra de Coimbra, um terço da prebenda na Sé do Porto, metade de uma prebenda na Sé de Coimbra, um terço de uma prebenda nas Sés de Braga, Bragança, Viseu e Lamego.  
Rendimentos da Inquirição de Évora: Mitra de Évora, metade de uma prebenda na Sé de Évora, um terço de uma prebenda nas Sés de Elvas, Algarve e Portalegre.

## Arquivo da Universidade de Coimbra

- Inquirição de Coimbra, IV-1.ª E. 10-3-8, Peça 1  
100f.  
[post. 1564]  
Regimento do Tribunal do Santo Ofício.  
Traslado quinhentista do Regimento do Conselho Geral do Santo Ofício, de 1.3.1570 (f. 2-14v); traslado de provisão de D. Sebastião de aprovação do regimento precedente, de 15.3.1570 (f. 14v-15v); traslado de alvará de D. Henrique confirmando o regimento no que tocava à sua jurisdição e fisco real, de 16.11.1578 (f. 16-17); traslado de alvará de D. Filipe I de confirmação, de 31.12.1584 (f. 17); traslado do regimento dos oficiais da Inquirição, de 16.8.1552 (f. 21-70); traslado de adições ao regimento do Tribunal do Santo Ofício, aprovadas pelo Cardeal D. Henrique, datadas de Lisboa, 16.8.1564 (f. 71-78); traslado de adições relativas a contraditas, de 1573 (f. 79-80); e traslado do regimento das confiscações,

<sup>133</sup> Alzira Teixeira Leite Moreira – *Inventário do Fundo Geral do Erário Régio. Arquivo do Tribunal de Contas*, Lisboa: Tribunal de Contas, 1977, p. 72.

<sup>134</sup> Alzira Teixeira Leite Moreira – *Do Tesouro Público ao Tribunal de Contas: Inventário preliminar dos núcleos existentes no Arquivo do Tribunal de Contas: 1779-1933*. Lisboa: Tribunal de Contas, 1981, mimeog., p. 2.

de 16.7.1572 (f. 83-100).

Pertenceu a Lopo Soares. Poderá ser o homónimo Lopo Soares de Albergaria, Inquisidor de Évora a partir de 28.11.1576?

- Inquisição de Coimbra, IV-1.<sup>a</sup> E. 10-3-8, Peça 2  
1613

Impresso: *REGIMENTO / DO SANTO OFFICIO / DA INQUISIÇÃO DOS / REYNOS DE PORTUGAL. / RECOPIADO POR MANDADO / do Illustrissimo, & Reuerendissimo senhor Dom Pedro de / Castilho, Bispo Inquisidor Geral, & Visorey dos / Reynos de Portugal.* Lisboa: Impresso na Inquisição de Lisboa por Pedro Crasbeeck, 1613.

Impresso com algumas anotações manuscritas e assinatura autógrafa de D. Pedro de Castilho. Contém uma nota manuscrita na folha anterior ao repertório, de 6.3.1650, indicando que Bartolomeu Fernandes, Secretário do Conselho Geral, entregara na Mesa da Inquisição de Lisboa, estando presente o Inquisidor João Álvares Brandão em audiência, certas adições. Feito por Simão Lopes.

Na penúltima e antepenúltima folhas de guarda encontra-se o registo de uma ordem do Inquisidor Geral, de 21.10.1617, sobre procedimentos a seguir no despacho da Mesa do Santo Ofício, e o registo de 26.10.1617 da publicação da referida carta na Inquisição de Lisboa. Pertenceu a Pedro Silva de Faria, Inquisidor de Lisboa.

- Inquisição de Coimbra, IV-1.<sup>a</sup> E. 10-3-8, Peça 3  
39f.  
23.3.1569

Regimento do Tribunal do Santo Ofício.

Cópia quinhentista do Regimento do Tribunal do Santo Ofício, aprovado pelo Cardeal D. Henrique, datado de Lisboa, 3.8.1552 (f. 1-32v); regimento da pessoa que tiver cargo do Colégio da Doutrina da Fé, datado de 3.8.1552 (f. 33-34v); adições ao regimento do Tribunal do Santo Ofício, aprovadas pelo Cardeal D. Henrique, datadas de Lisboa, 7.8.1564 (f. 35-39). Cópia feita por João Velho, Notário do Santo Ofício, concertado com Tomé da Cruz, em 23.3.1569.

- Inquisição de Coimbra, IV-1.<sup>a</sup> E. 10-3-8, Peça 4  
84f.  
[Século XVII?]

Livro de formulários sobre a forma de processar.

- Inquisição de Coimbra, IV-1.<sup>a</sup> E. 10-3-8, Peça 5  
2f.  
[post. 1549]

Carta do Dr. Estêvão Leitão sobre três propostas que se haveriam de requerer em Roma sobre a jurisdição inquisitorial<sup>135</sup>.

<sup>135</sup> Publicação em João Correia Aires de Campos – Documentos para a historia do Sancto Officio em

Manuscrito original que foi encontrado por João Correia Aires de Campos num balcão de mercearia a servir de papel para cartuchos e que teria pertencido, segundo o autor, ao arquivo da Inquisição de Coimbra.

## Biblioteca da Ajuda

- 49-IV-26, N.º 1  
36f.  
Castelo Rodrigo, 28.6.1542-Porto, 17.5.1545  
Processo de Gabriel Dias, cristão-novo, morador no Vale do Seixo, termo de Trancoso, por mandado de João de Melo, Inquisidor, em virtude de ser acusado de ter proferido várias heresias. Contém o traslado da devassa que o licenciado Francisco Rodrigues, Juiz de Fora de Castelo Rodrigo, tirou contra Gabriel Dias. Contém a carta de provisão (Lisboa, 19.1.1542), e os testemunhos de Domingos Vicente, Antão Vicente, João Fernandes, Fernão Vaz, João Vicente, Sebastião Fernandes, João Álvares, o Velho, Pero Álvares, Beatriz Vicente, João Francisco, Margarida Gonçalves, Ana Fernandes, Apolónia Martins, Luís Álvares, António Gonçalves, João Domingues, Sebastião Afonso, Afonso Vaz, Afonso Pires, Jorge Pires, João Álvares, Marcos Fernandes; bem como o interrogatório feito a Gabriel Dias (Porto, 30.6.1542), e demais peças processuais. Foi reconciliado e saiu no auto-da-fé no Porto em 11.2.1543.
- 49-IV-26, N.º 3  
2f.  
Bragança, 6.1.1573  
Carta de Jacob Coelho, jesuíta, aos Inquisidores de Coimbra (?), informando-os das proposições heréticas de João de Moraes e de práticas judaicas realizadas naquela comarca.
- 49-IV-26, N.º 5  
1f.  
Coimbra, 10.1.1580  
Certidão de Dr. Sebastião Vaz, Inquisidor de Coimbra, atestando que os quartéis pagos por Bartolomeu Fernandes, tesoureiro daquela Inquisição, aos seus oficiais em 1579 importavam em 534.340 reais.
- 49-IV-26, N.º 22  
2f.  
Lisboa, 26.3.1795  
Provisão de D. José Maria de Melo, Inquisidor-Geral, à Mesa da Inquisição de Coimbra estabelecendo os ordenados dos ministros e oficiais.

- 49-IV-26, N.º 25  
2f.  
Llerena, 14.10.1589  
Carta da Inquisição de Llerena à Inquisição de Coimbra sobre certos cristãos do lugar de Lebução, bispado de Miranda.
- 49-IV-26, N.º 28  
2f.  
Cortiços, 10.1593  
Carta de Manuel da Cunha, Arcipreste da comarca de Mirandela à Inquisição de Coimbra sobre a visitação feita pelo licenciado Domingos de Lemos ao distrito. Refere António Carmona, Cecília de Lemos e António Borges.
- 51-VI-20, f. 316-321v  
[S.l., 1599]  
Traslado coevo de acórdão da Inquisição no processo de Gabriel Franco Bicho, cristão-novo, procurador e bacharel em leis, morador na Guarda.
- 51-VI-20, f. 332-335v  
[S.l., 1603]  
Traslado coevo de acórdão da Inquisição no processo de Frei Diogo da Assunção, que tinha parte de cristão-novo, natural de Viana de Caminha.
- 51-VIII-4, N.º 3  
2f.  
Valladolid, 30.3.1610  
Carta de D. Filipe II a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, nomeando Manuel Álvares Tavares e António Dias Cardoso como deputados do Conselho Geral do Santo Ofício.
- 51-VIII-4, N.º 11  
2f.  
Valladolid, 31.1.1606  
Carta de D. Filipe II a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, mandando chamar Bartolomeu da Fonseca para que sirva o ofício do Conselho Geral do Santo Ofício, não tendo licença para não estar a servir o dito ofício.
- 51-VIII-4, N.º 27  
2f.  
Aranjuez, 23.4.1613  
Carta de D. Filipe II a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, para que se informasse da qualidade de Francisco Quaresma de Abreu.

- 51-VIII-4, N.º 37  
2f.  
Madrid, 26.1.1611  
Carta de D. Filipe II a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre vários assuntos, incluindo 8.000 cruzados que o Bispo de Elvas tomara dos bens confiscados para se pagar do cargo de Inquisidor-Geral.
- 51-VIII-4, N.º 48  
2f.  
Pardo, 3.12.1614  
Carta de D. Filipe II a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre vários assuntos, incluindo a provisão que este passara ao Mestre Frei Manuel Coelho, religioso da Ordem de São Domingos, do cargo de Deputado do Conselho da Inquisição, e sobre se dar à Ordem de São Domingos a posse do lugar perpétuo da Inquisição da Coroa de Portugal.
- 51-VIII-4, N.º 50  
2f.  
Valladolid, 24.12.1605  
Carta de D. Filipe II a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre alguns casos do perdão geral dos cristãos-novos e outros assuntos da Inquisição.
- 51-VIII-4, N.º 62  
2f.  
São Lourenço, 19.5.1609  
Carta de D. Filipe II a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre o auto-da-fé que se celebrou em Lisboa.
- 51-VIII-4, N.º 66  
2f.  
Buitrau, 7.10.1614  
Carta de D. Filipe II a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre duas consultas do Conselho Geral acerca da compra que António Gomes, obreiro da Sé de Leiria, fizera a Francisco Lobo, cristão-novo, do recanto de uma casa, e da venda que um cristão-velho, casado com uma cristã-nova, em Coimbra, fizera de uma propriedade que ambos possuíam.
- 51-VIII-4, N.º 78  
2f.  
São Lourenço, 29.7.1614  
Carta de D. Filipe II a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre os cristãos-novos que se embarcavam escondidamente para a Holanda e levavam as suas fazendas.

- 51-VIII-4, N.º 87  
2f.  
Madrid, 31.5.1611  
Carta de D. Filipe II a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre a residência de Gonçalo Carreiro na Corte na agência dos negócios da Inquisição.
- 51-VIII-4, N.º 88  
2f.  
Madrid, 30.11.1611  
Carta de D. Filipe II a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, nomeando o Bispo de Nicomédia para o lugar do Conselho Geral do Santo Ofício que vagara por morte de Manuel Álvares Tavares.
- 51-VIII-5, N.º 13  
2f.  
Ventosilla, 28.10.1606  
Carta de D. Filipe II a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre um papel que se tomara a um inglês, preso no cárcere do Santo Ofício, com queixas dos agravos e moléstias que recebia a gente da nação que vinha negociar a Portugal.
- 51-VIII-5, N.º 19  
1f.  
Madrid, 18.9.1607  
Carta de D. Filipe II a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre as obras dos cárceres e aposentos do Santo Ofício da Inquisição de Lisboa.
- 51-VIII-5, N.º 38  
1f.  
Madrid, 22.2.1611  
Carta de D. Filipe II a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre a mercê de 150 cruzados de pensão dada a Gonçalo Carreiro, que servia na agência das matérias do Santo Ofício da Inquisição.
- 51-VIII-5, N.º 50  
1f.  
Pardo, 3.12.1614  
Carta de D. Filipe II a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre a mercê que fizera à Ordem de São Domingos de um lugar perpétuo do Conselho Geral da Inquisição e nomeação de Frei Manuel Coelho para tal lugar.
- 51-VIII-5, N.º 65  
1f.

Madrid, 7.1.1608

Carta de D. Filipe II a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre a galeria que se fizera nas casas da Inquisição de Lisboa, as quais, sendo Paço Real, não se poderia ter feito sem ordem régia.

- 51-VIII-5, N.º 71  
1f.  
Madrid, 12.4.1611  
Carta de D. Filipe II a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, nomeando Salvador de Mesquita para o cargo de Deputado do Conselho Geral da Inquisição.
- 51-VIII-5, N.º 84  
1f.  
Madrid, 16.12.1614  
Carta de D. Filipe II a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, nomeando o licenciado Manuel Pereira, Inquisidor ordinário da cidade de Évora, na igreja de Santa Comba de [...], dado que não estava habilitado a continuar a servir na Inquisição.
- 51-VIII-5, N.º 85  
1f.  
São Lourenço, 14.7.1611  
Carta de D. Filipe II a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre a nomeação de pessoa para o lugar do Conselho Geral da Inquisição vago por morte de Manuel Álvares Tavares, dado que a nomeação que ele fizera do Bispo de Angra não estava conforme a prática nestes casos.
- 51-VIII-5, N.º 89  
1f.  
Madrid, 10.4.1607  
Carta de D. Filipe II a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre a obra dos cárceres da Inquisição de Lisboa.
- 51-VIII-5, N.º 96  
1f.  
Aranjuez, 20.5.1614  
Carta de D. Filipe II a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre a devassa conduzida por João Álvares Brandão, Inquisidor de Coimbra, acerca dos culpados nos pecados nefando e de molícia.
- 51-VIII-5, N.º 99  
1f.  
São Lourenço, 24.7.1607

Carta de D. Filipe II a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre não se proverem fidalgos para familiares do Santo Ofício.

- 51-VIII-5, N.º 101  
1f.  
Pardo, 30.11.1610  
Carta de D. Filipe II a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, mandando-o propor mais sujeitos, além de D. Francisco de Bragança, para o lugar que vagara no Conselho Geral por morte de Marcos Teixeira.
- 51-VIII-5, N.º 102  
1f.  
Valladolid, 14.4.1605  
Carta de D. Filipe II a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre os tumultos e desordens ocorridos em Lisboa e Coimbra aquando da soltura dos presos dos cárceres da Inquisição.
- 51-VIII-5, N.º 121  
1f.  
Valladolid, 15.3.1605  
Carta de D. Filipe II a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre a suspensão das visitas às Inquisições do Reino.
- 51-VIII-5, N.º 122  
1f.  
Madrid, 27.5.1608  
Carta de D. Filipe II a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre o pagamento dos ministros da Inquisição de Lisboa.
- 51-VIII-5, N.º 148  
1f.  
Aranda, 24.7.1610  
Carta de D. Filipe II a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, mandando-o propor mais sujeitos, além de D. Francisco de Bragança, para o lugar que vagara no Conselho Geral por morte de Marcos Teixeira.
- 51-VIII-5, N.º 179  
2f.  
Lerma, 8.7.1608  
Carta de D. Filipe II a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre a sentença dada no Santo Ofício contra Miguel de Lacerda.

- 51-VIII-10, N.º 1  
2f.  
Madrid, 26.7.1606  
Carta de D. Pedro Franqueza, Conde de Vila Longa, a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre Miguel de Lacerda ter escrito que se ia por naquela Inquisição.
- 51-VIII-10, N.º 2  
2f.  
Madrid, 9.12.1606  
Carta de D. Pedro Franqueza, Conde de Vila Longa, a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre o que tinha diligenciado nos particulares da Inquisição.
- 51-VIII-10, N.º 3  
2f.  
Valladolid, 3.4.1606  
Carta de D. Pedro Franqueza, Conde de Vila Longa, a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre a soltura dos presos dos cárceres da Inquisição.
- 51-VIII-10, N.º 16  
2f.  
Valladolid, 6.11.1605  
Carta de D. Pedro Franqueza, Conde de Vila Longa, a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre as pretensões da gente de nação.
- 51-VIII-10, N.º 18  
2f.  
Madrid, 5.6.1606  
Carta de D. Pedro Franqueza, Conde de Vila Longa, a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre se fazer mercê ao licenciado António Correia de algum lugar que se tivesse de prover na Inquisição.
- 51-VIII-10, N.º 25  
2f.  
Valladolid, 20.5.1605  
Carta de D. Pedro Franqueza, Conde de Vila Longa, a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre o que dissera Gonçalo Carreiro, agente da Inquisição.
- 51-VIII-11, N.º 38  
2f.  
Madrid, 21.3.1615  
Carta do Duque de Lerma a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre a pretensão da Companhia de Jesus a ter um lugar perpétuo no Conselho da Inquisição como a Ordem de São Domingos.

- 51-VIII-11, N.º 42  
2f.  
Pardo, 30.11.1614  
Carta do Duque de Lerma a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre a mercê régia concedida à Ordem de São Domingos de um lugar perpétuo no Conselho da Inquisição.
- 51-VIII-11, N.º 50  
2f.  
Valladolid, 10.8.1608  
Carta do Duque de Lerma a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre se dar à Inquisição de Évora a casa que lá havia, fazendo-se relação do estado em que se encontrava.
- 51-VIII-11, N.º 56  
2f.  
Madrid, 9.2.1610  
Carta do Duque de Lerma a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre a provisão de dois lugares do Conselho Geral da Inquisição.
- 51-VIII-11, N.º 81  
2f.  
Madrid, 24.1.1612  
Carta do Duque de Lerma a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre a relação das pessoas que tinham saído em auto-da-fé.
- 51-VIII-11, N.º 90  
2f.  
Valladolid, 10.7.1608  
Carta do Duque de Lerma a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre haver na Inquisição alguns familiares, pessoas de muita qualidade e confiança.
- 51-VIII-11, N.º 102  
2f.  
São Lourenço, 14.6.1609  
Carta do Duque de Lerma a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre a conversão de um inglês que estava preso na Inquisição.
- 51-VIII-11, N.º 103  
2f.  
8.1.1614  
Carta do Duque de Lerma a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre convir dividir-se os cargos de Vice-Rei de Portugal e o de Inquisidor-Geral.

- 51-VIII-11, N.º 104  
2f.  
Madrid, 10.3.1609  
Carta do Duque de Lerma a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre o pagamento de salários dos ministros da Inquisição.
- 51-VIII-11, N.º 105  
2f.  
Madrid, 8.4.1607  
Carta do Duque de Lerma a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre a conveniência de haver alguns cavaleiros de autoridade como familiares do Santo Ofício da Inquisição.
- 51-VIII-11, N.º 106  
2f.  
Cea, 30.8.1609  
Carta do Duque de Lerma a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre os negócios da Inquisição e competência que tinha com o Arcebispo de Lisboa.
- 51-VIII-11, N.º 107  
2f.  
Lerin, 19.7.1609  
Carta do Duque de Lerma a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre a mercê concedida a Gonçalo Carreiro, agente dos negócios da Inquisição, de 200 cruzados de pensão nos bispados vagos.
- 51-VIII-11, N.º 122  
2f.  
Madrid, 28.5.1612  
Carta do Duque de Lerma a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre se acudir a tudo o que tocasse à Inquisição.
- 51-VIII-12, N.º 22  
2f.  
Bruxelas, 25.9.1611  
Carta do Cardeal Alberto a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre o pedido de Fernão Nunes da Costa para ser Deputado da Inquisição.
- 51-VIII-13, N.º 1  
1f.  
Madrid, 24.9.1607  
Carta de Fernão de Matos a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre vários assuntos, incluindo a cobrança do serviço dos cristãos-novos pelo perdão geral.

- 51-VIII-13, N.º 7  
1f.  
Madrid, 6.7.1611  
Carta de Fernão de Matos a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre vários assuntos, incluindo a morte do Inquisidor Manuel Álvares Tavares e a nomeação do Bispo de Angra para o substituir.
- 51-VIII-13, N.º 13  
1f.  
Madrid, 19.11.1614  
Carta de Francisco de Lucena a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre vários assuntos, incluindo os papéis tocantes ao negócio do Santo Ofício que solicitava Gaspar Borges se terem passado a Francisco de Almeida, e sobre a provisão passada a Frei Manuel Coelho do cargo de Deputado do Conselho Geral.
- 51-VIII-13, N.º 17  
2f.  
Madrid, 10.2.1610  
Carta de Fernão de Matos a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre vários assuntos, incluindo a revogação da licença concedida aos da nação para poderem sair do País e sobre as obras da Inquisição da Índia.
- 51-VIII-13, N.º 18  
2f.  
Madrid, 31.8.1611  
Carta de Fernão de Matos a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre vários assuntos, incluindo a conclusão do auto-da-fé.
- 51-VIII-13, N.º 19  
2f.  
Madrid, 29.10.1611  
Carta de Fernão de Matos a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre vários assuntos, incluindo o negócio das rendas da Inquisição.
- 51-VIII-13, N.º 20  
2f.  
Madrid, 8.3.1611  
Carta de Fernão de Matos a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre vários assuntos, incluindo o acrescentamento do ordenado do porteiro da Inquisição de Évora.
- 51-VIII-13, N.º 22  
2f.

Madrid, 28.9.1611

Carta de Fernão de Matos a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre vários assuntos, incluindo o melhoramento da renda do Santo Ofício e se extinguirem as conezias aplicadas ao Santo Ofício.

- 51-VIII-13, N.º 23

4f.

Lerma, 14.12.1610

Carta de Fernão de Matos a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre vários assuntos, incluindo o agente do Santo Ofício em Roma.

- 51-VIII-13, N.º 29

2f.

27.12.1604

Carta de Fernão de Matos a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre vários assuntos, incluindo a averiguação que El-Rei mandara fazer sobre as palavras proferidas por Frei Paulo Foreiro e outro religioso da Ordem de São Francisco a propósito do perdão geral.

- 51-VIII-13, N.º 33

3f.

Madrid, 6.11.1614

Carta de Fernão de Matos a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre vários assuntos, incluindo o lugar perpétuo no Conselho Geral que El-Rei dera à Ordem de São Domingos.

- 51-VIII-13, N.º 38

2f.

Madrid, 18.4.1612

Carta de Fernão de Matos a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre vários assuntos, incluindo a carta que tinha sido escrita pelos Inquisidores de Coimbra acerca do auto-da-fé e sobre a situação das rendas do Santo Ofício.

- 51-VIII-13, N.º 39

2f.

Madrid, 18.6.1614

Carta de Fernão de Matos a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre vários assuntos, incluindo o Fisco e sobre a presença de Gonçalo Carreiro em Madrid.

- 51-VIII-13, N.º 41

2f.

Madrid, 5.2.1614

Carta de Fernão de Matos a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre vários assuntos, incluindo a questão da incompatibilidade entre o cargo de Vice-Rei e Inquisidor-Geral.

- 51-VIII-13, N.º 45  
2f.  
Madrid, 7.4.1611  
Carta de Fernão de Matos a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre vários assuntos, incluindo o seu papel nos negócios do Santo Ofício em Madrid.
- 51-VIII-13, N.º 46  
3f.  
Madrid, 16.4.1611  
Carta de Fernão de Matos a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre vários assuntos, incluindo matérias da Inquisição.
- 51-VIII-13, N.º 47  
2f.  
Madrid, 30.9.1611  
Carta de Fernão de Matos a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre vários assuntos, incluindo a situação das rendas do Santo Ofício.
- 51-VIII-13, N.º 48  
2f.  
Madrid, 14.12.1610  
Carta de Fernão de Matos a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre vários assuntos, incluindo os negócios do Santo Ofício.
- 51-VIII-13, N.º 49  
4f.  
Madrid, 4.5.1611  
Carta de Fernão de Matos a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre vários assuntos, incluindo a sua correspondência com o Conselho Geral, sobre a consulta acerca de Gaspar Pereira, Inquisidor de Coimbra, para o lugar da Mesa da Consciência e Ordens que vagara por D. João Coutinho, e sobre um auto-da-fé.
- 51-VIII-13, N.º 50  
2f.  
Madrid, 16.7.1614  
Carta de Fernão de Matos a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre vários assuntos, incluindo a administração do Fisco.
- 51-VIII-13, N.º 52  
2f.  
Madrid, 19.11.1614  
Carta de Fernão de Matos a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre vários assuntos, incluindo o que lhe era devido do ordenado do Santo Ofício.

- 51-VIII-13, N.º 53  
2f.  
Madrid, 19.3.1614  
Carta de Fernão de Matos a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre vários assuntos, incluindo a devassa tirada em Coimbra pelo Inquisidor João Álvares Brandão.
- 51-VIII-13, N.º 61  
3f.  
Madrid, 19.2.1613  
Carta de Fernão de Matos a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre vários assuntos, incluindo a extensão do privilégio da Inquisição.
- 51-VIII-13, N.º 64  
2f.  
Madrid, 3.1.1615  
Carta de Francisco de Lucena a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre vários assuntos, incluindo o lugar do Conselho da Inquisição concedido à Ordem de São Domingos.
- 51-VIII-13, N.º 70  
2f.  
Madrid, 20.10.1614  
Carta de Francisco de Lucena a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre vários assuntos, incluindo o lugar do Conselho da Inquisição concedido à Ordem de São Domingos e outros assuntos concernentes ao Santo Ofício.
- 51-VIII-13, N.º 71  
3f.  
Madrid, 13.6.1613  
Carta de Francisco de Lucena a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre vários assuntos, incluindo a provisão de juiz do Fisco de Évora e sobre a dúvida que os desembargadores tinham levantado no que tocava às sentenças dos relaxados por pecado nefando.
- 51-VIII-13, N.º 75  
1f.  
Madrid, 17.12.1614  
Carta de Francisco de Lucena a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre vários assuntos, incluindo o regimento do cargo de Inquisidor-Geral.
- 51-VIII-13, N.º 77  
2f.  
Madrid, 16.2.1612  
Carta de Fernão de Matos a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre vários assuntos, incluindo o negócio das rendas da Inquisição.

- 51-VIII-13, N.º 78  
3f.  
Madrid, 16.10.1613  
Carta de Fernão de Matos a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, recomendando que se lembrasse do Dr. Marcos Teixeira. Refere ainda o serviço que poderiam realizar Vicente Nogueira e Paulo Afonso na Inquisição.
- 51-VIII-13, N.º 81  
2f.  
Madrid, 29.7.1614  
Carta de Fernão de Matos a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre vários assuntos, incluindo a serventia do ofício de Tesoureiro do Fisco de Évora.
- 51-VIII-13, N.º 99  
2f.  
Madrid, 27.6.1612  
Carta de Fernão de Matos a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre vários assuntos, incluindo a postura do Arcebispo de Évora durante o auto-da-fé.
- 51-VIII-13, N.º 100  
3f.  
Madrid, 26.9.1612  
Carta de Fernão de Matos a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre vários assuntos, incluindo a isenção da Inquisição na aplicação de uma proibição.
- 51-VIII-13, N.º 101  
2f.  
Madrid, 5.3.1614  
Carta de Fernão de Matos a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre vários assuntos, incluindo a multiplicação do judaísmo em Portugal.
- 51-VIII-13, N.º 105  
2f.  
Madrid, 3.12.1614  
Carta de Fernão de Matos a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre vários assuntos, incluindo o provimento de um lugar no Conselho Geral.
- 51-VIII-13, N.º 110  
3f.  
Madrid, 11.12.1613  
Carta de Fernão de Matos a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre vários assuntos, incluindo a questão do assento que deveria ocupar enquanto Vice-Rei no auto-da-fé.

- 51-VIII-13, N.º 113  
4f.  
Madrid, 8.5.1612  
Carta de Fernão de Matos a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre vários assuntos, incluindo a questão que surgira entre os Inquisidores e o Arcebispo de Évora.
- 51-VIII-13, N.º 115  
2f.  
Madrid, 5.9.1612  
Carta de Fernão de Matos a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre vários assuntos, incluindo a questão das sentenças de relaxação dos culpados no pecado nefando.
- 51-VIII-13, N.º 119  
2f.  
Madrid, 13.9.1611  
Carta de Fernão de Matos a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre vários assuntos, incluindo as coisas tocantes ao Santo Ofício que se deveriam ver no Conselho.
- 51-VIII-13, N.º 120  
1f.  
Casa, 29.5.1614  
Carta de Fernão de Matos a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre vários assuntos, incluindo o negócio das rendas da Inquisição.
- 51-VIII-13, N.º 123  
1f.  
Madrid, 12.1.1612  
Carta de Fernão de Matos a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre vários assuntos, incluindo as conezias aplicadas ao Santo Ofício.
- 51-VIII-13, N.º 124  
2f.  
Madrid, 21.8.1610  
Carta de Fernão de Matos a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre vários assuntos, incluindo o provimento dos lugares do Conselho Geral.
- 51-VIII-13, N.º 125  
4f.  
Madrid, 28.2.1612  
Carta de Fernão de Matos a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre vários assuntos, incluindo o negócio das rendas da Inquisição e o Inquisidor enviado à Índia.

- 51-VIII-13, N.º 129  
3f.  
Madrid, 21.10.1610  
Carta de Fernão de Matos a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre vários assuntos, sobre a nomeação de indivíduos para o Conselho Geral pelos Inquisidores-Gerais.
- 51-VIII-13, N.º 130  
2f.  
Madrid, 18.5.1611  
Carta de Fernão de Matos a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre vários assuntos, incluindo o que pretendia para o Inquisidor Gaspar Pereira.
- 51-VIII-13, N.º 131  
2f.  
Madrid, 9.2.1611  
Carta de Fernão de Matos a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre vários assuntos, incluindo os adjuntos que se deveriam acrescentar em Coimbra para despacharem com o Juiz do Fisco, e sobre o acrescentamento do salário do Porteiro da Inquisição de Évora.
- 51-VIII-13, N.º 132  
3f.  
[S.l., s.d.]  
Carta de Fernão de Matos a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre vários assuntos, incluindo o despacho das matérias do Santo Ofício e um auto-da-fé.
- 51-VIII-13, N.º 133  
3f.  
Madrid, 27.1.1611  
Carta de Fernão de Matos a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre vários assuntos, incluindo o pagamento do ordenado de Bispo de Elvas enquanto fora Inquisidor-Geral a partir dos bens confiscados.
- 51-VIII-13, N.º 134  
2f.  
Madrid, 2.6.1611  
Carta de Fernão de Matos a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre vários assuntos, incluindo o que ocorrera com o Inquisidor Gaspar Pereira.
- 51-VIII-13, N.º 135  
2f.  
Aranda, 24.7.1610  
Carta de Fernão de Matos a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre vários assuntos, incluindo a vacatura do lugar de Marcos Teixeira no Conselho Geral.

- 51-VIII-13, N.º 136  
2f.  
Madrid, 18.11.1610  
Carta de Fernão de Matos a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre vários assuntos, incluindo o lugar de deputado para a Mesa Grande e a extensão do privilégio da Inquisição às benesses nas igrejas colegiadas.
- 51-VIII-13, N.º 137  
2f.  
Madrid, 23.3.1611  
Carta de Fernão de Matos a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre vários assuntos, incluindo o andamento do despacho das matérias do Santo Ofício
- 51-VIII-13, N.º 139  
2f.  
Madrid, 13.10.1611  
Carta de Fernão de Matos a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre vários assuntos, incluindo o andamento do despacho das matérias do Santo Ofício
- 51-VIII-13, N.º 140  
3f.  
Madrid, 18.8.1611  
Carta de Fernão de Matos a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre vários assuntos, incluindo o que ocorrera num auto-da-fé realizado em Portugal.
- 51-VIII-13, N.º 141  
2f.  
Madrid, 7.8.1610  
Carta de Fernão de Matos a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre vários assuntos, incluindo a extinção das conezias aplicadas ao Santo Ofício.
- 51-VIII-13, N.º 144  
3f.  
Aranda, 4.9.1610  
Carta de Fernão de Matos a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre vários assuntos, incluindo o negócio das rendas do Santo Ofício
- 51-VIII-13, N.º 146  
3f.  
Madrid, 21.10.1614  
Carta de Fernão de Matos a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre vários assuntos, incluindo o lugar do Conselho da Inquisição concedido à Ordem de São Domingos.

- 51-VIII-13, N.º 148  
4f.  
Madrid, 14.11.1613  
Carta de Fernão de Matos a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre vários assuntos, incluindo o lugar que deveria ocupar no auto-da-fé.
- 51-VIII-13, N.º 149  
3f.  
Madrid, 13.6.1612  
Carta de Fernão de Matos a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre vários assuntos, incluindo a jurisdição dos inquisidores.
- 51-VIII-15, f. 9-10v  
Madrid, 24.2.1614  
Carta de D. Duarte de Castelo Branco, Conde de Sabugal e Meirinho-Mor, a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, respondendo à sua carta de 15.2.1614, na qual o Inquisidor-Geral lhe referia ir no dia seguinte assistir na janela onde costumavam estar os vice-reis ao auto-da-fé que se iria realizar, pois não poderia estar no cadafalso por demorar o auto muito tempo.
- 51-VIII-15, f. 11-12v  
Madrid, 24.2.1614  
Carta de D. Duarte de Castelo Branco, Conde de Sabugal e Meirinho-Mor, a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, respondendo à sua carta de 19.2.1614, na qual o Inquisidor-Geral lhe referia ter assistido ao auto-da-fé no domingo passado.
- 51-VIII-15, f. 35-36v  
Madrid, 21.4.1613  
Carta de D. Duarte de Castelo Branco, Conde de Sabugal e Meirinho-Mor, a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, respondendo à sua carta de 6.4.1613, na qual o Inquisidor-Geral lhe referia ter mostrado ao Bispo da Canária as oficinas que mandara fazer no cárcere da Inquisição.
- 51-VIII-15, f. 269-269v  
Madrid, 18.2.1614  
Carta de D. Duarte de Castelo Branco, Conde de Sabugal e Meirinho-Mor, a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, respondendo à sua carta de 8.2.1614, na qual o Inquisidor-Geral lhe referia que dentro de oito dias se faria um auto-da-fé.
- 51-VIII-15, f. 271-274v  
Madrid, 6.8.1612  
Carta de D. Duarte de Castelo Branco, Conde de Sabugal e Meirinho-Mor, a D. Pedro de

Castilho, Inquisidor-Geral, respondendo à sua carta de 20.7.1612, na qual o Inquisidor-Geral lhe indefere a petição do teólogo Sebastião do Carvalhal para ter um cargo na Inquisição.

- 51-VIII-20, N.º 3  
1f.  
Valladolid, 13.9.1608  
Carta de Francisco Gómez de Sandoval y Rojas, Duque de Lerma, a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre a carta enviada pelos Inquisidores de Coimbra e a relação das pessoas que saíram em auto-da-fé.
- 51-IX-2, f. 2, 5v  
Sintra, 9.6.1570  
Alvará do Cardeal D. Henrique, Inquisidor-Geral, ordenando que Aleixo Nunes, Notário do Santo Ofício da Inquisição de Évora, houvesse 30.000 reais de ordenado anual desde 1 de janeiro de 1570.
- 51-IX-2, f. 3-3v  
Almeirim, 25.1.1572  
Carta do Cardeal D. Henrique, Inquisidor-Geral, a Aleixo Nunes, Notário da Inquisição de Évora, para que se dirigisse ao Santo Ofício de Évora e fizesse o que os Inquisidores lhe dissessem da sua parte.
- 51-IX-2, f. 4-4v  
Lisboa, 27.11.1563  
Provisão do Cardeal D. Henrique, Inquisidor-Geral, do cargo de escrivão do Santo Ofício de Évora a Aleixo Nunes, vago por falecimento de João Mendes.
- 51-IX-2, f. 19-19v, 24-24v  
Évora, 7.2.1572  
Carta da Mesa do Santo Ofício de Évora a Aleixo Nunes, Notário da Inquisição de Évora, remetendo-lhe, pelo portador, a carta do Cardeal D. Henrique a pedir-lhe para ajudar nos negócios do Santo Ofício. Assinada pelo licenciado Jerónimo de Sousa e Diogo Mendes de Vasconcelos.
- 51-IX-2, f. 20-20v, 23-23v  
Évora, 13.2.1582  
Carta da Mesa do Santo Ofício de Évora a Aleixo Nunes, Notário da Inquisição de Évora, sobre a entrega de Leonor Dias nos cárceres de Évora. Assinada por Lopo Soares de Albergaria e Manuel Álvares Tavares.
- 51-IX-2, f. 21-22v  
Évora, 3.9.1593

Carta da Mesa do Santo Ofício de Évora a Aleixo Nunes, Notário da Inquisição de Évora, acusando a receção do maço das diligências que mandara de Vila Viçosa pelo portador, o qual levava de volta outras de Lisboa para serem feitas com brevidade. Assinada por D. João de Bragança e Rui Pereira da Veiga.

- 51-IX-2, f. 30-30v, 35-35v  
Évora, 19.7.1599  
Carta da Mesa do Santo Ofício de Évora a Aleixo Nunes, Notário da Inquisição de Évora, encarregando-o da diligência de procurar reaver do recoveiro de Vila Viçosa os papéis que tinha em seu poder, pertencentes a um cristão-novo de Évora que estava preso.
- 51-IX-12, f. 198-198v  
[Lisboa, s.d., 1.ª metade do séc. XVII]  
Planta de auto-da-fé a realizar em Lisboa.
- 51-IX-34, f. 496-497v  
[S.l., 1663]  
Mínuta de carta dos Inquisidores da Inquisição de Évora ao Conselho Geral do Santo Ofício, na vacatura do cargo de Inquisidor-Geral, inquirindo sobre o que haviam de fazer nos seguintes pontos: se a Inquisição de haveria de conservar naquela cidade; se a Inquisição ficaria com a jurisdição toda que o Conselho Geral lhe pudesse conceder enquanto se recorria ao Papa; se haveria de haver comunicação com a Inquisição de Coimbra e Lisboa numa bolsa de couro fechada em que não seguissem mais do que os papéis tocantes aos presos, como era costume; etc.
- 51-IX-35, f. 142-143  
[S.l., post. 1682]  
Parecer do Inquisidor João Duarte Ribeiro sobre com que idade se poderia receber o sacramento da confirmação.
- 51-X-8, f. 27, 30v  
Almada, 7.9.1639.  
Carta de D. João, Duque de Bragança, a D. Diogo de Sousa, Inquisidor de Lisboa, congratulando-o pela promoção da Inquisição de Coimbra para a de Lisboa.
- 54-V-23, N.º 1-1a  
42p.  
[S.l., post. 1816?]  
*Panigyrico Do Excellentissimo e Reverendissimo Senhor Dom Francisco Rafael de Castro Principal da Sancta Igreja Patriarchal do Conselho de Sua Magestade, e Reitor e Reformador da Universidade de Coimbra feito no Anno de 1786 Por Bento Jozé de Souza Farinha Professor Régio de Filosofia, e Socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa; e de novo publicado (p. 1-28)*

Seguido de: *Epitome Histórico da vida do Excellentissimo e Reverendissimo Senhor Dom Francisco Rafael de Castro, Principal <Diacono> da Santa Igreja Patriarchal, do Conselho de Sua Magestade e<sup>a</sup> e<sup>a</sup> e<sup>a</sup> por seus empregos Ecclesiasticos e Politicos*, de Francisco José dos Santos Marrocos (p. 29-38).

Contém carimbos do Conselho Geral do Santo Ofício.

- 54-V-23, N.º 7-7c

44p.

[Évora, post. 1774?]

*Oração No fim do Exame de Geometria. Recitada Por Bento José de Souza Farinha. Professor Regio de Filozofia, e socio da Academia Real das Sciencias de Lixboa. Na Cidade de Evora, Em o Anno de 1771.* (p. 1-9).

Seguido de: *Oração Na abertura do Exame publico de Direito Natural. Feita Por Bento Jozé de Souza Farinha. Professor Regio de Filozofia, e socio da Academia Real das Sciencias de Lixboa. E Recitada Na Cidade de Evora, Em de Julho de 1772.* (p. 19-26).

Seguido de: *Oração No fim do Exame publico de Direito Natural. Recitada Por Bento Jozé de Souza Farinha. Professor Regio de Filozofia, e socio da Academia Real das Sciencias de Lixboa. Na Cidade de Evora, Em de Julho de 1772.* (p. 27-33).

Seguido de: *Oração Para o principio do Exame publico da Filozofia Racional, e Moral. Feita Por Bento Jozé de Souza Farinha. Professor Regio de Filozofia, e socio da Academia Real das Sciencias de Lixboa. E Recitada Por Joaquim Jozé de Castro de Fronteira. Na Cidade de Evora, Em 28 de Julho de 1774.* (p. 35-43).

Contém carimbos do Conselho Geral do Santo Ofício.

- 54-V-23, N.º 12

34p.

[S.l., c. 1788]

*Colleçam Das Dissertações, e Orações Filozoficas De Bento Joze de Souza Farinha Professor Regio de Filozofia. Dissertaçam sobre o Argumento Theologico, que se diz Ab invidia ducto: apontado no ultimo capitulo da Logica de Antonio Genuense.*

Trasladada por José Martiniano da Fonseca, em Lisboa, 10.4.1788.

Contém carimbos do Conselho Geral do Santo Ofício.

- 54-V-23, N.º 14

16p.

[S.l., s.d.]

*Dissertaçam sobre a Vniam da Alma e do Corpo E Prelecçam ao capitullo 2 da Psychozofia do Compendio de Genuense*, de Bento José de Sousa Farinha.

Contém carimbos do Conselho Geral do Santo Ofício.

- 54-V-23, N.º 15

16p.

[S.l., s.d.]

*Dissertação sobre a Origem das Ideias E Preleção ao capitulo 3 da Psychozophia do Compendio de Antonio Genuense*, de Bento José de Sousa Farinha.

Contém carimbos do Conselho Geral do Santo Ofício.

- 54-V-23, N.º 16

16p.

[S.l., s.d.]

*Dissertação sobre as Ideias do Impossível*, de Bento José de Sousa Farinha.

Contém carimbos do Conselho Geral do Santo Ofício.

- 54-V-23, N.º 17

40p.

[S.l., s.d.]

*Dissertação sobre o estado moral do Homem*, de Bento José de Sousa Farinha.

Contém carimbos do Conselho Geral do Santo Ofício.

- 54-V-23, N.º 19

4f.

[Évora, post. 1774]

*Oração no fim do Exame publico de toda a Filozofia Racional, e Moral Havida na Sala da Universidade de Evora em 9 de Julho de 1774 Por Bento Joze de Souza Farinha.*

Contém carimbos do Conselho Geral do Santo Ofício.

- 54-V-23, N.º 27-27c

14f.

[Lisboa, post. 1798]

*Na abertura do Exame publico de Metafyzica [...] Real Collegio de Nossa Senhora da Conceição em Santarem 8 d'Abril de 1797*, de Bento José de Sousa Farinha (f. 3-4). Contém despacho de impressão e retorno para conferência, datado de Lisboa, 17.1.1798, com quatro rubricas.

Seguido de: *No fim do Exame publico de Metafyzica Santarem 8 d'Abril de 1797*, de Bento José de Sousa Farinha (f. 5-8). Contém despacho de impressão e retorno para conferência, datado de Lisboa, 17.1.1798, com quatro rubricas.

Seguido de: *Na abertura do Exame publico de Filozofia Moral Santarem 22 de Junho de 1797*, de Bento José de Sousa Farinha (f. 9-10).

Seguido de: *No fim do Exame publico de Filozofia Moral Santarem 22 de Junho de 1797*, de Bento José de Sousa Farinha (f. 10v-12). Contém despacho de impressão e retorno para conferência, datado de Lisboa, 17.1.1798, com quatro rubricas.

Contém carimbos do Conselho Geral do Santo Ofício.

- 54-V-27, N.º 1kkk

1f.

Casa, s.d.

Carta de D. João de Sousa, Arcebispo de Lisboa, a Jerónimo Soares, Inquisidor de Évora, sobre a impugnação do extermínio dos cristãos-novos confessos.

- 54-VIII-5, N.º 21c  
1f.  
[S.l., post. 1605]  
Cópia de resumo do processo de Garcia Gomes, cristão-novo, sirgheiro, casado com Antónia Correia, natural do Porto, morador em Guimarães, preso por culpas de judaísmo em 24.4.1604, o qual confessou, sendo solto e agraciado pelo perdão geral de 14.1.1605.
- 54-VIII-14, N.º 327  
2f.  
Coimbra, 6.1.1700  
Carta do Dr. João Duarte Ribeiro a D. João de Sousa, Arcebispo de Braga e Inquisidor de Lisboa, participando que Pedro Hasse de Belém, que tinha entrado como Inquisidor um dia antes dele, tinha sido nomeado para o Conselho Geral, pedindo para patrocinar junto do Inquisidor-Geral a sua pretensão de um lugar no dito Conselho.
- 54-VIII-21, N.º 9  
2f.  
Coimbra, 6.1.1700  
Carta de Jerónimo Soares, Inquisidor, a D. João de Sousa, Arcebispo de Braga e Inquisidor de Lisboa, sobre o que defendera no Conselho Geral acerca do ponto da repetição e extermínio dos cristãos-novos como impedindo o ministério do Santo Ofício dado impedir as provas.
- 54-VIII-22, N.º 280  
1f.  
Lisboa, 9.7.1675  
Carta de Manuel Pimentel de Sousa a D. João de Sousa, Arcebispo de Braga e Inquisidor, comunicando-lhe que com a promoção de Mestre Frei Valério de São Raimundo ao lugar do Conselho e mudança de Inquisição de Mestre Frei Jorge de Castro, chegara a hora de agraciar D. João de Sousa com a nomeação de Deputado para o Bispo de Targa.
- 54-X-8, N.º 1-2  
2f.  
[S.l., s.d.]  
Índice de um livro com c. 170f. pertencente à Inquisição ou Inquisidor. Contém o resumo dos documentos, provavelmente acórdãos ou pareceres para constituírem jurisprudência em casos futuros.  
Transcrevem-se os primeiros títulos: “Ordinario para o despenseiro do menor se a de ser o do domicilio do mesmo menor ou o do domicilio do pay – fol. 1 / diminuto em Ceremonias

e pessoas se a de ser relaxado – fol. 5 / contradita – de que hum foy falsario no foro secular, se posta no sancto officio a de excluir o testemunho do tal falsario – fol. 8”, etc.

O índice foi redigido no verso de dois sobrescritos dirigidos a Francisco Barreto, Inquisidor de Lisboa.

- 54-X-16, N.º 101  
1f.  
Palácio de Queluz, 20.7.1799  
Aviso de José de Seabra da Silva participando ao Bispo Inquisidor-Geral que no dia 23 do corrente mês o Príncipe D. João iria receber os tribunais e corte em dia de corte e beija-mão, para sua inteligência e do Conselho Geral do Santo Ofício.
- 54-X-17, N.º 4  
1f.  
Évora, 24.10.1575  
Provisão do Cardeal D. Henrique, Inquisidor-Geral, a Marcos de Deus, Tesoureiro do Santo Ofício de Coimbra, para que pagasse a si mesmo 63.000 reais, por respeito ao trabalho que tivera em servir o dito cargo de tesoureiro, assim da casa como dos presos do cárcere durante quatro anos. Assinado também por Leão Henriques e Manuel de Quadros. Contém averbamento: “Lançada”.
- 54-X-17, N.º 5  
1f.  
Lisboa, 7.1.1579  
Provisão do Cardeal D. Henrique, Inquisidor-Geral, a Marcos de Deus, Tesoureiro do Santo Ofício de Coimbra, para entregar ao Padre André Dias, Arcipreste do arcediagado de Vouga, 20.000 reais pelo trabalho que tivera de visitador das embarcações estrangeiras que vinham ao porto de Aveiro. Assinado também por Paulo Afonso, António Teles e Jorge Serrão. Contém no verso o recibo, passado pelo Padre André Dias em Coimbra, 30.1.1579.
- 54-X-17, N.º 6  
2f.  
Almeirim, 4.5.1546  
Provisão do Cardeal D. Henrique, Inquisidor-Geral, de mercê ao Bispo do Porto, D. Frei Baltasar Limpo, e a Jorge Rodrigues, Inquisidor do Porto, pela qual lhes cometia o caso de Gabriel Dias, natural de Vale do Seixo, junto a Trancoso, preso na Inquisição do Porto, para que, parecendo-lhes bem, se lhe retirasse o hábito penitencial e fosse libertado da prisão, mediante o cumprimento de certas obrigações. Contém ainda o despacho favorável e o registo da sua publicação.
- 54-X-17, N.º 7  
1f.

Évora, 12.7.1541

Comissão do Cardeal D. Henrique, Inquisidor-Geral, ao desembargador Mem de Sá, para fazer o despacho dos negócios da Inquisição durante a sua ausência de Lisboa.

- 54-X-17, N.º 15  
2f.  
Valladolid, 23.12.1602  
Carta de D. Filipe II a D. Alexandre de Bragança, Inquisidor-Geral, ordenando que se copiassem certas escrituras referidas numa memória junta à carta, sem que nenhum membro do Conselho Geral, inquisidor ou qualquer outra pessoa o soubesse.
- 54-X-17, N.º 45  
2f.  
Valladolid, 2.2.1603  
Carta de D. Filipe II a D. Alexandre de Bragança, Inquisidor-Geral, acusando a receção da sua carta sobre a resolução régia sobre o negócio dos cristãos-novos e recomendando o breve e bom despacho dos negócios que estavam e viessem a estar pendentes no Conselho Geral.
- 54-X-18, N.º 332  
2f.  
Valladolid, 5.10.1602  
Carta de D. Filipe II a D. Alexandre, Inquisidor-Geral, sobre o perdão que os cristãos-novos procuravam alcançar do Papa.
- 54-XI-16, N.º 119  
23f.  
Évora, 17.5.1630-22.5.1630  
Processo da Inquisição de Évora sobre um papel que aparecera afixado nas portas do pátio da Universidade de Évora, o qual rezava: “Caens: o nosso deus de Mouses nos tem portmetido de nos [a]codir nos trabalhos, e por isso em nosso fauor os uossos uos ão de roer, e enforçar” (f. 3). O papel fora entregue por Fernão João, porteiro dos Estudos da Universidade ao Reitor da Universidade. Não se apurou a autoria do acto.
- 54-XI-18, N.º 117  
5f.  
Évora, 9.10.1630-22.6.1632  
Termos dos livreiros da cidade de Évora.  
Contém termos assinados pelos livreiros Domingos Rodrigues da Costa, Baltasar de Gouveia, Pero Lourenço, Manuel Ribeiro, Manuel Dias, e Manuel Carvalho, na Casa do Despacho da Inquisição de Évora de notificação da ordem que os proibia de encadernarem qualquer livro de mão ou apostila sem licença da Mesa do Santo Ofício ou o fazer saber a ela. Assinado pelos Inquisidores António da Silveira e Gomes de Brito da Silva.

- 54-XI-39, N.º 77  
2f.  
Goa, 13.2.1788  
Carta do Arcebispo Primaz do Oriente ao Arcebispo e Inquisidor-Geral remetendo uma petição de um clérigo penitenciado pelo Santo Ofício, na qual lhe pedia comutasse os seis anos de degredo de Sofala pelo recolhimento conventual.
  
- 54-XIII-8, N.º 202  
1f.  
Lisboa, 30.4.1694  
Traslado de nomeação para árbitro de suspeições a João de Brito Pereira, Deputado do Santo Ofício da Inquisição de Lisboa.
  
- 81-VII-41  
1613  
Impresso: *REGIMENTO / DO SANTO OFFICIO / DA INQUISIÇÃO DOS / REYNOS DE PORTUGAL. / RECOPIADO POR MANDADO / do Illustrissimo, & Reuerendissimo senhor Dom Pedro de / Castilho, Bispo Inquisidor Geral, & Visorey dos / Reynos de Portugal.*  
Lisboa: Impresso na Inquisição de Lisboa por Pedro Crasbeeck, 1613.  
Impresso com algumas anotações manuscritas e assinatura autógrafa de D. Pedro de Castilho.
  
- 81-VII-41  
1640  
Impresso: *REGIMENTO / DO SANTO OFFICIO / DA INQUISIÇÃO / DOS REYNOS DE PORTUGAL. / ORDENADO / POR MANDADO / Do Jllustrissimo E Reuerendissimo Senhor / Bispo Dom Francisco de Castro, / Inquisidor Geral, do Conselho d'Estado / de Sua Magestade.* Lisboa: Manuel da Silva, 1640.  
Impresso com anotações manuscritas com remissão para processos, como o do Padre António Vieira, legislação, sentenças e correspondência do Conselho Geral com indicação da respetiva cota de arquivo em Évora, entre 1617 e 1667.
  
- 97-V-28  
1620  
Impresso: *REGIMENTO / DO DIVIZO DAS CON- / FISCAÇÕES PELLO CRIME / de Heresia, & Apostasia.* Lisboa: Pedro Craesbeeck, 1620.  
Entre cada folha impressa tem uma folha adicional, a maioria em branco, mas com algumas contendo anotações adicionais ao regimento.  
Pertenceu a Diogo de Sousa. Poderá ser o homónimo, doutor em cânones, Inquisidor em Coimbra a partir de 2.4.1571 e, depois, em Lisboa, a partir de 30.12.1578, e do Conselho Geral em 1.1.1589.

## Biblioteca de Arte Gulbenkian

- AP (Alfredo Pimenta) 11258  
1613  
Impresso: *REGIMENTO / DO SANTO OFFICIO / DA INQUISIÇÃO DOS / REYNOS DE PORTUGAL. / RECOPIADO POR MANDADO / do Illustrissimo, & Reuerendissimo senhor Dom Pedro de / Castilho, Bispo Inquisidor Geral, & Visorey dos / Reynos de Portugal.* Lisboa: Impresso na Inquisição de Lisboa por Pedro Crasbeeck, 1613.  
Impresso com anotações manuscritas de época de natureza jurisprudencial.  
Pertenceu a Alfredo Pimenta, que o adquiriu em Braga em 12.7.1928. Anteriormente, fez parte da Livraria do Mosteiro de Alcobaça, ostentando o carimbo daquela livraria, bem como uma cota (vol. 798), que poderá remontar a esse período. Uma etiqueta de papel impressa dizendo “Livraria d’Alcobaça” foi colada no rosto da obra sobre o nome riscado de um anterior possuidor. Contém ainda no rosto as assinaturas de José da Fonseca (provavelmente o homónimo que foi Deputado da Inquisição de Évora), riscada, e a do Dr. Frei Remígio de Assunção, Geral do Mosteiro de Alcobaça em 1621.

## Biblioteca do Banco de Portugal

- Fausto de Figueiredo, F.F. 134  
1774  
Impresso: *REGIMENTO / DO / SANTO OFFICIO / DA / INQUISIÇÃO / DOS REINOS DE PORTUGAL, / ORDENADO COM / O REAL BENEPLACITO, / E REGIO AUXILIO / PELO ( EMINENTISSIMO, E REVERENDISSIMO / SENHOR / CARDEAL DA CUNHA, / DOS CONSELHOS DE ESTADO, E GABINETE / DE SUA MAGESTADE, / E INQUISIDOR GERAL / NESTES REINOS, / E EM TODOS OS SEUS DOMINIOS.* Lisboa: Na Oficina de Miguel Manescal da Costa, MDCCLXXIV [=1774]  
Impresso com anotações manuscritas com remissão para processos de 1653 e 1764, e sublinhados de época.
- Fausto de Figueiredo, F.F. 136  
1613  
Impresso: *REGIMENTO / DO SANTO OFFICIO / DA INQUISIÇÃO DOS / REYNOS DE PORTUGAL. / RECOPIADO POR MANDADO / do Illustrissimo, & Reuerendissimo senhor Dom Pedro de / Castilho, Bispo Inquisidor Geral, & Visorey dos / Reynos de Portugal.* Lisboa: Impresso na Inquisição de Lisboa por Pedro Crasbeeck, 1613.  
Impresso com sublinhados manuscritos de época.  
Pertenceu a Francisco Joaquim Pereira e Sousa, Conservador da Biblioteca Nacional, falecido em 1851.
- Fausto de Figueiredo, F.F. 143  
1640

Impresso: *REGIMENTO / DO SANTO OFFICIO / DA INQUISIÇÃO / DOS REYNOS DE PORTVGAL. / ORDENADO / POR MANDADO / Do Jllustrissimo E Reuerendissimo Senhor / Bispo Dom Francisco de Castro, / Inquisidor Geral, do Conselho d'Estado / de Sua Magestade. Lisboa: Manuel da Silva, 1640.*

Impresso com anotações manuscritas com remissão para processos, autos, visitações, provisões do Inquisidor-Geral, bulas, etc., com datas extremas de 1560 a 10.8.1718.

### Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

- Coleção Pereira e Sousa – Mendonça Cortês, Cx. 7, Mç. 1, N.º 12  
1f.  
Casa do Despacho, em Évora, 1.2.1582  
Lembrança assinada por Manuel do Vale, Notário da Inquisição de Évora, de como o licenciado Manuel Álvares Tavares, Inquisidor, lhe mandara ir perguntar a D. Teotónio de Bragança, Arcebispo de Évora, se os 100.000 reais que o seu tesoureiro queria dar à Inquisição eram pertencentes à pensão de 500.000 reais que deveriam ser pagos até ao dia de Natal do corrente ano ou se eram uma esmola, ao que respondeu o Arcebispo, falando com Felício Gomes junto a uma janela, que era uma esmola, após prática com António de Mendonça.
- Coleção Pereira e Sousa – Mendonça Cortês, Cx. 21, Mç. 4, N.º 22  
11f.  
Lisboa, 25.10.1681  
Traslado de breve do Papa Inocência XI, datado de 22.8.1681, feito por Manuel Martins Cerqueira, Escrivão do Conselho Geral do Santo Ofício, concertado pelo licenciado José Cardoso, Secretário do Conselho Geral do Santo Ofício, permanecendo o original no Secreto.  
Inc.: “Ad futuram rei memoriam romanus pontifex ex commisso sibi divinitus apostolicae servitutis munere omnium Christi”.
- Coleção Pereira e Sousa – Mendonça Cortês, Cx. 21, Mç. 4, N.º 23  
2f.  
Lisboa, 25.10.1681  
Traslado de certidão de D. Luís de Sousa, embaixador extraordinário em Roma, do decreto papal de Inocência XI de 31.8.1681, pelo qual resolvia a questão das testemunhas singulares cúmplices da culpa contra os réus de heresia, o qual traslado foi concertado pelo original por Manuel Martins Cerqueira, Escrivão do Conselho Geral do Santo Ofício.
- Coleção Pereira e Sousa – Mendonça Cortês, Cx. 24, Mç. 2, N.º 1  
1f.  
Coimbra, s.d.  
Formulário da Inquisição para certificação da reconciliação de um penitenciado em auto-da-fé.

- Manuscritos Avulsos, LXXIX, N.º 22<sup>136</sup>  
1f.  
[Coimbra, 1714-1718]  
Folha de livro de contas da Inquisição de Coimbra relativos aos gastos com o preso Gabriel Rodrigues Cachicão<sup>137</sup>.  
Folio rubricado e numerado com o algarismo 25.
- PRAX. 17 P. 139<sup>138</sup>  
1620  
Impresso: *REGIMENTO / DO IVIZO DAS CON- / FISCAC, OES PELLO CRIME / de Heresia, e Apostasia*. Lisboa: Pedro Craesbeeck, 1620.  
Contém anotações marginais de época fazendo referência a uma ordem régia de 1624.  
Contém ainda anotações de Francisco Joaquim Pereira e Sousa, Conservador da Biblioteca Nacional de 1834 a 1851, colecionador de legislação manuscrita e impressa.

### **Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra**

- Ms. 450<sup>139</sup>  
135f.  
[ant. 1653]  
Miscelânea.  
Contém:  
“Razoado por parte do seruiço de Deos, E de sua magestade sobre a pretençaõ que trazem os Christãos nouos d’este reinos [sic] E senhorios de Portugal, d’auer perdão Geral de suas culpas de Iudaismo <No qual tambem se responde a tudo o que el fes por sua parte propoem no memorial que offrecerão a sua magestade>” (f. 1-52v);  
“Sermão contra a perfidia Judaica deste tempo, E de todo o tempo depois que o senhor Encarnou E se fes homem”. (f. 53-134v).  
Pertenceu a D. Francisco de Castro, Inquisidor-Geral.
- R-60-23  
1640  
Impresso: *REGIMENTO / DO SANTO OFFICIO / DA INQVISIÇÃO / DOS REYNOS DE PORTVGAL. / ORDENADO / POR MANDADO / Do Jllustrissimo E Reuerendissimo Senhor / Bispo Dom Francisco de Castro, / Jnquisidor Geral, do Conselho d’Estado / de Sua Magestade*. Lisboa: Manuel da Silva, 1640.

<sup>136</sup> Referido em Pedro Pinto – *Índice dos Códices e Manuscritos Avulsos da Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa...*, p. 373.

<sup>137</sup> Cf. ANTT – *Inquisição de Coimbra*, Processo 8568.

<sup>138</sup> Referido em Júlio Caio Velloso – *Catálogo das obras impressas nos séculos XVI, XVII e XVIII. A coleção da Faculdade de Direito de Lisboa*. Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2003, p. 132-133.

<sup>139</sup> Referido em M. Lopes de Almeida (ed.) – *Catálogo de manuscritos (Códices 251 a 555)*..., p. 193.

Impresso com anotações manuscritas de várias mãos com remissão para cartas do Secretário do Conselho, visitasões do Inquisidor-Geral, etc., com datas extremas de 7.10.1651 a 18.11.1767.

Foram cosidos vários documentos originais e cópias no final do impresso:

1. Carta de um chantre a um deão sobre assuntos particulares [S.l., séc. XVII?] (documento solto sem numeração);
2. Auto de publicação da provisão do Inquisidor-Geral D. Francisco de Castro que estava no princípio do regimento, a qual foi lida pelo Inquisidor Luís Álvares da Rocha, feito por João Nogueira de Carvalho, Notário. Assinado por Luís Álvares da Rocha, Cristóvão de Andrade Freire e João Trancoso Pereira (f. 3);
3. Dúvidas que se ofereciam a Manuel de Moura a respeito da ordem do Conselho Geral de 24.5.1672 em que se mandava executar nos reconciliados que saíram em auto público as penas declaradas no regimento Livro 3, título 3, parágrafo 12, e nos filhos e netos dos relaxados, as de que trata o parágrafo 13 do mesmo título. Assinado por Manuel de Moura. Contém registo adicional de Diogo Velho sobre o mesmo assunto (f. 4-4v);
4. Carta do Arcebispo Inquisidor-Geral à Inquisição de Coimbra sobre o breve papal que permitia a restituição da jurisdição do Santo Ofício aos mesmos ministros que a exerciam antes da suspensão. Lisboa, 22.9.1681 (f. 6-7v);
5. Carta de José Cardoso de acompanhamento do breve referido no ponto anterior. Lisboa, 23.9.1681 (f. 8-9v);
6. Carta do Arcebispo Inquisidor-Geral à Inquisição de Coimbra sobre a execução de uma ordem régia. Lisboa, 23.9.1681 (f. 10-10v);
7. Cópia de aviso de Francisco Correia de Lacerda ao Inquisidor-Geral para que enviasse rapidamente a Évora e Coimbra um correio avisando os ministros dessas Inquisições que não fizessem qualquer demonstração pública como luminárias que pudessem ser motivo de desinquietação. Paço, 23.9.1681 (f. 11-11v);
8. Cópia da bula de Inocência XI “Ad futuram rei memoriam Romanus”, emitida em Roma em 22.8.1681, trasladada do breve original que ficava no Secreto do Conselho Geral pelo Notário Manuel Martins Cerqueira, concertada com o Notário Filipe Barbosa. Lisboa, 23.9.1681 (f. 1-11v, 2.<sup>a</sup> numeração);
9. Traslado de certidão de D. Luís de Sousa, embaixador extraordinário em Roma, em como lhe fora comunicado em 18.7.1681 um decreto papal de resolução da causa sobre as testemunhas singulares. Roma, 31.8.1681. Concorde com o original, assinado por Manuel Martins Cerqueira (f. 12-13v, 2.<sup>a</sup> numeração);
10. Resolução das dúvidas sobre as cláusulas do novo breve papal tomada no Conselho Geral em 2.12.1681, estando presente D. Veríssimo de Lencastre, Inquisidor-Geral, o qual assina (f. 14-16v, 2.<sup>a</sup> numeração e f. 2-2v da 3.<sup>a</sup> numeração, mal encadernado);
11. Resolução do Conselho Geral acerca de dar sacramento aos moribundos presos por judaísmo. Lisboa, 13.9.1697. Assinada por Estêvão de Brito Foios, Sebastião Dinis Velho, João Carneiro de Morais, João Moniz da Silva, e Frei Gonçalo do Crato (f. 17-17v, 2.<sup>a</sup> numeração);
12. Normas sobre os procedimentos inquisitoriais quanto à repetição de testemunhas.

- Concorda com o original que foi entregue ao Secretário do Conselho Geral. Lisboa, 26.9.1685. Assina José Coelho (f. 4-9v, 3.<sup>a</sup> numeração);
13. Forma de ratificar as respostas das testemunhas a qual o Inquisidor-Geral ordenara a José Cardoso que enviasse a cada uma das inquisições. Enviado a Coimbra. Feito por José Cardoso, Lisboa, 1.1.1683 (f. 10-10v, 3.<sup>a</sup> numeração);
  14. Ordem do Conselho Geral do Santo Ofício para a Inquisição de Coimbra determinando que doravante toda a pessoa que fosse notificada que estava julgada por convicta no crime pelo qual fora acusada e, depois dessa notificação, confessasse suas culpas e fosse recebida no grémio da Igreja, fosse degredada para o Brasil, além das penas impostas pelo regimento, os homens por tempo de cinco anos, e as mulheres por três. Lisboa, 26.6.1659. Assinada por Pantaleão Rodrigues Pacheco, Luís Álvares da Rocha, Diogo de Sousa, Frei Pedro de Magalhães e Pedro de Castilho (f. 12-12v, 3.<sup>a</sup> numeração);
  15. Traslado da provisão do Inquisidor-Geral Nuno da Cunha a respeito do secreto, a qual andava no caderno das cartas do Secretário do Conselho Geral que principiou em janeiro de 1712. Concorda com a própria. Feito por Miguel Pinheiro de Carvalho (f. 13-14, 3.<sup>a</sup> numeração);
  16. Cópia do capítulo da carta do Secretário do Conselho Geral de 19.11.1718 (f. 14, 3.<sup>a</sup> numeração);
  17. Cópia de carta do Secretário do Conselho Geral de 18.11.1724 (f. 14, 3.<sup>a</sup> numeração);
  18. Sumário de aviso do Conselho Geral de 9.4.1768 (f. 14v, 3.<sup>a</sup> numeração);
  19. Instruções do Inquisidor-Geral sobre as diligências das pessoas que se habilitavam para servir o Santo Ofício. Copiadas por José Coelho. Por carta do Secretário do Conselho Geral. 13.7.1720 (f. 15-16v, 3.<sup>a</sup> numeração);
  20. Ordem do Conselho Geral para que em todos os processos dos apresentados do judaísmo em que houvesse voto de dúvida fosse recebida sua confissão. Conselho Geral, 25.6.1751 (f. 17, 3.<sup>a</sup> numeração);
  21. Cópia de um decreto régio proibindo a imposição de pena de degredo para o Brasil e Sacramento. Lisboa Ocidental, 28.3.1722 (f. 18, 3.<sup>a</sup> numeração);
  22. Cópia de uma carta do Secretário Diogo de Mendonça Corte Real a D. Nuno da Cunha, Inquisidor-Geral, sobre o decreto atrás referido. 14.9.1723. Concorda com o original que fica no Secreto do Conselho Geral, 18.9.1723. Feito por Jácome Esteves Nogueira (18-18v, 3.<sup>a</sup> numeração);
  23. Resumos de cartas régias enviadas ao Inquisidor-Geral D. Nuno da Cunha, entre 12.1.1714 e 13.3.1728 (f. 19-20, 3.<sup>a</sup> numeração);
  24. Cópia de um decreto régio em favor do Santo Ofício. Lisboa, 19.2.1742. Contém despacho da Junta da Administração do Tabaco e registo de que o original ficou na Junta. Feito por Jácome Esteves Nogueira (f. 21-21v, 3.<sup>a</sup> numeração);
  25. Cópia de decreto de Bento XIV, cujo original estava no Conselho Geral, datado de 5.8.1745. Traslado de uma cópia que à Inquisição de Coimbra remetera o Secretário do Conselho Jácome Esteves Nogueira em carta de 23.10.1745, a qual estava certificada conforme o original, o qual ficava dentro do regimento da mesa do mesmo Conselho. Feito por José Baptista (f. 22-23v, 3.<sup>a</sup> numeração);

26. Cópia de provisão do Arcebispo de Goa D. Frei Lourenço de Santa Maria sobre a bula de Bento XIV sobre a confissão. Palácio Pontifical de Panelim, 25.9.1747 (f. 25-26v, 3.<sup>a</sup> numeração);
  27. Impresso: Sanctissimi Domini Nostri Domini / *BENEDICTI / DIVINA PROVIDENTIA / PAPAЕ XIV. / CONSTITUTIO / QVA / Tribunali Sanctae Inquisitionis in Portugalliae, & Al- / garbiorum Regnis adjudicatur cognitio pertinen- / tiae causarum contra Confessarios exquirentes a 7 poenitentibus complicitum nomina cum denegatio- / ne absolutiois: Eaque in re delinquentes etiam si- / ne suspicione pravi dogmatis eidem Inquisitionis / Officio denunciari jubentur.* Roma: Tipografia da Câmara Apostólica, 1749 (6f. inum.);
  28. Lista das igrejas pensionadas pelo Santo Ofício no Bispado do Porto (f. [1], 4.<sup>a</sup> numeração);
  29. Petição do Promotor do Santo Ofício da Inquisição de Lisboa para a obtenção de uma certidão do decreto de 3.2.1754 pelo qual o Rei fora servido mandar que no Juízo da Coroa da Casa da Suplicação se não tomasse conhecimento de um recurso que do Conselho Geral do Santo Ofício interpuseram o deão e cabido da Sé de Évora. Despacho favorável. Lisboa, 13.2.1754 (f. [2]-3v, 4.<sup>a</sup> numeração);
  30. Cópia de carta do Conde de Oeiras ao General José Félix da Cunha e Meneses sobre uma consulta que o Conselho Geral fizera em favor dos privilégios dos oficiais contínuos do Santo Ofício. Nossa Senhora da Ajuda, 21.7.1764 (f. 4-4v, 4.<sup>a</sup> numeração);
  31. Cópia de um capítulo da carta do Conselho Geral de 11.4.1767. concertado com o original por Luís da Silva Torres (f. 5-5v, 4.<sup>a</sup> numeração);
  32. Cópia da carta do Secretário do Conselho Geral em que se mandavam remeter ao mesmo Conselho Geral os assentos que na Mesa se tomassem nos processos dos sacrílegos. Concorda com o original, que se acharia entre as cartas do Conselho. Feito por Manuel Correia da Fonseca (Lisboa, 18.9.1767) (f. 6-6v, 4.<sup>a</sup> numeração);
  33. Cópia de carta de António Baptista à Inquisição de Coimbra sobre a impressão dos editais da fé. Lisboa, 16.2.1768 (f. 7-7v, 4.<sup>a</sup> numeração);
  34. Cópia de carta do Rei para os Deputados do Conselho Geral do Santo Ofício sobre a obra *Deducção Chronologica, e Analitica*. Salvaterra de Magos, 11.2.1768 (f. 10-10v, 4.<sup>a</sup> numeração);
  35. Resumo de carta do Secretário do Conselho Geral de março de 1819 sobre a prisão do alcaide de Monção (f. 11, 4.<sup>a</sup> numeração).
- V.T.-15-10-4<sup>140</sup>  
1613  
Impresso: *REGIMENTO / DO SANTO OFFICIO / DA INQUISIÇAM DOS / REYNOS DE PORTUGAL. / RECOPIADO POR MANDADO / do Illustrissimo, & Reuerendissimo senhor Dom Pedro de / Castilho, Bispo Inquisidor Geral, & Visorey dos / Reynos de Portugal.* Lisboa: Impresso na Inquisição de Lisboa por Pedro Crasbeeck, 1613.  
Impresso com anotações manuscritas.

<sup>140</sup> Livro referido em: Maria Isabel Ribeiro de Faria e Maria da Graça Pericão – Inquisição: colectórios, registos, sermões e listas de autos-de-fé existentes na Livraria Visconde da Trindade. *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*. XXXIII (1977) 251-253.

- V.T.-15-10-5 c.2<sup>141</sup>  
1640  
Impresso: *REGIMENTO / DO SANTO OFFICIO / DA INQUISIÇÃO / DOS REYNOS DE PORTVGAL. / ORDENADO / POR MANDADO / Do Jllustrissimo E Reuerendissimo Senhor / Bispo Dom Francisco de Castro, / Inquisidor Geral, do Conselho d'Estado / de Sua Magestade. Lisboa: Manuel da Silva, 1640.*  
Impresso com anotações manuscritas de duas mãos de remissão para ordens do Conselho Geral e processos, etc., com datas extremas de 28.11.1647 a 1747.  
Pertenceu primeiramente a Luís Álvares da Rocha, Inquisidor.
- V.T.-15-10-7<sup>142</sup>  
1596  
Impresso: *COLLECTORIO / DE DIVERSAS LETRAS / APOSTOLICAS, PROVISÕES / REAES, E OVTROS PAPEIS, EM QVE / Se contém a Instituição, & primeiro progresso do Sancto / Officio em Portugal, & varios Priuilegios que os / Summos Pontifices, & Reys destes Reynos / lhe concederão. / Diuidido em sete Titolos, como se mostra na folha primeira da Tauoa. Lisboa: Nas Casas da Santa Inquisição, 1596.*  
Impresso com anotações manuscritas.  
Entre o folio 122 e 123 foi cosido um traslado de um assento do Conselho Geral sobre os privilégios dos familiares do Santo Ofício, feito em Lisboa em 10.11.1614. Subscrito por Simão Lopes, Secretário do Conselho Geral, trasladado do próprio que estava no livro dos assentos do dito Conselho, em 17.3.1625.
- V.T.-15-10-8<sup>143</sup>  
1634  
Impresso: *COLLECTORIO / DAS BULLAS, / & Breves Apostolicos, / Cartas, Aluarás & Prouisoes Reaes / que contem a instituição & progresso / do Sancto officio em Portugal / Uarios Indultos & Priuilegios que / os Sumos Pontifices & Reys / destes Reynos lhe concederão.*  
Lisboa: Lourenço Craesbeeck, 1634.  
Impresso com anotações manuscritas.  
No final foi encadernado um impresso de um breve do papa Bento XIV de concessão ao Santo Ofício de 3.430 ducados de ouro impostos em pensões nos benefícios do Reino de Portugal, a arbítrio do seu nuncio Cardeal Nuno da Cunha, Inquisidor-Geral, de abril de 1743, o qual foi selado com selo de chapa do Santo Ofício e subscrito por Manuel Teixeira da Cunha, Notário da Inquisição de Lisboa, em 5.5.1743.  
Pertenceu à Livraria de São Francisco de Xabregas.

<sup>141</sup> Livro referido em: Maria Isabel Ribeiro de Faria e Maria da Graça Pericão – Inquisição: colectórios, registos, sermões e listas de autos-de-fé..., p. 254-255.

<sup>142</sup> Livro referido em: Maria Isabel Ribeiro de Faria e Maria da Graça Pericão – Inquisição: colectórios, registos, sermões e listas de autos-de-fé..., p. 245-248.

<sup>143</sup> Livro referido em: Maria Isabel Ribeiro de Faria e Maria da Graça Pericão – Inquisição: colectórios, registos, sermões e listas de autos-de-fé..., p. 248-250.

## Biblioteca do Ministério dos Negócios Estrangeiros

- F.A. 138<sup>144</sup>  
1620  
Impresso: *REGIMENTO / DO IVIZO DAS CON- / FISCAC, OES PELLO CRIME / de Heresia, & Apostasia*. Lisboa: Pedro Craesbeeck, 1620.  
Contém anotações marginais.  
Ao regimento impresso foram cosidas 5 folhas, contendo um traslado manuscrito seiscentista dos privilégios concedidos pela Coroa aos oficiais e familiares do Santo Ofício, segundo a edição impressa em Lisboa por Pedro Craesbeeck em 1608.  
Na folha de guarda final, contém uma nota manuscrita muito similar à das anotações marginais: “Antonio pinheiro escriuão dos orfãos d euora de francisco d azeuedo mora na rua dos escudeiros”.

## Biblioteca Municipal de Faro

- Fundo Antigo, 1824  
1759  
Impresso: Diogo Guerreiro Camacho de Aboim, *OPUSCULUM / DE / PRIVILEGIIS / FAMILIARIUM, OFFICIALIUMQUE/SANCTAEINQUISITIONIS/DESIDERATISSIMUM, / EDITIO TERTIA, NOVITER, ET A DAMASSIM CORRECTA, / REGIMINE FISCIAUCTO, / IN QUO / TOTAFERE PRIVILEGIORUM MATERIA / exaratur, & omnium Privilegiatorum jus genericè, & specificè examinatur, plene- / que discutiuntur privilegia omnia Familiarium, Officialiumque Sancta inquisi- / tionis, Senatorum, monetariorum, scholasticoru, & Viduarum, & aliorum; / potestas etiam eorum Conservatorum ventilatur, & plures aliae Juris / materiae involvuntur*. Lisboa: na oficina de Bernardo António de Oliveira, 1759.  
Pertenceu a D. José Maria de Melo, Inquisidor-Geral.

## Biblioteca Nacional de Portugal

- Arquivo Histórico da Biblioteca Nacional, BN/AC/03/Cx.01, Pt. 2  
2f.  
Lisboa, 13.8.1827  
Relação dos livros e papéis pertencentes ao espólio da extinta Inquisição de Coimbra que da Real Biblioteca Pública foram remetidos para o Conselho da Fazenda, em cumprimento do aviso de 27.7.1827, os quais deveriam depois reverter a ela.

<sup>144</sup> Referido em: Diogo Ramada Curto e Paula Gonçalves – *Livros dos séculos XVI a XVIII da Biblioteca do Ministério dos Negócios Estrangeiros*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal – Instituto Diplomático, 2015, p. 144.

Consta de 65 livros de receita e despesa dos tesoureiros da Inquisição de Coimbra de 1652, 1659, 1673, 1693, 1700, 1701, 1703, 1705, 1706, 1711, 1712, 1713, 1715, 1717, 1719, 1720, 1722, 1725, 1728, 1733, 1734, 1738, 1739, 1740, 1743, 1746, 1747, 1749, 1750, 1754, 1757, 1758, 1759, 1760, 1761, 1763, 1764, 1764 [sic], 1765, 1765 [sic], 1767, 1768, 1770, 1771, 1773, 1774, 1776, 1777, 1778, 1780, 1781, 1782, 1783, 1784, 1785, 1785 [sic], 1787, 1788, 1789, 1794, 1797, 1798, 1799, 1800, 1805, 1807, 1807 [sic], 1808, 1819, 1820; 1 livro das igrejas pensionadas à dita Inquisição; 4 livros das entradas e saídas do Cofre (N.º 1-4), e 2 maços de papéis contendo folhas dos pagamentos dos empregados da dita Inquisição.

- Arquivo Histórico da Biblioteca Nacional, BN/AC/03/Cx.01, Pt. 7, Doc. 5-7  
16f.  
Évora, 11.7.1821  
Ofício do Provedor da Comarca de Évora com relação da remessa dos livros e papéis da extinta Inquisição de Évora.
- Códice 92<sup>145</sup>  
83f.  
[ant. 1798]  
Projeto de um novo regimento para o Santo Ofício, por Pascoal José de Melo, ordenado pelo Arcebispo Inquisidor-Geral D. Frei Inácio de São Caetano por especial mandado de Sua Majestade.  
Copiado em 9.8.1832 por ordem do Bibliotecário-Mor da Biblioteca Pública, Joaquim José Ferreira Gordo, com indicação de que “foi copiado do original, que veio para Bibliotheca no espólio do Conselho Geral do Sancto Officio, e passou depois para o Real Arquivo, aonde persiste”.  
Foi copiado quando já estava na Torre do Tombo, dado que consta da relação de espécies entregues ao arquivo nacional pelo Bibliotecário-Mor em 22.9.1825 (T.T., *Avisos e Ordens*, Mç. 12, N.º 84).  
Segundo o inventário dos códices do Conselho Geral do Santo Ofício, elaborado após a extinção do tribunal<sup>146</sup>, o original referido por Joaquim José Ferreira Gordo corresponderia ao Livro 318 do Conselho Geral, mas esse livro não existe já na Torre do Tombo e, por isso, arrolamos aqui esta cópia feita a partir do dito original<sup>147</sup>.

<sup>145</sup> Referido em José António Moniz – *Inventario: secção XIII – Manuscriptos*. Lisboa: Bibliotheca Nacional de Lisboa, 1896.

<sup>146</sup> ANTT – *Instrumentos de Descrição*, Liv. 449, f. 654.

<sup>147</sup> Publicação a partir de uma cópia existente na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (Ms. 1060): Pascoal José de Melo – Projecto de um novo regimento para o Santo Ofício. *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, Vol. 7 (1921) 160-188, 495-541.

- Códice 94<sup>148</sup>  
94f.  
[post. 1613]  
Formulário para a instauração e seguimento dos processos na Inquisição de Lisboa. Contém remissões para o regimento de 1613.
- Códice 167, f. 61-62v<sup>149</sup>  
[post. 1633]  
Lista das pessoas da nação ausentes contra quem se manda proceder com sequestro de bens. Contém a assinatura de Pantaleão Rodrigues Pacheco e D. Álvaro de Ataíde.
- Códice 169, f. 1-103v<sup>150</sup>  
[Évora?, post. 1684]  
Registo de listas dos autos-da-fé de Évora, organizadas por ordem cronológica ascendente, principiando em 12.3.1684 e acabando em 18.4.1660.  
Este conjunto de folios é todo da mesma mão, em letra seiscentista, com os dados organizados em tabelas, com indicação do número da pessoa, nome e pecado cometido, idade e pena. No final, contém um assento indicando que o livro continha 103 meias-folhas. Foi, em data muito posterior, encadernado neste Códice 169, com outras listas avulsas, copiadas no século XVIII e XIX.  
Poderá ter pertencido ao Tribunal da Inquisição de Évora ou a um dos seus inquisidores?
- Códice 201, f. 136-141v<sup>151</sup>  
Goa, 22.1.1732  
Lista das pessoas que saíram, condenações que tiveram e sentenças que se leram no auto público da fé que se celebrou na Sala da Inquisição de Goa em 13.1.1732.  
Contém a assinatura do Promotor Frei Caetano de São José, feita no secreto do Santo Ofício em Goa.
- Códice 201, f. 142-149v  
Goa, 14.1.1733  
Lista das pessoas que saíram, condenações que tiveram e sentenças que se leram no auto público da fé que se celebrou na Sé de Goa em 14.12.1732.  
Contém a assinatura do Deputado e Promotor Frei Pedro Brandão, feita no secreto do Santo Ofício em Goa.

<sup>148</sup> Referido em José António Moniz – *Inventario: secção XIII – Manuscritos*. Lisboa: Bibliotheca Nacional de Lisboa, 1896; *A Inquisição em Portugal (1536-1821). Catálogo da exposição organizada por ocasião do 1.º Congresso Luso-Brasileiro sobre Inquisição*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1987, p. 269.

<sup>149</sup> Referido em José António Moniz – *Inventario: secção XIII – Manuscritos...*; *A Inquisição em Portugal (1536-1821). Catálogo...*, p. 268.

<sup>150</sup> Referido em José António Moniz – *Inventario: secção XIII – Manuscritos...*; *A Inquisição em Portugal (1536-1821). Catálogo...*, p. 267.

<sup>151</sup> Referido em José António Moniz – *Inventario: secção XIII – Manuscritos...*

- Códice 201, f. 150-155v  
Goa, 16.1.1734  
Lista das pessoas que saíram, condenações que tiveram e sentenças que se leram no auto público da fé que se celebrou na Sé de Goa em 21.6.1733.  
Contém a assinatura do Deputado e Promotor Frei Pedro Brandão, feita no secreto do Santo Ofício em Goa.
- Códice 201, f. 156-161v  
Goa, 18.1.1734  
Lista das pessoas que saíram, condenações que tiveram e sentenças que se leram no auto público da fé que se celebrou na Sé de Goa em 13.12.1733.  
Contém a assinatura do Deputado e Promotor Frei Pedro Brandão, feita no secreto do Santo Ofício em Goa.
- Códice 201, f. 162-169v  
Goa, 17.1.1735  
Lista das pessoas que saíram, condenações que tiveram e sentenças que se leram no auto público da fé que se celebrou na Sé de Goa em 5.9.1734.  
Contém a assinatura do Promotor António José de Oliveira, feita no secreto do Santo Ofício em Goa.
- Códice 201, f. 170-176v  
Goa, 25.1.1736  
Lista das pessoas que saíram, condenações que tiveram e sentenças que se leram no auto público da fé que se celebrou na Sé de Goa em 15.1.1736.  
Contém a assinatura do Promotor António José de Oliveira, feita no secreto do Santo Ofício em Goa.
- Códice 201, f. 173-176v  
Goa, 17.12.1741  
Lista das pessoas que saíram, condenações que tiveram e sentenças que se leram no auto público da fé que se celebrou na Sala da Inquisição de Goa em 17.12.1741.  
Contém a assinatura do Promotor António José de Oliveira, feita no secreto do Santo Ofício em Goa.
- Códice 201, f. 177-179v  
Goa, 23.12.1742  
Lista das pessoas que saíram, condenações que tiveram e sentenças que se leram no auto público da fé que se celebrou na Sala da Inquisição de Goa em 23.12.1742.  
Contém a assinatura do Promotor Frei Guilherme do Rosário, feita no secreto do Santo Ofício em Goa.

- Códice 201, f. 180-182v  
Goa, 19.1.1744  
Lista das pessoas que saíram, condenações que tiveram e sentenças que se leram no auto público da fé que se celebrou na Sala da Inquisição de Goa em 19.1.1744.  
Contém a assinatura do Promotor Frei Guilherme do Rosário, feita no secreto do Santo Ofício em Goa.
- Códice 201, f. 183-186v  
Goa, 5.12.1745  
Lista das pessoas que saíram, condenações que tiveram e sentenças que se leram no auto público da fé que se celebrou na Sala da Inquisição de Goa em 5.12.1745.  
Contém a assinatura do Promotor Frei Guilherme do Rosário, feita no secreto do Santo Ofício em Goa.
- Códice 201, f. 187-190v  
Goa, 10.12.1747  
Lista das pessoas que saíram, condenações que tiveram e sentenças que se leram no auto público da fé que se celebrou na Sala da Inquisição de Goa em 10.12.1747.  
Contém a assinatura do Promotor Frei Guilherme do Rosário, feita no secreto do Santo Ofício em Goa.
- Códice 201, f. 191-194v  
Goa, 23.3.1749  
Lista das pessoas que saíram, condenações que tiveram e sentenças que se leram no auto público da fé que se celebrou na Sala da Inquisição de Goa em 23.3.1749.  
Contém a assinatura do Promotor Frei João do Pilar, feita no secreto do Santo Ofício em Goa.
- Códice 201, f. 195-199v  
Goa, 6.12.1750  
Lista das pessoas que saíram, condenações que tiveram e sentenças que se leram no auto público da fé que se celebrou na Sala da Inquisição de Goa em 6.12.1750.  
Contém a assinatura do Promotor Frei João do Pilar, feita no secreto do Santo Ofício em Goa.
- Códice 201, f. 200-203v  
Goa, 9.1.1752  
Lista das pessoas que saíram, condenações que tiveram e sentenças que se leram no auto público da fé que se celebrou na Sala da Inquisição de Goa em 9.1.1752.  
Contém a assinatura do Promotor Frei João do Pilar, feita no secreto do Santo Ofício em Goa.

- Códice 201, f. 204-209v  
Goa, 27.1.1754  
Lista das pessoas que saíram, condenações que tiveram e sentenças que se leram no auto público da fé que se celebrou na Sala da Inquisição de Goa em 27.5.1753.  
Contém a assinatura do Promotor Manuel Marques de Azevedo, feita no secreto do Santo Ofício em Goa.
- Códice 201, f. 210-215v  
Goa, 21.1.1755  
Lista das pessoas que saíram, condenações que tiveram e sentenças que se leram no auto público da fé que se celebrou na Sé de Goa em 18.8.1754.  
Contém a assinatura do Promotor Manuel Marques de Azevedo, feita no secreto do Santo Ofício em Goa.
- Códice 201, f. 216-220v  
Goa, 10.1.1756  
Lista das pessoas que saíram, condenações que tiveram e sentenças que se leram no auto público da fé que se celebrou na Sé de Goa em 14.12.1755.  
Contém a assinatura do Promotor Serventuário Frei Bento de São José, feita no secreto do Santo Ofício em Goa.
- Códice 201, f. 221-229v  
Goa, 10.1.1756  
Lista das pessoas que saíram, condenações que tiveram e sentenças que se leram no auto público da fé que se celebrou na Sé de Goa em 18.8.1754.  
Contém a assinatura do Promotor Serventuário Frei Bento de São José, feita no secreto do Santo Ofício em Goa.
- Códice 201, f. 230-237v  
Goa, 12.11.1758  
Lista das pessoas que saíram, condenações que tiveram e sentenças que se leram no auto público da fé que se celebrou na Sé de Goa em 15.5.1757.  
Contém a assinatura do Promotor Serventuário Frei Bento de São José, feita no secreto do Santo Ofício em Goa.
- Códice 201, f. 238-241v  
Goa, 1.2.1761  
Lista das pessoas que saíram, condenações que tiveram e sentenças que se leram no auto público da fé que se celebrou na Sé de Goa em 1.2.1761.  
Contém a assinatura de Albano Gomes, no impedimento do Promotor, feita no secreto do Santo Ofício em Goa.

- Códice 201, f. 248-256v  
Goa, 13.5.1764  
Lista das pessoas que saíram, condenações que tiveram e sentenças que se leram no auto público da fé que se celebrou na Sé de Goa em 13.5.1764.  
Contém a assinatura do Promotor José António Ribeiro da Mota, feita no secreto do Santo Ofício em Goa.
- Códice 201, f. 242-247v  
Goa, 5.11.1763  
Lista das pessoas que saíram, condenações que tiveram e sentenças que se leram no auto público da fé que se celebrou na Sé de Goa em 29.5.1763.  
Contém a assinatura do Promotor José António Ribeiro da Mota, feita no secreto do Santo Ofício em Goa.
- Códice 202, f. 1-6v<sup>152</sup>  
Goa, 29.11.1765  
Lista das pessoas que saíram, condenações que tiveram e sentenças que se leram no auto público da fé que se celebrou na Sé de Goa em 17.3.1765.  
Contém a assinatura do Promotor José António Ribeiro da Mota, feita no secreto do Santo Ofício em Goa.
- Códice 202, f. 7-8v  
Goa, 20.12.1765  
Lista das pessoas que saíram, condenações que tiveram e sentenças que se leram no auto público da fé que se celebrou na Mesa da Inquisição de Goa, em segredo, em 1765.  
Contém a assinatura do Promotor José António Ribeiro da Mota, feita no secreto do Santo Ofício em Goa.
- Códice 202, f. 9-9v  
Goa, 20.12.1765  
Lista das pessoas despachadas em auto privado na sala da Inquisição de Goa em 18.7.1765.  
Contém a assinatura do Promotor José António Ribeiro da Mota, feita no secreto do Santo Ofício em Goa.
- Códice 202, f. 10-16v  
Goa, 10.2.1767  
Lista das pessoas que saíram, condenações que tiveram e sentenças que se leram no auto público da fé que se celebrou na Sé de Goa em 21.9.1766.  
Contém a assinatura do Promotor José António Ribeiro da Mota, feita no secreto do Santo Ofício em Goa.

---

<sup>152</sup> Referido em José António Moniz – *Inventario: secção XIII – Manuscriptos...*

- Códice 202, f. 17-21v  
Goa, 10.2.1769  
Lista das pessoas que saíram, condenações que tiveram e sentenças que se leram no auto público da fé que se celebrou na Sé de Goa em 29.5.1768.  
Contém a assinatura do Promotor José António Ribeiro da Mota, feita no secreto do Santo Ofício em Goa.
- Códice 202, f. 22-27v  
Goa, 3.2.1770  
Lista das pessoas que saíram, condenações que tiveram e sentenças que se leram no auto público da fé que se celebrou na Sé de Goa em 7.5.1769.  
Contém a assinatura do Deputado Melchior António Cabeça, feita no secreto do Santo Ofício em Goa.
- Códice 202, f. 28-33v  
Goa, 18.2.1771  
Lista das pessoas que saíram, condenações que tiveram e sentenças que se leram no auto público da fé que se celebrou na Sé de Goa em 3.2.1771.  
Contém a assinatura do Deputado Melchior António Cabeça, feita no secreto do Santo Ofício em Goa.
- Códice 202, f. 34-40v  
Goa, 7.2.1773  
Lista das pessoas que saíram, condenações que tiveram e sentenças que se leram no auto público da fé que se celebrou na Sé de Goa em 7.2.1773.  
Contém a assinatura do Deputado Melchior António Cabeça, feita no secreto do Santo Ofício em Goa.
- Códice 202, f. 41-47v  
Goa, 22.2.1783  
Lista das pessoas que saíram, condenações que tiveram e sentenças que se leram no auto público da fé que se celebrou na Mesa da Inquisição de Goa em 1782.  
Contém a assinatura do Promotor Lourenço de Ataíde, feita no secreto do Santo Ofício em Goa.
- Códice 202, f. 48-49v  
Goa, 20.3.1784  
Lista das pessoas que saíram, condenações que tiveram e sentenças que se leram no auto público da fé que se celebrou na Mesa da Inquisição de Goa em 1783.  
Contém a assinatura do Promotor Lourenço de Ataíde, feita no secreto do Santo Ofício em Goa.

- Códice 202, f. 50-51v  
Goa, 3.3.1784  
Lista das pessoas que saíram, condenações que tiveram e sentenças que se leram no auto público da fé que se celebrou na Mesa da Inquisição de Goa em 1783.  
Contém a assinatura do Promotor Lourenço de Ataíde, feita no secreto do Santo Ofício em Goa.
- Códice 202, f. 52-53v  
Goa, 14.3.1785  
Lista das pessoas presas e despachadas em Mesa da Inquisição de Goa de 1.4.1784 a 10.3.1785.  
Contém a assinatura do Promotor Lourenço de Ataíde, feita no secreto do Santo Ofício em Goa.
- Códice 202, f. 54-57v  
Goa, 14.3.1785  
Lista das pessoas presas e despachadas em Mesa da Inquisição de Goa de 1.4.1784 a 10.3.1785.  
O conteúdo é diferente da antecedente.  
Contém a assinatura do Promotor Lourenço de Ataíde, feita no secreto do Santo Ofício em Goa.
- Códice 202, f. 58-58v  
Goa, 22.2.1786  
Lista das pessoas presas e despachadas em Mesa da Inquisição de Goa de 1785 a 31.1.1786.  
Contém a assinatura do Promotor Lourenço de Ataíde, feita no secreto do Santo Ofício em Goa.
- Códice 202, f. 58-63v  
Goa, 22.2.1786  
Lista das pessoas presas e despachadas em Mesa da Inquisição de Goa de 1785 a 31.1.1786.  
O conteúdo é diferente da antecedente.  
Contém a assinatura do Promotor Lourenço de Ataíde, feita no secreto do Santo Ofício em Goa.
- Códice 202, f. 64-65v  
Goa, 13.2.1787  
Lista das pessoas presas e despachadas em Mesa da Inquisição de Goa de 1786 a fevereiro de 1787.  
Contém a assinatura do Promotor Lourenço de Ataíde, feita no secreto do Santo Ofício em Goa.

- Códice 202, f. 66-67v  
Goa, 13.2.1787  
Lista das pessoas presas e despachadas em Mesa da Inquisição de Goa de 1786 a fevereiro de 1787.  
Contém a assinatura do Promotor Lourenço de Ataíde, feita no secreto do Santo Ofício em Goa.  
O conteúdo é diferente da antecedente.
- Códice 202, f. 68-69v  
Goa, 13.2.1787  
Lista das pessoas presas e despachadas em Mesa da Inquisição de Goa de 1786 a fevereiro de 1787.  
Contém a assinatura do Promotor Lourenço de Ataíde, feita no secreto do Santo Ofício em Goa.  
O conteúdo é idêntico ao da antecedente.
- Códice 202, f. 70-71v  
Goa, 13.2.1787  
Lista das pessoas presas e despachadas em Mesa da Inquisição de Goa de 1786 a fevereiro de 1787.  
Contém a assinatura do Promotor Lourenço de Ataíde, feita no secreto do Santo Ofício em Goa.  
O conteúdo é idêntico ao da que existe no f. 66-67v.
- Códice 202, f. 72-72v  
Goa, 30.1.1788  
Lista das pessoas presas e despachadas em Mesa da Inquisição de Goa de março a dezembro de 1787.  
Contém a assinatura do Promotor Lourenço de Ataíde, feita no secreto do Santo Ofício em Goa.
- Códice 202, f. 73-74v  
Goa, 30.1.1788  
Lista das pessoas presas e despachadas em Mesa da Inquisição de Goa de março a dezembro de 1787.  
Contém a assinatura do Promotor Lourenço de Ataíde, feita no secreto do Santo Ofício em Goa.  
O conteúdo é diferente da antecedente.
- Códice 202, f. 75-76v  
Goa, 20.3.1789  
Lista das pessoas presas e despachadas em Mesa da Inquisição de Goa em 1788.

Contém a assinatura do Promotor Lourenço de Ataíde, feita no secreto do Santo Ofício em Goa.

- Códice 202, f. 77-78v  
Goa, 20.3.1789  
Lista das pessoas presas e despachadas em Mesa da Inquisição de Goa em 1788.  
Contém a assinatura do Promotor Lourenço de Ataíde, feita no secreto do Santo Ofício em Goa.  
O conteúdo é diferente da antecedente.
- Códice 202, f. 79-83v  
Goa, 26.3.1790  
Lista das pessoas presas e despachadas em Mesa da Inquisição de Goa de 1789 a 28.2.1790.  
Contém a assinatura do Promotor Lourenço de Ataíde, feita no secreto do Santo Ofício em Goa.
- Códice 202, f. 84-87v  
Goa, 8.4.1791  
Lista das pessoas presas e despachadas em Mesa da Inquisição de Goa de março de 1790 a março de 1791.  
Contém a assinatura do Promotor Lourenço de Ataíde, feita no secreto do Santo Ofício em Goa.
- Códice 202, f. 88-91v  
Goa, 8.4.1791  
Lista das pessoas presas e despachadas em Mesa da Inquisição de Goa de março de 1790 a março de 1791.  
Contém a assinatura do Promotor Lourenço de Ataíde, feita no secreto do Santo Ofício em Goa.  
O conteúdo é diferente da antecedente.
- Códice 202, f. 92-94v  
Goa, 12.5.1792  
Lista das pessoas presas e despachadas em Mesa da Inquisição de Goa de 10.4.1791 a 31.3.1792.  
Contém a assinatura do Promotor Lourenço de Ataíde, feita no secreto do Santo Ofício em Goa.
- Códice 202, f. 95-98v  
Goa, 12.5.1792  
Lista das pessoas presas e despachadas em Mesa da Inquisição de Goa de 10.4.1791 a 31.3.1792.

Contém a assinatura do Promotor Lourenço de Ataíde, feita no secreto do Santo Ofício em Goa.

O conteúdo é diferente da antecedente.

- Códice 202, f. 99-103v  
Goa, 14.3.1793  
Lista das pessoas presas e despachadas em Mesa da Inquisição de Goa de abril de 1792 a 15.3.1793.  
Contém a assinatura do Promotor Lourenço de Ataíde, feita no secreto do Santo Ofício em Goa.
- Códice 202, f. 104-107v  
Goa, 15.1.1794  
Lista das pessoas presas e despachadas em Mesa da Inquisição de Goa de 15.3.1793 a 15.1.1794.  
Contém a assinatura do Promotor Lourenço de Ataíde, feita no secreto do Santo Ofício em Goa.
- Códice 202, f. 108-110v  
Goa, 22.12.1794  
Lista das pessoas presas e despachadas em Mesa da Inquisição de Goa em 1794.  
Contém a assinatura do Promotor Lourenço de Ataíde, feita no secreto do Santo Ofício em Goa.
- Códice 202, f. 111-115v  
Goa, 13.3.1797  
Lista das pessoas presas e despachadas em Mesa da Inquisição de Goa em 1795.  
Contém a assinatura do Promotor Lourenço de Ataíde, feita no secreto do Santo Ofício em Goa.
- Códice 202, f. 116-119v  
Goa, 13.3.1797  
Lista das pessoas presas e despachadas em Mesa da Inquisição de Goa em 1796.  
Contém a assinatura do Promotor Lourenço de Ataíde, feita no secreto do Santo Ofício em Goa.
- Códice 202, f. 120-125v  
Goa, 31.3.1798  
Lista das pessoas presas e despachadas em Mesa da Inquisição de Goa de 1797 a fevereiro de 1798.  
Contém a assinatura do Promotor Lourenço de Ataíde, feita no secreto do Santo Ofício em Goa.

- Códice 202, f. 126-125v  
Goa, 8.5.1799  
Lista das pessoas presas e despachadas em Mesa da Inquisição de Goa de março de 1798 a abril de 1799.  
Contém a assinatura do Promotor Lourenço de Ataíde, feita no secreto do Santo Ofício em Goa.
- Códice 202, f. 131-134v  
Goa, 10.5.1800  
Lista das pessoas presas e despachadas em Mesa da Inquisição de Goa de maio de 1799 a 30.4.1800.  
Contém a assinatura do Promotor Lourenço de Ataíde, feita no secreto do Santo Ofício em Goa.
- Códice 202, f. 135-125v  
Goa, 11.5.1801  
Lista das pessoas presas e despachadas em Mesa da Inquisição de Goa de maio de 1800 a 30.4.1801.  
Contém a assinatura do Promotor Lourenço de Ataíde, feita no secreto do Santo Ofício em Goa.
- Códice 202, f. 141-145v  
Goa, 22.4.1802  
Lista das pessoas presas e despachadas em Mesa da Inquisição de Goa de maio de 1801 a 30.4.1802.  
Contém a assinatura do Promotor Lourenço de Ataíde, feita no secreto do Santo Ofício em Goa.
- Códice 202, f. 146-150v  
Goa, 4.3.1803  
Lista das pessoas presas e despachadas em Mesa da Inquisição de Goa de maio de 1802 a fevereiro de 1803.  
Contém a assinatura do Promotor Lourenço de Ataíde, feita no secreto do Santo Ofício em Goa.
- Códice 202, f. 151-156v  
Goa, 13.4.1804  
Lista das pessoas presas e despachadas em Mesa da Inquisição de Goa de março de 1803 a março de 1804.  
Contém a assinatura do Promotor Lourenço de Ataíde, feita no secreto do Santo Ofício em Goa.

- Códice 202, f. 157-163v  
[Goa, 1805]  
Lista das pessoas presas e despachadas em Mesa da Inquisição de Goa de abril de 1804 a abril de 1805.  
Contém a assinatura do Promotor Frei Tomás de Noronha, feita no secreto do Santo Ofício em Goa.
  
- Códice 203<sup>153</sup>  
651f.  
[Goa, 1622-post. 1778]  
Repertório geral dos 3.800 processos despachados pelo Santo Ofício de Goa, desde a sua instituição até 1623, elaborado pelo Inquisidor João Delgado Figueira.  
Contém dedicatória ao Inquisidor-Geral D. Fernão Martins Mascarenhas, datada de Goa, 2.1.1622; um prólogo ao leitor; atestação de autenticidade do repertório pelos Notários Baltasar da Fonseca, Gaspar do Amaral, Francisco da Costa e Frei Simão da Trindade; lista dos inquisidores (com acrescentos até c. 1641); lista dos autos-da-fé (o último registado teve lugar em 10.12.1623), lista dos relaxados (até 1623), lista de pessoas eclesiásticas despachadas (até 1621); lista de casos notáveis (até 1619); alfabeto nominal do repertório, masculino e feminino (até 1623) e repertório dos todas as pessoas despachadas pelo tribunal desde 1561.  
No fólio final, reto e verso, consta apontamentos históricos sobre a extinção e restabelecimento do tribunal em 1775 e 1778<sup>154</sup>.  
Título original: “REPORTORIO GERAL de tres mil oitocentos processos, que sam todos despachados neste Sancto Oficio de Goa, & mais partes da India do anno de Mil & quinhentos & secenta & hum, que começou o dito Sancto Oficio atè o anno de Mil & seiscentos & vinte e tres com a lista dos Inquisidores que tem sido nelle, & dos autos publicos da Fee, que se tem celebrado na dita CIDADE DE GOA / FEITO PELLO LICENCIADO IOAÕ Delgado Figueyra do Dezembargo de sua Magestade, Promotor & Deputado do dito sancto Oficio. Sendo Inquisidores os senhores Francisco Borges de Souza & Ião Fernandes de Almeida. ANNO de M. DC. XXIII.”
  
- Códice 205<sup>155</sup>  
61f.  
[post. 1607]  
Miscelânea.  
Contém:
  1. Cópia do regimento do Tribunal do Santo Ofício, aprovado pelo Cardeal D. Henrique.

<sup>153</sup> Referido em José António Moniz – *Inventario: secção XIII – Manuscritos...*

<sup>154</sup> Veja-se ainda: José Alberto Tavim – Um inquisidor inquirido. João Delgado Figueira e o seu Reportorio, no contexto da «documentação sobre a Inquisição de Goa». *Leituras. Revista da Biblioteca Nacional*. 1 (1997) 183-193; Bruno Feitler – João Delgado Figueira e o Reportorio da Inquisição de Goa: uma base de dados: problemas metodológicos. *Anais de História de Além-Mar*. XIII (2012) 532-537.

<sup>155</sup> Referido em José António Moniz – *Inventario: secção XIII – Manuscritos...*

- Lisboa, 20.10.[1552?] (f. 1-38);
2. Cópia de carta do Cardeal Alberto, Inquisidor-Geral, à Inquisição de Coimbra, provendo ao que fora achado pela visitação feita por Martim Gonçalves da Câmara às Inquisições do Reino. Lisboa, 12.7.1592 (f. 39-43);
  3. Certidão dos privilégios régios concedidos aos oficiais e familiares do Santo Ofício entre 1562 e 1584, trasladada da versão impressa em 2.11.1607 por João de Moraes, Notário Apostólico e Secretário do Conselho Geral (f. 44-48);
  4. Tabuada dos principais conteúdos do regimento do Santo Ofício (f. 49-61v). Pertenceu a Francisco Borges de Sousa, Inquisidor de Goa.
- Códice 297<sup>156</sup>, 2.<sup>a</sup> numeração  
[3.<sup>o</sup>-4.<sup>o</sup> quartel do séc. XVI]  
Miscelânea.  
Contém:
    1. Cópia do Regimento do Tribunal do Santo Ofício, aprovado pelo Cardeal D. Henrique, datado de Lisboa, 16.8.1552 (f. 1-57v);
    2. Emendas ao regimento do Tribunal do Santo Ofício, aprovadas pelo Cardeal D. Henrique, datadas de Lisboa, 26.7.1564 (f. 58-65);
    3. Lembrança do que se havia de emendar do regimento (f. 66-70);
    4. Provisão do Cardeal D. Henrique sobre o capítulo 44 do regimento, datada de 5.7.[1572], trasladada por Manuel Antunes, notário apostólico e capelão do Cardeal D. Henrique (f. 70v);
    5. Ordem do Cardeal D. Henrique aos Inquisidores do Reino sobre provas de contraditas, datada de 9.7.1577 (f. 71-71v);
    6. Assento de decisão de D. Fernando de Meneses, Arcebispo de Lisboa, em relação a um requerimento da Inquisição de Lisboa sobre o ordinário que assistisse ao despacho dos feitos, o qual se fez em 1569 e foi escrito pelo possuidor para que a qualquer momento se pudesse comprovar caso fosse levantada qualquer dúvida (f. 71v).

Contém abundantes notas marginais.

Na primeira folha de guarda, da mesma mão da cópia do regimento, encontra-se um traslado de um alvará do Cardeal D. Henrique, copiado do Livro das Provisões, endereçado aos Inquisidores de Lisboa, sobre aqueles que eram acusados de contestarem a doutrina da transubstanciação, datado de 27.6.1575.

No f. 76v, encontra-se uma nota manuscrita de Frei Francisco da Purificação, contemporânea da data da cópia: “este liuro me trouxe a este Conuento gaspar Carualho o tangedor de charamella desta cidade, E lhe perguntarão, quem lho deu, respondeu que lho dera hum homem a quem o dera hum frade Cruzio, E eu o recolhi logo pera o dar a vossa merce por me parecer inconueniente andar por ahí o regimento do Sancto officio”.

Este códice está atualmente encadernado com o “Tratado breve dos Reinos de Guiné do Cabo Verde” de André Álvares de Almada.

Terá provavelmente pertencido a um ministro do Santo Ofício.

<sup>156</sup> Referido em José António Moniz – *Inventario: secção XIII – Manuscriptos...* Digitalizado em <http://purl.pt/17338>.

- Códice 656<sup>157</sup>

390f.

[1618-1655]

Miscelânea.

Título original na lombada: “Relação do que se passou com El Rey D. João 4º sobre o Alvará que remito aos Hereges”.

Segundo o inventário dos códices do Conselho Geral do Santo Ofício, elaborado após a extinção do tribunal, corresponde ao Livro 383 do Conselho Geral<sup>158</sup>.

Contém:

1. Índice dos ditos, ou sentenças, que contém este papel da gente da nação (f. IV-VIIv);
2. Cópia de petição da gente da nação (f. 1-24v);
3. Cópia de Tratado Segundo: Cousas notadas para se responder ao que a gente da nação pede ao Papa e ao Rei (f. 25-197v);
4. Cópia de papel que se oferecia ao Rei D. João IV, de que se dizia ser autor o Padre António Vieira (f. 198-206v);
5. Cópia de carta do Padre António Vieira aos homens de negócio de Ruão, em França, datada de Haia, 20.4.1646, acompanhada de resposta, datada de Ruão, 4.5.1640 (f. 207-208v);
6. Cópia de parecer do Dr. Manuel do Vale de Moura, Deputado do Santo Ofício, em favor das razões do Rei na matéria dos cristãos-novos (f. 212-222);
7. Cópia do discurso do Inquisidor Dr. Mateus Homem Leitão sobre a remição da pena de confiscação que o Rei fizera à gente da nação (f. 222v-228);
8. Cópia de parecer da Inquisição de Évora entregue ao Rei sobre os cristãos-novos (f. 230-236v);
9. Cópia de nota do Secretário Diogo Velho para a Inquisição de Évora sobre o alvará de D. João IV, datada de Lisboa, 16.3.1649 (f. 238-238v);
10. Cópia de parecer do Conselho Geral do Santo Ofício ao Rei sobre uma proposta relacionada com as fazendas dos cristãos-novos (f. 240-243v);
11. Impresso: [*Alvará de D. João IV concedendo aos homens de negócio da nação a faculdade de não terem as suas fazendas confiscadas no caso de serem presos pelo Santo Ofício*], impresso em Lisboa: António Álvares, 1649 (f. 244-245v);
12. Cópia de assento do Conselho Geral da Inquisição de Évora sobre a isenção de confisco de bens aos homens de negócio da nação, datado de 12.3.[1649] (f. 246-250v);
13. Cópia de parecer da Inquisição de Évora sobre o mesmo assunto, datado de Évora, 30.7.1649 (f. 251-254);
14. Cópia de carta do Secretário Diogo Velho ao Inquisidor-Geral (?) sobre o mesmo assunto, datada de Lisboa, 21.10.1650 (f. 256);
15. Cópia de carta de D. Francisco de Castro, Inquisidor-Geral, ao Papa Inocêncio X sobre o mesmo assunto, datada de Lisboa, 17.10.1649 (f. 256v);
16. Cópia de breve do Papa Inocêncio X em resposta à carta atrás, datado de Roma, 17.5.1650 (f. 257-257v);

<sup>157</sup> Referido e inventariado em José António Moniz – *Inventario: secção XIII – Manuscriptos...*

<sup>158</sup> ANTT – *Instrumentos de Descrição*, Liv. 449, f. 655v.

17. Cópia de consulta da Mesa do Santo Ofício de Évora sobre o mesmo assunto, datada de Évora, 5.11.1650 (f. 258-260);
18. Cópia do assento da Mesa do Santo Ofício sobre o mesmo assunto, datado de [Lisboa], 15.11.1650 (f. 262);
19. Cópia do assento da Mesa do Santo Ofício de Coimbra sobre o mesmo assunto, datado de Coimbra, 3.11.1650 (f. 264-265);
20. Cópia de breve papal de Inocêncio X, datado de Roma, 15.10.1650 (f. 266);
21. Cópia de carta de D. Francisco de Castro, Inquisidor-Geral, aos Inquisidores de Évora sobre a forma do despacho em caso de alguma alteração no Conselho Geral, datada de Lisboa, 26.1.1651 (f. 268);
22. Cópia de atestação de Diogo Velho de estar na sua posse no Secreto do Conselho Geral uma consulta que o dito Conselho fizera ao Rei em 26.1.1651 sobre o alvará de 6.2.1649 (f. 270);
23. Cópia de ordem do Conselho Geral para os Inquisidores de Évora prenderem com sequestro de bens as pessoas às quais fosse decretada a prisão por culpas de heresia sem embargo da ordem do Conselho de 12.3.1649, datada de Lisboa, 26.1.1651 (f. 270-270v);
24. Cópia de carta do Secretário Diogo Velho sobre o mesmo assunto, datada de Lisboa, 18.2.1651 (f. 270v-272);
25. Cópia da carta de D. João IV ao Juiz do Fisco de Évora proibindo que não se bulisse com os que estivessem metidos na Companhia Geral do Brasil no que tocava a inventários de bens de presos confiscados, datada de Lisboa, 17.2.1651, a qual fora remetida debaixo de uma capa do Secretário Gaspar de Faria Severim e posteriormente trazida à Mesa pelo Juiz do Fisco (f. 272);
26. Carta de Diogo Velho, Secretário do Conselho Geral do Santo Ofício, a um inquisidor, sobre a entrega dos bens de dois presos ao juiz do fisco, datada de Lisboa, 7.3.1651 (f. 274-274v);
27. Carta dos Inquisidores de Évora indicando o envio de 16 mandados de prisão, datada de Évora, 27.2.1651 (f. 276-276v);
28. Cópia autenticada de breve papal datado de 17.5.1650, por João Rodrigues, Notário da Inquisição de Évora, em 27.2.1651 (f. 277-278v);
29. Carta dos Inquisidores de Évora para as justiças da cidade de Évora e seu distrito, datada de Évora, 25.2.1651 (f. 279-280v);
30. Impresso: carta de D. João IV contendo a forma de seguir na confiscação de bens de pessoas presas pelo Santo Ofício, e cópia de certidão de Diogo Velho, Secretário do Conselho Geral do Santo Ofício, feita por Jerónimo Pimentel Salgado, escrivão da chancelaria do fisco, cópia de carta régia sobre o mesmo assunto, datada de Lisboa, 10.3.1651 e cópia do capítulo 21 do regimento do juiz do fisco (f. 276-287v);
31. Carta de Miguel Cabral de Quadros, juiz das confiscações reais dos bens da fazenda dos presos condenados pelo Santo Ofício, aos Inquisidores de Évora, dando conta das diligências que efetuara para sequestrar os bens indicados nas ordens previamente recebidas da dita Inquisição, datada de Estremoz, 12.3.1651 (f. 288-288v);

32. Cópia de carta de D. João IV ao Juiz do Fisco de Évora sobre o regimento do fisco, datada de Alcântara, 27.5.1651 (f. 292);
33. Cópia de carta ao Inquisidor-Geral sobre o alvará de D. João IV e confisco de bens dos cristãos-novos, datada de Lisboa, 28.6.1652 (f. 294);
34. Cópia de carta de D. João IV ao Juiz do Fisco de Coimbra, s.d. (f. 294);
35. Cópia de carta da Inquisição de Évora ao Inquisidor-Geral sobre o alvará de D. João IV e confisco de bens dos cristãos-novos, datada de Évora, 13.6.1652 (f. 294v-295v);
36. Cópia de consulta da Inquisição de Lisboa sobre o alvará de D. João IV e o confisco de bens dos cristãos-novos, datada de Lisboa, 23.12.1654 (f. 296-296v);
37. Cópia de carta de D. João IV ao Inquisidor-Geral sobre a resolução tomada sobre um breve papal, s.d. (f. 298-298v);
38. Cópia de carta do Inquisidor-Geral a D. João IV em resposta à antecedente, s.d. (f. 298v-299v);
39. Cópia de consulta da Inquisição de Coimbra sobre os bens confiscados aos cristãos-novos, datada de Coimbra, 12.11.1654 (f. 301-302);
40. Cópia de consulta da Inquisição de Coimbra sobre os bens confiscados aos cristãos-novos, datada de Coimbra, 23.11.1654 (f. 302-305v);
41. Cópia de um escrito do Secretário de Estado Pedro Vieira da Silva ao Inquisidor-Geral sobre a falta do necessário para a sustentação dos presos na Inquisição de Coimbra, datado de 18.11.1653 (f. 306);
42. Cópia de um capítulo de carta do Secretário Diogo Velho sobre a falta do necessário para a sustentação dos presos na Inquisição de Coimbra, s.d. (f. 306-307v);
43. Cópia de carta do Secretário Diogo Velho para a Inquisição de Lisboa sobre a falta das confiscações. Lisboa, 23.10.1654 (f. 308);
44. Cópia de consulta do Conselho Geral para o Rei sobre o mesmo assunto. Lisboa, 10.10.1654 (f. 308-309);
45. Cópia de Consulta da Inquisição de Évora sobre as consequências económicas resultantes da supressão do confisco aos presos. Évora, 31.10.1654 (f. 309-310);
46. Cópia de ordem de D. João IV ao Inquisidor-Geral para que a administração do Fisco Real se incorporasse no Conselho da Fazenda, separando-se os bens sequestrados, para se aplicarem aos alimentos dos presos. S.l, [1654] (f. 312-312v);
47. Cópia de resolução de D. João IV para que a Inquisição emitisse os alvarás para entrega dos bens confiscados aos cristãos-novos presos. Lisboa, 29.8.1655. Acompanha um recado do Deputado Marçal Casado Jácome, e resposta do Conselho Geral, para que se agradecesse ao Dr. António de Sousa de Macedo o ânimo com que se oferecia para replicar à resolução régia (f. 314-315);
48. Parecer de Frei Sebastião de Paiva à consulta sobre se um príncipe católico poderia fazer pazes com uma república de hereges sob condição de lhes consentir livre exercício do seu culto. Convento da Trindade, 31.8.1655 (f. 316-331v);
49. Cópia coeva de Hugo Grotius, “Mare Libervm siue de Jure, quod Batauis competit ad Jndicana comercia dissertatio. Authore Ugone Grotio fisci aduocato”. S.d. (f. 332-351v).
50. Carta de Gaspar de Abreu de Freitas a Manuel de Magalhães de Meneses sobre o

- privilégio de isenção do pagamento de cabeção das vinhas de que gozavam certos oficiais do Santo Ofício. Casa, 17.2.1649 (f. 352-352v);
51. Cópia autenticada de alvará de D. João IV de abolição de isenções no pagamento de coimas, extraída dos registos da Provedoria da Fazenda de Setúbal. Lisboa, 6.8.1642 (cópia feita em Setúbal, 3.5.1646 por Jacinto da Silva Cabral, escrivão da provedoria da fazenda em Setúbal) (f. 357-362v);
  52. Sumária relação do negócio que ocorreu no Porto com a prisão do médico Nicolau Lopes, cristão-novo, e a questão que se travou entre o Presidente da Chancelaria e Sebastião de Matos de Noronha, Inquisidor [1618] (f. 364-364v);
  53. Traslado de carta de D. Filipe II ao Inquisidor Sebastião de Matos de Noronha acerca do modo de recolher os presos do Santo Ofício nas cadeias seculares. Madrid, 20.6.1618 (f. 365-365v);
  54. Traslado de carta de Sebastião de Matos de Noronha, Inquisidor, a D. Filipe II, de resposta à questão relacionada com Diogo Lopes de Sousa, Governador da cidade do Porto, por causa da prisão do médico Nicolau Lopes e Francisco Nunes. Porto, 1.7.1618 (f. 366-366v);
  55. Traslado de carta de D. Filipe II a D. Diogo da Silva, Marquês de Alenquer e Vice-Rei de Portugal, sobre as dissidências entre o Governador da cidade do Porto e o Inquisidor Sebastião de Matos de Noronha, ordenando a libertação dos oficiais da Relação presos pelo Santo Ofício. Madrid, 10.7.1618 (f. 367-367v);
  56. Cópia de representação do Conselho Geral do Santo Ofício a D. Filipe II sobre as dissensões entre os magistrados civis do Porto e o Inquisidor Sebastião Matos de Noronha. Lisboa, 28.7.1618 (f. 370-373v);
  57. Carta de D. Filipe II a D. Diogo da Silva, Marquês de Alenquer e Vice-Rei de Portugal, para que intimasse o Inquisidor Sebastião de Matos de Noronha a libertar os oficiais de justiça presos no Santo Ofício [S.l.], 31.7.1618 (f. 374);
  58. Cópia de consulta do Cardeal de Toledo, Inquisidor-Geral de Espanha, a D. Filipe II, sobre a queixa do Inquisidor-Geral de Portugal contra as justiças civis da cidade do Porto, com a resposta do Rei à margem. Madrid, 16.8.1618 (f. 375-376v);
  59. Carta de D. Fernão Martins Mascarenhas, Inquisidor-Geral, a D. Filipe II, sobre as dissidências entre as justiças civis do Porto e o Santo Ofício, motivadas pela prisão do médico Nicolau Lopes. Lisboa, 8.1618 (f. 377-380v);
  60. Carta do Cardeal de Toledo, Inquisidor-Geral, a D. Fernão Martins Mascarenhas, Inquisidor-Geral, a D. Filipe II, remetendo a cópia de uma consulta e resposta régia sobre as dissidências entre as justiças civis do Porto e o Santo Ofício, motivadas pela prisão do médico Nicolau Lopes. Madrid, 10.10.1618 (f. 381-381v);
  61. Notícia de ter sido imposta penitência em 1543 ao Marquês de Terranova, Presidente na Sicília, por se haverem excedido os tratos de corda dados a dois Familiares do Santo Ofício por mandado da justiça civil [S.l., s.d.] (f. 382-382v);
  62. Cópia de petição de D. Fernão Martins Mascarenhas, Inquisidor-Geral, a D. Filipe II, para que conceda que o Bispo do Brasil, D. Marcos Teixeira, possa substituir, na visita da Inquisição ao Porto, a D. Sebastião de Matos de Noronha, chamado à presença do Rei a justificar-se de abusos da Inquisição no Porto. Lisboa, 2.1.1619 (f. 383-385v);

63. Cópia de notícia biográfica sobre D. Sebastião de Matos de Noronha, Arcebispo de Braga, em latim. 1636 (f. 386-387v);
64. Carta de D. Fernão Martins Mascarenhas, Inquisidor-Geral, a D. Filipe II, dando boas informações dos ministros da Inquisição e bispos de Portugal. Lisboa, 4.10.1619 (f. 388-389v).
- Códice 664<sup>159</sup>  
80f.  
[post. 1613]  
Cópia manuscrita do regimento do Tribunal do Santo Ofício de 1613.  
Título original: “REGIMENTO DO SANCTO OFFICIO DA INQUISICAM dos Reinos de Portugal Recopilado por Mandado do Illustrissimo, e Reuerendissimo senhor Dom Pedro de Castilho Bispo Inquisidor Geral, e Vizo rei dos Reinos De Portugal”.  
Com algumas anotações marginais.
  - Códice 668<sup>160</sup>  
258f.  
[1578-1629]  
Miscelânea. Códice factício contendo documentos originais e traslados pertencentes à Inquisição.  
Contém:
    1. Consulta sobre uma dúvida ocorrida na Mesa do Santo Ofício em 13.1.1620 se a ré Leonor Mendes, que abjurara antes do breve do perdão geral, deveria ser tida como relapsa (f. 1-2v);
    2. Extrato do processo de Mestre Pedro de Mortágua, acusado pela Inquisição de Coimbra de fazer curas e bruxarias (f. 3-18v);
    3. Minutas e modelos de interrogatórios na Inquisição de Coimbra (f. 19-26v);
    4. Minuta de sentença da Inquisição de Coimbra por crime de falsário e judaísmo (f. 27-36v);
    5. Artigos de contraditas de Gaspar Rodrigues Garcia, cristão-novo, preso na Inquisição de Coimbra, e por esta enviados ao abade de São João de Bragança para sobre eles interrogar testemunhas. Coimbra, 19.9.1598 (f. 37-40v);
    6. Parecer de Frei Vicente Pereira sobre uma consulta acerca de matérias de proposições heréticas acerca da eucaristia (f. 41-42v);
    7. Minuta de sentença contra Gaspar Francisco, cristão-velho, morador em Pereiro (Pinhel), por afirmações impróprias (f. 43-44v);
    8. Carta do Dr. João Álvares Brandão em resposta acerca de uma ré presa na Inquisição de Coimbra. Lisboa, 22.2.1620 (f. 45-46v);
    9. Extrato de interrogatórios no processo do Cónego António Dias da Cunha, cristão-novo, preso na Inquisição de Coimbra. 1618 (f. 47-60v);

<sup>159</sup> Referido em José António Moniz – *Inventario: secção XIII – Manuscriptos...*

<sup>160</sup> Referido em José António Moniz – *Inventario: secção XIII – Manuscriptos...*

10. Cópia de interrogatórios e assento do Conselho Geral no processo de Baltasar Gonçalves, cristão-velho, preso na Inquisição de Coimbra, suspeito do crime de desacato e roubo do sacramento no Porto. Lisboa, 21.2.1619 (f. 61-80v);
11. Extrato de sentença contra Francisco Barbosa Barroso, meio cristão-novo, acusado de rasgar umas bulas e não acreditar em indulgências (f. 81-82v);
12. Lista das pessoas despachadas na Inquisição de Évora e que saíram em auto-da-fé. 1619 (f. 83-98v);
13. Carta de D. Fernão Martins Mascarenhas, Inquisidor-Geral acusando a receção da lista das pessoas que saíram no auto, entre outros assuntos. Lisboa, 8.4.1620 (f. 99-99v);
14. Impresso: *RELACION / DE LAS PERSONAS QVE / SALIERON AL AVTO DE LA FEE, QVE LOS SE- / ñores Doctor Alonso Bezerra Holguin del abito de Alcantara: Licenciado / Juan de Valle Aluarado: Licenciado Alonso de Salazar Frias. Inquisidores / Apostolicos, del Reyno de Nauarra y su distrito, celebraron en la Ciudad de / Logroño, en siete, y en ocho dias del mes de Nouiembre, de 1610 / Años. Y de las cosas e delitos por que fueron castigados*. Logroño: Juan de Mongaston, 1610. Contém nota autógrafa de Gaspar Borges de Azevedo indicando que lhe fora dado em Madrid em março de 1616 pelo licenciado Alonso Bezerra Holguin, Promotor do Conselho Geral (f. 101-116v);
15. Documentos sobre a excomunhão do licenciado André Vaz Fróis, Promotor do Santo Ofício, pelo Vigário-Geral do Bispado de Coimbra, em 1618 (f. 117-122v);
16. Lista das pessoas que saíram no auto-da-fé que se celebrou na praça da cidade de Coimbra em 29.3.1620 (f. 123-130v);
17. Registo de capítulos de visitasões da Inquisição de Lisboa e cartas recebidas dos Inquisidores-Gerais, entre 1566 e 1615 (f. 131-150v);
18. Carta de António Dias Cardoso a destinatário desconhecido sobre certos réus do Santo Ofício. Lisboa, 8.6.1619 (f. 151-152v);
19. Parecer sobre os alimentos que se deviam dar às mulheres e filhos dos presos na Inquisição [1619] (f. 153-154v);
20. Visitação da Inquisição de Coimbra em 1617 pelo Dr. Francisco de Brito de Meneses. Lisboa, 11.8.1617 (f. 155-156v);
21. Carta de [...] Varela sobre privilégios dos Familiares do Santo Ofício. 4.12.1619 (f. 157-158v);
22. Carta de Pedro Lopes da Silva à Inquisição de Coimbra sobre a traça das casas que de novo se haveriam de fazer. Lisboa, 30.11.1619 (f. 159-160v);
23. Carta de Pedro Lopes da Silva à Inquisição de Coimbra sobre o bom tratamento dos presos. S.d. (f. 161-162v);
24. Carta de Pedro Lopes da Silva, à Inquisição de Coimbra sobre o Dr. António Homem e Mestre Pedro. Lisboa, 2.12.1619 (f. 163-164v);
25. Carta de Pedro Lopes da Silva à Inquisição de Coimbra sobre a nova traça para acrescentamento do cárcere e outros assuntos. Lisboa, 11.1.1620 (f. 165-166v);
26. Parecer de Frei João Aranha demonstrando não ser proibida a leitura do *Comentário de Apuleio*. Coimbra, 21.8.1619 (f. 167-168v);
27. Carta de Pedro Lopes da Silva à Inquisição de Coimbra sobre o despejo do cárcere. Lisboa, 4.1.1620 (f. 169-170v);

28. Carta de Pedro Lopes da Silva, Inquisidor-Geral, à Inquisição de Coimbra sobre Lisboa, 17.3.1620 (f. 171-172v);
  29. Consulta de Frei Manuel de Lemos sobre várias proposições heréticas. Colégio da Santíssima Trindade, 8.9.1619 (f. 173-174v);
  30. Sentença da Inquisição de Coimbra contra Grácia de Pina, cristã-nova [Coimbra, s.d.] (f. 175-176v);
  31. Carta de Pedro Lopes da Silva à Inquisição de Coimbra sobre novo real de água e o envio de monitórios para proibição de livros [Lisboa, s.d.] (f. 177-178v);
  32. Carta do Dr. João Álvares Brandão em resposta acerca de uma ré presa na Inquisição de Coimbra. Lisboa, 7.2.1620 (f. 179-180v);
  33. Carta patente da instituição da irmandade de São Pedro Mártir no Mosteiro de São Domingos de Coimbra. Coimbra, 18.4.1620 (f. 181-182v);
  34. Cópia de carta de Simão Barreto de Meneses, Inquisidor, a D. Filipe II, dando-lhe notícia do auto-da-fé celebrado em Coimbra em 29.3.1620, enviada a Frei Luís de Aliaga Martínez, Inquisidor-Geral de Espanha. Coimbra, 31.3.1620 (f. 183-184v);
  35. Lista das pessoas que iriam ao auto-da-fé em Coimbra [1620?] (f. 185-192v);
  36. Instruções e lista de nomes das testemunhas para as diligências das contraditas dos presos negativos do Porto [Coimbra, 1620] (f. 193-258v).
- Contém n.º de arrumação antiga: 325.

- Códice 724<sup>161</sup>  
237f.  
Évora, 8.6.1744-28.9.1815  
Livro de registo da entrada de presos nos cárceres da Inquisição de Évora.
- Códice 727<sup>162</sup>  
228f.  
[1699-1700]  
“O verdadeiro e mais florescente roseto agustiniano”, de Frei Miguel de Santa Maria, religioso da Ordem de Santo Agostinho, lente de Teologia, cronista da Província de Portugal, e natural de Penamacor.  
Título original: “O Verdadeiro e mais florescente Roseto Augustiniano Plantado No Jardim da sagrada Ordem Eremitica do grande Padre sancto Agostinho em o qual se conuencem as fabulas do falso roseto agustiniano composto pello incognito João de Nigraual, e adicionado pello Padre Dom Leonardo de São Joseph ambos conegos regrantes, e outras de varios emulos da Ordem de sancto Agostinho”.  
Contém pareceres negativos quanto à impressão, apensos no final.  
Segundo o inventário dos códices do Conselho Geral do Santo Ofício, elaborado após a extinção do tribunal, corresponde ao Livro 299 do Conselho Geral<sup>163</sup>.

<sup>161</sup> Referido em José António Moniz – *Inventario: secção XIII – Manuscriptos...*

<sup>162</sup> Referido em José António Moniz – *Inventario: secção XIII – Manuscriptos...*

<sup>163</sup> ANTT – *Instrumentos de Descrição*, Liv. 449, f. 653v.

- Códice 729<sup>164</sup>  
472f.  
Lisboa, 30.4.1700-28.11.1755  
Caderno 2.º de consultas da Inquisição de Coimbra resolvidas no Conselho Geral do Santo Ofício<sup>165</sup>.  
Contém índice.
  
- Códice 730<sup>166</sup>  
229f.  
[Évora, 1614-1695]  
Miscelânea de consultas e pareceres da Inquisição de Évora.  
Contém:
  1. Cópia de alegação de direito do Dr. Pedro Hasse de Belém em que se prova que o conhecimento do crime de bigamia pertencia aos Inquisidores (a propósito do processo de Isabel Jorge, de Aldeia Nova do Cabo, termo da Covilhã) [1686] (f. 1-30v);
  2. Impresso: *TRASLADO / AUTENTICO / DE TODOS OS PRIVILEGIOS CON- / cedidos pelos Reys destes Reynos, & Senhorios de / Portugal aos Officiaes, & Familiares do Santo Officio da Inquisição*. Lisboa: na Oficina de Miguel Manescal, 1691 (f. 31-36v);
  3. Impresso: *REGIMENTO / DO JUIZO / DAS / CONFISCAC, OENS PELO CRIME / de Heresia, & Apostasia*. Lisboa: na Oficina de Miguel Manescal, 1695 (f. 37-50v);
  4. Cópia de alegação de direito do Dr. Pedro Hasse de Belém sobre a prisão de Francisco Barbosa Pita, Familiar e Solicitador Contínuo da Inquisição de Évora (f. 51-62v);
  5. Cópia de alegação de direito sobre a precedência do Santo Ofício sobre a Universidade de Évora na repartição dos mantimentos que se vendiam na feira semanal (f. 63-96v);
  6. Alegação de direito de Álvaro Soares de Castro sobre a precedência do Santo Ofício sobre a Universidade de Évora na repartição dos mantimentos que se vendiam na feira semanal (f. 97-122v)
  7. Alegação de direito sobre o privilégio de foro dos secretários do Santo Ofício nas causas cíveis (f. 123-124v);
  8. Alegação de direito sobre a competência judicial dos inquisidores nas causas dos clérigos ministros do Santo Ofício (f. 125-125v);
  9. Alegação de direito sobre a jurisdição dos inquisidores sobre os seus oficiais nas causas crime em que são autores ou réus, e nas cíveis em que são somente réus (f. 126-128v);
  10. Exemplos de direito de como os inquisidores podem passar cartas de seguro em caso de morte (f. 129-129v);

<sup>164</sup> Referido e indexado em José António Moniz – *Inventario: secção XIII – Manuscritos...*; referido em *A Inquisição em Portugal (1536-1821). Catálogo...*, p. 274.

<sup>165</sup> Publicação parcial: Manuela D. Domingos – *Visitas do Santo Ofício às naus estrangeiras...*, p. 201-215; Pedro Vilas Boas Tavares – *Relações Inter-Confessionais no Porto: um casamento numa lancha inglesa (subsídios documentais da época do Tratado de Methuen)*. Porto: Sep. de *O Tripeiro*. 7.ª Série, 6-7 (1995) 14-23.

<sup>166</sup> Referido e indexado em José António Moniz – *Inventario: secção XIII – Manuscritos...*; Luís Fernando de Carvalho Dias – *Notícias dos Manuscritos Jurídicos do Fundo Geral da Biblioteca Nacional de Lisboa. Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*. 34 (1958) 227.

11. Parecer de Rui Fernandes de Saldanha sobre a consulta acerca da possibilidade de os inquisidores poderem tomar querelas e passar cartas de seguro nas causas dos oficiais e se também poderiam passar alvarás de fiança. Coimbra, 7.10.1616 (f. 130-134v);
  12. Minuta de representação do Inquisidor-Geral ao Rei acerca da jurisdição que deviam ter os diferentes oficiais da Inquisição. Lisboa, [16--] (f. 135-136v);
  13. Cópia de carta de D. Pedro II a João Lobato Quinteiro, Juiz de Fora em Évora, e aos vereadores da câmara de Évora sobre a prisão que tinham mandado executar do marchante do Santo Ofício. Lisboa, 23.7.1695 (f. 137-137v);
  14. Cópia da sentença que os Padres da Companhia da Universidade de Évora alcançaram contra o Procurador da Câmara de Évora por ter a câmara tirado à universidade o seu marchante privativo. Lisboa, 22.6.1686 (f. 138-140v);
  15. Cópia de memorial do Inquisidor-Geral ao Rei sobre se remeterem aos inquisidores-gerais todos os memoriais tocantes ao Fisco que se dessem a Sua Majestade. Lisboa, [16--] (f. 141-141v, 144-144v);
  16. Cópia de memorial do Inquisidor-Geral ao Rei sobre se remeterem aos inquisidores-gerais todos os memoriais tocantes ao Fisco que se dessem a Sua Majestade. Lisboa, [16--] (f. 142-143v);
  17. Carta de João Mendes da Costa informando acerca da prisão de um Beleguim do Santo Ofício, mandada fazer por Diogo Camelo de Sousa, Juiz de Fora de Évora, por o ter insultado na igreja. Évora, 12.5.1691 (f. 145-145v);
  18. Cópia de parecer de Nuno de Pina Pereira e Pedro Hasse de Belém sobre a prisão de um empregado da Inquisição pelo Juiz de Fora de Évora. Évora, 20.3.1691 (f. 146-147v);
  19. Cópia de parecer de Pedro Hasse de Belém, Inquisidor, sobre os lugares do Juiz do Fisco e do Juiz de Fora nas festas da Igreja [Évora, 1691] (f. 148-149v);
  20. Pareceres sobre uns embargos que se deviam remeter ao Santo Ofício por serem os inquisidores os juizes competentes nas causas crime dos Familiares do Santo Ofício [1691] (f. 150-157v);
  21. “Disputatio non esse promouendos ad ordines sacras in hoc Lusitaniae regno, illos, qui ex haebreis ducunt originem” [Séc. XVII] (f. 158-163v);
  22. Cópia de parecer sobre os critérios de preferência para serem ocupados os lugares do Conselho Geral [finais do séc. XVII]; f. 164-167v);
  23. Cópia de consulta ao Conselho Geral sobre a pretensão da Inquisição ao preço da venda das ovelhas de Pero Gomes de Lemos, cristão-novo, médico de Moura, pouco antes da sua prisão. Évora, 25.4.1671 (f. 168-169v);
  24. Parecer de João de Borba Fragoso sobre as cutiladas dadas ao Promotor da Inquisição de Évora em 23.10.1622. Évora, 18.2.1623 (f. 170-184v);
  25. Cópia de alegação de direito do Dr. Pedro Hasse de Belém em que se prova que o conhecimento do crime de bigamia pertencia aos Inquisidores (a propósito do processo de Isabel Jorge, de Aldeia Nova do Cabo, termo da Covilhã) [1686] (f. 185-224).
- Códice 741  
166f.  
[post. 1613?]

Cópia do regimento do Tribunal do Santo Ofício.

Com muitas anotações marginais.

Contém indicação não-autógrafa de ter pertencido ao Deputado Pedro de Castilho.

- Códice 861, f. 37-58v<sup>167</sup>

Lisboa, 9.9.1568-18-8-1569

Processo de Isabel Rodrigues, cristã-nova, solteira, filha de Rui Dias, sapateiro, já defunto, moradora na cidade de Lamego. Presa nos cárceres da Inquisição de Coimbra em 9.9.1568 por culpas de judaísmo. Foi condenada a abjurar publicamente sua heresia com cárcere e hábito penitencial a arbítrio.

Está referido no inventário oitocentista dos processos da extinta Inquisição de Coimbra<sup>168</sup>.

- Códice 861, f. 176-177v

Lisboa, 30.8.1591-31.8.1591

Fragmento do processo de Olivier Brison, francês, natural de Paris, preso na Inquisição de Évora por ter amachucado uma imagem em papel de Nossa Senhora do Loreto e a ter deitado ao chão.

- Códice 861, f. 383-389v

Coimbra, 26.9.1672-20.3.1673

Acórdão da Inquisição de Coimbra no processo de Maria Coelha, parte de cristã-nova, casada com Manuel Monteiro, meirinho do juiz de fora de Freixo de Espada à Cinta, natural e moradora da mesma vila, presa por culpas de judaísmo e absolvida por se verificarem serem os testemunhos contra ela pouco fundamentados, sendo levantado o sequestro de seus bens. Contém o registo das custas do processo.

Contém assinaturas de Pedro de Ataíde de Castro, Pedro Ribeiro do Lago, António Gouveia de Sousa, Alexandre da Silva, Fernão Correia de Lacerda, etc.

Fragmento de processo? Não consta dos processos na Torre do Tombo.

- Códice 861, f. 390-403v

Lisboa, 14.12.1751-14.5.1756

Conjunto de documentos relativos a petições apresentadas por João Baptista Ferreira e pelo Padre José Monteiro do Monte para lhes serem emitidas certidões onde constassem que Maria Coelho, Joana Coelho e Antónia Coelho, sendo presas pela Inquisição, tinham sido julgadas por cristãs-velhas. Contém os despachos do Conselho Geral para informação e pareceres dos Inquisidores de Coimbra e as cartas de António Gonçalves Garrido e Sebastião Pita de Castro, Inquisidores de Coimbra, para o Conselho Geral, sobre as referidas petições e documentos conexos, recomendando que não se deferisse.

<sup>167</sup> Códice referido em *A Inquisição em Portugal (1536-1821). Catálogo...*, p. 280; Paulo Barata – *Catálogo da Coleção de Códices. Cod. 851-1500*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2001, p. 22-23. Digitalizado em <http://purl.pt/15392>.

<sup>168</sup> Luiz de Bivar Guerra – *Inventário dos Processos da Inquisição de Coimbra (1541-1820)...*, p. 16.

- Códice 862, f. 155-156v<sup>169</sup>  
Lisboa Ocidental, São Roque, 10.1726  
Carta de Gregório Barreto, Familiar do Santo Ofício, aos Inquisidores sobre as diligências que efetuara sobre o Padre Manuel Lopes de Carvalho.
- Códice 862, f. 202-208v  
Coimbra, 2.1737-30.6.1737  
Acórdão da Inquisição de Coimbra no processo de Bernardo José, parte de cristão-novo, morador nos Arneiros (Lamego).  
Tem assinaturas no final do acórdão da Inquisição de João Pais de Almeida, Bento Pais Amaral, Manuel Brás Anjo, etc.  
Contém registo de publicação da sentença, auto-da-fé e abjuração do réu, e cálculo das custas do processo.  
Fragmento de processo? Não consta dos processos na Torre do Tombo, mas está referido no inventário oitocentista dos processos da extinta Inquisição de Coimbra<sup>170</sup>.
- Códice 862, f. 274-289v  
[Lisboa, c. 1746]  
Acórdão da Inquisição de Lisboa no processo de Teresa Brites de Jesus Maria José, donata num convento do Algarve, natural de Boliqueime.  
Existe na Torre do Tombo um documento similar, também apenas com o acórdão (Inquisição de Lisboa, Processo 15426). Mas este documento da BNP possui um formulário impresso de abjuração *de levi* preenchido com o nome da ré. Terá saído no auto-da-fé de 1746, em Lisboa.
- Códice 863, f. 18-A<sup>171</sup>  
8f.  
[3.º-4.º quartel do séc. XVI]  
Forma da absolvição que se dá aos penitenciados no auto-da-fé.  
Em latim, com anotações em português.  
Em pergaminho.
- Códice 863, f. 94  
[1629]  
Planta do cadafalso para o auto-da-fé celebrado na Ribeira Velha de Lisboa em 1629<sup>172</sup>.  
Contém assinaturas do Inquisidor Pedro da Silva de Sampaio e do arquiteto Teodósio de Frias.

<sup>169</sup> Códice referido em *A Inquisição em Portugal (1536-1821). Catálogo...*, p. 279-280; Paulo Barata – *Catálogo da Coleção de Códices. Cod. 851-1500...*, p. 22-23. Digitalizado em <http://purl.pt/15392>.

<sup>170</sup> Luiz de Bivar Guerra – *Inventário dos Processos da Inquisição de Coimbra (1541-1820)...*, p. 397.

<sup>171</sup> Códice referido em *A Inquisição em Portugal (1536-1821). Catálogo...*, p. 282; Paulo Barata – *Catálogo da Coleção de Códices. Cod. 851-1500...*, p. 23. Digitalizado em <http://purl.pt/15393>.

<sup>172</sup> Publicação em Francisco Bethencourt – *História das Inquisições...*, p. 231.

- Códice 863, f. 269-271v  
Bordéus, 27.12.1681  
Carta de Silvestre Nunes de Moura a um inquisidor recentemente empossado, oferecendo-se para entregar cristãos-novos portugueses que estivessem fugidos<sup>173</sup>.
- Códice 863, f. 272-272v  
[Bordéus], 4.1.1682  
Carta de Silvestre Nunes de Moura a um inquisidor recentemente empossado, reforçando a sua oferta anterior de servir a Inquisição.  
A carta tem apontamento manuscrito de ter sido recebida em 2.2.1682 e de ter sido respondida no mesmo dia.
- Códice 863, f. 478-500v  
[Évora, 4.º quartel do séc. XVIII]  
Registo de presos que faleceram nos cárceres da Inquisição de Évora de 1703 a 1782 com indicação das causas dos óbitos e a localização do local onde foram enterrados no quintal.
- Códice 863, f. 570-573v  
Lisboa, 1.1793  
Lista das pessoas que ouviram as suas sentenças na Mesa da Inquisição de Lisboa em 1792. Contém a assinatura do Promotor Francisco Xavier de Oliveira de da Mata, feita no secreto do Santo Ofício em Lisboa.
- Códice 864, f. 343-343v<sup>174</sup>  
Évora, 25.10.1744  
Lista das pessoas que ouviram as suas sentenças na Mesa da Inquisição de Évora em 21.10.1744.  
Contém a assinatura do Promotor Nicolau Joaquim Torel, feita no secreto do Santo Ofício em Évora.
- Códice 864, f. 347-350v  
Évora, 25.10.1749  
Lista das pessoas que saíram e condenações que tiveram e sentenças que se leram no auto-da-fé que se celebrou na sala do Santo Ofício de Évora em 20.10.1749.  
Contém a assinatura do Promotor Bernardino de Mira Vidigal, feita no secreto do Santo Ofício em Évora.

---

<sup>173</sup> Publicação em J. Ribeiro Guimarães – A Santa Inquisição (varias noticias). In *Summario de Varia Historia. Narrativas, lendas, biographias descripções de templos e monumentos, estatisticas, costumes civis politicos e religiosos de outras eras*. Lisboa: Rolland & Semiond, 1874, vol. IV, p. 69-71.

<sup>174</sup> Códice referido em *A Inquisição em Portugal (1536-1821). Catálogo...*, p. 281; Paulo Barata – *Catálogo da Coleção de Códices. Cod. 851-1500...*, p. 23. Digitalizado em <http://purl.pt/15393>.

- Códice 864, f. 352-352v  
Évora, 30.9.1750  
Lista das pessoas que ouviram a sua sentença na mesa do Santo Ofício de Évora em 26.9.1750.  
Contém a assinatura do Promotor Bernardino de Mira Vidigal, feita no secreto do Santo Ofício em Évora.
- Códice 864, f. 353-353v  
Évora, 12.10.1751  
Lista das pessoas que ouviram a sua sentença na mesa do Santo Ofício de Évora em 2.10.1751.  
Contém a assinatura do Promotor Bernardino de Mira Vidigal, feita no secreto do Santo Ofício em Évora.
- Códice 864, f. 359-360v  
Évora, 18.7.1755  
Lista das pessoas que ouviram a sua sentença na mesa do Santo Ofício de Évora em 2.5.1755.  
Contém a assinatura do Promotor Jerónimo Ferreira Magro, feita no secreto do Santo Ofício em Évora.
- Códice 864, f. 365-365v  
[Évora], 28.9.1757  
Lista das pessoas que ouviram a sua sentença na mesa do Santo Ofício de Évora em 28.9.1757.  
Feita no secreto do Santo Ofício em Évora.
- Códice 864, f. 368-371v  
Évora, 20.9.1760  
Lista das pessoas que saíram, condenações que tiveram, e sentenças que se leram no auto-da-fé celebrado na Igreja do Convento de São Francisco de Évora em 31.8.1760, e da pessoa que ouviu sua sentença na sala do Santo Ofício em Évora em 3.9.1760.  
Contém a assinatura do Notário João Martins Gordilho, feita no secreto do Santo Ofício em Évora.
- Códice 864, f. 372-373v  
Évora, 20.12.1761  
Lista das pessoas que saíram, condenações que tiveram, e sentenças que se leram no auto-da-fé celebrado na sala do Santo Ofício em Évora em 20.12.1761.  
Contém a assinatura do Promotor José Joaquim Justiniano Mascarenhas Castelo Branco, feita no secreto do Santo Ofício em Évora.
- Códice 864, f. 374-374v  
Évora, 22.12.1761

Lista das pessoas que ouviram as suas sentenças na sala do Santo Ofício em Évora em 22.12.1761.

Contém a assinatura do Promotor José Joaquim Justiniano Mascarenhas Castelo Branco, feita no secreto do Santo Ofício em Évora.

- Códice 864, f. 375-375v

Évora, 22.6.1762

Lista das pessoas que ouviram as suas sentenças na sala do Santo Ofício em Évora em 21.6.1762.

Contém a assinatura do Promotor José Joaquim Justiniano Mascarenhas Castelo Branco, feita no secreto do Santo Ofício em Évora.

- Códice 864, f. 376-377v

Évora, 17.1.1763

Lista das pessoas que saíram, condenações que tiveram, e sentenças que se leram no auto-da-fé celebrado na sala do Santo Ofício em Évora em 16.1.1763.

Contém a assinatura do Promotor José Joaquim Justiniano Mascarenhas Castelo Branco, feita no secreto do Santo Ofício em Évora.

- Códice 864, f. 378-378v

Évora, 19.1.1763

Lista das pessoas que ouviram as suas sentenças na sala do Santo Ofício em Évora em 18.1.1763.

Contém a assinatura do Promotor José Joaquim Justiniano Mascarenhas Castelo Branco, feita no secreto do Santo Ofício em Évora.

- Códice 864, f. 379-379v

Évora, 2.3.1764

Lista das pessoas que ouviram as suas sentenças na sala do Santo Ofício em Évora em 29.2.1764.

Contém a assinatura do Promotor José Joaquim Justiniano Mascarenhas Castelo Branco, feita no secreto do Santo Ofício em Évora.

- Códice 864, f. 380-380v

Évora, 3.4.1766

Lista das pessoas que ouviram as suas sentenças na sala do Santo Ofício em Évora em 27.3.1766.

Contém a assinatura do Promotor Pedro Álvares Garrido, feita no secreto do Santo Ofício em Évora.

- Códice 864, f. 381-382v

Évora, 31.5.1767

Lista das pessoas que saíram, condenações que tiveram, e sentenças que se leram no auto-da-fé celebrado na sala do Santo Ofício em Évora em 31.5.1767.

Contém a assinatura do Promotor Custódio da Silva Laboreiro, feita no secreto do Santo Ofício em Évora.

- Códice 864, f. 383-383v  
Évora, 29.10.1768  
Lista das pessoas que ouviram as suas sentenças na sala do Santo Ofício em Évora em 29.10.1768.  
Contém a assinatura do Promotor Custódio da Silva Laboreiro, feita no secreto do Santo Ofício em Évora.
- Códice 864, f. 384-384v  
Évora, 3.12.1768  
Lista das pessoas que saíram, condenações que tiveram, e sentenças que se leram na Mesa do Santo Ofício em Évora em 3.12.1768.  
Contém a assinatura do Promotor Custódio da Silva Laboreiro, feita no secreto do Santo Ofício em Évora.
- Códice 864, f. 385-385v  
Évora, 10.12.1768  
Lista das pessoas expedidas na Mesa do Santo Ofício em Évora em 10.12.1768.  
Contém a assinatura do Promotor Custódio da Silva Laboreiro, feita no secreto do Santo Ofício em Évora.
- Códice 864, f. 386-386v  
Évora, 15.12.1769  
Lista das pessoas que ouviram a sua sentença na Mesa do Santo Ofício em Évora em 15.12.1769.  
Contém a assinatura do Promotor Custódio da Silva Laboreiro, feita no secreto do Santo Ofício em Évora.
- Códice 864, f. 388-388v  
Évora, 12.9.1771  
Lista das pessoas que saíram, condenações que tiveram, e sentenças que se leram na Mesa do Santo Ofício em Évora em 12.9.1771.  
Contém a assinatura do Promotor Custódio da Silva Laboreiro, feita no secreto do Santo Ofício em Évora.
- Códice 864, f. 389-389v  
Évora, 17.10.1772  
Lista das pessoas que ouviram a sua sentença na Mesa do Santo Ofício em Évora em 17.10.1772.

Contém a assinatura do Promotor Custódio da Silva Laboreiro, feita no secreto do Santo Ofício em Évora.

- Códice 864, f. 390-390v  
Évora, 5.12.1772  
Lista das pessoas que saíram, condenações que tiveram, e sentenças que se leram na Mesa do Santo Ofício em Évora em 3.12.1772.  
Contém a assinatura do Promotor Custódio da Silva Laboreiro, feita no secreto do Santo Ofício em Évora.
- Códice 864, f. 391-391v  
Évora, 13.1.[1774]  
Lista das pessoas que saíram, condenações que tiveram, e sentenças que se leram na Mesa do Santo Ofício em Évora em 1773.  
Contém a assinatura do Promotor Custódio da Silva Laboreiro, feita no secreto do Santo Ofício em Évora.
- Códice 864, f. 393-393v  
Évora, 20.9.1776  
Lista das pessoas que saíram, condenações que tiveram, e sentenças que se leram na Mesa do Santo Ofício em Évora em 27.8.1776.  
Contém a assinatura do Promotor António Manuel Fragoso de Barros, feita no secreto do Santo Ofício em Évora.
- Códice 864, f. 394-394v  
Évora, 15.4.1777  
Lista das pessoas que ouviram as suas sentenças na Mesa do Santo Ofício em Évora em 15.4.1777.  
Contém a assinatura do Promotor António Manuel Fragoso de Barros, feita no secreto do Santo Ofício em Évora.
- Códice 864, f. 395-395v  
Évora, 20.4.1779  
Lista das pessoas que ouviram as suas sentenças na Mesa do Santo Ofício em Évora em 14.12.1778.  
Contém a assinatura do Promotor D. João de Aguiar Meneses, feita no secreto do Santo Ofício em Évora.
- Códice 864, f. 394-394v  
Évora, 25.1.1781  
Lista das pessoas que ouviram as suas sentenças na Mesa do Santo Ofício em Évora de 5.11.1779 a 23.12.1780.

Contém a assinatura do Promotor Manuel Estanislau Fragoso, feita no secreto do Santo Ofício em Évora.

- Códice 864, f. 398-398v  
23.3.1691  
Papel recebido em mesa em 23.3.1691 com a inscrição: “O Processo de Jorge Lopes natural da Villa de Arrayollos, e morador em Lisboa / O sinete de cabo de vidro”.
- Códice 864, f. 399-399v  
Évora, 25.1.1781  
Lista das pessoas que ouviram as suas sentenças na Mesa do Santo Ofício em Évora em 1780.  
Contém a assinatura do Promotor Manuel Estanislau Fragoso, feita no secreto do Santo Ofício em Évora.
- Códice 864, f. 402-403v  
Évora, 31.1.1782  
Lista das pessoas penitenciadas pela Inquisição de Évora, culpas por que o foram, e penas que se lhes impuseram no ano de 1781, além das que saíram no auto-da-fé que se celebrou na mesma Inquisição em 16.9.1781.  
Contém a assinatura do Promotor Manuel Estanislau Fragoso, feita no secreto do Santo Ofício em Évora.
- Códice 864, f. 404-405v  
Évora, 8.2.1783  
Lista das pessoas que ouviram as suas sentenças na Mesa do Santo Ofício em Évora em 1782.  
Contém a assinatura do Promotor Manuel Estanislau Fragoso, feita no secreto do Santo Ofício em Évora.
- Códice 864, f. 406-408v  
Évora, 12.2.1784  
Lista das pessoas que ouviram as suas sentenças na Mesa do Santo Ofício em Évora em 1783.  
Contém a assinatura do Promotor Miguel Leal da Gama Jácome, feita no secreto do Santo Ofício em Évora.
- Códice 864, f. 409-410v  
Évora, 13.12.1784  
Lista dos réus que se expediram na Mesa do Santo Ofício em Évora em 1784.  
Contém a assinatura do Promotor Miguel Leal da Gama Jácome, feita no secreto do Santo Ofício em Évora.

- Códice 864, f. 411-412v  
Évora, 25.1.1786  
Lista das pessoas que foram despachadas e ouviram suas sentenças na Mesa do Santo Ofício em Évora em 1785.  
Contém a assinatura do Promotor Miguel Leal da Gama Jácome, feita no secreto do Santo Ofício em Évora.
- Códice 864, f. 413-414v  
Évora, 26.1.1787  
Lista das pessoas que foram despachadas e ouviram suas sentenças na Mesa do Santo Ofício em Évora em 1786.  
Contém a assinatura do Promotor Miguel Leal da Gama Jácome, feita no secreto do Santo Ofício em Évora.
- Códice 864, f. 415-416v  
Évora, 15.3.1788  
Lista das pessoas que foram despachadas e ouviram suas sentenças na Mesa do Santo Ofício em Évora em 1787.  
Contém a assinatura do Promotor Miguel Leal da Gama Jácome, feita no secreto do Santo Ofício em Évora.
- Códice 864, f. 417-418v  
Évora, 1.4.1789  
Lista das pessoas que foram despachadas e ouviram suas sentenças na Mesa do Santo Ofício em Évora em 1788.  
Contém a assinatura do Promotor Miguel Leal da Gama Jácome, feita no secreto do Santo Ofício em Évora.
- Códice 864, f. 419-419v  
Évora, 6.3.1790  
Lista das pessoas que foram despachadas e ouviram suas sentenças em auto público na Mesa do Santo Ofício em Évora em 1789.  
Contém a assinatura do Promotor Miguel Leal da Gama Jácome, feita no secreto do Santo Ofício em Évora.
- Códice 864, f. 420-420v  
Évora, 20.1.1792  
Lista das pessoas que foram despachadas e ouviram suas sentenças na Mesa do Santo Ofício em Évora em 1791.  
Contém a assinatura do Promotor João Baptista Mascarenhas Cordovil, feita no secreto do Santo Ofício em Évora.

- Códice 864, f. 421-421v  
Évora, 26.1.1793  
Lista das pessoas que foram despachadas e ouviram suas sentenças na Mesa do Santo Ofício em Évora em 1792.  
Contém a assinatura do Promotor João Baptista Mascarenhas Cordovil, feita no secreto do Santo Ofício em Évora.
- Códice 864, f. 422-422v  
Évora, 19.1.1794  
Lista das pessoas que foram despachadas e ouviram suas sentenças em auto público na Mesa do Santo Ofício em Évora em 1793.  
Contém a assinatura do Promotor João Baptista Mascarenhas Cordovil, feita no secreto do Santo Ofício em Évora.
- Códice 864, f. 423-423v  
Évora, 19.1.1795  
Lista das pessoas que foram despachadas e ouviram suas sentenças em auto público na Mesa do Santo Ofício em Évora em 1794.  
Contém a assinatura do Promotor João Baptista Mascarenhas Cordovil, feita no secreto do Santo Ofício em Évora.
- Códice 864, f. 424-424v  
Évora, 7.1.1796  
Lista das pessoas que foram despachadas e ouviram suas sentenças na Mesa do Santo Ofício em Évora em 1795.  
Contém a assinatura do Promotor João Baptista Mascarenhas Cordovil, feita no secreto do Santo Ofício em Évora.
- Códice 864, f. 425-425v  
Évora, 7.1.1797  
Lista das pessoas que foram despachadas e ouviram suas sentenças na Mesa do Santo Ofício em Évora em 1796.  
Contém a assinatura do Promotor João Baptista Mascarenhas Cordovil, feita no secreto do Santo Ofício em Évora.
- Códice 864, f. 426-426v  
Évora, 7.1.1798  
Lista das pessoas que foram despachadas e ouviram suas sentenças na Mesa do Santo Ofício em Évora em 1797.  
Contém a assinatura do Promotor João Baptista Mascarenhas Cordovil, feita no secreto do Santo Ofício em Évora.

- Códice 865, f. 347-347v<sup>175</sup>  
Coimbra, 3.10.1753  
Carta dos Inquisidores de Coimbra a um comissário do Santo Ofício, solicitando que se averiguasse se na cidade do Porto (?), na Rua dos Mercadores, havia um livro francês intitulado *Maximas de Paulo* 3.º à venda na loja de Manuel Caetano, mercador de livros, o qual deveria ser apreendido.  
Contém as assinaturas de António Gonçalves Garrido e Sebastião Pita de Castro.
  
- Códice 866, f. 17-22v<sup>176</sup>  
Goa, 27.1.1754  
Lista das pessoas que saíram, condenações que tiveram, e sentenças que se leram no auto-da-fé que se celebrou na sala da Inquisição de Goa em 20.5.1753.  
Contém a assinatura do Promotor Manuel Marques de Azevedo, feita no secreto do Santo Ofício em Goa.
  
- Códice 866, f. 23-28v  
Goa, 6.12.1750  
Lista das pessoas que saíram, condenações que tiveram, e sentenças que se leram no auto-da-fé que se celebrou na sala da Inquisição de Goa em 6.12.1750.  
Contém a assinatura do Promotor Frei João do Pilar, feita no secreto do Santo Ofício em Goa.
  
- Códice 866, f. 29-36  
Goa, 15.1.1736  
Lista das pessoas que saíram, condenações que tiveram, e sentenças que se leram no auto-da-fé que se celebrou na sala da Inquisição de Goa em 15.1.1736.  
Contém a assinatura do Promotor António José de Oliveira, feita no secreto do Santo Ofício em Goa.
  
- Códice 866, f. 245-245v  
Goa, 26.10.1774  
Inventário dos processos das pessoas que se achavam presas na Inquisição de Goa em 26.10.1774, dia em que se leu na Mesa a provisão do Inquisidor-Geral que extinguiu a Inquisição, os quais processos foram logo encaixotados.  
Contém a assinatura do Promotor Frei João do Pilar, feita no secreto do Santo Ofício em Goa.

---

<sup>175</sup> Códice referido em *A Inquisição em Portugal (1536-1821). Catálogo...*, p. 280-281; Paulo Barata – *Catálogo da Coleção de Códices. Cod. 851-1500...*, p. 23. Digitalizado em <http://purl.pt/15393>.

<sup>176</sup> Códice referido em *A Inquisição em Portugal (1536-1821). Catálogo...*, p. 281; Paulo Barata – *Catálogo da Coleção de Códices. Cod. 851-1500...*, p. 23. Digitalizado em <http://purl.pt/15393>.

- Códice 867, f. 43-43v<sup>177</sup>  
2f.  
[S.l., S.d.]  
Modelo de formulário impresso da Inquisição para abjuração em forma.
- Códice 867, f. 44-44v  
2f.  
[S.l., S.d.]  
Modelo de formulário impresso da Inquisição para abjuração em forma.
- Códice 867, f. 45-45v  
2f.  
[S.l., S.d.]  
Modelo de formulário impresso da Inquisição para abjuração em forma.
- Códice 867, f. 46-46v  
2f.  
[S.l., S.d.]  
Modelo de formulário impresso da Inquisição para abjuração *de levi*.
- Códice 867, f. 47-47v  
2f.  
[Coimbra, S.d.]  
Modelo de formulário impresso da Inquisição de Coimbra de reconciliação em auto-da-fé.
- Códice 867, f. 48-48v  
2f.  
[Coimbra, S.d.]  
Modelo de formulário impresso da Inquisição de Coimbra para termo de soltura e degredo.
- Códice 867, f. 49-49v  
2f.  
[Évora, S.d.]  
Modelo de formulário impresso da Inquisição de Évora de reconciliação em auto-da-fé.
- Códice 867, f. 50-50v  
2f.  
[Coimbra, S.d.]  
Modelo de formulário impresso da Inquisição de Coimbra de reconciliação em auto-da-fé.

---

<sup>177</sup> Códice referido em Paulo Barata – *Catálogo da Coleção de Códices. Cod. 851-1500...*, p. 24. Digitalizado em <http://purl.pt/15142>.

- Códice 867, f. 255-260v  
Évora, 27.11.1631  
Traslado de traslado de breve de Urbano VIII, datado de Roma, 10.4.1631, por Lopo Martins Valada, Notário, concertado pelo Notário António Simões, a partir de um traslado proveniente da Inquisição de Lisboa.
- Códice 867, f. 262-263v  
Almeirim, 2.1.1569  
Carta do Cardeal D. Henrique aos Inquisidores de Lisboa remetendo um escrito de D. Rodrigo de Castro sobre os delinquentes fugitivos culpados de heresia que estavam em Castela e a resolução que os Inquisidores de Castela tinham tomado sobre a matéria, conforme recebida pelo embaixador D. Francisco Pereira.
- Códice 867, f. 265-278v  
Lisboa, 1.3.1570  
Regimento do Conselho Geral da Inquisição dado pelo Cardeal D. Henrique, confirmado, sucessivamente, por D. Sebastião, em 15.3.1570, D. Henrique, em 16.11.1579, e D. Filipe I, em 31.12.1584.  
Cópia coeva do período filipino.
- Códice 867, f. 281-284v  
Lisboa, 1.1.1683  
Instrução do Conselho Geral sobre o modo de repetição das testemunhas, comunicada a cada um dos Inquisidores pelo Notário José Cardoso, por ordem do Inquisidor-Geral.
- Códice 867, f. 367-368v  
[S.l., s.d. Séc. XVII?]  
Lembranças que o Inquisidor-Geral mandou fazer.
- Códice 867, f. 400-400v  
São Domingos, 24.1.1766  
Parecer favorável de Frei Luís da Assunção Azevedo, Qualificador do Santo Ofício, para a impressão de uma relação dos contratos que se haveriam de pôr a lançar no Conselho Ultramarino.
- Códice 867, f. 402-402v  
Évora, 4.11.1817-12.12.1817  
Folha pertencente a um livro de termos de juramento da Inquisição de Évora, com registos feitos pelo Notário José Joaquim da Silva, e assinaturas dos Inquisidores Gervásio Hipólito de Vilallobos e Salema, Sebastião José Barbosa Cordovil da Gama e do Oficial da Vara João António Pedrão.

- Códice 867, f. 403-403v  
Lisboa Ocidental, 24.10.1732  
Provisão de Nuno da Cunha, Inquisidor-Geral, a Manuel Rodrigues Ramos, Tesoureiro da Inquisição de Lisboa, para que desse 16.000 reis ao Inquisidor Teotónio da Fonseca Soutomaior, pelo trabalho que teve em tomar a conta a Manuel Lourenço Monteiro, tesoureiro da Inquisição de Lisboa em 1729<sup>178</sup>.
- Códice 867, f. 404-404v  
Lisboa Ocidental, 24.10.1732  
Provisão de Nuno da Cunha, Inquisidor-Geral, a Manuel Rodrigues Ramos, Tesoureiro da Inquisição de Lisboa, para que desse 12.000 reis a Manuel Lourenço Monteiro, por ter sido tesoureiro da Inquisição de Lisboa em 1729, e 4.000 reis ao escrivão da sua conta<sup>179</sup>.
- Códice 867, f. 405-405v  
Lisboa Ocidental, 15.7.1732  
Provisão de Nuno da Cunha, Inquisidor-Geral, a Manuel Rodrigues Ramos, Tesoureiro da Inquisição de Lisboa, para que desse 5.000 reis a cada um dos 4 guardas dos cárceres secretos da Inquisição de Lisboa<sup>180</sup>.
- Códice 867, f. 406-406v  
Lisboa Ocidental, 11.7.1732  
Provisão de Nuno da Cunha, Inquisidor-Geral, a Manuel Rodrigues Ramos, Tesoureiro da Inquisição de Lisboa, para que desse 20.000 reis ao Inquisidor Teotónio da Fonseca Soutomaior, para ajuda de custo da doença que recentemente tivera<sup>181</sup>.
- Códice 867, f. 407-407v  
Lisboa Ocidental, 15.7.1732  
Provisão de Nuno da Cunha, Inquisidor-Geral, a Manuel Rodrigues Ramos, Tesoureiro da Inquisição de Lisboa, para que desse 20.000 reis aos notários da Inquisição de Lisboa, pelo trabalho das sentenças publicadas no último auto-da-fé<sup>182</sup>.
- Códice 867, f. 408-408v  
Lisboa Ocidental, 22.2.1732  
Provisão de Nuno da Cunha, Inquisidor-Geral, a Manuel Rodrigues Ramos, Tesoureiro da Inquisição de Lisboa, para que desse 16.000 reis a João Duarte Mendisoval, lugar-tenente do Correio-Mor do Reino, pelo cuidado que teve de encaminhar as cartas e papéis do Santo Ofício em 1730 e 1731<sup>183</sup>.

<sup>178</sup> Publicação em Maria Luísa Braga – *A Inquisição em Portugal: primeira metade do séc. XVIII : o inquisidor geral D. Nuno da Cunha de Atahyde e Mello*. Lisboa: INIC, 1992, p. 279-280.

<sup>179</sup> Publicação em Maria Luísa Braga – *A Inquisição em Portugal: primeira metade do séc. XVIII...*, p. 279.

<sup>180</sup> Publicação em Maria Luísa Braga – *A Inquisição em Portugal: primeira metade do séc. XVIII...*, p. 278.

<sup>181</sup> Publicação em Maria Luísa Braga – *A Inquisição em Portugal: primeira metade do séc. XVIII...*, p. 277-278.

<sup>182</sup> Publicação em Maria Luísa Braga – *A Inquisição em Portugal: primeira metade do séc. XVIII...*, p. 276-277.

<sup>183</sup> Publicação em Maria Luísa Braga – *A Inquisição em Portugal: primeira metade do séc. XVIII...*, p. 276.

- Códice 867, f. 409-409v  
Lisboa Ocidental, 13.1.1733  
Provisão de Nuno da Cunha, Inquisidor-Geral, a Manuel Rodrigues Ramos, Tesoureiro da Inquisição de Lisboa, para que desse 5.000 reis a cada um dos 4 guardas dos cárceres secretos da Inquisição de Lisboa<sup>184</sup>.
- Códice 867, f. 410-410v  
Lisboa, 30.7.1715  
Provisão de Nuno da Cunha, Inquisidor-Geral, a João de Sousa Castelo Branco, Inquisidor, para tomar a conta ao notário Fabião Bernardo, do que recebera e despendera em 1713, quando serviu de tesoureiro da Inquisição de Lisboa<sup>185</sup>.
- Códice 867, f. 411-411v  
Lisboa, 8.2.1752  
Provisão do Conselho Geral do Santo Ofício a Luís de Barata Lima, Inquisidor, para tomar a conta ao notário Manuel Lourenço Monteiro, do que recebera e despendera em 1748, quando serviu de tesoureiro da Inquisição de Lisboa.
- Códice 867, f. 412-415v  
Lisboa, 7.7.1720-21.5.1723  
Lista do que se contou e pagou no auto-da-fé de 7.7.1720 por Inácio Bernardes<sup>186</sup>.
- Códice 867, f. 416-417v  
Lisboa, 7.7.1720-21.5.1723  
Provisão de Nuno da Cunha, Inquisidor-Geral, ao tesoureiro Inácio Bernardes, para pagar às pessoas referidas na dita provisão pelo trabalho que tiveram no auto-da-fé de 14.3.1723 no valor de 332.000 reis<sup>187</sup>.
- Códice 867, f. 418-419v  
Lisboa, 7.7.1720-21.5.1723  
Lista dos gastos incorridos no auto-da-fé de 14.3.1723<sup>188</sup>.
- Códice 867, f. 420-420v  
Coimbra, 21.4.1626  
Certidão de António Botelho, Manuel Rodrigues da Silva, Simão Nogueira e António Monteiro, Notários da Inquisição de Coimbra sobre os processos de Clara Serrão e Isabel da Costa, as quais morreram, a primeira em 1578, e a segunda em 1587, antes de se iniciarem os processos contra elas, por culpas de judaísmo.

<sup>184</sup> Publicação em Maria Luísa Braga – *A Inquisição em Portugal: primeira metade do séc. XVIII...*, p. 280-281.

<sup>185</sup> Publicação em Maria Luísa Braga – *A Inquisição em Portugal: primeira metade do séc. XVIII...*, p. 270-271.

<sup>186</sup> Publicação em Maria Luísa Braga – *A Inquisição em Portugal: primeira metade do séc. XVIII...*, p. 283-284.

<sup>187</sup> Publicação em Maria Luísa Braga – *A Inquisição em Portugal: primeira metade do séc. XVIII...*, p. 271-273.

<sup>188</sup> Publicação em Maria Luísa Braga – *A Inquisição em Portugal: primeira metade do séc. XVIII...*, p. 274-275.

- Códice 867, f. 427-427v  
Lisboa, 24.9.1819  
Provisão de D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, Inquisidor-Geral, para que João Maria Soares Castelo Branco, Inquisidor de Lisboa, tomasse as contas do Notário Manuel de Figueiredo Ribeiro Martins do dinheiro que recebeu e despendeu em 1818, quando serviu de Tesoureiro da dita Inquisição.
- Códice 867, f. 428-428v  
Borba, 20.12.1606  
Assinado de Aleixo Nunes, clérigo de missa, morador em Borba, dando poder a Tomé Vaz, seu sobrinho, para poder assinar por si no livro dos pagamentos dos oficiais do Santo Ofício de Évora e receber o dinheiro dos quartéis do corrente ano.
- Códice 867, f. 431-462v  
[S.l., s.d.]  
Forma dos libelos.  
Contém numeração original de f. 1-31, com índice no final. Tem registos de várias mãos de formulários e normas sobre petições, requerimentos, etc., bem como uma folha com o “uso de contar os processos nesta Inquisição de Évora”.
- Códice 867, f. 463-500v  
[S.l., séc. XVII]  
Conjunto de minutas e formulários para diversas fases processuais, aceitação de confissões, ratificação de testemunhas, acórdãos de sentenças, apontamentos sobre cerimónias judaicas, e cópias de cartas relacionadas com a Inquisição de Évora.
- Códice 867, f. 501-525v  
[S.l., s.d.]  
Apontamentos sobre os estilos e reformação do Santo Ofício.  
Contém numeração original de f. 1-26.
- Códice 867, f. 526-526v  
[S.l., 18--]  
Minuta de petição de Joaquim Tomás de Aquino Bulhões, Carcereiro da Cadeia da Inquisição de Lisboa.
- Códice 867, f. 527-535v  
[S.l., Séc. XVII-XVIII?]  
Apontamentos ao regimento do Santo Ofício.
- Códice 868<sup>189</sup>, f. III-IIIv

---

<sup>189</sup> Códice referido em Paulo Barata – *Catálogo da Coleção de Códices. Cod. 851-1500...*, p. 24. Digitalizado

[S.l., s.d.]

Forma de libelos e requerimentos do Promotor da Santa Inquisição de Évora.

- Códice 868, f. 414-414v  
Évora, [post. 2.1649]  
Parecer sobre a revogação do alvará concedido em 1649 a favor dos cristãos-novos. Contém indicação de ter sido achado este papel na gaveta de Belchior Dias Preto, Inquisidor de Lisboa.
- Códice 868, f. 472-474v  
[S.l., s.d., Séc. XVII?]  
Papel sobre as admoestações e sessões que se haveriam de fazer aos presos negativos antes do libelo da justiça.
- Códice 869<sup>190</sup>, f. 1-4v  
Llerena, 19.11.1569  
Traslado de cartas dos cadernos das cartas que estavam no Secreto da Inquisição de Coimbra, feito por Luís Ferrão:
  1. Carta do Cardeal D. Henrique, Inquisidor-Geral, aos Inquisidores de Coimbra sobre as capitulações feitas entre as Inquisições de Castela e Portugal. Almeirim, 20.1.1572;
  2. Carta da Inquisição de Toledo à Inquisição de Coimbra sobre a prisão de Henrique Lopes e Maria Rodrigues, cristãos-novos. Toledo, 6.11.1632;
  3. Carta do Cardeal D. Henrique ao Inquisidor-Geral de Castela sobre as testificações das culpas dos culpados do Santo Ofício das Inquisições de Castela e Portugal. Évora, 12.7.1542;
  4. Carta da Inquisição de Valladolid sobre a remissão dos culpados Gonçalo Vaz e Isabel Gomes. Valladolid, 18.2.1558;
  5. Assento da Mesa do Santo Ofício sobre a remissão do preso Gabriel Nunes do Reino de Portugal para o de Castela, feito pelo Inquisidor João Álvares Brandão. S.l., 5.9.1605;

em <http://purl.pt/15142>. Este códice factício é uma miscelânea compilada por António Joaquim Moreira e encadernada provavelmente em 1863. Apesar de conter alguns originais e muitas cópias coevas dos eventos seiscentistas principalmente relacionados com a confiscação dos bens dos cristãos-novos condenados por judaísmo, entre outros assuntos, os originais seriam dirigidos ao Rei. Quanto às cópias, algumas poderiam bem ter pertencido a um tribunal ou ministro do Santo Ofício, mas dado que o colecionador misturou cópias da sua lavra e de outros copistas, da era moderna, com cópias coevas, torna-se muito difícil incluir a maioria dos documentos neste arrolamento, de acordo com os critérios definidos na introdução.

<sup>190</sup> Códice referido em Paulo Barata – *Catálogo da Coleção de Códices. Cod. 851-1500...*, p. 24. Digitalizado em <http://purl.pt/15142>. Este códice factício é uma miscelânea compilada por António Joaquim Moreira e encadernada provavelmente em 1863. Apesar de conter muitos originais e muitas cópias coevas dos eventos nelas descritos, e algumas das cópias poderem bem ter pertencido a um tribunal ou ministro do Santo Ofício, em virtude de o colecionador ter misturado cópias da sua lavra e de outros copistas, da era moderna, com cópias coevas, torna-se muito difícil incluir a maioria dos documentos neste arrolamento, de acordo com os critérios definidos na introdução. Mantivemos o lote inicial do códice, todo relacionado com a remissão de presos entre Castela e Portugal, por nos ter parecido corresponder a um conjunto de origem inquisitorial inequívoca, dadas as marcas de autenticidade que quase todos os documentos desse conjunto ostentam.

6. Carta do Inquisidor-Geral D. Fernão Martins Mascarenhas sobre a prisão de Luís da Fonseca em Castela. S.l., 20.8.1624.
- Códice 869, f. 5-6v  
Évora – Valladolid, 12.7.1542-18.2.1558  
Cópia de carta do Cardeal D. Henrique a Juan Pardo Tavera, Cardeal de Toledo, sobre as testificações das culpas dos culpados do Santo Ofício das Inquisições de Castela e Portugal (Évora, 12.7.1542) e de carta da Inquisição de Valladolid sobre a remissão de presos entre as Inquisições de Castela e Portugal, em castelhano (Valladolid, 18.2.1558).
  - Códice 869, f. 7-7v, 14-14v  
Llerena, 19.11.1569  
Carta da Inquisição de Llerena ao Cardeal D. Henrique, Inquisidor-Geral, sobre a entrega de presos da Inquisição fugidos de Portugal com receio de serem presos. Em castelhano.
  - Códice 869, f. 8-8v, 13-13v  
Llerena, 22.2.1570  
Carta da Inquisição de Llerena ao Cardeal D. Henrique, Inquisidor-Geral, sobre a entrega de presos da Inquisição. Em castelhano.
  - Códice 869, f. 9-9v, 12-12v  
Madrid, 1.8.1583  
Carta de António Matos de Noronha a D. Jorge de Almeida, Inquisidor-Geral, sobre o envio de Leonor Henriques pelos Inquisidores da Galiza para a Inquisição de Coimbra.
  - Códice 869, f. 10-11v  
Madrid, 9.6.1586  
Carta de remetente desconhecido<sup>191</sup> a D. Cristóvão de Moura sobre a prisão de André Velho, arcediogo de Braga. Em castelhano.
  - Códice 869, f. 15-16v  
Évora, 3.8.1635  
Traslado de um mandado dos Inquisidores de Évora para Francisco Fernandes Tomar, Familiar do Santo Ofício, prender em Ayamonte as pessoas referidas nele, feito por António Simões, Notário da Inquisição de Évora, e concertado por Sebastião Pais, também Notário.
  - Códice 869, f. 17-17v, 24-24v  
Madrid, 13.11.1568  
Carta de D. Afonso de Castro a D. Francisco Pereira (?) sobre a remissão de delinquentes entre as Inquisições de Castela e Portugal, após um encontro que tivera com o Cardeal D. Henrique, Inquisidor-Geral. Em castelhano.

---

<sup>191</sup> Devido a apuramento do código.

- Códice 869, f. 18-18v, 23-23v  
[Madrid, 1568?]  
Carta de D. Afonso de Castro a D. Francisco Pereira sobre a remissão de delinquentes entre as Inquisições de Castela e Portugal. Em castelhano.
- Códice 869, f. 19-19v, 22-22v  
Madrid, 23.6.1611  
Carta de Bernardo de Sandoval y Rojas, Cardeal de Toledo e Inquisidor-Geral de Espanha, a D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral (?), sobre a remissão de presos entre as Inquisições de Castela e Portugal.
- Códice 869, f. 20-21v  
Madrid, 28.7.1583  
Carta de Gaspar de Quiroga y Vela, Cardeal de Toledo e Inquisidor-Geral de Espanha, a D. Jorge de Almeida, Inquisidor-Geral, sobre o envio de Leonor Tomás pelos Inquisidores da Galiza para a Inquisição de Coimbra.
- Códice 869, f. 25-26v, 30-31v  
[S.l., post. 1566]  
Resolução que se tomou perante Sua Alteza entre as Inquisições de Portugal e Castela sobre a remissão dos presos e culpas deles de Reino a Reino. Assinado por Manuel de Quadros, Diogo Mendes de Vasconcelos e Frei Manuel da Veiga. Contém minuta do documento.  
Contém no f. 30v um apontamento indicando que este documento se achara em casa de Manuel Antunes, por sua morte, e o vigário da vara o mandara à Inquisição. Foi Notário da Inquisição de Lisboa, nomeado em 1571, e Capelão do Cardeal D. Henrique.
- Códice 869, f. 27-27v  
Madrid, 19.5.1624  
Cópia de carta de D. Filipe II a D. Fernão Martins Mascarenhas, Inquisidor-Geral, sobre a remissão de presos entre as Inquisições de Castela e Portugal.
- Códice 869, f. 28-29v  
Madrid – [S.l.], 7.6.1586 - 23.6.1586  
Cópia de carta de António Matos de Noronha ao Cardeal Alberto sobre a prisão em Castela de André Velho, arcediogo de Braga, e do auto de entrega do arcediogo nos cárceres da Inquisição em Portugal.
- Códice 869, f. 32-32v, 39-39v  
[S.l.], 27.9.1607  
Carta da Inquisição de Toledo à Inquisição de Lisboa sobre a prisão de Gastão de Brinhosa, natural de Serpa. Em castelhano.

- Códice 869, f. 33-33v, 38-38v  
[S.l., s.d.]  
Cópia da resolução tomada perante o Rei entre os Inquisidores de Portugal e Castela acerca da remissão de presos e culpas deles de Reino a Reino.
- Códice 869, f. 34-34v, 37-37v  
Llerena, 22.2.1570  
Requisitória dos Inquisidores de Llerena, datada de 22.2.1570, para a Inquisição de Évora, informando que o seu promotor fiscal efetuara certas diligências em Albuquerque, Montijo e Écija sobre pessoas que fugiram para Portugal. Em certidão de Nicolau Agostinho, Notário da Inquisição de Évora, de 24.10.1607
- Códice 869, f. 35-35v  
Madrid, 13.11.1568  
Traslado de carta de D. Rodrigo de Castro sobre a remissão de presos entre as Inquisições de Portugal e Castela. Em castelhano. Em traslado de Simão Lopes, Notário da Inquisição de Lisboa, datado de 26.10.1607.
- Códice 869, f. 36-36v  
Almeirim, 2.1.1569  
Cópia de carta do Cardeal D. Henrique, Inquisidor-Geral, aos Inquisidores de Lisboa sobre a remissão de presos entre as Inquisições de Portugal e Castela. Em traslado de Simão Lopes, Notário da Inquisição de Lisboa, datado de 26.10.1607.
- Códice 869, f. 40-45v  
Évora, 5.6.1604 – 22.6.1604  
Traslado do que consta do processo de Custódio Nunes, cristão-novo, filho de João Nunes, natural de Évora, morador em Sevilha, onde fora preso por ordem da Inquisição de Sevilha e remetido à de Évora. Em certidão de Lopo Martins Valada, de Évora, 16.7.1635.
- Códice 869, f. 46-51v  
Sevilha, 22.2.1586 – 10.3.1586  
Traslado do que consta do processo de Pero Afonso, cristão-novo, natural de Castro Marim, morador em Sevilha, onde fora preso por ordem da Inquisição de Sevilha e remetido à de Évora. Em certidão de Lopo Martins Valada, de Évora, 14.7.1635.
- Códice 869, f. 52-52v  
Llerena, 22.4.1630  
Traslado de carta da Inquisição de Llerena contendo o nome de várias pessoas remetidas à Inquisição de Évora, acerca das quais depusera Luís Lopes.
- Códice 869, f. 53-53v  
Évora, 15.6.1635

Certidão de Lopo Martins Valada, Notário da Inquisição de Évora, de que a Inquisição de Llerena remetera à Inquisição de Évora certas pessoas.

- Códice 869, f. 54-54v  
Évora, 16.6.1635  
Certidão de Lopo Martins Valada, Notário da Inquisição de Évora, de que não havia notícia das cartas que se enviavam às Inquisições de Castela porque não ficavam copiadas e somente se registavam no livro do registo.
- Códice 869, f. 55-55v  
Évora, 31.1.1626  
Traslado de mandado que a Inquisição de Évora deu a Francisco Fernandes de Tomar, Familiar do Santo Ofício em Évora, que fora a Mérida prender Francisca da Gama, mulher do Licenciado André Rodrigues da Costa, moradora em Borba.
- Códice 869, f. 56-56v  
Ayamonte, 8.8.1629  
Traslado de carta do Licenciado Martín Sánchez de Avilez, Comissário do Santo Ofício da Inquisição de Sevilha, à Inquisição de Évora (?), sobre a prisão de João Rebelo, natural de Lamego. Em castelhano.
- Códice 869, f. 57-57v  
Évora, 15.6.1635  
Certidão de Lopo Martins Valada, Notário da Inquisição de Évora, de que o Padre António Marques, clérigo do hábito de São Pedro, morador em Portalegre, fora preso em Alcántara, distrito da Inquisição de Llerena, bem como Simão Vaz, mercador de Portalegre, preso em Codiceira, Castela.
- Códice 869, f. 58-58v  
Sevilha, 7.1.1634  
Traslado de carta da Inquisição de Sevilha à Inquisição de Évora sobre o envio de certas pessoas que tinham sido presas por seu mandado, aguardando-se o envio do dinheiro para proceder à sua remessa. Em castelhano.
- Códice 869, f. 59-59v  
Évora, 15.6.1635  
Certidão de Lopo Martins Valada, Notário da Inquisição de Évora, de que em janeiro de 1634, Gregório Nobre, morador em Évora, fora por mandado dos Inquisidores à Inquisição de Sevilha para trazer como presos Jorge Rodrigues, Diogo Ramalho, Francisco Filipe Preto e Isabel Soares.
- Códice 869, f. 60-61v  
Llerena, 29.12.1633

Traslado de carta da Inquisição de Llerena à Inquisição de Évora com a lista dos prisioneiros portugueses que jaziam nos seus cárceres. Em castelhano.

- Códice 869, f. 62-62v, 67-67v  
Badajoz, 24.4.1634  
Carta do Licenciado D. Juan António Jiménez de Meneses à Inquisição de Lisboa sobre a prisão de Paula Nunes e Sílvia Lopes. Em castelhano.
- Códice 869, f. 63-63v  
Llerena, 7.8.1634  
Carta da Inquisição de Llerena à Inquisição de Lisboa sobre a prisão de Paula Nunes. Em castelhano.
- Códice 869, f. 64-64v, 66-66v  
Badajoz, 15.8.1634  
Carta do Licenciado D. Juan António Jiménez de Meneses à Inquisição de Lisboa sobre a prisão de Paula Nunes, Sílvia Lopes e Catarina Álvares. Em castelhano.
- Códice 869, f. 65-65v  
[Évora, 1634?]  
Lista de presos remetidos para a Inquisição de Sevilha e de Toledo entre 1624 e 1633.
- Códice 869, f. 68-68v  
Coimbra, 23.7.1635  
Carta de Cristóvão de Andrade Freire e Sebastião César de Meneses sobre as diligências efetuadas tendo em vista a detenção de Leonor Tomás e Gabriel Nunes.
- Códice 869, f. 69-69v  
Évora, 16.7.1635  
Carta de João Delgado Figueira, Bartolomeu Monteagudo e Francisco Cardoso de Torneo sobre a remissão de presos entre as Inquisições de Castela e Portugal.
- Códice 869, f. 70-73v  
Évora, 16.7.1635  
Traslado, em castelhano, por Hernando de Villegas, Secretário do Conselho da Inquisição, de documentos portugueses tocantes à remissão de presos entre as Inquisições de Castela e Portugal:
  1. Carta do Cardeal D. Henrique, Inquisidor-Geral, a D. Francisco Pereira. Lisboa, 14.10.1568;
  2. Carta do Cardeal D. Henrique, Inquisidor-Geral, aos Inquisidores de Llerena. Évora, 5.12.1569;
  3. Carta de D. Juan de Borja aos Inquisidores de Llerena. Évora, 11.3.1570.

- Códice 869, f. 74-74v  
Lisboa, 6.7.1654  
Carta de Diogo Velho ao Inquisidor-Geral (?) acerca da dúvida que surgira no caso em que a Mesa absolve um réu e o Conselho Geral o mandasse a tormento, se depois poderia a Mesa votar em absolvição.
- Códice 869, f. 75-75v  
Lisboa, 12.7.1670  
Carta de Diogo Velho ao Inquisidor-Geral (?) sobre os embargos interpostos pelo Cabido da Sé do Porto.
- Códice 869, f. 76-76v  
Tancos, 17.6.1688  
Carta de Bernardo Lourenço Coelho a João de Azevedo, Deputado da Inquisição de Coimbra, sobre certas diligências efetuadas.
- Códice 869, f. 78-78v  
Évora, 15.6.1635  
Carta da Inquisição de Évora para a Inquisição de Sevilha decretando a prisão de vários portugueses lá moradores.
- Códice 869, f. 79-80v  
[Évora, 1634]  
Lista de pessoas que se tinham ausentado da cidade de Faro com temor de serem presas, e indicação do seu paradeiro em Castela.
- Códice 869, f. 81-83v  
[Évora, 1634]  
Lista de pessoas que se tinham ausentado da cidade de Faro com temor de serem presas, e indicação do seu paradeiro em Castela.
- Códice 869, f. 84-84v  
Casa, 22.9.1743  
Carta de D. Tomás de Almeida, Cardeal Patriarca de Lisboa, ao Cardeal da Cunha, Inquisidor-Geral, participando que o seu vigário-geral, o Arcebispo de Lacedemónia, estaria presente no auto-da-fé desse ano para degradar das ordens ao Padre José de Sequeira, relaxado à justiça secular.
- Códice 869, f. 85-86v  
Queluz, 22.8.1791  
Alvará régio ordenando que o Inquisidor-Geral pudesse exercer as faculdades que lhe eram concedidas a respeito dos livros e escritos contra a fé, moral e bons costumes.

- Códice 869, f. 87-87v  
Évora, 29.10.1575  
Carta de nomeação do Cardeal D. Henrique, Inquisidor-Geral, de Sebastião de Oliveira de Vasconcelos para ajudador do alcaide do cárcere da Inquisição de Évora.
- Códice 869, f. 88-88v  
Lisboa, 9.2.1753  
Provisão do Conselho Geral do Santo Ofício nomeando o Padre Leonardo Furtado de Mendonça para Comissário do Santo Ofício da Inquisição de Lisboa.
- Códice 869, f. 90-90v  
Lisboa, 16.3.1807  
Provisão de D. José Maria de Melo, Inquisidor-Geral, nomeando Frei José das Dores, Deputado do Santo Ofício da Inquisição de Goa, para Inquisidor da 2.<sup>a</sup> Cadeira na mesma Inquisição.  
Contém registo de ter sido dado juramento em Goa, em 9.11.1807, e inscrito no livro de criação de ministros da Inquisição de Goa.
- Códice 869, f. 91-92v  
Lisboa, 6.5.1801  
Provisão de D. José Maria de Melo, Inquisidor-Geral, nomeando Frei José das Dores para Deputado Extraordinário do Santo Ofício da Inquisição de Goa.  
Contém registo de ter sido dado juramento em Goa, em 16.1.1802, no Secreto da Inquisição de Goa
- Códice 869, f. 93-93v  
Lisboa, 6.4.1805  
Carta de Manuel Correia da Fonseca aos Inquisidores de Goa sobre a expedição e bom despacho dos negócios da Mesa.
- Códice 869, f. 94-96v  
Lisboa, 6.4.1805  
Carta de Manuel Correia da Fonseca aos Inquisidores de Goa sobre a expedição e bom despacho dos negócios da Mesa.
- Códice 869, f. 102-102v  
Goa, 28.2.1782  
Lista dos religiosos propostos para o cargo de Deputado da Inquisição de Goa, elaborada por Frei Manuel de São Tomás, 2.º Inquisidor.
- Códice 869, f. 103-103v  
Évora, 19.1.1762

Provisão dos Inquisidores de Évora para que José Mendes, morador em Arraiolos, não fosse impedido de algum modo de prover as galinhas, frangos, queijos e caça necessários para os presos, ministros e oficiais da Inquisição de Évora.

- Códice 869, f. 108-108v  
Lisboa, 22.12.1759  
Petição de Joaquim de Oliveira, filho de José Rodrigues de Oliveira e Teresa Maria, para a obtenção de uma certidão de que fora habilitado para Familiar do Santo Ofício na Corte. Contém a respetiva certidão, datada de 22.12.1759, emitida por Francisco de Sousa.
- Códice 869, f. 109-114v  
[S.l., post. 1689]  
Notas sobre diligências a fazer para a limpeza de sangue de António de Magalhães de Castelo Branco, habilitando a Familiar do Santo Ofício.
- Códice 869, f. 115-116v  
Recife, 3.9.1737  
Comissão para a inquirição da limpeza de sangue de João Ferreira Maciel, natural de Darque, morador em Recife, Brasil. Conduzida por António Álvares Guerra.
- Códice 869, f. 117-117v  
Lisboa, 18.11.17[-]  
Petição de Agostinho Dufour Barbosa para servir de Familiar do Santo Ofício, sendo assistente em Olivença. Contém despacho para a Inquisição de Évora dar o seu parecer.
- Códice 869, f. 118-118v  
Lisboa, 4.12.1705  
Petição de Jorge Vieira de Madureira, morador em Alcácer do Sal e natural de Tânger, para servir de Familiar do Santo Ofício. Contém despacho para a Inquisição de Évora dar o seu parecer.
- Códice 869, f. 119-119v  
Lisboa, 3.11.1719  
Petição de José Pinheiro de Almeida para servir de Familiar do Santo Ofício, sendo morador em Évora. Contém despacho para a Inquisição de Évora dar o seu parecer.
- Códice 869, f. 124-124v  
Lisboa, 28.6.1689  
Petição de João Sanches Bravo, natural e morador em Campo Maior, para servir de Familiar do Santo Ofício. Contém despacho para a Inquisição de Évora dar o seu parecer.
- Códice 869, f. 125-125v  
Évora, 8.5.1694

Comissão da Inquisição de Évora para se apurar se Rodrigo Penalvo Verdelho, casado com Leonor Moreira, era cristão-velho.

Contém, à margem, a resposta do Comissário, Frei Pedro Pereira da Silva, datada de Vila Viçosa, 3.6.1694

- Códice 869, f. 126-126v  
[S.l., c. 1720]  
Petição do Dr. Baltasar Ferreira solicitando o posto de médico dos cárceres da Inquisição de Évora nas ausências do Dr. Francisco Rodrigues Vieira.
- Códice 869, f. 127-128v  
Évora, 8.5.1694  
Comissão da Inquisição de Évora para se apurar se o Dr. Baltasar Ferreira, natural de Mourão, era cristão-velho.  
Contém, no verso, a resposta do Comissário, Frei Nicolau Pinto de Campos, datada de Portel, 16.6.1720
- Códice 869, f. 129-129v  
Lisboa, 15.10.1720  
Petição de Paula Rosada, saída no auto-da-fé e penitenciada por culpas de feitiçaria, condenada a três anos de degredo para Miranda do Douro, solicita comutação da pena para dar entrada no Recolhimento da Madalena. Contém despacho para a Inquisição de Évora dar o seu parecer.
- Códice 869, f. 130-130v  
Évora, 6.1.1682  
Carta da Inquisição de Évora propondo vários candidatos para o sermão do próximo auto-da-fé. Contém despacho datado de 13.1.1682, em Lisboa.
- Códice 869, f. 131-131v  
Viseu, 1.6.1720  
Denúncia que fez o Padre António Pereira Cirne e Távora, Bacharel da Universidade de Coimbra, ao Comissário do Santo Ofício, do sacrilégio cometido por António Coelho de Carceres, vigário-geral do bispado de Viseu, ao prendê-lo e retê-lo no seu aljube.
- Códice 869, f. 132-132v  
Lisboa, 18.6.1706  
Petição de Diogo André, lavrador, natural de Montemor-o-Novo, para servir de Familiar do Santo Ofício. Contém despacho para a Inquisição de Évora dar o seu parecer.
- Códice 869, f. 133-133v  
Évora, 18.7.1706  
Comissão da Inquisição de Évora para se apurar se Diogo André era cristão-velho.

- Códice 869, f. 134-134v  
Montemor-o-Novo, 27.8.1706  
Carta do Familiar João de Coimbra Laboreiro em resposta à comissão relativa a Diogo André.
- Códice 869, f. 135-135v  
Lisboa, 27.[...].1711  
Petição de Luís de Arez de Carvalho, natural de Arraiolos, para servir de Familiar do Santo Ofício. Contém despacho para a Inquisição de Évora dar o seu parecer.
- Códice 869, f. 136-136v  
Lisboa, 2.9.1692  
Petição do Padre António Vaz Coelho para servir de Escrivão do Conselho do Santo Ofício em Beja. Contém despacho para a Inquisição de Évora dar o seu parecer.
- Códice 869, f. 143-145v  
[S.l., 1779?]  
Lista dos pretendentes a Familiar do Santo Ofício da letra A que tinham sido despachados para informação e se achavam suspensos.
- Códice 869, f. 146-146v  
Lisboa, 26.8.1755  
Petição de Inês do Carmo, saída no auto-da-fé e condenada a quatro anos de degredo, solicita comutação da pena para a Corte. Contém despacho para a Inquisição de Évora dar o seu parecer.
- Códice 869, f. 147-147v  
Coimbra, 3.10.1808  
Papel da Mesa da Inquisição de Coimbra sobre as obras de que o telhado do seu cárcere necessitava. Assinada por [...] Vasconcelos da Fonseca Pinto e Albuquerque, José Pais de Sá e Meneses e Luís Rebelo de Albergaria Monteiro.
- Códice 869, f. 148-148v  
Lisboa, 8.3.17[...]  
Petição de José Rodrigues, filho de João Rodrigues e Maria Figueira, para servir como guarda da Inquisição de Évora. Contém despacho para a Inquisição de Évora dar o seu parecer.
- Códice 869, f. 149-169v  
Coimbra, 26.11.1622 – 8.3.1627  
Traslado das culpas de judaísmo contra João da Fonseca das Ervas, parte de cristão-novo, natural e morador em Montemor-o-Velho. Feito por Luís Ferrão, Secretário, concertado

com o Notário Simão Nogueira, na presença do promotor. Contém despacho do Conselho Geral, de 27.4.1629, sobre as suas culpas.

- Códice 869, f. 170-171v  
Lisboa, 15.2.1814  
Comissão da Inquisição de Lisboa ao Vigário da Vara de Peniche sobre o solicitante Frei João Baptista de São Paulo, Guardião no Convento de Santo António de Cascais.
- Códice 869, f. 172-180v  
Coimbra, 9.7.1591  
Comissão da Inquisição de Coimbra ao Licenciado Francisco de Magalhães, deão na Sé de Miranda do Douro, para inquirir sobre a pregação do Padre Frutuoso Gonçalves, do Colégio de Jesus. Contém os interrogatórios conduzidos.
- Códice 869, f. 181-181v  
Coimbra, 5.5.1625  
Modelo de formulário impresso da Inquisição para abjuração em forma, preenchido com informação respeitante a Joana Coelho, de Verride.
- Códice 869, f. 182-182v  
Coimbra, 30.3.1669  
Modelo de formulário impresso da Inquisição para mandado de prisão, preenchido com informação respeitante a Joana Coelho, de Verride.
- Códice 869, f. 225-226v  
Coimbra, 25.9.1651  
Carta de Francisco da Silva de Meneses sobre a evangelização nos cárceres da Inquisição de Coimbra.
- Códice 869, f. 263-265v  
Braga, 2.7.1749  
Carta de Paulo Campelli aos Inquisidores de Coimbra (?) denunciando uma pregação do Padre Martinho Pereira. Contém anotação posterior: “Foi a qualificar”. Seguem-se os pareceres de Pedro da Fonseca, em Coimbra, 20.6.1750, e de Estanislau Manso, em Coimbra, 8.8.1750.
- Códice 869, f. 266-266v  
Vila do Conde, 27.2.1751  
Carta do Padre Manuel de Araújo Coutinho denunciando uma confissão herética.
- Códice 869, f. 268-277v  
Portel, 10.1753

Traslado de carta que escreveu Francisco de Macedo de Pina à Inquisição de Lisboa, Sargento-Mor de Portel, e diligências que se fizeram na denúncia do clérigo José Baltasar de Taveira.

Traslado de 22.1.1754 feito pelo Notário José Dórdio da Guerra, no Secreto da Inquisição de Lisboa.

- Códice 869, f. 278-278v  
[Tavira, post. 17.1.1753]  
Carta de Frei Domingos da Amieira denunciando uma proposição herética de Frei João de Castelo de Vide.
- Códice 869, f. 279-280v  
Braga, 18.1.1749  
Carta de Domingos Ferreira denunciando Bento Francisco como feiticeiro.
- Códice 869, f. 281-282v  
Ericeira, 25.1.1804  
Carta de Catarina Rosa dos Santos denunciando um padre solicitante.
- Códice 869, f. 283-283v  
Vinhais, 5.5.1720  
Carta de Francisco Rebelo de Cerveira denunciando uma proposição herética de Custódia Carvalha.
- Códice 869, f. 284-284v  
Porto, 14.1.1752  
Carta do Familiar Gonçalo Lopes Dias denunciando que na venda dos bens de André da Silva apareceram imagens de Cristo mutiladas e queimadas.
- Códice 869, f. 285-285v  
Cuba, 22.11.1740  
Carta do Familiar António Lopes Cabo, de Vila Alva, denunciando o aparecimento de várias cruces feitas de excremento em portas.
- Códice 869, f. 286-286v  
Bouro, 8.12.1745  
Carta de Frei Francisco do Desterro denunciando Maria da Costa.
- Códice 869, f. 287-290v  
Évora, 22.12.1740  
Comissão da Inquisição de Évora sobre o aparecimento em Vila Nova da Baronia de várias cruces feitas de excremento nas portas de algumas casas, seguida de carta de João de

Sousa Pereira sobre as diligências que efectuara no dito local, datada de Viana do Alentejo, 20.1.1741.

- Códice 869, f. 294-294v  
Lisboa, 27.10.1778  
Cópia de provisão de D. João da Cunha, Inquisidor-Geral, para que o Inquisidor Manuel António Ribeiro tomasse conta ao Notário António de Moura de todo o dinheiro que recebera em 1775.  
Cópia feita por Manuel Correia da Fonseca, conferida com o original.
- Códice 869, f. 295-298v  
Évora, 3.12.1637  
Qualificação de proposições feitas em Évora que sugeriam que se queimasse o Convento de São Francisco, pelo Dr. Sebastião de Abreu, Frei António Coutinho e Frei António Maldonado.
- Códice 869, f. 299-300v  
[S.l., 1623]  
Minuta de resposta aos artigos de suspeição apresentados por Manuel Lopes de Farelães.
- Códice 869, f. 301-302v  
Évora, 5.7.1638  
Qualificação de proposições heréticas feitas em Évora por uma mulher excomungada, pelo Dr. Gaspar Fernandes, Francisco Freire e Frei António Maldonado.
- Códice 869, f. 303-304v  
Évora, 18.1.1639  
Qualificação de proposições heréticas feitas em Évora por um cristão-novo reconciliado, pelo Dr. Sebastião de Abreu, Dr. Miguel Tinoco e Frei António Maldonado.
- Códice 869, f. 305-305v  
Évora, 3.10.1639  
Qualificação de proposições heréticas feitas em Évora por um cristão-novo reconciliado, pelo Dr. Aires Ferreira.
- Códice 869, f. 308-308v  
Évora, 3.10.1639  
Qualificação de proposições heréticas feitas em Évora por um cristão-novo reconciliado, pelo Dr. Miguel Tinoco.
- Códice 869, f. 309-310v  
Évora, 3.10.1639

Qualificação de proposições heréticas feitas em Évora por um cristão-novo reconciliado, por Frei Pedro Borges.

- Códice 869, f. 311-311v  
Évora, 25.5.1640  
Qualificação de proposições heréticas feitas em Évora por um cristão-velho, pelo Dr. Sebastião de Abreu.
- Códice 869, f. 312-312v  
Évora, 21.5.1640  
Qualificação de proposições heréticas feitas em Évora por um cristão-velho, pelo Dr. Aires Ferreira.
- Códice 869, f. 313-314v  
Évora, 25.5.1640  
Qualificação de proposições heréticas feitas em Évora por um cristão-velho, por Frei Pedro Borges.
- Códice 869, f. 317-317v  
[S.l.], 20.6.1602  
Cópia de parecer, em latim, sobre a confissão.  
Cópia feita por João de Morais, conferida com o original.
- Códice 869, f. 318-319v  
[Lisboa, 1642-1648]  
Apontamentos do Dr. João de Carvalho e de outrem sobre o processo do abade Jerónimo Quaresma.
- Códice 869, f. 337-342v  
[Lisboa?, ant. 9.2.1628]  
Tratado do Mestre Dr. António de Sousa sobre as testemunhas singulares nas matérias da fé. Contém parecer de aprovação do Inquisidor Gaspar Pereira.
- Códice 869, f. 395-399v  
Évora, 30.8.1655  
Parecer de Frei Bartolomeu Ferreira sobre a introdução de liberdade de consciência no Reino em função da paz com Inglaterra.
- Códice 869, f. 400-405v  
Évora, 3.9.1655  
Parecer de Frei Manuel Ferreira sobre a introdução de liberdade de consciência no Reino em função da paz com Inglaterra.

- Códice 869, f. 408-409v  
[S.l., s.d.]  
Comentário de Mateus Homem Leitão sobre certas disposições do regimento.
- Códice 869, f. 450-451v  
Évora, 3.11.1629  
Notificação da Inquisição de Évora para que o Licenciado António Rodrigues da Silveira devolvesse quaisquer cópias que tivesse feito quando servira de Promotor e Deputado daquela Inquisição.
- Códice 869, f. 453-454v  
Évora, 22.2.1611  
Auto de perguntas a Paulo de Almada, Juiz da Casa da Aposentadoria de Évora, realizado na casa do despacho da Inquisição de Évora
- Códice 869, f. 585-591v  
Évora, 7.9.1616  
Minuta de carta da Inquisição de Évora a D. Filipe II sobre as queixas apresentadas pelos vereadores da câmara de Évora contra aquele tribunal. Assinada por Manuel Pereira e Simão Barreto de Meneses.
- Códice 869, f. 617-620v  
Coimbra, 28.6.1658  
Auto de perguntas a António Rodrigues Pinheiro.
- Códice 925<sup>192</sup>  
304f.  
Lisboa, 15.5.1811-23.12.1818  
Caderno das cartas do Secretário do Conselho Geral do Santo Ofício aos Inquisidores de Coimbra de 15.5.1811 a 23.12.1818.
- Códice 1087, entre f. 402 e 403<sup>193</sup>  
4f.  
[S.l., S.d.]  
Modelo de formulário impresso da Inquisição de Lisboa para levantamento de um auto de habilitação para se averiguar judicialmente se um indivíduo é legítimo e inteiro cristão-velho.
- Códices 1359-1361<sup>194</sup>  
317+178+279f.

<sup>192</sup> Códice referido em Paulo Barata – *Catálogo da Coleção de Códices. Cod. 851-1500...*, p. 44.

<sup>193</sup> Códice referido em Paulo Barata – *Catálogo da Coleção de Códices. Cod. 851-1500...*, p. 91.

<sup>194</sup> Códices referidos em Paulo Barata – *Catálogo da Coleção de Códices. Cod. 851-1500...*, p. 154.

[S.l., post. 1774]

Anotações ao Regimento do Tribunal do Santo Ofício, pelo Dr. Francisco Carneiro de Figueiroa, em latim.

- Códice 1518

290f.

[1564-ant. 1751]

Miscelânea pertencente a D. Inácio de Santa Teresa.

Contém documentos relacionados com a Sé de Braga, Coimbra, Évora, Faro, Guarda, Lisboa, Miranda do Douro e Porto, a maioria cópias dos séculos XVI-XVIII. Contém ainda alguns documentos originais de finais do século XVII e inícios do século XVIII.

Contém um impresso.

Sem título na lombada.

Este códice é um dos que ficou na Biblioteca Nacional após a extinção do tribunal, mas, por falta de elementos de identificação, não é possível fazê-lo corresponder a um número específico da lista dos códices do Conselho Geral<sup>195</sup>.

- Códice 1519

957f.

[1730-ant. 1751]

Miscelânea pertencente a D. Inácio de Santa Teresa<sup>196</sup>.

Contém alegações jurídicas e documentos sobre a Índia na década de 1730.

Contém alguns impressos.

Título na lombada difícil de ler.

Na 5.<sup>a</sup> folha de guarda inicial: “allegat.,” provavelmente de D. Inácio de Santa Teresa, e, a lápis, “Santa Thereza”, em letra oitocentista.

Este códice é um dos que ficou na Biblioteca Nacional após a extinção do tribunal, mas, por falta de elementos de identificação, não é possível fazê-lo corresponder a um número específico da lista dos códices do Conselho Geral<sup>197</sup>.

- Códice 1520

195f.

[1717-ant. 1751]

Miscelânea pertencente a D. Inácio de Santa Teresa.

Contém documentação relacionada com o Arcebispado de Goa e o bispado do Algarve, sobretudo para a década de 1740; parecer sobre cristãos-novos; informação sobre o Bounsulo na Índia.

Contém muitos impressos.

<sup>195</sup> ANTT – *Instrumentos de Descrição*, Liv. 449, f. 646v-658.

<sup>196</sup> Publicação parcial em José Maria Mendes – *Inácio de Santa Teresa: o percurso de um arcebispo polémico*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2015, vol. 2, p. 15-17, 33.

<sup>197</sup> ANTT – *Instrumentos de Descrição*, Liv. 449, f. 646v-658.

Título na lombada difícil de ler.

Na 2.<sup>a</sup> folha de guarda inicial, a lápis, “Santa Thereza”, em letra oitocentista.

Este códice é um dos que ficou na Biblioteca Nacional após a extinção do tribunal, mas, por falta de elementos de identificação, não é possível fazê-lo corresponder a um número específico da lista dos códices do Conselho Geral<sup>198</sup>.

- Códice 1521

328f.

[1723-ant. 1751]

Miscelânea pertencente a D. Inácio de Santa Teresa.

Contém documentação relacionada com o Bispado do Algarve e Arcebispado de Goa, das décadas de 1720 a 1740; cópia das cartas do Inquisidor-Geral a D. Inácio de Santa Teresa sobre as alegadas proposições heréticas que proferira e processo inquisitorial que se lhe seguiu, escritas entre 1726 e 1732.

Contém alguns impressos.

Título na lombada: “Miscell. Latin. tom. 1”.

Este códice é um dos que ficou na Biblioteca Nacional após a extinção do tribunal, mas, por falta de elementos de identificação, não é possível fazê-lo corresponder a um número específico da lista dos códices do Conselho Geral<sup>199</sup>.

- Códice 1522

464f.

[1646-ant. 1751]

Miscelânea pertencente a D. Inácio de Santa Teresa.

Contém documentação judicial sobre o arcebispado de Goa em finais do século XVII; pareceres sobre questões várias (comédias profanas, bispado da Ilha da Madeira); pareceres sobre as alegadas proposições heréticas feitas pelo Arcebispo de Goa; cópia dos concílios provinciais de Goa nos séculos XVI e XVII; cópia de acórdão de sentença do Tribunal do Santo Ofício contra a ré Clara Pinheira, filha de Fernão Pinheiro; vários pareceres e documentos de natureza teológica.

Contém alguns impressos.

Título na lombada: “Miscell. Tom. 1”.

Segundo o inventário dos códices do Conselho Geral do Santo Ofício, elaborado após a extinção do tribunal<sup>200</sup>, corresponderia ao Livro 275 do Conselho Geral.

- Códice 1523

427f.

[1675-ant. 1751]

<sup>198</sup> ANTT – *Instrumentos de Descrição*, Liv. 449, f. 646v-658.

<sup>199</sup> ANTT – *Instrumentos de Descrição*, Liv. 449, f. 646v-658.

<sup>200</sup> ANTT – *Instrumentos de Descrição*, Liv. 449, f. 653.

Miscelânea pertencente a D. Inácio de Santa Teresa<sup>201</sup>.

Contém documentação relacionada com o Bispado do Algarve e Arcebispado de Goa sobretudo para as décadas de 1720 a 1740, mas também para finais do século XVII, pareceres sobre as alegadas proposições heréticas feitas pelo Arcebispo de Goa, abundante correspondência entre o Reino e o Arcebispo, e minutas de respostas.

Contém alguns impressos.

Título na lombada: “Miscellaneo Tomo 3.º”.

Segundo o inventário dos códices do Conselho Geral do Santo Ofício, elaborado após a extinção do tribunal<sup>202</sup>, corresponderia ao Livro 277 do Conselho Geral.

- Códice 1524

415f.

[1655-ant. 1751]

Miscelânea pertencente a D. Inácio de Santa Teresa<sup>203</sup>.

Contém documentação relacionada com o Arcebispado de Goa sobretudo para as décadas de 1720 a 1730, pareceres teológicos, cópias de escritos do Padre António Vieira, pareceres sobre as alegadas proposições heréticas feitas pelo Arcebispo de Goa.

Contém alguns impressos.

Título na lombada: “Miscellaneo Tomo 4.º”.

Segundo o inventário dos códices do Conselho Geral do Santo Ofício, elaborado após a extinção do tribunal<sup>204</sup>, corresponderia ao Livro 278 do Conselho Geral.

- Códice 1525

435f.

[1714-ant. 1751]

Miscelânea pertencente a D. Inácio de Santa Teresa.

Contém documentação relacionada com o Bispado do Algarve e Arcebispado de Goa para as décadas de 1720 a 1740.

Contém alguns impressos.

Título na lombada: “Miscellan. Tom. 5.º”.

Segundo o inventário dos códices do Conselho Geral do Santo Ofício, elaborado após a extinção do tribunal<sup>205</sup>, corresponderia ao Livro 279 do Conselho Geral.

- Códice 1526

392f.

<sup>201</sup> Publicação parcial em Evergton Sales Souza – *Jansénisme et Réforme de l’Eglise dans l’Empire Portugais: 1640 à 1790*. Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2004, p. 154-155; José Maria Mendes – *Inácio de Santa Teresa...*, p. 28-31; Maria Luísa Braga – *A Inquisição em Portugal: primeira metade do séc. XVIII...*, p. 259-265.

<sup>202</sup> ANTT – *Instrumentos de Descrição*, Liv. 449, f. 653.

<sup>203</sup> Publicação parcial em José Maria Mendes – *Inácio de Santa Teresa...*, p. 24-25; Maria Luísa Braga – *A Inquisição em Portugal: primeira metade do séc. XVIII...*, p. 265-266.

<sup>204</sup> ANTT – *Instrumentos de Descrição*, Liv. 449, f. 653.

<sup>205</sup> ANTT – *Instrumentos de Descrição*, Liv. 449, f. 653.

[1481-ant. 1751]

Miscelânea pertencente a D. Inácio de Santa Teresa.

Contém documentação relacionada com o Bispado do Algarve, copiada do cartório da câmara de Faro e do cabido da Sé, desde 1481 (estatutos da Sé de Silves) à década de 1740, obras de natureza espiritual, odes, correspondência e alguns documentos do período em que foi arcebispo de Goa.

Contém alguns impressos.

Título na lombada: “Miscellan. Tom. 6.º”.

Segundo o inventário dos códices do Conselho Geral do Santo Ofício, elaborado após a extinção do tribunal<sup>206</sup>, corresponderia ao Livro 280 do Conselho Geral.

- Códice 1527

691f.

[1678-ant. 1751]

Miscelânea pertencente a D. Inácio de Santa Teresa<sup>207</sup>.

Contém documentos financeiros da Sé de Goa dos finais do Século XVII e outros até à década de 1730 relacionados com o mesmo arcebispado, documentos do Bispado do Algarve da década de 1740, sermões, odes, polémicas, correspondência, petições, inventários de roupa, sedas, louça, etc., listas de livros arrematados em leilão, listas de encomendas de louça, etc., poema heroico em favor de D. Pedro Miguel de Almeida e Portugal após a vitória contra o Bounulo, receitas de pedra bezoar, etc., relatórios sobre as missões de Bengala, cópia de chapa dos Reis do Camboja, carta de missionário no Camboja.

Contém muitos impressos.

Título na lombada: “Miscellan. Tom. 7.º”.

Segundo o inventário dos códices do Conselho Geral do Santo Ofício, elaborado após a extinção do tribunal<sup>208</sup>, corresponderia ao Livro 281 do Conselho Geral.

- Códice 1528

450f.

[1721-ant. 1751]

Miscelânea pertencente a D. Inácio de Santa Teresa.

Contém documentação relacionada com o Arcebispado de Goa nas primeiras décadas do século XVIII: precedências com o Vice-Rei da Índia, gentilismo em Goa, notícias de Pequim, jornada para a Ilha de São Lourenço, missionação em Ceilão, transcrição de lâminas do Rei Tribhuam Mall em sânscrito e, também, uma relação da entrada do Bispo-Conde em Coimbra em 1741.

Contém alguns impressos.

Título na lombada: “Allegações Tom. 3”.

Segundo o inventário dos códices do Conselho Geral do Santo Ofício, elaborado após a extinção do tribunal<sup>209</sup>, corresponderia ao Livro 285 do Conselho Geral.

<sup>206</sup> ANTT – *Instrumentos de Descrição*, Liv. 449, f. 653.

<sup>207</sup> Publicação parcial em José Maria Mendes – *Inácio de Santa Teresa...*, p. 50-51, 58-61, 67-69, 74.

<sup>208</sup> ANTT – *Instrumentos de Descrição*, Liv. 449, f. 653.

<sup>209</sup> ANTT – *Instrumentos de Descrição*, Liv. 449, f. 653.

- Códice 1529<sup>210</sup>

638f.

[1604-1647]

Formulário do Santo Ofício (f. 1-573v).

Título original: “formulario Em que se contem o modo de proceder nas causas, que se tratão no santo offiço da Inquisição Diuidido em duas partes, a primeira trata do que pertença a 1ª parte do processo: E a 2ª a que pertence da 2ª parte do mesmo. Cada huma das partes se diuide em tres titulos O Primeiro trata do que toca aos Notarios O 2.º do que pertença ao officio do Promotor O 3.º do que hão de fazer os Inquizidores”.

Contém índice.

Cosido no final do códice contém documentos adicionais:

1. Cópia da execução da sentença contra Bento de Jesus, relaxado por herege e pertinaz. Lisboa, 15.12.1647 (f. 574-586v);
2. Lista das pessoas que saíram no auto-da-fé que se celebrou na praça de Coimbra em 26.11.1623. (f. 600-602v);
3. Cópia de sentença do cónego Fernão Dias da Silva. S.d. (f. 603-608v);
4. Mandamentos de amor. S.d. (f. 609-609v);
5. Sentença dos Inquisidores de Évora sobre os livros que se haveria de queimar. S.d. Assinado por João Álvares Brandão, Manuel Pereira, Marcos Teixeira, eleito do Brasil, Francisco Barreto, Francisco Álvares Pimentel e Lopo Soares de Castro (f. 610-611v);
6. Termo de juramento dado na Casa do Despacho da Inquisição de Évora ao ministro da justiça João Álvares Brandão, assinado por ele e por Marcos Teixeira. Feito pelo Notário João de Moraes. Évora, 25.8.1618 (f. 612-612v);
7. Diligência para se poder usar de tormento sem perigo. Assinada pelo licenciado Álvaro García de Campos, pelo cirurgião Domingos Lourenço do Rego e pelo médico Manuel de Figueiredo. Évora, 13.1.1604 (f. 613-615v);
8. Impresso: *CONCLVSIONES / EX RATIONALI / PHILOSOPHIA. / QVAESTIO DISPVTANDA. / VTRVM DONVM LINGVARVM A DIVINO SPIRITV / in die Penthecostes, in Apostolos emissum per se spectet ad / Praedicamentum qualitatis? / Sub Patrocinio R. P. M. Emmanuelis Suarij / è Societate IESV / TVEBITVR D. VERISSIMVS D' LANCASTRO, IN AVLA / Eborensis Academiae sub Ferijs Sancti Spiritus á prandio solitis Scholarum horis. Lisboa: Na oficina de António Álvares, 1633 (f. 616-617v);*
9. Impresso: *ILLVSTRISSIMO/DOMINO D. FRANCISCO/LVDOVICO DELANCASTRO / PARENTI, DOMINO QVO SVO / colendissimo, Melitiae Diui Benedicti / maximo Comendatario. / CONCLVSIONES EX RATIO- / NALI PHILOSOPHIA DEFENDENDAS / IN AVLA EBORENSIS ACADEMIAE / integra die Martij. / PATROCINANTE R. P. M. EMMANVELE SVARIO / Societatis IESV, & in eadem Academia Philosophiae / professore. / d. Verissimus de Lancastr. D. D. & C. / VENTILANDVM. / Vtrum possibilis notitia Dei quidditativa, quae intuitiva non sit?. Lisboa: na Tipografia Régia de Lourenço Craesbeeck, 1636 (f. 619-620v);*

<sup>210</sup> Códice referido em *A Inquisição em Portugal (1536-1821). Catálogo...*, p. 266.

10. Impresso: *PONTIFICIAS / CONCLVSIONES / CIRCA VNIVERSVM, ET OBSCVRVM / INCERTITVDINVM TRACTATVM EX ACCVRATIS. sime notatis ad celebrem decisionem Gregorij noni in Cap. / Indicante 4. de testamentis. / D. Petro de Lancastro Fratri suo. / SVB AVSPICIIS D. D. DIDACI MENDES GODINHO / Pontificij iuris Primarij meritissimi, & in supremo Supplicationis / Senatu Senatoris grauaminum integerremi. / D. VERISSIMVS DE LANCASTRO / suo 4. iuris anno defendendas die [28] Martij D. D. & C. / QVAESTIO PRINCEPS. / Vtrum si Titio adimatur legatum, & duo eiusdem nominis inueniantur legatarij, / in vtroque valida, an in vtroque nulla sit ademptio? Arbitrio arguentis cōmittitur. Lisboa: na Tipografia Régia de Lourenço Craesbeeck, 1640 (f. 623-624v);*
11. Impresso: *PRO RELECTIONIS EXAMINE / PONTIFICIAS / CONCLVSIONES / ADCELEBERRIMAM DE- / CRETALEM ALEXANDRI / TERTII IN CAP. CVM IN- / ter 2. Qui filij sint legitimi, / REVERENDISSIMO p. ERVDITIS- / simo M. Fr. Ioanni de Vasconcellos à Concilijs, & Concionibus / Regijs, in Supremo Sanctae Inquisitionis Senatu Senatori / aequissimo, nec nonin Benficano Conuentu Vigi- / lantissimo Priori, seu potius restauratori mag- / nificentissimo Auunculo Domino / suo colendissimo, / PATROCINANTE / SAPIENTISSIMO D. D. ANTONIO LEITÃO HOMEM DE- / creti Cathedrae Professore meritissimo, olim sacri Diui Petri Collegij / Collega ornatissimo, iam in Visensi Sede, nunc in Primaciali / doctorali Canonico dignissimo, & in causis / didei iudice integerrimo, / D. VERISSIMVS DE LANCASTRO D. D. ET C. / Defendendas die 2. Iunij vespere. / QVAESTIO DISPVTANDA. / Vtrum separato matrimonio in facie Ecclesiae contracto, filij geniti vel / concepti ante sententiam, sint legitimi?. Coimbra: Lourenço Craesbeeck, 1644 (f. 626-627v);*
12. Impresso: Formulário de edital de monitório da Inquisição de Évora [post. 1605] (f. 631-632v);
13. Impresso: Edital da Inquisição de Évora informando que o livro de John Milton intitulado *Ioanni Miltoni Angli pro populo Anglicano defensio contra Claudij Annonimi, alias Salmatij defensionem Regiam* estava proibido e deveria ser entregue à Inquisição. Évora, s.d. (f. 633-633v);
14. Impresso: Carta da Inquisição de Évora proibindo a leitura do livro do licenciado Alonso de Villegas intitulado *Flos Sanctorum selas de los Santos antigos que fueron antes de la venida de nuestro Saluador al mundo*. Évora, 19.6.1637. Feito pelo Notário Sebastião Pais Viegas. Assinado pelos Inquisidores João Delgado Figueira e Bartolomeu Monteagudo (f. 634);
15. Impresso: Edital da Inquisição. s.d. (f. 635);
16. Traslado da sentença que se deu contra Simão Pires Solis pelo caso de Santa Engrácia. 3.2.1631 (f. 636-637v);
17. Formulário de redução à fé católica. Séc. XVII (f. 638-638v).  
Título na lombada: “Formulario do Sancto O[fficio]”.  
Este códice é um dos que ficou na Biblioteca Nacional após a extinção do tribunal, mas, por falta de elementos de identificação, não é possível fazê-lo corresponder a um número específico da lista dos códices do Conselho Geral<sup>211</sup>.

<sup>211</sup> ANTT – *Instrumentos de Descrição*, Liv. 449, f. 646v-658.

- Códice 1530<sup>212</sup>  
336f.  
[post. 1635]  
Formulário do Santo Ofício (f. 1-573v).  
Título na lombada: “Forma de proceder no Sancto Officio”.  
Este códice é um dos que ficou na Biblioteca Nacional após a extinção do tribunal, mas, por falta de elementos de identificação, não é possível fazê-lo corresponder a um número específico da lista dos códices do Conselho Geral<sup>213</sup>.
  
- Códice 1531<sup>214</sup>  
321f.  
[1627-1737]  
Miscelânea.  
Contém:
  1. Instrução que se há-de ter na publicação do édito da graça mandada publicar em 19.9.1627. Lisboa, 16.9.1627 (f. 1-1v);
  2. Registo da mão do Inquisidor Bartolomeu de Monteagudo sobre uma determinação do Inquisidor-Geral sobre a forma de despacho dos apresentados em mesa. Lisboa, 20.12.1627 (f. 2-2v);
  3. Pontos em que se notou na junta que se fez na casa do Conselho de El-Rei. S.d. (f. 3-3v);
  4. Declarações do regimento e ordens que se deram depois de ser publicado [1640-1654] (f. 4-15v);
  5. Parecer sobre a Inquisição, atribuído ao Padre António Vieira. Inc. “Manda me a quem deuo obedecer que lhe refira a forma da prizão do sancto officio de Portugal”. S.d. (f. 16-53v);
  6. Parecer de uma das Inquisições de Portugal sobre certas dúvidas surgidas acerca das disposições de uma bula papal. S.d. (f. 54-57v);
  7. Cópia de breve de Inocêncio XI ao Arcebispo D. Veríssimo de Lencastre, Inquisidor-Geral, suspendendo o Santo Ofício. Roma, 24.12.1678 (f. 58-60v);
  8. Papel sobre a crucifixão de um cão na Covilhã. S.d. (f. 61-61v);
  9. Comentários sobre solicitantes relapsos, do Dr. João Duarte Ribeiro. Coimbra, 28.7.1697 (f. 63-63v);
  10. Parecer sobre os procuradores dos presos serem clérigos em ordem a subirem daí a promoções e mais ofícios das Inquisições. S.d. (f. 65-66v);
  11. Parecer sobre a idade necessária para se entrar no lugar de Deputado do Santo Ofício, de João Duarte Ribeiro. Coimbra, 25.2.1697 (f. 67-68v);
  12. Parecer sobre os inquisidores, de João Duarte Ribeiro. Coimbra, 19.8.1697 (f. 69-70v);
  13. Resoluções de dúvidas surgidas em mesa da Inquisição de Lisboa [1644-1655] (f. 71-74v);
  14. Papel que fez o Dr. João Duarte Ribeiro, Deputado na Inquisição de Coimbra, sobre a prova de testemunhas singulares e repetição de todas. S.d. (f. 75-97v);

<sup>212</sup> Códice referido em *A Inquisição em Portugal (1536-1821). Catálogo...*, p. 270.

<sup>213</sup> ANTT – *Instrumentos de Descrição*, Liv. 449, f. 646v-658.

<sup>214</sup> Códice referido em *A Inquisição em Portugal (1536-1821). Catálogo...*, p. 272.

15. Papel que fez o Dr. João Duarte Ribeiro, Inquisidor em Coimbra, para que haja remissão de culpados do Reino de Portugal ao de Castela. Coimbra, 27.1.1697 (f. 99-141v);
16. Papel jurídico e relatório sobre o caso de Mariana das Chagas, feito pelo Inquisidor João Duarte Ribeiro. Lisboa, 30.8.1695 (f. 143-183v);
17. Cópia de parecer dos Padres da Congregação do Oratório de Lisboa ao Inquisidor-Geral sobre o que se pergunta acerca de Mariana das Chagas. Lisboa, 20.9.1695 (f. 184-202v);
18. Resolução sobre dúvidas acerca de casos envolvendo hereges luteranos, do Dr. João Duarte Ribeiro. Coimbra, 9.3.1698 (f. 204-211v);
19. Alegações jurídicas, em latim. S.d. (f. 214-234v);
20. Parecer sobre se os inquisidores e mais ministros do Santo Ofício podem ter livros proibidos, do Dr. João Duarte Ribeiro. Coimbra, 6.3.1698 (f. 236-241v);
21. Fundamentos de Direito que alegou um réu em favor de sua causa. 9.11.1676 (f. 242-248v);
22. Exame sobre o caso de uma violência que uns hereges fizeram a um católico pelo Natal de 1697. 27.2.1698 (f. 250-267v);
23. Parecer sobre certas disposições heréticas e escandalosas, casos de blasfêmia, etc. S.d. (f. 268-277v);
24. Cópia de papel de Direito que em defesa do crime de sodomia fez de sua própria mão António Homem, lente de Prima de Cânones na Universidade de Coimbra, em 1624 (f. 278-304v);
25. Papel de Direito sobre a questão de o crime nefando cometido entre mulheres ou homem com mulher pertence ao Santo Ofício castigá-lo. S.d. (f. 306-308v);
26. Parecer sobre uma proposição herética acerca da hóstia, de Frei João de São Domingos. Lisboa, 5.7.1695 (f. 309-312v);
27. Apontamentos sobre a forma de circuncidar. S.d. (f. 313-313v);
28. Instruções sobre a forma de processar, em latim. Roma, 1657 (f. 314-317v);
29. Memória do que se havia de pedir no Santo Ofício sobre o comissário que assistiria em Olinda. S.d. (f. 318-318v);
30. Impresso: *CARTA DE DON GREGORIO MAYANS I SISCAR, / del Gremio i Claustro de la Universidad de Valencia, i su Cathedratico de Codi- / go de Justiniano, i Bibliothecario del Rey Catholico, &c. Escrita a Don Francisco de Almeida, Arcediano de San Pedro de France, Dignidad de la Santa Igle- / sia de Viseo, Diputado del Santo Officio en la Inquisicion de Lisboa Occidental, i / Academico de la Real Academia de la Historia Portuguesa.* [S.], post. 3.5.1737] (f. 320-321v);

Título na lombada: “17”.

Este códice é um dos que ficou na Biblioteca Nacional após a extinção do tribunal, mas, por falta de elementos de identificação, não é possível fazê-lo corresponder a um número específico da lista dos códices do Conselho Geral<sup>215</sup>.

<sup>215</sup> ANTT – *Instrumentos de Descrição*, Liv. 449, f. 646v-658.

- Códice 1532<sup>216</sup>

405f.

[1600-1683]

Miscelânea.

Contém:

1. Relação da súplica que fez a gente da Nação, pergunta e resposta dela [1673] (f. 1-3v)<sup>217</sup>;
2. Cópia de um papel que Pedro Vieira da Silva, Bispo de Leiria, deu ao Rei. Leiria, 6.8.1673 (f. 4-8v);
3. Escrito sobre o Padre António Vieira, suma da sua sentença, parte das proposições que ele compusera e tinham sido proibidas pelo Santo Ofício, papel que se divulgou intitulado “Dezengano Catolico sobre o Negocio da Gente de Nação”, e papel de Frei Valério de São Raimundo intitulado “Engano Judaico contra o Dezengano Catolico”. S.d. (f. 9-20v)<sup>218</sup>;
4. Cópia de memorial apresentado ao Papa pelos cristãos-novos, alegadamente redigido pelo Padre António Vieira. S.d. (f. 21-57v)<sup>219</sup>;
5. Cópia de carta que os cristãos-novos enviaram ao Papa aquando das Cortes de 1674 (f. 59-60v);
6. Defesa do Santo Oficio contra as alegações dos cristãos-novos, em latim. S.d. (f. 61-68v);
7. Parecer sobre as testemunhas singulares (f. 69-118v);
8. Cópia de carta de D. Diogo de Sousa, Arcebispo de Évora, ao Príncipe Regente D. Pedro sobre os cristãos-novos. 29.8.1673 (f. 119-120v);
9. Cópia de carta de D. Luís de Sousa, Bispo de Lamego, ao Príncipe Regente D. Pedro, sobre a amnistia aos cristãos-novos, em latim. Lamego, 15.9.1673 (f. 121-148v);
10. Cópia de carta de Mendo de Foios Pereira ao Príncipe Regente D. Pedro sobre o perdão geral. São Francisco, 2.5.1674 (f. 149-150v);
11. Decreto do Príncipe Regente D. Pedro enviado ao Conselho Geral do Santo Oficio sobre a mudança dos estilos e regimento do Santo Ofício. Lisboa, 9.5.1674 (f. 151-152v);
12. Traslado da procuração que fizeram os prelados do Reino no Congresso de Cortes do Estado Eclesiástico ao Dr. Gonçalo Borges Pinto, para ir a Roma entregar ao Papa uma carta do Príncipe Regente D. Pedro. Lisboa, 28.5.1674 (f. 153-154v);
13. Carta do Dr. Gonçalo Borges Pinto ao Inquisidor Jerónimo Soares sobre um memorial, com resposta do remetente à margem. S.d. (f. 155-155v);
14. Carta do Dr. Gonçalo Borges Pinto ao Inquisidor Jerónimo Soares sobre um memorial, com resposta do remetente à margem. S.d. (f. 156-156v);
15. Carta do Dr. Gonçalo Borges Pinto ao Inquisidor Jerónimo Soares sobre um memorial. S.d. (f. 157-157v);

<sup>216</sup> Códice referido em *A Inquisição em Portugal (1536-1821). Catálogo...*, p. 268.

<sup>217</sup> Publicação em José Eduardo Franco e Pedro Calafate (eds.) – *Escritos sobre os Judeus e a Inquisição: Padre António Vieira*. Lisboa: Temas & Debates, 2015, p. 186-189.

<sup>218</sup> Publicação parcial em José Eduardo Franco e Pedro Calafate (eds.) – *Escritos sobre os Judeus...*, p. 111-114.

<sup>219</sup> Publicação em José Eduardo Franco e Pedro Calafate (eds.) – *Escritos sobre os Judeus...*, p. 361-426.

16. Minuta de petição dos Inquisidores de Coimbra ao Rei sobre a publicação de uma alçada [post. 25.4.1673] (f. 158-159v);
17. Carta do Bispo-Deão D. Frei Luís da Silva ao Dr. Gonçalo Borges Pinto sobre a chegada ao Congresso das respostas dos cardeais sobre o perdão geral. Lisboa, 1.7.1674 (f. 160-161v);
18. Carta de Diogo Velho ao Dr. Gonçalo Borges Pinto, remetendo 444 escudos de ouro. Lisboa, 1.10.1674 (f. 162-162v);
19. Carta do Bispo-Deão ao Dr. Gonçalo Borges Pinto. Lisboa, 29.10.1674 (f. 163-164v);
20. Carta do Bispo-Deão D. Frei Luís da Silva ao Arcebispo Primaz, D. Veríssimo de Lencastre, sobre um auto-da-fé em Coimbra. Lisboa, 24.11.1674 (f. 165-166v);
21. Cópia de correspondência entre o Núncio e o Bispo de Viseu, D. João de Melo. Lisboa, 13-24.11.1674 (f. 167-168v);
22. Carta do Bispo-Deão D. Frei Luís da Silva ao Dr. Gonçalo Borges Pinto sobre a confiscação de bens. Lisboa, 29.10.1674 (f. 169-170v);
23. Carta do Bispo-Deão D. Frei Luís da Silva ao Arcebispo Primaz, D. Veríssimo de Lencastre, sobre um auto-da-fé em Coimbra sobre os cristãos-novos. Lisboa, 1.12.1674 (f. 171-172v);
24. Escrito do Bispo da Guarda sobre um auto-da-fé em Coimbra. Castelo Branco, 14.12.1674 (f. 173-173v);
25. Cópia de carta de D. Fernão Correia de Lacerda, Bispo do Porto, aos Cardeais em Roma. Porto, 20.12.1674 (f. 174-174v);
26. Cópia de carta de D. Fernão Correia de Lacerda, Bispo do Porto, aos Cardeais em Roma, em latim. Porto, 20.12.1674 (f. 175-175v);
27. Cópia de carta do Arcebispo Primaz, D. Veríssimo de Lencastre, aos Cardeais em Roma e ao Papa, em latim [S.l., 1674] (f. 178-178v);
28. Cópia de carta do Arcebispo Primaz, D. Veríssimo de Lencastre, aos Cardeais em Roma e ao Papa [S.l., 1674] (f. 179-179v);
29. Cópia de carta do Arcebispo Primaz, D. Veríssimo de Lencastre, ao Papa. Braga, 20.12.1674 (f. 180-180v);
30. Cópia de carta do Arcebispo Primaz, D. Veríssimo de Lencastre, ao Papa, em latim [S.l., 1674] (f. 181-181v);
31. Carta do Arcebispo Primaz, D. Veríssimo de Lencastre, ao Dr. Gonçalo Borges Pinto, sobre o negócio do breve. Braga, 20.10.1674 (f. 182-182v);
32. Carta do Cardeal B[...] ao Cardeal Piccolomini sobre o Dr. Gonçalo Borges Pinto. Roma, 22.12.1674 (f. 183-184v);
33. Carta do Bispo de Viseu, D. João de Melo, ao Dr. Gonçalo Borges Pinto, sobre a suspensão dos autos-da-fé, etc. Viseu, 26.12.1674 (f. 182-182v);
34. Carta do Bispo-Deão D. Frei Luís da Silva ao Dr. Gonçalo Borges Pinto sobre as negociações em curso em Roma. Lisboa, 31.12.1674 (f. 186-187v);
35. Carta do Bispo-Deão D. Frei Luís da Silva ao Dr. Gonçalo Borges Pinto sobre as negociações em curso em Roma. Lisboa, 7.1.1675 (f. 188-189v);
36. Carta de Manuel Pimentel de Sousa ao Dr. Gonçalo Borges Pinto. Lisboa, 21.1.1675 (f. 190-190v);

37. Carta do Bispo-Deão D. Frei Luís da Silva ao Dr. Gonçalo Borges Pinto sobre as negociações em curso em Roma. Lisboa, 21.1.1675 (f. 191-192v);
38. Carta de Manuel da Costa de Brito ao Dr. Gonçalo Borges Pinto sobre as negociações em curso em Roma. Lisboa, 4.2.1675 (f. 193-193v);
39. Carta do Bispo-Deão D. Frei Luís da Silva ao Dr. Gonçalo Borges Pinto sobre as negociações em curso em Roma. Lisboa, 4.3.1675 (f. 194-195v);
40. Carta do Bispo-Deão D. Frei Luís da Silva ao Dr. Gonçalo Borges Pinto sobre as negociações em curso em Roma. Lisboa, 18.3.1675 (f. 196-197v);
41. Carta do Bispo-Deão D. Frei Luís da Silva ao Dr. Gonçalo Borges Pinto sobre as negociações em curso em Roma. Lisboa, 1.4.1675 (f. 198-199v);
42. Carta do Bispo-Deão D. Frei Luís da Silva ao Dr. Gonçalo Borges Pinto sobre as negociações em curso em Roma. Lisboa, 29.4.1675 (f. 200-201v);
43. Memorial contra a pretensão dos cristãos-novos que se deu aos Cardeais em Roma, em latim [S.l., 1675?] (f. 202-205v);
44. Memorial do Dr. Gonçalo Borges Pinto apresentado aos Cardeais em Roma peticionando em favor da revogação da inibitória que viera ao Santo Ofício, em latim [S.l., 1675?] (f. 206-294v);
45. Memória do Dr. Gonçalo Borges Pinto à Congregação Sagrada do Santo Ofício, em latim [Roma, 1675?] (f. 293-294v bis);
46. Carta do Bispo de Leiria, Pedro Vieira da Silva, ao Dr. Gonçalo Borges Pinto sobre as negociações em curso em Roma. Leiria, 5.5.1675 (f. 295-295v);
47. Carta do Bispo-Deão D. Frei Luís da Silva ao Dr. Gonçalo Borges Pinto sobre as negociações em curso em Roma. Lisboa, 12.5.16[75] (f. 296-296v);
48. Carta de Diogo Velho ao Dr. Gonçalo Borges Pinto sobre as negociações em curso em Roma. Lisboa, 13.5.1675 (f. 297-297v);
49. Carta de Diogo Velho ao Dr. Gonçalo Borges Pinto sobre as negociações em curso em Roma. Lisboa, 27.5.1675 (f. 298-298v);
50. Carta do Bispo-Deão D. Frei Luís da Silva ao Dr. Gonçalo Borges Pinto sobre as negociações em curso em Roma. Lisboa, 10.6.1675 (f. 299-300v);
51. Carta do Bispo de Lamego, D. Luís de Sousa ao Dr. Gonçalo Borges Pinto sobre as negociações em curso em Roma. Lisboa, 10.6.1675 (f. 301-301v);
52. Carta de Manuel Pimentel de Sousa ao Dr. Gonçalo Borges Pinto sobre as negociações em curso em Roma. Lisboa, 10.6.1675 (f. 302-302v);
53. Carta do Bispo-Deão D. Frei Luís da Silva ao Dr. Gonçalo Borges Pinto sobre as negociações em curso em Roma. Lisboa, 24.6.1675 (f. 303-304v);
54. Carta do Bispo-Deão D. Frei Luís da Silva ao Dr. Gonçalo Borges Pinto sobre as negociações em curso em Roma. Lisboa, 8.7.1675 (f. 305-306v);
55. Carta do Bispo de Lamego, D. Luís de Sousa, ao Dr. Gonçalo Borges Pinto sobre as negociações em curso em Roma. Lisboa, 6.8.1675 (f. 307-307v);
56. Carta do Bispo-Deão D. Frei Luís da Silva ao Dr. Gonçalo Borges Pinto sobre as negociações em curso em Roma. Lisboa, 19.8.1675 (f. 308-309v);
57. Carta de Dr. Gonçalo Borges Pinto a D. Veríssimo de Lencastre, Inquisidor-Geral, sobre as negociações em curso em Roma [S.l., s.d.] (incompleta) (f. 310-310v);

58. Carta do Bispo de Viseu, D. João de Melo, ao Dr. Gonçalo Borges Pinto, sobre as negociações em curso em Roma. Viseu, 1.9.1675 (f. 311-311v);
59. Carta do Bispo de Lamego, D. Luís de Sousa, ao Dr. Gonçalo Borges Pinto sobre as negociações em curso em Roma. Lisboa, 3.9.1675 (f. 312-312v);
60. Carta do Bispo-Deão D. Frei Luís da Silva ao Dr. Gonçalo Borges Pinto sobre as negociações em curso em Roma. Lisboa, 15.10.1675 (f. 313-314v);
61. Carta do Bispo de Lamego, D. Luís de Sousa, ao Dr. Gonçalo Borges Pinto sobre as negociações em curso em Roma. Liorne, 2.12.1675 (f. 315-315v);
62. Carta de Dr. Gonçalo Borges Pinto ao Bispo de Lamego, D. Luís de Sousa, sobre as negociações em curso em Roma. Roma, 28.1.1676 (f. 316-317v);
63. Carta do Bispo-Deão D. Frei Luís da Silva ao Dr. Gonçalo Borges Pinto sobre as negociações em curso em Roma. Lisboa, 18.5.1676 (f. 318-318v);
64. Carta do Inquisidor-Geral, D. Veríssimo de Lencastre, ao Dr. Gonçalo Borges Pinto sobre as negociações em curso em Roma. Lisboa, 13.11.1677 (f. 319-320v);
65. Carta de Diogo Velho ao Dr. Gonçalo Borges Pinto sobre as negociações em curso em Roma. Lisboa, 20.11.1677 (f. 321-322v);
66. Carta do Inquisidor-Geral, D. Veríssimo de Lencastre, ao Dr. Gonçalo Borges Pinto sobre as negociações em curso em Roma. Lisboa, 30.12.1677 (f. 323-324v);
67. Cópia de breve de Inocêncio XI para se remeterem alguns processos concluídos de negativos convictos em pena ordinária. Roma, 24.12.1678 (f. 325-327v);
68. Memória do Inquisidor João Duarte Ribeiro sobre os processos que tinham ido para Roma [10.1682] (f. 328-328v);
69. Cópia de breve de Inocêncio XI a favor do Santo Ofício. Roma, 22.8.1681 (f. 329-346v);
70. Cópia de declaração de D. Luís de Sousa, Bispo de Lamego, sobre as testemunhas defeituosas. Roma, 31.8.1681 (f. 347-348v);
71. Resolução das dúvidas sobre as cláusulas do novo breve, tomada no Conselho Geral. Lisboa, 2.12.1681 (f. 349-352v);
72. Carta do Inquisidor-Geral, D. Veríssimo de Lencastre, ao Dr. Gonçalo Borges Pinto sobre as negociações em curso em Roma. Lisboa, 30.3.1682 (f. 353-353v);
73. Cópia de breve de Inocêncio XI de restituição dos ministros. Roma, 18.1.1682 (f. 354v);
74. Carta do Inquisidor Manuel de Moura Manuel ao Dr. Gonçalo Borges Pinto sobre as negociações em curso em Roma. Lisboa, 21.3.1682 (f. 355-356v);
75. Forma das reperguntas que se deveriam fazer às testemunhas, por força da observância do novo breve, enviada à Inquisição de Coimbra, preparada por José Cardoso. Lisboa, 1.1.1683 (f. 357-358v);
76. Impresso: [*Lei do Príncipe Regente D. Pedro pela qual havia por bem exterminar as pessoas que doravante saíssem convictas e confessas no auto-da-fé, datada de Lisboa, 5.8.1683*], [S.l., post. 5.8.1683] (f. 359-360v);
77. Cópia de instruções sobre os despachos interlocutórios para as perguntas, feita por José Coelho. Lisboa, 11.9.1685 (f. 361-366v);
78. Cópia de carta do Bispo Frei Manuel Pereira a D. Veríssimo de Lencastre, Inquisidor-Geral, sobre a expulsão do reino das pessoas que em futuros autos-da-fé abjurassem *de vehementi*. Paço, 9.12.1683 (f. 367-367v);

79. Cópia de carta de José Cardoso, Secretário do Conselho geral, para a Inquisição de Coimbra, sobre a lei de 5.8.1683. Lisboa, 17.10.1683 (f. 368-368v);
80. Cópia de consulta do Conselho Geral sobre a lei de 5.8.1683 [S.l., s.d.] (f. 369-372v);
81. Impresso: *DOS REMEDIOS / PARA ATALHAR O IV- / DEISMO DE PORTVGAL*. [S.l., s.d.] (f. 373-374v);
82. Impresso: [*Proibição de Clemente VIII para os cristãos-novos não terem benefícios*][S.l., post. 18.10.1600]. Contém registo do Notário Tomás da Cruz de estar conforme o original, Lisboa, 3.7.1601 (f. 375-376v);
83. Alegação de Direito para que os que saíssem do Santo Ofício recebidos ou com abjuração não fossem proibidos de receber o Santíssimo Sacramento [S.l., s.d.] (f. 377-396v);
84. Proposta para se negar o Santíssimo Sacramento aos hereges [S.l., s.d.] (f. 397-402v);
85. Cópia de assento da Mesa da Inquisição de Évora sobre o mesmo assunto [Évora, post. 29.11.1642] (f. 403-405v).

Contém índice.

Título na lombada: “Suspensão do Sancto Oficio tomo 17”.

Este códice é um dos que ficou na Biblioteca Nacional após a extinção do tribunal, mas, por falta de elementos de identificação, não é possível fazê-lo corresponder a um número específico da lista dos códices do Conselho Geral<sup>220</sup>.

- Códice 1533<sup>221</sup>

305f.

[1576-1639]

Miscelânea.

Contém:

1. Cópia de carta de D. Teotónio de Bragança, Arcebispo de Évora, ao Inquisidor-Geral sobre o perdão geral dos cristãos-novos [Évora, s.d.] (f. 1-1v);
2. Cópia de carta de D. Teotónio de Bragança, Arcebispo de Évora, ao Inquisidor-Geral sobre o perdão geral dos cristãos-novos. Cartuxa, 4.9.1599 (f. 2-2v);
3. Discurso de uma pessoa zelosa do serviço de Deus e de Sua Majestade sobre a pretensão que então traziam os da Nação do Reino para haverem perdão geral de suas culpas de judaísmo [S.l., 1599?] (f. 3-10v);
4. Cópia de correspondência entre D. Sebastião e o Conde de Portalegre, embaixador em Madrid, seguida de relato sobre a composição que pediram os confessos no tempo dos Reis Católicos, e carta do Bispo de Cuenca para o Conde de Portalegre. 08-09.1576 (f. 11-12v);
5. Memória de alguns casos de homens da nação que havia pouco tempo tinham entrado em religião e nela se achara que viviam na Lei de Moisés [S.l., s.d.] (f. 13-14v);
6. Lista de casos de pessoas presas que confessaram, preparada pelo Inquisidor Simão Barreto de Meneses para D. Francisco de Bragança [S.l., 1619] (f. 15-18v);

<sup>220</sup> ANTT – *Instrumentos de Descrição*, Liv. 449, f. 646v-658.

<sup>221</sup> Códice referido em *A Inquisição em Portugal (1536-1821). Catálogo...*, p. 264-265.

7. Cópia de petição dos cristãos-novos de um perdão geral ao Rei [S.l., s.d.] (f. 19-24v);
8. Lista do que ofereciam os cristãos-novos ao Rei [S.l., 1600?] (f. 25-25v);
9. Cópia de carta de Pedro Álvares Pereira ao Inquisidor-Geral (?) sobre o perdão dos cristãos-novos. Madrid, 31.7.1594 (f. 26-26v);
10. Cópia de carta de Pedro Álvares Pereira ao Inquisidor-Geral (?) sobre o perdão dos cristãos-novos. Madrid, 31.7.1594 (f. 27-28v);
11. Cópia de carta do Inquisidor-Geral (?) ao Marquês de Denia sobre os cristãos-novos. Almada, 3.8.1599 (f. 30-30v);
12. Minuta de carta do Inquisidor-Geral (?) a D. Cristóvão de Moura sobre os cristãos-novos [S.l., 3.8.1599] (f. 31-31v);
13. Minuta de carta do Inquisidor-Geral (?) ao Confessor do Rei sobre os cristãos-novos [S.l., 3.8.1599] (f. 32-32v);
14. Minuta de carta do Inquisidor-Geral (?) ao Bispo Capelão-Mor sobre os cristãos-novos [S.l., 3.8.1599] (f. 33-33v);
15. Cópia de consulta do Conselho de Portugal a D. Filipe II sobre o perdão geral. Madrid, 14.8.1599 (f. 35-36v);
16. Cópia de consulta do Conselho de Portugal a D. Filipe II sobre o perdão geral. Madrid, 26.8.1599 (f. 37-38v);
17. Cópia de carta de D. Francisco de Moura, Marquês de Castelo Rodrigo, aos Governadores de Portugal sobre o perdão geral. Madrid, 30.8.1599 (f. 39-39v);
18. Cópia de carta do Conselho de Portugal ao Conselho Geral (?) sobre o perdão geral. Madrid, 31.8.1599 (f. 40-41v);
19. Cópia de carta ao Rei sobre o perdão geral [S.l., s.d.] (f. 43-44v);
20. Atestação de uma comissão e subdelegação de D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre a execução do breve do perdão geral que Clemente VIII concedeu aos cristãos-novos em 1605. Lisboa, 13.1.1605 (f. 45-56v);
21. Cópia de carta do Inquisidor-Geral (?) ao Duque de Lerma sobre o perdão geral [S.l., s.d.] (f. 57-58v);
22. Resposta a queixas da gente da nação sobre o procedimento do Santo Ofício [S.l., s.d.] (f. 59-63v);
23. Queixas da gente da nação sobre o procedimento do Santo Ofício [S.l., s.d.] (f. 65-66v);
24. Resposta ao primeiro papel das queixas da gente da nação sobre o procedimento do Santo Ofício [S.l., s.d.] (f. 67-74v);
25. Queixas da gente da nação dos tratos em particular [S.l., s.d.] (f. 75-75v);
26. Resposta às queixas do tormento, feita pelo Deão Francisco Pinto Pereira, Gaspar Borges de Azevedo e Sebastião de Matos de Noronha [S.l., s.d.] (f. 76-79v);
27. Impresso: [*Memorial da gente da nação, em castelhano*], [S.l., s.d.] (f. 80-83v);
28. Impresso: *ALEGACION DE DERECHO / al memorial de la gente de la nacion / de Portugal.*, [S.l., s.d.] (f. 84-97v);
29. Cópia de carta de remetente desconhecido ao Rei sobre os cristãos-novos, em castelhano [S.l., s.d.] (f. 98-98v);
30. Cópia de carta de remetente desconhecido ao Rei sobre os cristãos-novos, em castelhano [S.l., post. 1621] (f. 99-100v);

31. Cópia de carta dos presos nos cárceres do Santo Ofício ao Rei, em castelhano [S.l., s.d.] (f. 103-103v);
32. Cópia de carta de remetente desconhecido ao Rei sobre os cristãos-novos, em castelhano [S.l., s.d.] (f. 104-105v);
33. Cópia do segundo memorial dos cristãos-novos [S.l., s.d.] (f. 107-107v);
34. Carta de Frei Luís de Torres a Nuno Álvares Botelho sobre a falta de dinheiro no Reino. Madrid, 20.1.1624 (f. 108-108v);
35. Carta do Inquisidor-Geral D. Fernão Martins Mascarenhas a destinatário desconhecido, remetendo um memorial dos cristãos-novos, em anexo, em castelhano. Almada, 31.5.1619 (f. 109-110v);
36. Cópia de carta do Inquisidor-Geral D. Fernão Martins Mascarenhas a D. Filipe III sobre a suspensão dos autos-da-fé [S.l.], 20.7.1621 (f. 111-111v);
37. Razões que havia para não se dilatarem os autos-da-fé [S.l., 1621] (f. 112-112v);
38. Cópia de carta do Inquisidor-Geral D. Fernão Martins Mascarenhas a D. Filipe III sobre a suspensão dos autos-da-fé [S.l.], 20.8.1621 (f. 113-113v);
39. Cópia de carta de Frei António de Sotomayor, confessor do Rei, ao Inquisidor-Geral D. Fernão Martins Mascarenhas acerca da pretensão dos cristãos-novos. Madrid, 26.10.1621 (f. 115-115v);
40. Cópia de carta do Secretário António de Arostegui ao Inquisidor-Geral D. Fernão Martins Mascarenhas em que explica porque é que o Rei não respondia. Madrid, 30.8.1621 (f. 116-116v);
41. Cópia de carta do Inquisidor-Geral D. Fernão Martins Mascarenhas a D. Filipe III sobre o perdão geral [S.l.], 20.7.1621 (f. 117-117v);
42. Cópia de carta do Inquisidor-Geral D. Fernão Martins Mascarenhas a D. Filipe III sobre a suspensão dos autos-da-fé. Lisboa, 30.9.1621 (f. 118-118v);
43. Cópia de carta de remetente desconhecido ao Rei sobre os cristãos-novos, em castelhano [S.l., s.d.] (f. 123-124v);
44. Cópia de carta de D. Filipe III ao Inquisidor-Geral D. Fernão Martins Mascarenhas ordenando a suspensão temporária dos autos-da-fé. Madrid, 20.7.1621 (f. 125-125v);
45. Impresso: *Razones que ay para no se conceder a los Christianos / nueuos de Portugal, el perdon y honras que piden*, [S.l., s.d.] (com nota de autoria de Paulo Feio) (f. 126-129v);
46. Cópia de carta de D. Filipe III ao Inquisidor-Geral D. Fernão Martins Mascarenhas autorizando a realização de autos-da-fé. Madrid, 3.11.1621 (f. 131-131v);
47. Cópia de carta de Frei António de Sotomayor, confessor do Rei, ao Inquisidor-Geral D. Fernão Martins Mascarenhas acerca dos cristãos-novos. Madrid, 22.11.1621 (f. 132-132v);
48. Parecer sobre se se convinha desterrar os cristãos-novos para fora do Reino [S.l., s.d.] (f. 134-137v);
49. Impresso: *DOS REMEDIOS / PARA ATALHAR O IV- / DEISMO DE PORTVGAL*. [S.l., s.d.] (f. 138-138v);
50. Impresso: *Discurso sobre si es vtil y justo, desterrar de los Reynos de / Portugal, los Christianos nueuos, conuencidos de Iudaysmo, / por el tribunal del Santo Oficio, y*

- reconciliados por el, / con sus familias, y aquellos contra los cuales ay / prueua bastante para destierro.*, [S.l., s.d.], com nota de autoria de Paulo Feio (f. 139-146v);
51. Cópia de carta de João Baptista de Este ao Rei sobre os cristãos-novos [S.l., s.d.] (f. 147-148v);
  52. Cópia de carta de autor desconhecido ao Rei sobre os cristãos-novos [S.l., s.d.] (f. 149-150v);
  53. Cópia de prólogo do livro *Contra o Judaísmo*, do Arcediago Fernão Ximenes [S.l., s.d.] (f. 153-158v);
  54. Memorial e queixa das Inquisições de Portugal contra o Padre Frei Pedro Navarro, da Ordem de São Francisco, castelhano, e contra o livro que compôs de Soror Joana da Cruz [S.l., s.d.] (f. 159v-160v);
  55. Parecer sobre se o Rei e o Papa podem conceder perdão geral aos cristãos-novos [S.l., s.d.] (f. 165-168v);
  56. Cópia de consulta do Conselho Geral a D. Filipe III sobre os remédios disponíveis para atalhar o judaísmo em Portugal. Lisboa, 8.1621 (f. 169-170v);
  57. Cópia de carta de Frei António de Sotomayor, confessor do Rei, ao Inquisidor-Geral D. Fernão Martins Mascarenhas acerca da sinagoga de Coimbra. Madrid, 6.7.1622 (f. 171-171v);
  58. Parecer do Deão Francisco Pinto Pereira e de Gaspar Borges de Azevedo sobre o que era necessário para constituir uma pessoa em mestre e dogmatista de uma seita [S.l., s.d.] (f. 172-175v);
  59. Consulta da Inquisição de Évora sobre se os instrutores da Lei Mosaica poderiam ser considerados dogmatistas. Évora, 18.5.1622 (f. 177-179v);
  60. Parecer sobre se era conveniente conceder-se aos homens da nação irem livremente para as terras das conquistas [S.l., s.d.] (f. 181-182v);
  61. Cópia de carta de remetente desconhecido ao Rei sobre os cristãos-novos, em castelhano [S.l., s.d.] (f. 183-184v);
  62. Cópia de carta do Inquisidor-Geral D. Fernão Martins Mascarenhas a D. Filipe III sobre um memorial apresentado pelos cristãos-novos [S.l., s.d.] (f. 185-185v);
  63. Carta de [...] ao Inquisidor-Geral D. Fernão Martins Mascarenhas. Madrid, 3.6.1626 (f. 186-186v);
  64. Carta de Pedro de Contreras ao Inquisidor-Geral D. Fernão Martins Mascarenhas, de cobertura ao decreto régio sobre os cristãos-novos. Madrid, 29.8.1626 (f. 187-188v);
  65. Carta do Inquisidor-Geral D. Fernão Martins Mascarenhas a D. Filipe III sobre um memorial apresentado pelos cristãos-novos e o édito de graça, com resposta à margem [S.l.], 5.9.1626 (f. 189-190v);
  66. Cópia de carta de Sebastião de Matos de Noronha, Bispo de Elvas, a D. Fernão Martins Mascarenhas, Inquisidor-Geral, sobre os negócios da Inquisição de que o encarregara. Madrid, 10.9.1626 (f. 195-198v);
  67. Cópia dos votos da junta no particular do édito da graça e das condições com que queriam se concedesse [S.l., 1627] (f. 199-202v);
  68. Cópia da resposta do Rei D. Filipe III aos votos da junta [S.l., 1627] (f. 203-206v);

69. Cópia do segundo decreto de D. Filipe III sobre os votos da junta. Aranjuez, 2.5.1627 (f. 207-207v);
70. Apontamentos sobre o perdão geral [S.l., s.d.] (f. 208-208v);
71. Carta do Inquisidor-Geral D. Fernão Martins Mascarenhas a D. Filipe III sobre o perdão geral. Lisboa, 20.5.1627 (f. 209-210v);
72. Cópia de decreto de D. Filipe III a respeito dos assentos celebrados com Nuno Dias Mendes Brito, João Nunes Saraiva, Simão Pereira, Lourenço Pereira e Paio Rodrigues. Pardo, 20.1.1627 (f. 212-212v);
73. Carta do Inquisidor-Geral D. Fernão Martins Mascarenhas a D. Filipe III sobre os assentos, com resposta à margem. Lisboa, 13.3.1627 (f. 213-214v);
74. Cópia de carta de autor desconhecido a D. Filipe III sobre os cristãos-novos, em castelhano [S.l., s.d.] (f. 216-217v);
75. Cópia de carta do Duque de Olivares ao Inquisidor-Geral D. Fernão Martins Mascarenhas sobre os homens de negócios cristãos-novos que faziam assentos, em castelhano. Madrid, 18.5.1627 (f. 220-221v);
76. Cópia de carta de autor desconhecido a destinatário desconhecido sobre os homens de negócios cristãos-novos que faziam assentos [S.l., s.d.] (f. 222-222v);
77. Cópia de carta de D. Filipe III contendo as resoluções que tomara em relação aos cristãos-novos [S.l., s.d.] (f. 223-223v);
78. Carta de D. Miguel de Castro ao Inquisidor-Geral D. Fernão Martins Mascarenhas sobre as resoluções que o Rei tomara em relação aos cristãos-novos. Madrid, 28.7.1627 (f. 226-228v);
79. Cópia de carta do Inquisidor-Geral D. Fernão Martins Mascarenhas a D. Filipe III sobre a publicação do perdão geral. Lisboa, 16.10.1627 (f. 229-229v);
80. Cópia de carta de autor desconhecido ao Inquisidor-Geral D. Fernão Martins Mascarenhas (?) sobre os cristãos-novos [S.l., s.d.] (f. 230-231v);
81. Carta de D. José de Melo, Arcebispo de Évora, ao Inquisidor-Geral D. Fernão Martins Mascarenhas sobre as queixas dos prelados do Reino por não terem sido ouvidos sobre o perdão geral aos cristãos-novos. Évora, 15.10.1627 (f. 232-232v);
82. Cópia de carta do Inquisidor-Geral D. Fernão Martins Mascarenhas a D. José de Melo, Arcebispo de Évora, de resposta à precedente [S.l., post. 16.10.1627] (f. 233-233v);
83. Carta de D. José de Melo, Arcebispo de Évora, ao Inquisidor-Geral D. Fernão Martins Mascarenhas sobre as queixas dos prelados do Reino por não terem sido ouvidos sobre o perdão geral aos cristãos-novos. Évora, 30.10.1627 (f. 234-235v);
84. Cópia de carta do Inquisidor-Geral D. Fernão Martins Mascarenhas a D. José de Melo, Arcebispo de Évora, de resposta à precedente [S.l., post. 30.10.1627] (f. 236-237v);
85. Carta de D. José de Melo, Arcebispo de Évora, ao Inquisidor-Geral D. Fernão Martins Mascarenhas sobre as queixas dos prelados do Reino por não terem sido ouvidos sobre o perdão geral aos cristãos-novos. Évora, 19.12.1627 (f. 238-239v);
86. Apontamentos sobre uma consulta do Desembargo do Paço sobre o perdão geral [S.l., 1627?] (f. 241-242v);
87. Lista dos assuntos que deveriam ser apresentados ao Rei como advertência [S.l., s.d.]

- (f. 243-243v);
88. Carta de D. Miguel de Castro ao Inquisidor-Geral D. Fernão Martins Mascarenhas sobre as resoluções que o Rei tomara em relação aos cristãos-novos e outros assuntos. Madrid, 25.11.1627 (f. 244-247v);
  89. Cópia de carta de D. Filipe III ao Inquisidor-Geral D. Fernão Martins Mascarenhas prorrogando o édito de graça por 3 meses e suspendendo a realização de autos-da-fé, seguida de resposta. Madrid, 25.11.1627 – Lisboa, 4.12.1627 (f. 248-249v);
  90. Cópia de carta de D. Miguel de Castro a D. Filipe III sobre os cristãos-novos. Madrid, 13.11.1627 (f. 250-251v);
  91. Cópia de carta do Inquisidor-Geral D. Fernão Martins Mascarenhas a D. Filipe III sobre a prorrogação do édito de graça por 3 meses e suspensão da realização de autos-da-fé. Lisboa, 7.12.1627 (f. 252-253v);
  92. Cópia de carta de D. Miguel de Castro a D. Filipe III sobre os cristãos-novos [Madrid, 1627] (f. 254-254v);
  93. Cópia de carta dos homens de negócios portugueses que residiam em Espanha a D. Filipe III, em castelhano [S.l., s.d.] (f. 255-257v);
  94. Cópia da carta de D. Fernão Martins Mascarenhas, Inquisidor-Geral, a D. Filipe III sobre a religião católica e o Santo Ofício. Lisboa, 23.1.1628 (f. 260-263v); com apontamento sobre a morte e enterro feito por Bartolomeu de Monteagudo.
  95. Cópia de resolução de D. Filipe III acerca das propostas da Junta de Tomar [S.l., 5.1633] (f. 264-265v);
  96. Cópia de carta de D. Filipe III ao Conselho Geral, sede vacante por morte do Inquisidor-Geral, com algumas resoluções em favor da gente da nação, acerca do procedimento da Inquisição, com respostas do Conselho Geral [Lisboa, post. 1628] (f. 266-282v);
  97. Cópia de carta de D. Filipe III a D. Francisco de Castro, Inquisidor-Geral, sobre as queixas da gente da nação e conservação do privilégio do Santo Ofício. Madrid, 20.12.1632 (f. 283-283v);
  98. Carta de João Baptista de Este ao Inquisidor Bartolomeu de Monteagudo sobre a tradução em linguagem de um memorial. Évora, 6.7.1637 (f. 287-287v);
  99. Carta de João Baptista de Este ao Papa Urbano VIII sobre os cristãos-novos que viviam em Itália, em italiano. Évora, 6.7.1637 (f. 288-288v);
  100. Carta de João Baptista de Este ao Papa Urbano VIII sobre os cristãos-novos que viviam em Itália. Évora, 6.7.1637 (f. 289-289v);
  101. Carta de João Baptista de Este a D. Filipe III sobre os cristãos-novos, em castelhano. Évora, 6.7.1637 (f. 290-290v);
  102. Carta de João Baptista de Este ao Inquisidor Bartolomeu de Monteagudo sobre as sinagogas dos judeus em Portugal. Évora, 3.10.1637 (f. 294-294v);
  103. Lista preparada por João Baptista de Este de algumas festas dos judeus, seguidas de acrescento de outra mão, intitulado “festas dos judeus com mais miudeza” [S.l., 1637?] (f. 295-302v);
  104. Carta de João Baptista de Este ao Inquisidor Bartolomeu de Monteagudo sobre a vigilância dos portos. Évora, 1.11.1639 (f. 303-303v);
- Contém índice.

Título na lombada: “Sobre perdas e exterminio em tempo do governo de Castella / Santo Off. tomo 14”.

Este códice é um dos que ficou na Biblioteca Nacional após a extinção do tribunal, mas, por falta de elementos de identificação, não é possível fazê-lo corresponder a um número específico da lista dos códices do Conselho Geral<sup>222</sup>.

- Códice 1534<sup>223</sup>

435f.

[1637-1693]

Miscelânea.

Contém:

1. Impresso: *PONTIFICIAS / CONCLVSIONES / CIRCA VNIVERSVM, ET OBSCVRVM / INCERTITVDINVM TRACTATVM EX ACCVRATIS. sime notatis ad celebrem decisionem Gregorij noni in Cap. / Indicante 4. de testamentis. / D. Petro de Lancastro Fratri suo. / SVB AVSPICIIS D. D. DIDACI MENDES GODINHO / Pontificij iuris Primarij meritissimi, & in supremo Supplicationis / Senatu Senatoris grauaminum integerremi. / D. VERISSIMVS DE LANCASTRO / suo 4. iuris anno defendendas die [28] Martij D. D. & C. / QVAESTIO PRINCEPS. / Vtrum si Titio adimatur legatum, & duo eiusdem nominis inueniantur legatarij, / in vtroque valida, an in vtroque nulla sit ademptio? Arbitrio arguentis cōmittitur. Lisboa: na Tipografia Régia de Lourenço Craesbeeck, 1640 (f. 1-2v), com registo manuscrito de Paulo de Madureira, em 23.3.1640, que se conformava com o original, e despacho da Mesa da Inquisição de Coimbra, de 24.3.1640, autorizando a defesa, com rubricas de Rocha, Trancoso e Andrada;*
2. Impresso: *PRO RELECTIONIS EXAMINE / PONTIFICIAS / CONCLVSIONES / ADCELEBERRIMAM DE- / CRETALEM ALEXANDRI / TERTII IN CAP. CVM IN- / ter 2. Qui filij sint legitimi, / REVERENDISSIMO p. ERVDITIS- / simo M. Fr. Ioanni de Vasconcellos à Concilij, & Concionibus / Regijs, in Supremo Sanctae Inquisitionis Senatu Senatori / aequissimo, nec nonin Benficano Conuentu Vigi- / lantissimo Priori, seu potius restauratori mag- / nificentissimo Auunculo Domino / suo colendissimo, / PATROCINANTE / SAPIENTISSIMO D. D. ANTONIO LEITÃO HOMEM DE- / creti Cathedrae Professore meritissimo, olim sacri Diui Petri Collegij / Collega ornatissimo, iam in Visensi Sede, nunc in Primaciali / doctorali Canonico dignissimo, & in causis / didei iudice integerrimo, / D. VERISSIMVS DE LANCASTRO D. D. ET C. / Defendendas die 2. Iunij vespere. / QVAESTIO DISPVTANDA. / Vtrum separato matrimonio in facie Ecclesiae contracto, filij geniti vel / concepti ante sententiam, sint legitimi?. Coimbra: Lourenço Craesbeeck, 1644 (f. 3-4v);*
3. Escrito de Rafael Lemos da Fonseca sobre o morgado instituído por D. Filipa da Silva, filha de Vasco Eanes Corte Real e D. Guiomar da Silva em 1546. Lisboa, 12.4.1666 (f. 5-7v);
4. Mandado de D. Veríssimo de Lencastre aos capitulares do Cabido da Sé que não se

<sup>222</sup> ANTT – *Instrumentos de Descrição*, Liv. 449, f. 646v-658.

<sup>223</sup> Códice referido em *A Inquisição em Portugal (1536-1821). Catálogo...*, p. 269.

- encontravam na casa do cabido conforme os estatutos e certidão do escrivão da Relação e Auditório Eclesiástico. Évora, 1.6.1662 (f. 9-10v);
5. Carta de Frei Valério de São Raimundo a D. Veríssimo de Lencastre sobre o mesmo assunto. Convento de São Domingos, 2.6.[1662] (f. 11-11v);
  6. Consulta que mandou fazer D. Veríssimo de Lencastre sobre o mesmo assunto. Évora, 31.5.1662 (f. 12-13v);
  7. Alegação de Direito sobre a validade do sacramento da ordem episcopal [S.l., c. 1686?] (f. 17-19v);
  8. Relação sumária da missão que fizeram o Padre Álvaro Correia e o Padre António Cordeiro, da Companhia de Jesus, pela comarca de Chaves de maio a agosto de 1673 [S.l., c. 1673?] (f. 23-27)<sup>224</sup>;
  9. Carta de André Bernardes Aires ao Inquisidor-Geral (?). Évora, 30.1.1680 (f. 42-42v);
  10. Carta a D. Veríssimo de Lencastre, Inquisidor-Geral. Coimbra, 4.12.1679 (f. 43-44v);
  11. Parecer do Dr. Manuel da Costa de Almeida sobre o lugar que deveria ocupar o Inquisidor-Geral nas Cortes. Coimbra, 23.12.1679, seguido de outros documentos, não-datados, sobre o mesmo assunto (f. 45-60v);
  12. Cópia de parecer de D. Rodrigo da Cunha, Arcebispo de Lisboa, sobre a pretensão do Marquês de Porto Seguro na precedência aos arcebispos. Lisboa, 25.1.1637 (f. 61-64v)<sup>225</sup>;
  13. Alegação de Direito sobre a primazia dos arcebispos [S.l., s.d.]. Contém uma representação ilustrada das armas de D. Veríssimo de Lencastre (f. 71v-110v);
  14. Memória das ordinárias que têm os celeireiros da mesa pontifical em cada ano na cidade de Évora, feita pelo escrivão Mateus de Matos [Évora, s.d.] (f. 111-111v);
  15. Relação de despesas [S.l., s.d.] (f. 112-112v);
  16. Documento em latim sobre uma questão envolvendo o Auditório de Braga e a Câmara de Braga [s.l., post. 1579] (f. 113-114v);
  17. Remissões para obras de direito, em latim [S.l., s.d.] (f. 115-115v);
  18. Alegação de Direito sobre os enjeitados do Hospital a cujo favor o Rei, com autoridade pontifical, concedera uma pensão por tempo de 16 anos num bispado [S.l., s.d.] (f. 117-119v);
  19. Auto que requereu José de Sousa, meirinho da alçada, que fora mandado citar por D. Veríssimo de Lencastre em Vila Real perante o Dr. Francisco de Moura. Vila Real, 27.2.1672 (f. 121-122v);
  20. Parecer na causa de João Fernandes e Catarina Carneira, moradores em Vizela, por não pagarem os votos de Santiago, elaborada por Constantino Ribeiro do Lago, Procurador-Geral da Mitra [S.l., s.d.] (f. 125-136v);
  21. Cópia de pastoral de D. Veríssimo de Lencastre. Braga, 2.12.1676 (f. 139-141v);
  22. Parecer sobre se um coadjutor de uma dignidade podia visitar, e bem assim como é que podia fazer e coadjuvado, se não estivesse impedido, elaborado por António Pinto e Gonçalo Pinto da Costa. Braga, 25.7.1675 (f. 143-146v);
  23. Parecer de António de Brito e Lacerda sobre abintestados. Évora, 10.3.1675 (f. 147-

<sup>224</sup> Há um salto na foliação.

<sup>225</sup> Há um salto na foliação.

- 147v);
24. Petição do Padre Martim Gomes, Abade de São Salvador do Bilhó, sentenciado por homicídio casual, para ser dispensado na irregularidade [S.l., s.d.] (f. 148-148v);
  25. Parecer de Domingos de Paiva sobre a petição anterior [S.l., s.d.] (f. 150-150v);
  26. Parecer do Dr. Frei Gregório de Jesus sobre se certa religiosa podia passar de mosteiro em mosteiro sem recorrer ao Papa. Lisboa, 20.3.1673 (f. 153-154v);
  27. Pareceres de Álvaro Fróis, jesuíta, do Dr. Frei João da Silveira, carmelita, e de Frei Manuel de Santa Isabel e Frei Dionísio de São Pedro, sobre o mesmo assunto. Braga, 28.2.1673 e Lisboa, 19.3.1673 [S.l., s.d.] (f. 155-157v);
  28. Cópia da petição que Francisco Ferreira Pinto, Arcipreste do Porto, submeteu à Relação de Braga sobre a nulidade do procedimento que fulminara Francisco de Abreu Maia, Protonotário Apostólico de Lisboa, com despacho da Relação de Braga. 9.1.1671 (f. 159-161v);
  29. Parecer sobre a quartanária provida no Padre João Álvares [S.l., s.d.] (f. 164-166v);
  30. Parecer sobre a sentença do Reitor José da Nóbrega [S.l., s.d.] (f. 168-170v);
  31. Parecer sobre a estimação dos legados dos alimentos ou usufruto devido em vida de certa pessoa [S.l., s.d.] (f. 171-172v);
  32. Carta enviada aos Qualificadores sobre proposições riscadas na sua obra [S.l., s.d.] (f. 173-176v);
  33. Notas sobre os privilégios dos bispos para poderem ter ao seu serviço dois cónegos e vencerem eles os frutos das suas conezias [S.l., s.d.] (f. 177-177v);
  34. Notas sobre bulas papais [S.l., s.d.] (f. 179-180v);
  35. Escritos de vários mãos sobre questões de foro judicial e inquisitorial, a maioria sem data nem autor (f. 182-200v);
  36. Carta de Nicolau Geraldês Alcoforado sobre a visitação de uma igreja. Vilarelho, 8.11.1679 (f. 201-201v);
  37. Carta de Francisco de Almada sobre a extensão de um privilégio. São Roque [S.d.] (f. 202-202v);
  38. Escritos de vários mãos sobre questões de foro judicial e inquisitorial, a maioria sem data nem autor (f. 203-220v);
  39. Carta de Alexandre da Silva Botelho, Bispo de Elvas, sobre a sucessão das comendas das ordens militares. Elvas, 22.5.1680 (f. 221-222v);
  40. Escritos de vários mãos sobre questões de foro judicial e inquisitorial, a maioria sem data nem autor (f. 223-225v);
  41. Carta de Frei José de Medrosa a D. Veríssimo de Lencastre (?) sobre um religioso que tomaria ordem de diácono [S.l., s.d.] (f. 226-226v);
  42. Escritos de vários mãos sobre questões de foro judicial e inquisitorial, a maioria sem data nem autor (f. 227-231v);
  43. Regimento do caranguejo de Ainão, feito de pedra, e do pau de Solor (f. 232-232v);
  44. Escritos de vários mãos sobre questões de foro judicial e inquisitorial, a maioria sem data nem autor (f. 234-234v);
  45. Carta de [...] a D. Veríssimo de Lencastre, Inquisidor-Geral sobre o conhecimento dos

- crimes de sodomia pelo Santo Ofício [S.l., s.d.] (f. 236, 236v, 238-238v);
46. Escritos de vários mãos sobre questões de foro judicial e inquisitorial, a maioria sem data nem autor (f. 237-237v);
  47. Escritos de vários mãos sobre questões de foro judicial e inquisitorial, a maioria sem data nem autor (f. 239-247v);
  48. Cópia da resposta do Dr. João Fragoso do que lhe mandara perguntar o Bispo de Cabo Verde, e resposta do Deão da Sé de Cabo Verde [S.l., s.d.] (f. 248-249v);
  49. Escritos de vários mãos sobre questões de foro judicial e inquisitorial, a maioria sem data nem autor (f. 250-271v);
  50. Impreso: *ALEGACION / EN DERECHO POR EL / Licenciado don Christoual de Mos- / coso y Cordoua, Fiscal del / Consejo. / EN DEFENSA DE LA IVRISDICION / Real, y de los Alcaldes de Casa y Corte, en la causa crimi- / nal contra los lacayos del Ilustrissimo Nuncio de su San- / tidad.* [Madrid, 1640?] (f. 272-291v);
  51. Escritos de vários mãos sobre questões de foro judicial e inquisitorial, a maioria sem data nem autor (f. 292-302v);
  52. Carta de Francisco Madeira da Costa a D. Veríssimo de Lencastre (?) sobre a matéria das pensões dos bispados. Évora, 13.12.1680 (f. 303-303v);
  53. Carta de Francisco Madeira da Costa a D. Veríssimo de Lencastre (?) sobre o envio de certos arrazoados. Évora, 27.12.1680 (f. 304-304v);
  54. Parecer sobre a isenção do pagamento de pensões impostas no Arcebispado de Évora (f. 305-307v);
  55. Carta de [...] da Silva a D. Veríssimo de Lencastre (?) sobre a fama que corria de seu 7.º avô, Fernão Peres Coronel, ter sangue de cristão-novo (f. 311-312v);
  56. Escritos de vários mãos sobre questões de foro judicial e inquisitorial, a maioria sem data nem autor (f. 313-313v);
  57. Carta de José Cardoso ao Deputado João Duarte Ribeiro, remetendo certos papéis por ordem do Inquisidor-Geral. Lisboa, 18.11.1684 (f. 314-315v);
  58. Carta de José Cardoso ao Deputado João Duarte Ribeiro, sobre as diligências que efetuara junto do Inquisidor-Geral. Lisboa, 9.6.1685 (f. 316-316v);
  59. Carta de José Cardoso ao Deputado João Duarte Ribeiro, sobre a jornada do Alentejo. Lisboa, 25.5.1686 (f. 317-317v);
  60. Carta de José Cardoso ao Deputado João Duarte Ribeiro, sobre as diligências que efetuara junto do Inquisidor-Geral. Lisboa, 2.12.1684 (f. 318-318v);
  61. Carta de D. Veríssimo de Lencastre, Inquisidor-Geral, ao Dr. João Duarte Ribeiro, congratulando-o pela posse do Colégio, esperando que as suas ocupações não embaraçassem a sua presença no Conselho Geral e a boa resolução dos processos em curso. Lisboa, 27.11.1683 (f. 319-319v);
  62. Carta de D. Veríssimo de Lencastre, Inquisidor-Geral, ao Dr. João Duarte Ribeiro, sobre a carta que recebera da sua parte com informações sobre certo sujeito. Lisboa, 13.7.1680 (f. 320-320v);
  63. Carta de D. Veríssimo de Lencastre, Inquisidor-Geral, ao Dr. João Duarte Ribeiro, sobre o Reitor da Universidade de Coimbra e a oposição do canonicato de Lamego.

- Lisboa, 19.5.1685 (f. 321-321v);
64. Carta de D. Veríssimo de Lencastre, Inquisidor-Geral, ao Dr. João Duarte Ribeiro sobre o Inquisidor João Carneiro de Morais e a morte do Dr. Félix Ribeiro do Lago. Lisboa, 12.5.1691 (f. 322-322v);
  65. Carta de D. Veríssimo de Lencastre, Inquisidor-Geral ao Dr. João Duarte Ribeiro para que averiguasse o autor de certos escritos em louvor da Lei de Moisés. Lisboa, 29.4.1689 (f. 323-323v);
  66. Carta de D. Veríssimo de Lencastre, Inquisidor-Geral ao Dr. João Duarte Ribeiro sobre a resposta a dar ao Cabido da Sé de Viseu e a recomendação de pessoas para a Inquisição de Goa. Lisboa, 15.7.1690 (f. 324-324v);
  67. Carta de D. Veríssimo de Lencastre, Inquisidor-Geral, ao Dr. João Duarte Ribeiro sobre o Tesoureiro da sua Inquisição. Lisboa, 3.2.1685 (f. 325-325v);
  68. Carta de D. Veríssimo de Lencastre, Inquisidor-Geral, ao Dr. João Duarte Ribeiro, recomendando que servisse como Promotor. Lisboa, 27.12.1687 (f. 326-326v);
  69. Carta do Dr. João Duarte Ribeiro a D. Veríssimo de Lencastre, Inquisidor-Geral, sobre a preparação dos processos de Amarante. Coimbra, 12.1.1688, com a resposta do Inquisidor-Geral à margem, datada de Lisboa, 17.1.1688 (f. 327-327v);
  70. Carta de D. Veríssimo de Lencastre, Inquisidor-Geral, ao Dr. João Duarte Ribeiro, sobre as diligências que efetuara no Minho, entre outros assuntos. Lisboa, 22.1.1684 (f. 328-328v);
  71. Carta de D. Veríssimo de Lencastre, Inquisidor-Geral, ao Dr. João Duarte Ribeiro, sobre o provimento do canonicato de Viseu. Lisboa, 5.1.1686 (f. 329-329v)<sup>226</sup>;
  72. Carta de D. Veríssimo de Lencastre, Inquisidor-Geral, ao Dr. João Duarte Ribeiro, sobre o provimento do lugar de Despenseiro daquela Inquisição, sobre o Prior de Miranda, e o provimento da Inquisição de Goa. Lisboa, 20.5.1690 (f. 340-340v);
  73. Carta de D. Veríssimo de Lencastre, Inquisidor-Geral, ao Dr. João Duarte Ribeiro, sobre uma diligência encarregada pelo Inquisidor Sebastião Dinis Velho. Lisboa, 6.3.1684 (f. 341-341v);
  74. Carta do Dr. João Duarte Ribeiro a D. Veríssimo de Lencastre, Inquisidor-Geral, sobre uma diligência encarregada pelo Inquisidor Sebastião Dinis Velho. Coimbra, 24.4.1684 (f. 342-342v);
  75. Carta de D. Veríssimo de Lencastre, Inquisidor-Geral, ao Dr. João Duarte Ribeiro sobre uma diligência encomendada pelo Bispo de Cranganor. Lisboa, 28.12.1686 (f. 343-343v);
  76. Carta de D. Veríssimo de Lencastre, Inquisidor-Geral, ao Dr. João Duarte Ribeiro sobre a resposta do Dr. Domingos de Sousa Santiago. Lisboa, 29.1.1687 (f. 344-344v);
  77. Carta de D. Veríssimo de Lencastre, Inquisidor-Geral, ao Dr. João Duarte Ribeiro sobre o pedido que lhe fizera e como o apoiaria. Lisboa, 31.10.1689 (f. 345-345v);
  78. Carta de D. Veríssimo de Lencastre, Inquisidor-Geral, ao Dr. João Duarte Ribeiro sobre uma diligência que faria junto da Mesa da Consciência e Ordens. Lisboa, 25.2.1690 (f. 346-346v);
  79. Carta de José Cardoso ao Dr. João Duarte Ribeiro sobre o que o Inquisidor-Geral lhe

---

<sup>226</sup> Há um salto na foliação.

- mandara que enviasse. Casa, 16.5.1682 (f. 347-347v);
80. Provisão de D. Veríssimo de Lencastre, Inquisidor-Geral, de nomeação do Dr. João Duarte Ribeiro para Promotor da Inquisição de Lisboa. Lisboa, 9.4.1682 (f. 348-348v, 360-360v);
  81. Provisão de D. Veríssimo de Lencastre, Inquisidor-Geral, do ordenado de 80.000 reis ao Dr. João Duarte Ribeiro com os cargos de Promotor e Deputado da Inquisição de Lisboa. Lisboa, 10.4.1682 (f. 349-349v, 359-359v);
  82. Provisão de D. Veríssimo de Lencastre, Inquisidor-Geral, de nomeação do Dr. João Duarte Ribeiro para Deputado da Inquisição de Lisboa. Lisboa, 10.4.1682 (f. 350-350v, 358-358v);
  83. Provisão de D. Veríssimo de Lencastre, Inquisidor-Geral, de 40.000 reis de aposentadoria para casas em favor do Dr. João Duarte Ribeiro, Promotor da Inquisição de Lisboa. Lisboa, 10.4.1682 (f. 351-351v, 357-357v);
  84. Carta de D. Inácio Mascarenhas ao Dr. João Duarte Ribeiro (?), notificando-o de que podia tomar posse da colegiatura que recebera como mercê. Colégio de São Pedro, 11.7.1683 (f. 352-352v, 356-356v);
  85. Provisão de D. Veríssimo de Lencastre, Inquisidor-Geral, de nomeação do Dr. João Duarte Ribeiro para Deputado da Inquisição de Coimbra. Lisboa, 25.10.1683 (f. 352bis-352bisv, 355-355v);
  86. Provisão de D. Veríssimo de Lencastre, Inquisidor-Geral, de nomeação do Dr. João Duarte Ribeiro para Promotor da Inquisição de Coimbra. Lisboa, 14.5.1689 (f. 353-354v);
  87. Carta do Dr. João Duarte Ribeiro a D. Veríssimo de Lencastre, Inquisidor-Geral, agradecendo a nomeação para Promotor da Inquisição de Coimbra. Coimbra, 23.5.1689, com a resposta do Inquisidor-Geral à margem, datada de Lisboa, 28.5.1689 (f. 361-361v);
  88. Carta de José Cardoso ao Dr. João Duarte Ribeiro, de acompanhamento de certos papéis que o Inquisidor-Geral lhe remetia. Casa, [s.d.] (f. 362-362v);
  89. Carta de José Cardoso ao Dr. João Duarte Ribeiro, de acompanhamento de certos papéis que lhe remetia. Conselho Geral, 13.2.1693 (f. 363-363v);
  90. Provisão do Conselho Geral do Santo Ofício de nomeação do Dr. João Duarte Ribeiro para Inquisidor da Inquisição de Coimbra. Lisboa, 12.2.1693 (f. 364-364v, 367-367v);
  91. Provisão do Conselho Geral do Santo Ofício de 20.000 reis ao Dr. João Duarte Ribeiro com o cargo de Inquisidor da Inquisição de Coimbra. Lisboa, 12.2.1693 (f. 365-366v);
  92. Resumo das determinações do testamento de D. Veríssimo de Lencastre, Inquisidor-Geral, feito por José Cardoso [S.l., post. 12.11.1692] (f. 369-370v);
  93. Inventário dos bens de D. Veríssimo de Lencastre, Inquisidor-Geral, e lista das despesas incorridas no seu funeral, legados e obras pias, feito por José Cardoso [S.l., post. 12.11.1692] (f. 371-410v);
  94. Cópia de carta dos testamentários de D. Veríssimo de Lencastre, Inquisidor-Geral [S.l., post. 12.11.1692] (f. 411-415v);
  95. Epitáfios que se fizeram para a sepultura de D. Veríssimo de Lencastre, Inquisidor-Geral [S.l., post. 12.11.1692] (f. 422-426v).
- Título na lombada: “Sancto Officio Tomo 18”.

Este códice é um dos que ficou na Biblioteca Nacional após a extinção do tribunal, mas, por falta de elementos de identificação, não é possível fazê-lo corresponder a um número específico da lista dos códices do Conselho Geral<sup>227</sup>.

- Códice 1535

468f.

[1378-1669]

Miscelânea.

Contém:

1. Parecer do Dr. Simão Torresão sobre a obrigação dos cónegos magistras de residirem na Sé onde tinham as conezias [S.l., s.d.] (f. 1-4v);
2. Parecer dos Drs. [...], Estêvão Fagundes e Frei Lourenço de Portel sobre a obrigação dos cónegos magistras de residirem na Sé onde tinham as conezias. Lisboa, 12.9.1630; São Roque, 14.2.1639 e Xabregas, 25.2.1639 (f. 5-6v);
3. Parecer do Dr. Agostinho Barbosa sobre a obrigação dos cónegos magistras de residirem na Sé onde tinham as conezias. Madrid, 18.1.1639 (f. 7-8v);
4. Parecer do Dr. Diogo de Areda sobre se poderia o Cabido da Sé de Lisboa mandar que se depositassem as distribuições dos dias em que um cónego não era contado até alcançar um breve particular. Lisboa, 21.3.1639 (f. 9-9v);
5. Parecer do Dr. Frei Manuel Rebelo sobre se poderia o Cabido da Sé de Lisboa mandar que se depositassem as distribuições dos dias em que um cónego não era contado até alcançar um breve particular. Lisboa, 21.3.1639 (f. 10-10v);
6. Parecer de Manuel da Cunha, Bispo de Elvas, sobre os critérios de preferência para os lugares do Conselho Geral [S.l., s.d.] (f. 11-13v);
7. Parecer dos Inquisidores Pantaleão Rodrigues e D. Álvaro de Ataíde sobre se os ministros eclesiásticos do Santo Ofício estavam isentos tanto nas causas crime como cíveis [S.l., s.d.] (f. 15-28v);
8. Parecer do Inquisidor Pantaleão Rodrigues sobre o processo que corria no Tribunal da Bula da Santa Cruzada contra Domingos Correia [S.l., s.d.] (f. 29-34v);
9. Alegação de Direito do Padre Frei João da Silveira do Carmo sobre as capelas do estado eclesiástico [S.l., 1639?] (f. 35-58v);
10. Alegação de Direito do Padre Diogo de Areda sobre as capelas do estado eclesiástico [S.l., 1639?] (f. 59-74v);
11. Alegação de Direito do Padre Belchior da Grã de Santo Elói sobre as capelas do estado eclesiástico [S.l., 1639] (f. 75-76v);
12. Cópia de breve de Urbano VIII. Roma. 5.7.1638 (f. 77-78v);
13. Impresso: [*Petição do Dr. Lourenço de Mendonça, prelado com jurisdição episcopal da diocese do Rio de Janeiro, ao Rei D. Filipe III*], Madrid, 2.1638 (f. 79-84v);
14. Carta de Frei João de [Portugal?] a destinatário desconhecido, informando que dera ao Dr. Sebastião de Matos de Noronha a carta que lhe dera para entregar ao Inquisidor-Geral D. Fernão Martins Mascarenhas [S.l.], 30.6.1625 (f. 87-87v);
15. Traslado de édito do Inquisidor-Geral D. Fernão Martins Mascarenhas contra um

<sup>227</sup> ANTT – *Instrumentos de Descrição*, Liv. 449, f. 646v-658.

- papel publicado contra o procedimento da Inquisição de Coimbra, com anotações marginais [S.l.], 11.6.1623 (f. 88-89v);
16. Traslado de acórdão da Inquisição no processo de Diogo de Melo, mourisco [S.l., s.d.] (f. 91-92v);
  17. Traslado de acórdão da Inquisição de Coimbra no processo de André de Barros de Beça, sacerdote [Coimbra, 1609] (f. 93-95v);
  18. Advertências do tempo que viera à Inquisição de [...] Salvador de Mesquita, Deputado do Conselho Geral, coligidas pelo Inquisidor Simão Barreto de Meneses, seguidas de sumários de cartas dos Inquisidores-Gerais e do Conselho Geral, entre 1566 e 1619, e sumários de despachos relativos a autos-da-fé e penitenciados, entre 1610 e 1612 [S.l., post. 1619] (f. 97-149v);
  19. Acórdão da Inquisição no processo de Branca Nunes, viúva de António Rodrigues, moradora em Viseu. Assinado pelo Dr. Gaspar Pereira, Jerónimo Teixeira Cabral, D. Frei Egídio da Apresentação e Francisco Pinto Pereira [Coimbra, 1595.] (f. 151-152v);
  20. Traslado de acórdão da Inquisição no processo de João de Vilhalpando, mercador, morador em Bragança, feito por António Dias Cardoso [Coimbra, 1591] (f. 153-153v);
  21. Traslado de minuta de acórdão da Inquisição [S.l., s.d.] (f. 154-154v);
  22. Traslado de acórdão da Inquisição no processo de Simão Gomes, rendeiro, morador em Bragança [Coimbra, 1591] (f. 155-156v);
  23. Traslado de acórdão do Conselho Geral no processo de Cristóvão Gomes Valdosa, mercador de Bragança [Coimbra, 1588] (f. 157-158v);
  24. Traslado de acórdão da Inquisição no processo de Isabel de Castro, mulher de Gaspar Rodrigues, de Bragança [Coimbra, 1593] (f. 159-161v);
  25. Traslado de acórdão da Inquisição no processo de Brás Gonçalves, de Gouveia [Coimbra, 1592] (f. 162-162v);
  26. Acórdão da Inquisição no processo de Isabel de Castro, mulher de Gaspar Rodrigues, de Bragança. Assinado por D. Afonso, Bispo-Conde, António Dias Cardoso, Frei António de São Domingos, António Vaz Cavaco, Mateus Pereira de Sá e Luís de Araújo [Coimbra, 1593] (f. 162-163v);
  27. Acórdão da Inquisição no processo de Isabel de Burgos, mulher de Francisco de Castro, de Bragança. Assinado por D. Afonso, Bispo-Conde, António Dias Cardoso, Frei António de São Domingos, António Vaz Cavaco, Mateus Pereira de Sá e Luís de Araújo [Coimbra, 1593] (f. 164-167v);
  28. Formulário de confissão de culpas [S.l., s.d.] (f. 168-168v);
  29. Traslado de acórdão da Inquisição no processo de Isabel Henriques, viúva de Miguel Rodrigues, do Porto [Coimbra, 1600] (f. 169-169v);
  30. Traslado de acórdão da Inquisição no processo de Mateus Pires, guarda [Coimbra, 1580] (f. 170-170v);
  31. Traslado de acórdão da Inquisição de Coimbra no processo de Miguel Luís, de Trancoso [Coimbra, 1579] (f. 171-171v);
  32. Acórdão da Inquisição no processo de Maria de Castro, mulher de Jorge Machado, de Bragança. Assinado por D. Afonso, Bispo-Conde, António Dias Cardoso, Frei

- António de São Domingos, António Vaz Cavaco e Mateus Pereira de Sá [Coimbra, 1596] (f. 172-172v);
33. Traslado de acórdão da Inquisição no processo de Afonso Cardoso, rendeiro, do Porto [Coimbra, 1603] (f. 174-174v);
  34. Traslado de acórdão da Inquisição no processo de Catarina Rodrigues, de Bragança [Coimbra, 1599] (f. 176-178v);
  35. Traslado de sessão de perguntas na Inquisição de Coimbra feitas a Catarina Rodrigues, moradora em Bragança. Coimbra, 11.6.1598 (f. 180-185v);
  36. Traslado de acórdão da Inquisição no processo de Afonso de Valbuena [Coimbra, 1599] (f. 186-188v);
  37. Traslado do libelo que Bartolomeu da Fonseca mandou fazer contra Gabriel Afonso, falsário, feito pelo Notário Simão Nogueira [Coimbra, 1595-1599] (f. 190-193v);
  38. Cópia da obra de Francisco Cano intitulada “Los sete psalmos penitenciales intrepreatados en lengua castellana com paraphrasis y algunas anotaciones pera maior declaracion”. Lisboa, 3.1587 (f. 194-229v);
  39. Parecer de Frei António Henrique sobre proposições que se haveriam de qualificar [S.l., s.d.] (f. 230-230v);
  40. Parecer de Nicolau Pimenta, Fernão Peres e Francisco Pereira sobre proposições que se haveriam de qualificar [S.l., s.d.] (f. 231-232v);
  41. Parecer de Frei Manuel Coelho sobre proposições que se haveriam de qualificar [S.l., s.d.] (f. 234-234v);
  42. Parecer de Francisco Pereira sobre proposições que se haveriam de qualificar [S.l., s.d.] (f. 235-237v);
  43. Parecer de Frei Luís de Soutomaior sobre proposições que se haveriam de qualificar [S.l., s.d.] (f. 240-240v);
  44. Parecer de Frei Egidio da Apresentação sobre proposições que se haveriam de qualificar [S.l., s.d.] (f. 240-240v);
  45. Pareceres de Cosme de Magalhães, António Carvalho, António de Castelo Branco, António Fernandes e Gaspar Gomes sobre proposições que se haveriam de qualificar [S.l., s.d.] (f. 242-242v);
  46. Cópia de carta monitória dos Inquisidores de Lisboa contra a circulação de um papel manuscrito sobre as Paixões de Cristo. Assinado por João Delgado Figueira e Pedro de Castilho. Publicado na Casa de Nossa Senhora da Graça de Lisboa em 19.10.1642. Lisboa, 18.10.1642 (f. 246-246v);
  47. Papel em favor de Francisco de Lucena, proibido pela Inquisição [S.l., s.d.] (f. 247-248v);
  48. Impresso: *Responsum Praecipuorum Doctorum / PARISIENSIS / ACADEMIAE SORBONICAE / Potentissimo Portugalliae Regno.*, [S.l., post. 1640] (f. 250-257v);
  49. Cópia do Regimento do Conselho Geral do Santo Ofício. Lisboa, 1.3.1570 (f. 258-269v);
  50. Apontamentos sobre a história do Conselho Geral do Santo Ofício e a nomeação de deputados e inquisidores. Lisboa, 11.12.1627 (f. 270-271v);
  51. Cópia da mão de D. Pedro de Castilho de carta que lhe escrevera o Bispo de Valladolid,

- Inquisidor-Geral de Castela, sobre as provas por testemunhas singulares. Casa, [1604-1608?]. (f. 274-274v);
52. Papel de D. Pedro de Castilho, Bispo de Leiria, sobre o perdão geral aos cristãos-novos [S.l., 1583-1604]. (f. 275-276v);
  53. Parecer de Pedro Barbosa sobre a validade da prova por testemunhas singulares, em latim [S.l., 1604] (f. 279-285v);
  54. Parecer de Mendo da Mota de Valadares sobre a validade da prova por testemunhas singulares, em latim [S.l.], 17.7.1604 (f. 287-301v);
  55. Cópia de carta do Inquisidor-Geral D. António Matos de Noronha a D. Filipe II sobre o perdão geral dos cristãos-novos [S.l.], 17.11.1599 (f. 304-305v);
  56. Cópia de carta ao Inquisidor-Geral (?) sobre as pressões feitas pelos cristãos-novos para obterem um perdão geral. Évora, [s.d.] (f. 306-308v);
  57. Cópia de carta do Arcebispo de Évora D. Teotónio de Bragança a D. Filipe II sobre o perdão geral dos cristãos-novos. Cartuxa [Évora], 4.9.1599 (f. 310-310v);
  58. Carta do Arcebispo de Évora D. Teotónio de Bragança a D. Filipe II sobre o perdão geral dos cristãos-novos. Cartuxa [Évora], 16.9.1599 (f. 311-311v);
  59. Cópia do discurso de uma pessoa zelosa do serviço de Deus e de Sua Majestade sobre a pretensão que traziam os da nação do Reino para haverem perdão geral de suas culpas de judaísmo sem as confessar [S.l., s.d.] (f. 314-324v);
  60. Cópia de memória de alguns casos de homens da nação que tinham recentemente entrado em religião e nela se achou que viviam na Lei de Moisés [S.l., s.d.] (f. 325-325v);
  61. Cópia de correspondência entre D. Sebastião e o Conde de Portalegre, embaixador em Madrid, seguida de relato sobre a composição que pediram os confessos no tempo dos Reis Católicos, e carta do Bispo de Cuenca para o Conde de Portalegre. 08-09.1576 (f. 326-327v);
  62. Cópia de carta do Rei de Portugal ao Papa sobre o pedido feito pelos cristãos-novos do Reino para obterem um perdão geral [S.l., s.d.] (f. 330-330v);
  63. Cópia de breve de Clemente VIII em favor dos cristãos-novos. Roma, 23.8.1604 (f. 331-335v);
  64. Parecer sobre os relapsos após o perdão geral [S.l., s.d.] (f. 338-340v);
  65. Dúvidas para serem resolvidas para a reformação do Regimento do Santo Ofício [S.l., s.d.] (f. 342-343v);
  66. Carta de Marcos Teixeira a destinatário desconhecido sobre um mulato [S.l., s.d.] (f. 343-344v);
  67. Carta de Manuel do Vale aos Inquisidores de [...] sobre um livreiro e certos livros proibidos [S.l.], 20.3.1612 (f. 346-346v);
  68. Tabelas com as regras para pôr a tormento as testemunhas consoante o grau de afinidade [S.l., s.d.] (f. 347-348v);
  69. Cópia de alvará de D. Henrique sobre o empréstimo de 100.000 cruzados para o resgate de cativos na Berbéria. Lisboa, 25.8.1579 (f. 349-349v);
  70. Parecer sobre como lidar com os que alegavam ter visões e que lhes apareciam as almas dos defuntos [S.l., s.d.] (f. 350-351v);

71. Cópia da visitação ordenada pelo Cardeal D. Henrique em 1570. Évora, 20.3.1570 (f. 352-353v);
72. Cópia de breve de Gregório XIII sobre o pecado nefando, datado de Roma, 13.8.1574, seguido de comissão do Cardeal D. Henrique, de 7.10.1574 (f. 354-355v);
73. Carta de Manuel do Vale a destinatário desconhecido sobre um caso de bigamia [S.l.], 21.2.1611 (f. 356-356v);
74. Carta de António Dias Cardoso a destinatário desconhecido sobre um caso de bigamia em Ceuta. Lisboa, 28.5.1611 (f. 357-357v);
75. Apontamentos sobre o pecado de solicitação em função do breve papal [S.l., s.d.] (f. 358-358v);
76. Apontamentos de Estêvão Henrique sobre uma sentença exarada na Inquisição de Évora [S.l., s.d.] (f. 359-359v);
77. Apontamentos vários sobre freiras penitenciadas [S.l., s.d.] (f. 360-361v);
78. Apontamentos vários para um interrogatório [S.l., s.d.] (f. 362-362v);
79. Carta de António Dias Cardoso a destinatário desconhecido de natureza pessoal. Lisboa, 28.5.1611 (f. 370-371v);
80. Regras gerais para julgar no crime de heresia [S.l., s.d.] (f. 372-373v);
81. Cópia de carta de D. Francisco de Castro, Bispo, ao Inquisidor-Geral (?) sobre as remissões acordadas com a Inquisição de Castela. Lisboa, 13.10.1635 (f. 374-374v);
82. Relação de Manuel da Cunha, por mandado de D. Francisco de Castro, Inquisidor-Geral, do que se passou entre as Inquisições de Castela e Portugal sobre as remissões de culpados em crime de heresia [S.l., post. 4.4.1635] (f. 375-386v);
83. Conjunto de documentos, cartas e certidões a que se refere a relação antecedente, datados de 1542 a 1635 (f. 388-405v);
84. Parecer de Marcos Teixeira e Rui Pires da Veiga sobre os assessores com voto consultivo ou deputados assalariados com voto decisivo. Lisboa, 16.7.1604 (f. 406-409v);
85. Traslado de 26.12.1567, feito em Trancoso, de obra de judeu converso, intitulada “Escritos sobre a Santa Fé”, alegadamente redigida em 1378. (f. 410-442v);
86. Dissertação religiosa, em latim [S.l., s.d.] (f. 443-443v);
87. Apontamentos acerca do breve de Gregório XIII sobre os sodomitas [S.l., 1572-1585] (f. 445-445v);
88. Parecer do Dr. Alexandre da Silva sobre as causas envolvendo clérigos ministros do Santo Ofício. Coimbra, 1.1653 (f. 446-447);
89. Notas e resumos de correspondência sobre o assunto precedente [S.d., post. 1669] (f. 447v);
90. Apontamentos sobre a isenção dos Inquisidores da justiça ordinária [S.l., s.d.] (f. 448-448v);
91. Cópia das perguntas que se fizeram a Fernão de Matos e o que ele respondeu sobre o modo em que havia de estar El-Rei no cadafalso [S.l., s.d.] (f. 449-451v);
92. Parecer sobre a presença de prelados religiosos quando se despachasse o processo de seus religiosos no Santo Ofício [S.l., s.d.] (f. 452-454v);
93. Papel sobre o caso do licenciado Luís Sarmiento, vizinho de Las Palmas, por ter comido

- carne num sábado [S.l., post. 1571] (f. 455-458v);
94. Parecer de Miguel Pereira e Manuel Pereira sobre uns embargos colocados a um acórdão [S.l., s.d.] (f. 459-459v);
  95. Carta de António Dias Cardoso ao Inquisidor de Évora Miguel Pereira sobre vários casos em curso. Lisboa, 19.1.1611 (f. 460-460v);
  96. Cópia de apócrifo intitulado “Sentença de Pôncio Pilato contra Jesus Cristo” [S.l., s.d.] (f. 461-462v);
  97. Carta de D. Manuel Pereira a destinatário desconhecido respondendo a perguntas sobre solicitantes. Lisboa, 17.9.1621 (?) (f. 465-466v);
  98. Cópia de sentença no caso da Inquisição contra Alonso de Ballibiera, vizinho de Múrcia, por crime de heresia, em castelhano [S.l., post. 1554] (f. 467-468v);

Título na lombada: “SANTO OFFICIO TOMO IX”.

Contém índice.

Segundo o inventário dos códices do Conselho Geral do Santo Ofício, elaborado após a extinção do tribunal<sup>228</sup>, corresponderia ao Livro 250 do Conselho Geral.

- Códice 1536<sup>229</sup>

376f.

[1624-1661]

Miscelânea.

Contém:

1. Cópia da consulta da Inquisição de Coimbra ao decreto do Conselho Geral sobre a lição dos livros proibidos. Coimbra, 21.5.1644 (f. 0-A – 1-A);
2. Parecer do Dr. Luís Ribeiro de Leiva sobre os relapsos em heresia, em latim. Coimbra, 29.11.1626 (f. 2-4v);
3. Traslado do breve de Inocêncio X acerca dos cônegos de Évora e o privilégio do Santo Ofício nas conezias doutorais, em latim. Roma, 19.12.1647 (f. 11-12v);
4. Cópia de parecer sobre as questões levantadas pela desobediência de Roque Cortes e a instigação do Dr. Francisco Pinheiro, de João Delgado Figueira [Évora, 1643?] (f. 13-17v);
5. Cópia da apelação interposta pelo Dr. Francisco Pinheiro em seu nome e do reitor e lentes da Universidade de Évora à sentença contra Roque Cortes. Évora, 29.1.1643-Lisboa, 3.2.1643 (f. 18-20v);
6. Cópia da sentença dada contra Roque Cortes, almotacé da feira de Évora, por não querer dar mantimentos a um deputado do Santo Ofício. Évora, 28.1.1643 (f. 21-22v);
7. Cópia da sentença e outras partes do processo de Roque Cortes, almotacé da feira de Évora, por não ter comparecido na Mesa do Santo Ofício quando a ela foi chamado [Évora, 1643?] (f. 23-28v);
8. Cópia de consulta da Inquisição de Lisboa sobre as questões levantadas pela desobediência de Roque Cortes e a instigação do Dr. Francisco Pinheiro [Lisboa],

<sup>228</sup> ANTT – *Instrumentos de Descrição*, Liv. 449, f. 653.

<sup>229</sup> Códice referido em *A Inquisição em Portugal (1536-1821). Catálogo...*, p. 266.

- 20.2.1643] (f. 29-31v);
9. Traslado de um papel que o Padre Francisco Pinheiro mandou à Mesa da prisão aonde estava em descargo da sua culpa. Évora, 5.2.1643 (f. 32-33v);
  10. Parecer do Dr. Manuel do Vale, Deputado da Inquisição de Évora, sobre o caso do Dr. Francisco Pinheiro, jesuíta e lente de prima da Universidade de Évora a propósito da prisão de Mestre Roque Cortes, almotacé da feira dos estudantes [Évora, post. 1643] (f. 34-60v);
  11. Cópia de consulta sobre a publicação que se haveria de fazer aos réus no crime de sodomia. Lisboa, 17.1.1645 (f. 61-61v);
  12. Cópia do memorial do Enviado de França no qual pedia os nomes dos ausentes portugueses em França delatados no Santo Ofício para lá serem punidos. Lisboa, 24.3.1653 (f. 63-64v);
  13. Parecer sobre se era herege ou apóstata um réu confessado ter-se apartado da fé católica para a Lei de Moisés e não saber o que era a Igreja de Roma [S.l., s.d.] (f. 65-68v);
  14. Papel do Inquisidor Mateus Homem Leitão sobre limpeza de sangue [S.l., s.d.] (f. 69-76v);
  15. Cópia de consulta da Inquisição de Évora sobre se os Inquisidores-Gerais podiam dar licença para se lerem livros proibidos depois do breve de Urbano VIII. Évora, 24.5.1644 (f. 77-82v);
  16. Parecer de Hugo Buoncompagnus sobre a prisão do Conde de Vila Franca, em latim. Bolonha, 25.7.1651 (f. 83-89v);
  17. Razões por que se conclui não ser lícito introduzir liberdade de consciência no Reino [S.l., 1655?] (f. 91-94v);
  18. Parecer de Frei Valério de São Raimundo sobre a introdução de liberdade de consciência no Reino em função da paz com Inglaterra. Évora, 31.8.1655 (f. 95-98v);
  19. Parecer de Frei Manuel Caldeira sobre a introdução de liberdade de consciência no Reino em função da paz com Inglaterra, em latim. Évora, 30.8.1655 (f. 99-101v);
  20. Parecer do Dr. Francisco Soares sobre a introdução de liberdade de consciência no Reino em função da paz com Inglaterra. Évora, 28.8.1655 (f. 103-105v);
  21. Cópia de consulta da Inquisição de Évora sobre as consequências dos éditos de graça. Évora, 28.1.1641 (f. 107-110v);
  22. Cópia de carta sobre a prisão do Conde de Vila Franca. Roma, 27.1.1652 (f. 111-112v);
  23. Papel sobre não se dar a comunhão aos reconciliados [S.l., 1642] (f. 113-120v);
  24. Cópia de consulta da Inquisição de Évora sobre não se dar a comunhão aos reconciliados. Évora, 24.11.1642 (f. 121-122v);
  25. Cópia de parecer de Manuel do Vale de Moura sobre não se dar a comunhão aos reconciliados [S.l., 1642] (f. 123-129v);
  26. Parecer do Inquisidor Mateus Homem Leitão sobre a disposição do parágrafo 10, título 13 do Livro 2 do Regimento acerca do que se vencia pela maior parte [S.l., s.d.] (f. 131-134v);
  27. Dúvidas que Nicolau Monteiro, Abade de Cedofeita, apontou sobre os editais que se publicaram contra os solicitantes, e resposta da Mesa [S.l.], 9.4.1636 (f. 135-136v);
  28. Cópia de parecer do Dr. Sebastião da Guarda Fragoso sobre o interdito do Colector

- Alessandro Castracani. Lisboa, 10.12.1646 (f. 137-142v);
29. Ordem do Conselho Geral à Inquisição de Coimbra sobre a confiscação de bens [S.l., s.d.] (f. 143-143v);
  30. Cópia de consulta da Inquisição de Évora sobre a confiscação de bens por sodomia, se havia de ser até à sentença ou até ao último acto [Évora, s.d.] (f. 144-149v);
  31. Cópia de consulta da Inquisição de Évora sobre se a Inquisição podia proceder contra as mulheres sodomitas. Évora, 22.3.1646 (f. 150-151v);
  32. Parecer sobre se a penetração simples sem efusão de semente bastava para a pena ordinária dos sodomitas [S.l., s.d.] (f. 152-154v);
  33. Cópia do assento do Conselho Geral sobre o tempo em que se incorria a pena da confiscação de bens por sodomia. Lisboa, 18.12.1646 (f. 156-156v);
  34. Cópia de consulta da Inquisição de Coimbra sobre se os fiéis tinham a obrigação de denunciar o crime de sodomia. Coimbra, 29.6.1639 (f. 158-159v);
  35. Parecer sobre a heresia dos cristãos-novos, em latim [S.l., s.d.] (f. 160-165v);
  36. Cópia de consulta da Inquisição de Lisboa e resolução do Conselho Geral sobre a forma da procissão dos penitentes em tempo de interdito. Lisboa, 28.2.1640-9.3.1640 (f. 166-167v);
  37. Cópia de consulta da Inquisição de Évora sobre a forma da procissão dos penitentes em tempo de interdito. Évora, 29.2.1640 (f. 168-169v);
  38. Declarações ao Regimento do Tribunal do Santo Ofício, recebidas em Évora [1641-1642] (f. 170-174v);
  39. Cópia de consulta do Conselho da Fazenda sobre a questão da confiscação de bens. Lisboa, 5.5.1655 (f. 176-177v);
  40. Cópia da resposta de D. João IV à consulta precedente, seguida de cópia de carta do Secretário Diogo Velho à Inquisição de Évora. Lisboa, 19.8.1655 e 24.1.1657 (f. 178-178v);
  41. Cópia de consulta do Conselho da Fazenda sobre a questão da confiscação de bens. Lisboa, 2.1.1657 (f. 179-182v);
  42. Discurso do Inquisidor Mateus Homem Leitão sobre a remissão da pena de confiscação que o Rei fizera em favor dos cristãos-novos [S.l., s.d.] (f. 184-191v);
  43. Cópia de parecer dos Drs. Francisco Pinheiro, João de Matos e Francisco Valente, entre outros, sobre se o Rei poderia conceder liberdade de comércio, assegurando aos mercadores que nenhum dinheiro ou fazenda mercantil lhes seria tomada para o Fisco por crime algum. Lisboa, 29.8.1647 a 21.1.1649 (192-195v);
  44. Cópia de carta de D. Francisco de Castro, Inquisidor-Geral, à Inquisição de Évora sobre a necessidade de administrarem a justiça com a maior pureza possível [Lisboa], 9.1.1649 (f. 196-196v);
  45. Cópia de consulta do Conselho Geral sobre a isenção de confiscação que o Rei pretendia dar aos bens dos cristãos-novos que incorressem em crime de heresia. Lisboa, 5.3.1649 (f. 198-206v);
  46. Cópia de consulta da Inquisição de Évora sobre a isenção de confiscação que o Rei pretendia dar aos bens dos cristãos-novos que incorressem em crime de heresia. Évora,

- 24.2.1648 (f. 208-214v);
47. Cópia de papel que se achou na gaveta do Inquisidor Belchior Dias Preto sobre o alvará régio sobre a confiscação de bens. Évora, [s.d.] (f. 216-216v);
  48. Cópia de assento do Conselho Geral sobre a confiscação de bens. Lisboa, 10.4.1571 (f. 217-217v);
  49. Cópia de carta de D. João IV ao Juiz do Fisco de Coimbra sobre o cumprimento do alvará da confiscação dos bens. Alcântara, 3.6.1649 (f. 218-218v);
  50. Cópia de consulta da Inquisição de Évora sobre a isenção de confiscação que o Rei pretendia dar aos bens dos cristãos-novos que incorressem em crime de heresia. Évora, 5.11.1650 (f. 233-234v);
  51. Papel contendo questões sobre o alvará régio de confiscação de bens [S.l., s.d.] (f. 235-235v);
  52. Cópia de consulta da Inquisição de Évora sobre a isenção de confiscação que o Rei pretendia dar aos bens dos cristãos-novos que incorressem em crime de heresia. Évora, 30.7.1649 (f. 236-237v);
  53. Parecer de Pedro de Castilho sobre a confiscação de bens [S.l.], 13.8.1649 (f. 239-241v);
  54. Cópia de carta de D. Francisco de Castro, Inquisidor-Geral, ao Papa Inocêncio X, sobre a confiscação de bens dos cristãos-novos. Lisboa, 17.10.1649. Segue-se a resposta, datada de Roma, 17.5.1650, e carta que o Secretário do Conselho Geral escreveu à Mesa com as cópias atrás (Lisboa, 11.10.1650) e cópia do assento da Mesa (Lisboa, 11.11.1650) (f. 244-246v);
  55. Cópia de carta de D. João IV de resposta à consulta do Conselho Geral de 10.10.1654. Lisboa, 1.11.1654 (f. 247-247v);
  56. Cópia de consulta da Inquisição de Coimbra sobre a confiscação de bens. Coimbra, 23.11.1654 (f. 248-250v);
  57. Cópia de consulta da Inquisição de Coimbra sobre o breve papal que anulava o alvará régio sobre a confiscação de bens. Coimbra, 3.11.1650 (f. 253-253v);
  58. Cópia de consulta da Inquisição de Coimbra sobre a confiscação de bens. Coimbra, 12.11.1654 (f. 254-255v);
  59. Cópia de consulta da Inquisição de Lisboa sobre os custos da sustentação dos presos [Lisboa], 15.2.1650 (f. 257-259v);
  60. Cópia de carta do Secretário do Conselho Geral para Inquisição de Évora, seguida de cópia de decreto régio sobre a confiscação e assento da mesma Inquisição sobre o mesmo assunto. Lisboa, 28.6.1652 – Évora, 13.7.1652 (f. 261-263v);
  61. Cópia de decreto do Conselho da Fazenda sobre os depósitos dos presos e condenados pelo Santo Ofício. Lisboa, 14.12.1656 (f. 265-265v);
  62. Cópia de consulta do Conselho Geral sobre a diminuição do cabedal da Inquisição. Lisboa, 27.7.1655 (f. 266-266v);
  63. Cópia de consulta da Inquisição de Évora sobre a confiscação de bens, seguida de resolução do Conselho Geral. Évora, 30.7.1655 – Lisboa, 18.9.1655 (f. 267-267v);
  64. Cópia de consulta do Conselho Geral sobre a confiscação de bens. Lisboa, 23.12.1654 (f. 269-269v);
  65. Minuta de parecer sobre a confiscação de bens [S.l., s.d.] (f. 270-271v);

66. Cópia de carta de D. João IV ao Juiz do Fisco de Évora ordenando que entregasse aos depositários gerais os bens dos reconciliados que tinham sido presos depois do alvará de 6.2.1649. Alcântara, 7.5.1651 (f. 273-273v);
  67. Cópia de assento da Mesa da Inquisição de Coimbra sobre a confiscação de bens. Coimbra, 8.7.1652 (f. 274-276v);
  68. Cópia de carta do Secretário Diogo Velho para a Inquisição de Évora, seguida de consulta do Conselho Geral sobre a confiscação de bens. Lisboa, 23.10.1654 – 14.11.1654 (f. 277-280v);
  69. Cópia de resposta de D. João IV à consulta do Conselho Geral de 10.10.1654. Lisboa, 1.11.1654 (f. 281-281v);
  70. Cópia de carta do Secretário Diogo Velho para a Inquisição de Évora sobre a confiscação de bens. Lisboa, 14.12.1650 (f. 282-282v);
  71. Cópia da fala que fez D. João IV a D. Francisco de Castro, Inquisidor-Geral, convocando-o a vir à sua presença, acompanhado de alguns ministros do Conselho Geral, seguida de resposta do Inquisidor-Geral, carta do Secretário Diogo Velho para a Inquisição de Évora, certidão da resolução de D. João IV, despacho do Conselho Geral, carta de D. João IV ao Juiz do Fisco de Évora, e ordem do Inquisidor-Geral para as Inquisições continuarem com o despacho ordinário em caso de alteração no Conselho Geral. Lisboa, 26.1.1651 – 18.2.1651 (f. 283-288v);
  72. Cópia dos precatórios que da Inquisição de Évora se passaram às justiças seculares para fazerem sequestros e inventários dos bens das pessoas presas pelo Santo Ofício em conformidade com a ordem do Inquisidor-Geral de 18.2.1651. Évora, 25.2.1651 – Lisboa, 26.10.1655 (f. 288v-296v);
  73. Cópia da alegação de Direito ao memorial da gente da nação de Portugal [S.l., s.d.] (f. 297-321v);
  74. Impresso: [*Edital sobre os casos que pertenciam ao Santo Ofício e que nenhum prelado pudesse deles tomar conhecimento*], Lisboa, António Craesbeeck, 1661 (f. 323-323v);
  75. Cópia da defesa de António Homem no processo de sodomia [S.l., 1624?] (f. 324-334v);
  76. Cópia da defesa de António Homem das culpas de judaísmo [S.l., 1624?] (f. 336-375v).
- Contém índice.

Título na lombada: “SANTO OFFICIO TOMO X”.

Segundo o inventário dos códices do Conselho Geral do Santo Ofício, elaborado após a extinção do tribunal<sup>230</sup>, corresponderia ao Livro 251 do Conselho Geral.

- Códice 1537<sup>231</sup>  
434f.  
[1289-1690]  
Miscelânea.  
Contém:  
1. Cópia de consulta da Inquisição de Évora acerca de poderem os Inquisidores-Gerais

<sup>230</sup> ANTT – *Instrumentos de Descrição*, Liv. 449, f. 653.

<sup>231</sup> Códice referido em *A Inquisição em Portugal (1536-1821). Catálogo...*, p. 262-263.

- dar licença para se lerem livros proibidos depois do breve de Urbano VIII. Évora, 24.5.1644 (f. 1-3v);
2. Cópia de consulta da Inquisição de Coimbra acerca de poderem os Inquisidores-Gerais dar licença para se lerem livros proibidos depois do breve de Urbano VIII [Coimbra, post. 21.5.1644] (f. 5-5v);
  3. Alegação de autores a respeito de poderem os Inquisidores ler livros proibidos (f. 6-6v);
  4. Cópia da carta do Inquisidor-Geral ao Conde-Duque de Olivares (?) sobre as necessidades de dinheiro para apresto de armadas. Lisboa, 13.11.1627 (f. 7-7v);
  5. Lembranças para o Sermão da Fé [S.l., s.d.] (f. 8-10v);
  6. Regimento de D. Francisco de Castro, Inquisidor-Geral, para Diogo de Sousa, Inquisidor de Coimbra, visitar alguns lugares do seu distrito. Lisboa, 30.6.1637 (f. 13-16v);
  7. Cópia de provisão de D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, sobre a limpeza de sangue que ordenara fazer da linhagem de Fernão de Matos, Secretário do Santo Ofício, em Leomil e Trancoso. Lisboa, 30.10.1614 (f. 17-18v);
  8. Instrução e regimento para os Revedores que visitariam as livrarias por comissão do Inquisidor-Geral [S.l., s.d.] (f. 19-19v);
  9. Impresso: *Constituyçan do nosso muy / Sancto padre Papa Pio quinto contra os / que offendem ho estado, negocios e / pessoas do Sancto Officio da / Inquisiçam, contra ha / heretica prauidade.* [S.l., post. 1.4.1569] (f. 21-22v);
  10. Carta de Frei Cristóvão de Sá e Lisboa, Arcebispo de Goa, ao Papa Paulo V sobre um tratado redigido pelo presbítero Roberto de Nobili e os métodos missionários da missão de Maduré. Goa, 22.2.1619 (f. 23-23v);
  11. Carta de Francisco Rodríguez, Arcebispo de Cranganor, ao Papa Paulo V sobre os brâmanes e os métodos missionários da missão de Maduré. Goa, 16.2.1619 (f. 24-24v);
  12. Carta de Francisco Rodríguez, Arcebispo de Cranganor, ao Papa Paulo V sobre os brâmanes e os métodos missionários da missão de Maduré. Goa, 21.2.1619 (f. 25-25v);
  13. Carta de Frei Cristóvão de Sá e Lisboa, Arcebispo de Goa, ao Papa Paulo V sobre um tratado redigido pelo presbítero Roberto de Nobili e os métodos missionários da missão de Maduré. Goa, 21.2.1619 (f. 26-26v);
  14. Parecer do Dr. João da Costa Ribeiro sobre se o Notário José Coelho, cónego de Viseu, não tendo servido cinco anos o Santo Ofício de Lisboa, mas tendo servido nos negócios em Roma, deveria esse tempo ser contado na sua conezia. Coimbra, 5.1687 (f. 30-33v);
  15. Cópia de breve de Paulo V sobre o quinquénio requerido pelo Santo Ofício para os seus ministros, com notas posteriores. Roma, 12.10.1613 (f. 34-34v);
  16. Carta de D. Veríssimo de Lencastre, Inquisidor-Geral, solicitando o envio de propostas de indivíduos para enviar para a Índia. Lisboa, 30.6.1690 (f. 36-37v);
  17. Cópia das instruções de D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, para se tomarem contas ao Tesoureiro do Fisco de Lisboa. Lisboa, 10.10.1614 (f. 38-41v);
  18. Exposição ao Papa Pio IV sobre se nas inquisições do Reino de Portugal se poderia julgar e conhecer o crime de sodomia como nas Inquisições de outros reinos [S.l., 1559-1565] (f. 42-43v);
  19. Carta de D. Francisco de Castro, Inquisidor-Geral, a destinatário desconhecido,

- provavelmente um Inquisidor no âmbito de uma visita. Lisboa, 21.8.1647 (f. 43bis-43bisv);
20. Força da provisão que o Governo passara para se visitarem os Fiscos [S.l., s.d.] (f. 44-45v);
  21. Parecer sobre se os Familiares do Santo Ofício eram escusados do ofício de vereador em razão dos seus privilégios [S.l., s.d.] (f. 46-47v);
  22. Cópia da resposta de uma carta feita pelo Inquisidor Simão Barreto sobre a comutação da pena das galés [S.l., s.d.] (f. 48-49v);
  23. Impresso: *TRASLADO / AUTENTICO / DE TODOS OS PRIVILEGIOS CON- / cedidos pelos Reis destes Reynos, & Senhorios de / Portugal aos Officiaes, & Familiares do Santo Officio da Inquisição*. Lisboa: na Oficina de Miguel Manescal, 1735 (f. 50-53v);
  24. Traslado de uma carta de D. Fernão Martins Mascarenhas, Inquisidor-Geral, à Mesa do Santo Ofício sobre se os Deputados do Santo Ofício sendo religiosos podiam ser excomungados pelo seu vigário superior na religião. Lisboa, 15.3.1624 (f. 54-54v);
  25. Certidão de Simão Álvares Pereira, Notário da Inquisição de Évora, sobre uns autos crime de injúria entre João Rodrigues e Vicente Martins Correia. Lagos, 9.11.1647 (f. 56-57v);
  26. Cópia de consultas da Inquisição de Évora sobre Manuel da Gama e Diogo Pereira. Évora, 18.6.1653-10.11.1653 (f. 58-59v);
  27. Compêndio de todas as pessoas despachadas no Santo Ofício de Lisboa desde o princípio da Inquisição até ao ano de 1629 (f. 60-61v);
  28. Cópia da bula de Inocência XI de restituição da jurisdição do Santo Ofício. Roma, 22.8.1681 (f. 62-64v);
  29. Apontamentos do Inquisidor-Geral sobre o número dos oficiais do Santo Ofício e seus salários (f. 66-69v, 77-80v);
  30. Carta do Bispo-Conde, D. João de Melo, sobre o último auto-da-fé. Bussaco, 6.7.1691 (f. 70-71v);
  31. Alegação de autores a respeito de poderem os Inquisidores ler livros proibidos (f. 76-76v);
  32. Notas sobre replicar-se ao que mandava o Conselho Geral [S.l., s.d.] (f. 81-81v);
  33. Papel solto que refere Gaspar Lopes, mulato de Beja, relaxado em 1672 ou 1572, num sobrescrito dirigido ao Inquisidor Manuel da Cunha Pinheiro [S.l., s.d.] (s/f.);
  34. Traslado de breve de Clemente VIII sobre o rendimento das coneziias de Évora. Roma, 18.3.1598. Traslado feito por Miguel da Costa Lobo, Notário Apostólico (f. 83-86v);
  35. Apontamentos sobre os dez graus de tormento [S.l., s.d.] (f. 87-87v);
  36. Regras gerais para julgar no crime de heresia [S.l., s.d.] (f. 89-90v);
  37. Ordens que mandara o Inquisidor-Geral e o Conselho Geral, tiradas das cartas enviadas à Inquisição de Coimbra, entre 1682 e 1686 [Coimbra, c. 1686] (f. 92-94v);
  38. Parecer sobre se podiam os Inquisidores obrigar aos juizes seculares a que executassem as suas sentenças e outras coisas [S.l., s.d.] (f. 95-105v);
  39. Juntas que se fizeram em Sevilha por mandado de D. Filipe II para reformar o Santo Ofício em Portugal. Valladolid, [post.] 21.9.1603 (f. 106-115v);
  40. Resposta do Conselho Geral aos capítulos da dita junta. Lisboa, 9.8.1604 (f. 119-127v);
  41. Carta de advertência que o Inquisidor-Geral D. Francisco de Castro escreveu às Mesas do Santo Ofício. Lisboa, 9.1.1649 (f. 128-129v);
  42. Relatório do Santo Ofício do que se fez no ofício pela alma do Inquisidor-Geral D.

- Pedro de Castilho. Coimbra, 27.4.1615 (f. 130-131v);
43. Parecer sobre um agravo que se interpôs por um Deputado de os Inquisidores de Évora lhe não taparem as suas casas [S.l., s.d.] (f. 133-139v, 142-143v);
  44. Carta de Diogo Velho a destinatário desconhecido sobre o que se decidira na reunião do Conselho Geral. Lisboa, 29.9.1646 (f. 140-140v);
  45. Parecer sobre se a Mesa podia dar aposentadoria aos ministros, oficiais e familiares do Santo Ofício dentro no lugar onde o Tribunal assistia [S.l., s.d.] (f. 141-141v);
  46. Advertências no modo que se teria em Évora no auto-da-fé realizado em 1619 na presença do Rei, incluindo cópia de carta da câmara de Évora. Évora, 10.4.1619 (f. 144-146v);
  47. Instruções de D. Francisco de Castro, Inquisidor-Geral, para a visita que haveria de fazer o Inquisidor Diogo de Sousa no distrito de Coimbra. Lisboa, 8.7.1637 (f. 148-149v);
  48. Cópia de breve de Clemente VIII contra os solicitantes. Roma, 22.1.1599 (f. 152-152v);
  49. Advertências sobre o que se devia fazer num auto-da-fé havendo interdito na cidade em que se fizesse, com base em cartas do Conselho Geral de 1541 a 1640 (f. 154-159v);
  50. Consulta da Inquisição de Évora sobre se era conveniente haver édito de graça [Évora, 18.1.1641] (f. 160-162v);
  51. Traslado de uma carta da Inquisição de Évora ao Conselho Geral sobre se era conveniente mudar os presos da Inquisição de Évora para a de Lisboa. Évora, 23.10.1641 (f. 164-165v);
  52. Cópia de carta da Inquisição de Lisboa sobre a citação de Luís Soares Henriques em Santarém. Lisboa, 23.3.1638 (f. 166-166v);
  53. Cópia de consulta da Inquisição de Coimbra sobre se podiam os Deputados do Santo Ofício ser censurados por juízes ordinários ou delegados. Coimbra, 17.4.1678 (f. 168-172v);
  54. Do modo de proceder nas causas do Santo Ofício no seu princípio (f. 174-175v);
  55. Cópia de carta de D. João III ao Papa Paulo III para não se acreditarem nas queixas que faziam os cristãos-novos, em italiano. Lisboa, 26.7.1546 (f. 176-177v);
  56. Cópia de carta do Cardeal D. Henrique a Pietro Domenico acerca da revogação do breve pontifício de Duarte da Paz. Évora, 10.2.1542 (f. 178-178v);
  57. Cópia de carta de D. Filipe III a D. Francisco de Castro, Inquisidor-Geral, sobre os memoriais dos cristãos-novos. Madrid, 12.1.1633 (f. 180-180v);
  58. Cópia de carta para o Inquisidor-Geral (?) sobre os cristãos-novos que foram a Madrid para tratar dos seus negócios particulares [S.l.], 12.2.1626 (f. 182-182v);
  59. Cópia de carta do Marquês de Alenquer a D. Filipe II Rei acerca de não se conceder perdão geral, em castelhano [S.l., ant. 1621] (f. 183-184v);
  60. Interpretação ao parágrafo 11 do título 25 do Livro 3 do Regimento sobre sodomitas [S.l., 1655?] (f. 185-191);
  61. Interpretação ao título 21 do Livro 3 do Regimento sobre um impediante [S.l., 1655?] (f. 191v-195v);
  62. Parecer acerca dos passadores dos cristãos-novos para Castela [S.l., 1651?] (f. 196-198v);
  63. Traslado da concordata que fez D. Dinis acerca da liberdade eclesiástica [S.l., 1289?] (f. 199-208v);
  64. Traslado de breve de Pio IV de isenção dos cavaleiros das ordens militares. Roma, 17.2.1563. Traslado de 23.5.1613, por Alexandre de Figueiroa (f. 211-215v);
  65. Cópia de breve de Gregório XIII sobre a bula da Ceia do Senhor e as concordatas que

- se fizeram em Portugal acerca da liberdade eclesiástica. Roma, 29.4.1574 (f. 217-217v);
66. Impresso: [*Breve de Clemente VIII para os cristãos-novos não terem benefícios eclesiásticos no Reino*], [Lisboa, 1602?] (f. 219-222v);
67. Impresso: [*Breve de Clemente VIII contra os que diziam missa sem ter ordens sacras*], [S.l., 1601?] (f. 223-223v);
68. Impresso: *BVLLA DO SANTIS- SIMO PADRE, E SENHOR NOS- so Paulo Papa Quinto, lida no dia / da Cea do Senhor do / Anno de / M. DC. VI*. Braga: Frutuoso Lourenço de Basto, 1607 (f. 224-231v);
69. Impresso: *Breue do Sanctissimo PP. Paulo Quinto N.S. / sobre os descendentes dos Hebreos não poderem exercitar officio de / Curas de Almas: nem ter Benefícios curados: nem Dignidades em / suas Cathedraes. Assi Clerigos, como Regulares, / & Freyres das Orde~s Militares*. Lisboa: António Álvares, 1613 (f. 232-235v);
70. Fragmento de papel solto com referências a consultas [S.l., s.d.] (s/f);
71. Cópia de carta do Cardeal Borghese para o Bispo Accoromboni, Colector em Portugal para que a Bula de Clemente VIII e Paulo V se entendesse para se proibirem benefícios em clérigos cristãos-novos, mas não para serem clérigos. Roma, 1.5.1616 (f. 236-236v);
72. Impresso: [*Breve de Paulo V para se poder rezar à beata Santa Teresa posto que ainda não estivesse canonizada*], [S.l., 1617?], com assinatura de um notário (f. 238-239v);
73. Impresso: [*Breve de Paulo V para não se disputar o mistério da concepção de Nossa Senhora*], Lisboa, Pedro Craesbeeck, 1617 (f. 240-240v);
74. Impresso: [*Breve de Paulo V concedendo indulgências aos que estavam em terra de infieis*], Roma, Tipografia da Câmara Apostólica, 1619 (com assinatura de Francisco Sacchinus, Secretário) (f. 241-241v);
75. Impresso: [*Breve de Paulo V da beatificação de São Francisco Xavier*], [S.l., 1620?] (f. 242-242v);
76. Cópia de breve de Gregório XV acerca dos conservadores apostólicos. Roma, 20.9.1621 (f. 243-246v);
77. Impresso: [*Breve de Gregório XV acerca da concepção de Nossa Senhora*], Madrid: Tipografia de Luís Sánchez e Tipografia Régia, 1622 (f. 247-247v);
78. Impresso: [*Breve de Gregório XV do Jubileu de Porciúncula*], [S.l., 1622?], com assinatura de notário (Benito Sozano?) (f. 248-248v);
79. Impresso: [*Breve de Urbano VIII para os eclesiásticos pagarem tributo para que se pelesse contra os infieis*], [S.l., 1624?] (f. 249-252v);
80. Impresso: [*Breve de Urbano VIII para se receber em Portugal o Arcebispo de Mirra, expulso pelos infieis*], [S.l.], 1624 (f. 253-253v);
81. Impresso: *S.<sup>M</sup> D. N. / D. VRBANI / DIVINA PROVIDENTIA / PAPAЕ VIII. / CONSTITVTIO / Contra male Ordinantes, & male / Ordinatos*. Roma: Tipografia da Câmara Apostólica, 1624 (f. 254-255v);
82. Impresso: *VENERABILIBVS FRATRIBVS / PATRIARCHIS, / ARCHIEPISCOPIS, / ET EPISCOPIS / ECCLESIAE CATHOLICAE*. Roma: Tipografia da Câmara Apostólica, 1625 (f. 256-259v);
83. Impresso: *PROVISAM / DO SENHOR LOVREN- / C,O TRAMALLO BISPO / DE*

- GERACE, E COLLEITOR GERAL APOSTOLICO DE / sua Santidade co poderes de Nuncio nestes Reynos, & Senhorios de Portugal, cõ in- / serção de hũ Breue Apostolico do Papa Urbano Octauo nosso senhor: dirigido ao di- / to senhor Colleitor, sobre as cõtrouersias mouidas entre D. Antonio Mascarenhas / Commissario geral da Sancta Cruzada de hũa parte, & o dito senhor Colleitor, & / mais ministros da Legacia da outra, sobre materias de jurdição: & com inserção / outro sy da notificação feita do dito Breue, & prouizão, ao dito Dom / Antonio, o que o senhor Dom Ioseph de Mello Arcebispo de / Euora mandou imprimir por lho pedir, & enco- / mendar assy o dito senhor Colleitor. [Évora?]: na Impressão de Manuel Carvalho, impressor da Universidade, 1631 (f. 260-263v);
84. Impresso: *DECRETVM / CONSISTORIALE / S. D. N. VRBANI / Diuina Prouidentia Papae VIII. / De Titulis S.R.E. Cardinalium*. Roma: Tipografia da Câmara Apostólica, 1630 (f. 264-265v);
85. Impresso: [Breve de Urbano VIII para se celebrar missa e rezar o ofício do beato São João de Deus]. Roma: Tipografia da Câmara Apostólica, 1630 (f. 266-266v);
86. Impresso: *BREVE ET SENTENTIA S. D. N. / VRBANI PAPAЕ VIII. CONTRA CENSVRAS, ET / GESTA PER D. D. IOSEPH DE MELO ARCHIEPOISCO PVM ELBOREN. EIVSQ. / tribunal contra Doctorem Antonium Rodericum Sylueira Canonicum Ecclesiae, & / Conseruatorem Vniuersitatis Elboreñ*. [S.l., 1631?] (f. 267-267v);
87. Impresso: *S. D. N. VRBANI diuina prouidentia Papae VIII. / EXTENSIO. / Constitutionis ree. mem. GREGORII Papae XV. reuocatoriae concessionum / viuuae vocis oraculo factarum*. Lisboa: Pedro Craesbeeck, 1632 (f. 268-269v);
88. Cópia de carta de D. Fernão Martins Mascarenhas, Bispo do Algarve, ao Papa sobre as entradas que naquele Reino tinham feito os ingleses [S.l., s.d.] (f. 272-273v);
89. Cópia de carta de D. Fernão Martins Mascarenhas, Inquisidor-Geral, ao Papa para que concedesse aos ministros do Santo Ofício que fossem isentos da jurisdição ordinária sendo réus ou autores. Lisboa, [s.d.] (f. 274-274v);
90. Cópia de carta de D. Fernão Martins Mascarenhas, Inquisidor-Geral, ao Papa Paulo V abonando a Luís Álvares Pereira de cristão-velho [S.l., s.d.] (f. 275-275v)
91. Cópia de carta de D. Fernão Martins Mascarenhas, Inquisidor-Geral, ao Papa Paulo V abonando a Luís Álvares Pereira de cristão-velho, e nomeando-o Deputado e Agente do Santo Ofício em Roma. Lisboa, 17.10.1620 (f. 276-276v);
92. Cópia de várias cartas de D. Fernão Martins Mascarenhas, Inquisidor-Geral, ao Papa, sobre a vinda do colector Albergati, Miguel Soares Pereira, agente em Roma, e a Colegiada de Guimarães [s.l., s.d.] (f. 277-278v);
93. Cópia de carta de D. Fernão Martins Mascarenhas, Inquisidor-Geral, ao Papa Paulo V pedindo que deixasse imprimir o tratado do jesuíta Francisco Soares intitulado *De Gratia Et De Auxiliis* Lisboa, 21.1.1617 (f. 279-279v);
94. Cópia de carta de D. Fernão Martins Mascarenhas, Inquisidor-Geral, ao Secretário do Conselho Geral de Castela para ajudar o Inquisidor Manuel Pereira no provimento do priorado de Avis em que ia consultado, com informação em anexo. Lisboa, 23.2.1619

- (f. 281-282v);
95. Cópia de carta de D. Fernão Martins Mascarenhas, Inquisidor-Geral, ao Papa para que lhe desse os benefícios que vagavam por morte dos ministros do Santo Ofício à sua disposição [S.l., s.d.] (f. 285-285v);
  96. Cópia de carta de D. Fernão Martins Mascarenhas, Inquisidor-Geral, ao Papa para que não se desse uma conezia a António Farto por ser cristão-novo [S.l., s.d.] (f. 286-287v);
  97. Cópia de carta de D. Fernão Martins Mascarenhas, Inquisidor-Geral, ao Papa para que, vagando as conezias de Coimbra de dois presos na Inquisição de Coimbra, se dessem a dois ministros do Santo Ofício [S.l., s.d.] (f. 288-288v);
  98. Cópia de carta de D. Fernão Martins Mascarenhas, Inquisidor-Geral, ao Papa para que a conezia de Coimbra que vagara por um relaxado se desse a D. Miguel de Castro [S.l., s.d.] (f. 290-290v);
  99. Cópia de carta de D. Fernão Martins Mascarenhas, Inquisidor-Geral, ao Papa para que se declare a conceção de Nossa Senhora sem o pecado original [S.l., s.d.] (f. 292-293v);
  100. Cópia de carta de D. Fernão Martins Mascarenhas, Inquisidor-Geral, ao Papa para que se beatificasse São Francisco Gil de Santarém [S.l., s.d.] (f. 294-294v);
  101. Cópia de carta de D. Fernão Martins Mascarenhas, Inquisidor-Geral, ao Papa para que se beatificasse São Francisco Gil de Santarém [S.l., s.d.] (f. 296-296v);
  102. Cópia de carta de D. Fernão Martins Mascarenhas, Inquisidor-Geral, ao Papa para que se beatificasse Santa Teresa [S.l., s.d.] (f. 298-298v);
  103. Cópia de carta de D. Fernão Martins Mascarenhas, Inquisidor-Geral, ao Papa Paulo V em que se pedia decisão acerca de algumas dúvidas num sacramento. Lisboa, 11.1.1621 (f. 300-300v);
  104. Carta de Francisco Rodríguez, Arcebispo de Cranganor, ao Papa Paulo V sobre as dúvidas ocorridas na Índia acerca de certas insígnias que traziam os brâmanes e os métodos missionários da missão de Maduré. Goa, 21.2.1619 (f. 302-302v);
  105. Carta de Francisco Rodríguez, Arcebispo de Cranganor, ao Papa Paulo V sobre as dúvidas ocorridas na Índia acerca de certas insígnias que traziam os brâmanes e os métodos missionários da missão de Maduré. Goa, 16.2.1619 (f. 303-303v);
  106. Carta de D. João Fernandes de Almeida ao Papa Paulo V sobre as dúvidas ocorridas na Índia acerca de certas insígnias que traziam os brâmanes e os métodos missionários da missão de Maduré [Goa, 1619] (f. 304-304v);
  107. Carta de Frei Cristóvão de Sá e Lisboa, Arcebispo de Goa, ao Papa Paulo V sobre as dúvidas ocorridas na Índia acerca de certas insígnias que traziam os brâmanes e os métodos missionários da missão de Maduré. Goa, 21.2.1619 (f. 308-309v);
  108. Carta de Frei Cristóvão de Sá e Lisboa, Arcebispo de Goa, ao Papa Paulo V sobre as dúvidas ocorridas na Índia acerca de certas insígnias que traziam os brâmanes e os métodos missionários da missão de Maduré. Goa, 21.2.1619 (f. 310-310v);
  109. Carta de Frei Cristóvão de Sá e Lisboa, Arcebispo de Goa, ao Papa Paulo V sobre as dúvidas ocorridas na Índia acerca de certas insígnias que traziam os brâmanes e os métodos missionários da missão de Maduré. Goa, 20.2.1619 (f. 312-312v);
  110. Cópia de carta de D. Fernão Martins Mascarenhas, Inquisidor-Geral, ao Papa Paulo V sobre as dúvidas ocorridas na Índia acerca de certas insígnias que traziam os brâmanes

- e os métodos missionários da missão de Maduré. Lisboa, 25.11.1620 (f. 314-315v);
111. Cópia de carta de D. Fernão Martins Mascarenhas, Inquisidor-Geral, ao Papa Paulo V sobre as dúvidas ocorridas na Índia acerca de certas insígnias que traziam os brâmanes. Lisboa, 29.1.1621 (f. 315bis-315bisv);
112. Cópia de carta de D. Fernão Martins Mascarenhas, Inquisidor-Geral, ao Papa Paulo V sobre as dúvidas ocorridas na Índia acerca de certas insígnias que traziam os brâmanes. Lisboa, 29.1.1621 (f. 317-318v);
113. Cópia de carta de D. Fernão Martins Mascarenhas, Inquisidor-Geral, ao Papa sobre as dúvidas ocorridas na Índia acerca de certas insígnias que traziam os brâmanes. Lisboa, [s.d.] (f. 319-319v);
114. Carta da Universidade de Coimbra para o Papa Clemente VIII em que se abona a capacidade para ser Bispo do Algarve de D. Fernão Martins Mascarenhas ainda que não fosse doutor [S.l., s.d.] (f. 320-320v);
115. Cópia de carta de D. Fernão Martins Mascarenhas, Inquisidor-Geral, ao Papa Gregório XV de parabéns pela sua acessão. Lisboa, 11.3.1621 (f. 322-322v);
116. Cópia de carta de D. Fernão Martins Mascarenhas, Inquisidor-Geral, ao Nepote congratulando-o pela vinda do Colector a Portugal [S.l., s.d.] (f. 323-323v);
117. Cópia de carta de D. Fernão Martins Mascarenhas, Inquisidor-Geral, ao Papa, para que o Dr. Francisco Vaz de Gouveia fosse Arcebispo de Braga ainda que fosse cristão-novo. Lisboa, [s.d.] (f. 324-324v);
118. Cópia de carta de D. Fernão Martins Mascarenhas, Bispo do Algarve, ao Cardeal Jerónimo Matteo, para se dar ao penitenciário de Faro, Duarte Simões, uma coadjutoria num canonicato. Faro, 12.1597 (f. 326-327v);
119. Cópia de carta de D. Fernão Martins Mascarenhas, Inquisidor-Geral, a destinatário desconhecido, pedindo um favor para uma pessoa em certa causa. Lisboa, 12.12.1627 (f. 328-328v);
120. Cópia de carta de D. Fernão Martins Mascarenhas a destinatário desconhecido, sobre o livro de um cardeal que esperava agradecimentos. Coimbra, 28.4.1593 (f. 330-330v);
121. Cópia de carta de D. Fernão Martins Mascarenhas, Bispo do Algarve, para o Vice-Rei Afonso de Castelo Branco, Bispo de Coimbra e Conde de Arganil, para desfazer as queixas do Governador D. Diogo de Meneses acerca da visita das naus no Algarve [S.l., c. 1605-1606?] (f. 332-333v)<sup>232</sup>;
122. Cópia de carta de D. Fernão Martins Mascarenhas, Bispo do Algarve, para o Secretário Francisco de Lucena sobre o novo regimento do Fisco. Lisboa, 5.9.1620 (f. 334-334v);
123. Cópia de carta de D. Fernão Martins Mascarenhas, Bispo do Algarve, para o Papa Paulo V acerca do livro *De Manu Regia* de Gabriel Pereira de Castro. Lisboa, 5.1.1618 (f. 336-336v);
124. Cópia de carta de D. Fernão Martins Mascarenhas, Bispo do Algarve, para o Papa Gregório XV acerca da impressão do livro *De Gratia Sufficienti, et Efficaci*, com favorável opinião dos dominicanos. Lisboa, 1.7.1623 (f. 338-338v);
125. Cópia de carta de D. Fernão Martins Mascarenhas, Bispo do Algarve, para o Papa

<sup>232</sup> Publicação em Manuela D. Domingos – Visitas do Santo Ofício às naus estrangeiras..., p. 197-200.

- Paulo V acerca do viático concedido aos presos do Santo Ofício. Lisboa, 5.1.1618 (f. 339-339v);
126. Parecer do Dr. Manuel do Vale, Deputado da Inquisição de Évora, sobre o caso do Dr. Francisco Pinheiro, jesuíta e lente de prima da Universidade de Évora a propósito da prisão de Mestre Roque Cortes, almotacé da feira dos estudantes [Évora, post. 1643] (f. 343-362v);
127. Alegação de Direito em que se mostrava que os inquisidores, deputados, ministros e oficiais do Santo Ofício, bem como os seus presos, tinham precedência sobre o reitor e demais privilegiados da Universidade de Évora na repartição dos mantimentos vendidos na feira, e poderem punir os almotacés que não o fizessem assim [Évora, post. 1643?] (f. 363-410v);
128. Cópia da sentença dada contra Roque Cortes, almotacé da feira de Évora, por não querer dar mantimentos a um deputado do Santo Ofício. Évora, 28.1.1643 (f. 414-415v);
129. Cópia da sentença dada contra Roque Cortes, almotacé da feira de Évora, por não ter comparecido na Mesa do Santo Ofício quando a ela foi chamado [Évora, 1643?] (f. 416-416v);
130. Cópia da apelação interposta pelo Dr. Francisco Pinheiro em seu nome e do reitor e lentes da Universidade de Évora à sentença precedente, e assento tomado pela Mesa a essa apelação, bem como peças do processo. Évora, 29.1.1643-24.4.1643 (f. 418-424v);
131. Cópia de parecer sobre as questões levantadas pela desobediência de Roque Cortes e a instigação do Dr. Francisco Pinheiro, de João Delgado Figueira [Évora, 1643?] (f. 426-429v);
132. Traslado de uma consulta da Inquisição de Lisboa sobre a causa do Padre Pedro de Brito, Reitor do Colégio do Espírito Santo de Évora, na desobediência de Roque Cortes [Lisboa], 20.2.1643 (f. 430-431v);
133. Carta de D. Francisco de Castro, Inquisidor-Geral, à Mesa do Santo Ofício [de Évora?], sobre a reação do Rei à causa envolvendo o Colégio do Espírito Santo de Évora. Lisboa, 25.4.1643 (f. 432-432v);
134. Minuta de resposta à carta antecedente [S.l., post. 25.4.1643] (f. 433-433v).  
 Título na lombada: “SANTO OFFICIO TOMO XXVII”.  
 Segundo o inventário dos códices do Conselho Geral do Santo Ofício, elaborado após a extinção do tribunal<sup>233</sup>, corresponderia ao Livro 268 do Conselho Geral.

- Códice 1538

508f.

[1594-1674]

Miscelânea.

Contém:

1. Cópia de carta de D. José de Melo, Arcebispo de Évora, a D. Fernão Martins Mascarenhas, Inquisidor-Geral, sobre o perdão geral em Castela [S.l., s.d.] (f. 1-1v);
2. Cópia de memorial impresso da gente da nação dado ao Rei D. Filipe, em castelhano [S.l., 1621?] (f. 3-6v);

<sup>233</sup> ANTT – *Instrumentos de Descrição*, Liv. 449, f. 653.

3. Cópia de impresso contendo alegação de direito ao memorial da gente da nação de Portugal, em castelhano [S.l., post. 1621] (f. 7-23v);
4. Cópia de carta da gente da nação ao Rei D. Filipe, em castelhano [S.l., post. 1621] (f. 24-24v);
5. Cópia de carta da gente da nação ao Rei D. Filipe, em castelhano [S.l., post. 1621] (f. 25-26v);
6. Cópia do discurso de uma pessoa zelosa do serviço de Deus sobre a pretensão que então traziam os da nação do Reino para haverem perdão geral de suas culpas de judaísmo sem as confessar, senão ficando encobertos como estavam [S.l., s.d.] (f. 27-39v);
7. Cópia da memória de alguns casos de homens de nação que havia pouco tempo entraram em religião e nela se achou que viviam na Lei de Moisés [S.l., s.d.] (f. 40-42v);
8. Cópia da petição da gente da nação acerca de não serem inabilitados para os lugares e dignidades do Reino e de se lhes conceder perdão geral de suas culpas [S.l., 1601?] (f. 43-48v);
9. Cópia de carta de Pedro Álvares Pereira, Secretário do Conselho de Portugal, ao Inquisidor-Geral, com anexo. Madrid, 31.7.1594 (f. 49-50v);
10. Cópia de obra impressa de Paulo Feio, intitulada “Discurso sobre si es vtil, y justo, desterrar de los Reynos de Portugal, los christianos nuevos conuencidos de Judaismo por el tribunal del santo officio y reconciliados por el con sus familias, y aquellos contra los quales ay prueua bastante para destierro” [S.l., s.d.] (f. 51-62v);
11. Cópia de parecer sobre se convinha serem desterrados do Reino de Portugal os cristãos-novos que saíssem convencidos de judaísmo ou condenados por *de vehementi* suspeitos na fé [S.l., s.d.] (f. 52 bis - 55v bis);
12. Cópia de discurso de João Baptista de Este, judeu converso, acerca dos remédios para acabar com o judaísmo em Portugal, em castelhano [S.l., s.d.] (f. 56 bis - 59v bis);
13. Cópia de discurso sobre os remédios para atalhar com o judaísmo em Portugal [S.l., s.d.] (f. 60 bis - 61v bis);
14. Cópia de discurso sobre os remédios para atalhar com o judaísmo em Portugal [S.l., s.d.] (f. 62 bis - 64v);
15. Cópia de uma consulta do Conselho Geral a D. Filipe III sobre o remédio conveniente para se atalhar o judaísmo. Lisboa, 8.1621 (f. 66-69v);
16. Cópia de um assento do Conselho Geral sobre a confiscação de bens. Lisboa, 10.4.1571 (f. 70-70v);
17. Cópia de parecer de Pedro Nunes da Costa sobre a confiscação de bens, em latim [S.l.], 3.1.1586 (f. 73-73v);
18. Cópia das razões que se ofereceram ao Rei pelos prelados, Inquisição e Reino de Portugal para que não intercedesse pelo perdão geral que os da nação de cristãos-novos, descendentes de judeus do dito Reino, pediam ao Papa [S.l., 1603] (f. 74-85v);
19. Cópia de parecer sobre o perdão geral [S.l., 1603] (f. 86-89v);
20. Cópia do sumário de algumas razões das muitas que moveram os arcebispos de Portugal a dar ao Rei um memorial em seu nome e de seus co-provinciais, sobre o negócio do perdão dos cristãos-novos [S.l., 1604] (f. 90-97v);

21. Cópia de razões que se ofereceram ao Rei para que não concedesse perdão geral aos cristãos-novos [S.l., 1604] (f. 98-104v);
22. Cópia de carta de D. Pedro de Castilho, Inquisidor-Geral, aos Inquisidores de Lisboa, com a instrução do que deveriam fazer acerca do perdão geral. Lisboa, 22.1.1605 (f. 105-105v);
23. Parecer de Manuel Pereira, Miguel Pereira, Manuel do Vale de Moura e Frei António Henrique sobre se gozaria certa pessoa da graça do perdão geral no foro interior por se achar no Reino ao tempo que se publicou [S.l., s.d.] (f. 107-113v);
24. Cópia de algumas coisas tocantes ao édito da graça e resposta a uma consulta do Desembargo do Paço [S.l., s.d.] (f. 115-115v);
25. Parecer de Mendo da Mota de Vasconcelos sobre o valor das testemunhas singulares no caso dos crimes de heresia, em latim. Pinciana (?), 17.7.1604 (f. 117-129v);
26. Cópia de parecer de Pedro Barbosa sobre o valor das testemunhas singulares no caso dos crimes de heresia, em latim [S.l., 1604?] (f. 131-135v);
27. Cópia das queixas da gente da nação contra os inquisidores e procedimento da Inquisição, e respostas dos inquisidores às mesmas [S.l., 1620-1621?] (f. 137-145v);
28. Cópia de tratado sobre o perdão geral que os judaizantes de Portugal pediam [S.l., 1621] (f. 147-162v);
29. Cópia de memorial dos cristãos-novos dado ao Rei em nome dos presos da Inquisição, no qual pediam para serem perdoados e se modificasse o procedimento do Santo Ofício, e que para isso se fizessem juntas e consultas, em castelhano [S.l., s.d.] (f. 163-165v);
30. Cópia de memorial dos cristãos-novos dado ao Rei sobre o mesmo assunto do precedente, em castelhano [S.l., s.d.] (f. 166-166v);
31. Impresso: [*Razones que ay para no se conceder a los Christianos / nueuos de Portugal, el perdon y honras que piden*]. [S.l., s.d.] (f. 167-170v);
32. Cópia de carta de Sebastião de Matos de Noronha, Inquisidor, a D. Fernão Martins Mascarenhas, Inquisidor-Geral, sobre os negócios tocantes ao Santo Ofício que ele fora tratar a Madrid. Madrid, 10.9.1626 (f. 171-173v);
33. Cópia dos votos que se deram na corte de Madrid numa junta que o Rei mandara fazer acerca da concessão do édito de graça à gente da nação em 1627, e dos decretos do Rei, e parecer do Inquisidor-Geral e do seu Conselho [1627] (f. 175-187v);
34. Cópia de documentos relacionados com a isenção de sequestro e confiscação de bens a cristãos-novos assentistas [1627] (f. 189-192v);
35. Cópia de memorial da gente da nação ao Rei para que remediasse os males que padeciam com as prisões do Santo Ofício com algum perdão, em castelhano [S.l., 1628] (f. 193-194v);
36. Cópia de alguns remédios espirituais e políticos por parte da gente da nação para atalhar o judaísmo, em castelhano [S.l., 1628] (f. 195-196v);
37. Cópia da carta de D. Fernão Martins Mascarenhas, Inquisidor-Geral, a D. Filipe III sobre a religião católica e o Santo Ofício. Lisboa, 23.1.1628 (f. 197-198v);
38. Cópia de resposta que a Inquisição deu aos apontamentos que os cristãos-novos deram ao Rei, nas quais pediam certas coisas e pretendiam o reparo de alguns agravos. Composta por João de Melo. Lisboa, 18.7.1629 (f. 199-205v);

39. Cópia de resolução de D. Filipe III acerca do proposto pela Junta de Tomar no tocante ao judaísmo [S.l., 1630-1631] (f. 207-208v);
40. Cópia de carta de D. Filipe III ao Conselho Geral, sede vacante por morte do Inquisidor-Geral, com algumas resoluções em favor da gente da nação, acerca do procedimento da Inquisição, com respostas do Conselho Geral [Lisboa, post. 1628] (f. 209-225v);
41. Defesa dos procedimentos da Inquisição, pelo Inquisidor Manuel da Cunha [S.l., s.d.] (f. 227-238v);
42. Cópia das razões que se deram ao Rei para se não admitirem sinagogas em Portugal [S.l., s.d.] (f. 239-242v);
43. Cópia de carta de D. Filipe III a D. João Manuel de Ataíde, Vice-Rei de Portugal, sobre a proibição dos cristãos-novos ocuparem ofícios públicos. Madrid, 13.4.1633 (f. 243);
44. Cópia de decreto de D. João IV ao Desembargo do Paço sobre o mesmo assunto. Lisboa, 29.12.1642 (f. 243v);
45. Cópia de consulta de uma das Inquisições do Reino sobre a concessão de édito de graça aos cristãos-novos [S.l., post. 28.1.1642?] (f. 245-246v);
46. Cópia de um papel dado a D. João IV pelo Padre António Vieira a favor dos cristãos-novos sobre a confiscação de bens [S.l., 1647?] (f. 247-256v);
47. Carta de Frei José a destinatário desconhecido sobre as pessoas que deveriam acompanhar a Rainha de Inglaterra, entre outros assuntos. Roma, 4.2.166[?] (cosida entre f. 256 e 257);
48. Parecer de Manuel Pereira de Melo (entregue ao Dr. Alexandre da Silva) sobre se o Rei poderia conceder liberdade de comércio, assegurando aos mercadores que nenhum dinheiro ou fazenda mercantil lhes seria tomada para o Fisco por crime algum [S.l., c. 3.3.1647] (f. 257-266v);
49. Cópia de consulta da Inquisição de Lisboa sobre se o Rei poderia isentar da pena de confiscação, em todo ou em parte, a fazenda dos cristãos-novos que cometessem o crime de heresia. Lisboa, 18.2.1648 (f. 267-268v);
50. Cópia de carta do Secretário do Conselho Geral que acompanhou cinco propostas para a Inquisição de Lisboa sobre a isenção da pena de confiscação de bens para os hereges. Lisboa, 18.7.1649 (f. 269-275v);
51. Cópia de consulta da Inquisição de Coimbra sobre a isenção da pena de confiscação de bens para os hereges [Coimbra, 1649?] (f. 276-277v);
52. Cópia de consulta da Inquisição de Évora sobre a isenção da pena de confiscação de bens para os hereges. Évora, 30.7.1649 (f. 278-279v);
53. Cópia de consulta da Inquisição de Lisboa sobre a isenção da pena de confiscação de bens para os hereges. Lisboa, 3.8.1649 (f. 280-287v);
54. Cópia de proposta do Secretário do Conselho Geral a enviar às Inquisições para consultarem [Lisboa, 1649] (f. 288-288v);
55. Voto do Dr. Alexandre da Silva sobre a isenção da pena de confiscação de bens para os hereges. Lisboa, 3.8.1649 (f. 289-291v);
56. Cópia do alvará de D. João IV sobre a confiscação de bens. Lisboa, 6.2.1649 (f. 292-293v);
57. Cópia de carta de D. Francisco de Castro, Inquisidor-Geral, ao Papa Inocêncio X, sobre

- a confiscação de bens dos cristãos-novos. Lisboa, 17.10.1649. Segue-se a resposta, datada de Roma, 17.5.1650 (f. 294-295v);
58. Cópia de consulta da Inquisição de Lisboa sobre o que era necessário para alimentos dos presos dessa Inquisição. Lisboa, 15.2.1650 (f. 296-298v);
  59. Cópia de consulta da Inquisição de Coimbra acerca do breve papal que anulava o alvará isentando os bens dos cristãos-novos da pena de confiscação. Coimbra, 21.10.1650 (f. 300-300v);
  60. Cópia de consulta da Inquisição de Évora acerca do breve papal que anulava o alvará isentando os bens dos cristãos-novos da pena de confiscação [Évora, 1650] (f. 301-302v);
  61. Cópia de consulta da Inquisição de Lisboa acerca do breve papal que anulava o alvará isentando os bens dos cristãos-novos da pena de confiscação. Lisboa, 15.11.1650 (f. 303-303v);
  62. Cópia da fala que fez o Rei D. João IV ao Inquisidor-Geral D. Francisco de Castro mandando-o ir à sua presença, acompanhado de alguns ministros do Conselho Geral do Santo Ofício a quem o Rei mandara recado, e resposta do Inquisidor-Geral [S.l.], 15.12.1650 (f. 304-305v);
  63. Cópia de ordem de D. Francisco de Castro, Inquisidor-Geral, aos Inquisidores de Coimbra, sobre o despacho ordinário em caso de alguma alteração no Conselho Geral. Lisboa, 26.1.1651 (f. 306-306v);
  64. Cópia do assento do Conselho Geral acerca das pessoas que foram mandadas prender com sequestro de bens pela Inquisição de Coimbra. Lisboa, 26.1.1651 (f. 307-307v);
  65. Cópia de carta de João Carreira sobre os eventos ocorridos em Lisboa, no Conselho Geral, a propósito da implementação do breve papal. Lisboa, 18.2.1651 (f. 308-308v);
  66. Cópia de cartas de D. João IV para o Conselho Geral e para o Juiz do Fisco. Lisboa, 17.2.1651 (f. 309-309v);
  67. Cópia da carta de D. João IV ao Juiz do Fisco de Coimbra. Lisboa, 10.3.1651 (f. 310-310v);
  68. Cópia de carta de João Carreira a propósito da implementação do breve papal. Lisboa, 18.3.1651 (f. 311-311v);
  69. Cópia de um parecer que os cristãos-novos redigiram contra a validade do breve papal de anulação do alvará régio das confiscações, em latim. Castrobono, 29.4.1651 (f. 312-324v);
  70. Cópia de carta de D. João IV ao Juiz do Fisco de Coimbra. Caldas, 30.7.1652 (f. 326);
  71. Cópia de carta do Secretário do Conselho Geral a D. João IV. Lisboa, 28.6.1652 (f. 326-326v);
  72. Cópia de assento da Inquisição de Coimbra sobre a carta precedente. Coimbra, 7.1652 (f. 326v-327v);
  73. Cópia de consulta da Inquisição de Évora sobre os bens confiscados [Évora, 1652] (f. 328-329v);
  74. Cópia de carta de D. João IV ao Juiz do Fisco de Coimbra. Alcântara, 1.7.1652 (f. 330-330v);
  75. Cópia de consulta do Estado Eclesiástico nas Cortes de 1653 sobre o alvará de confiscação de bens, resposta de D. João IV e réplica do Estado Eclesiástico. Lisboa, 5.11.1653 (f. 331-332v);

76. Cópia de carta do Secretário do Conselho Geral e consulta do mesmo, acerca das confiscações. Lisboa, 23.10.1654 e 10.10.1654 (f. 333-334v);
77. Cópia de decreto de D. João IV ao Desembargador Gregório de Valeanes de Moraes, Juiz do Fisco da Inquisição de Lisboa sobre os autos de Simão Rodrigues. Salvaterra, 5.12.1654 (f. s/n.º)
78. Cópia de consulta da Inquisição de Coimbra sobre as confiscações. Coimbra, 12.11.1654 (f. 335-336v);
79. Cópia de carta de D. João IV de resposta à consulta do Conselho Geral de 10.10.1654. Lisboa, 1.11.1654 (f. 337-337v);
80. Cópia de consulta da Inquisição de Coimbra sobre a confiscação de bens. Coimbra, 23.11.1654 (f. 338-341);
81. Cópia de consulta da Inquisição de Lisboa sobre a confiscação de bens. Lisboa, 23.12.1654 (f. 341v-342v);
82. Cópia de carta de João Carreira sobre um caso envolvendo confiscação de bens de um relaxado. Lisboa, 5.12.1654 (f. 343-343v);
83. Cópia de carta de João Carreira sobre a questão da confiscação de bens. Lisboa, 11.12.1654 (f. 344-344v);
84. Cópia de consulta do Conselho da Fazenda sobre a questão da confiscação de bens. Lisboa, 29.3.1655 (f. 345-345v);
85. Cópia de consulta da Inquisição de Coimbra sobre a confiscação de bens. Coimbra, 19.8.1655 (f. 346-346v);
86. Cópia de resposta de D. João IV à consulta antecedente sobre a confiscação de bens. Lisboa, 19.8.1655 (f. 347-347v);
87. Cópia de consulta da Inquisição de Coimbra sobre os meios que havia para acudir às necessidades da Inquisição, e resposta do Conselho Geral. Coimbra, 6.9.1655 e Lisboa, 18.9.1655 (f. 348-349v);
88. Impresso: [*Edital do Conselho Geral do Santo Ofício exortando à denúncia de todos os que concorreram para a resolução do alvará régio sobre a confiscação de bens*]. [Lisboa, post. 18.1.1657] (f. 350-350v);
89. Cópia do alvará régio revogando o alvará que tinha passado em favor dos cristãos-novos acerca da confiscação. Lisboa, 2.2.1657 (f. 351-351v);
90. Cópia do assento do Conselho Geral ordenando ao Juiz do Fisco de Coimbra mandasse remover todos os depositários feitos em virtude do alvará régio de 6.2.1649. Lisboa, 8.2.1657 (f. 352-352v);
91. Cópia de carta de Diogo Velho, Secretário do Conselho Geral, acerca da entrega dos bens confiscados. Lisboa, 7.12.1652 (f. 353-353v);
92. Cópia da relação do estado em que se achou a Igreja de Odivelas e do furto que sacrilegamente se fez nessa noite [S.l., 1671] (f. 354-354v);
93. Cópia da resolução do Regente D. Pedro a uma consulta do Conselho Geral sobre a expulsão do Reino dos cristãos-novos que saíssem confessados em autos-da-fé, seguida de cópia de decreto do mesmo teor e carta do Secretário Diogo Velho sobre o mesmo assunto. Lisboa, 12.6.1671-1.7.1671 (f. 356-356v);

94. Razões para não ser conveniente aplicar a lei de degredo aos penitenciados [S.l., 1671] (f. 358-358v);
95. Cópia da consulta do Conselho Geral sobre a aplicação da lei de degredo aos penitenciados. Lisboa, 5.6.1671 (f. 359-359v);
96. Cópia da consulta do Conselho Geral ao Regente D. Pedro sobre a aplicação da lei de degredo aos penitenciados. Lisboa, 22.7.1671 (f. 360-364v);
97. Cópia do papel que o Regente D. Pedro enviou pelo seu confessor ao Inquisidor-Geral sobre um pedido de perdão geral apresentado pelos cristãos-novos [S.l., 1672] (f. 366-366v);
98. <sup>234</sup>
99. Cópia de parecer do Dr. Manuel da Costa de Almeida, com assistência dos Drs. Pedro Ribeiro do Lago, João de Azevedo, António de Gouveia e André Bernardes, sobre o perdão geral solicitado pelos cristãos-novos [Coimbra, 11.1673] (f. 422-467v);
100. Parecer do Bispo de Lamego D. Luís de Sousa ao Regente D. Pedro sobre o perdão geral solicitado pelos cristãos-novos. Lamego, 15.9.1673 (f. 470-499v);
101. Parecer do Bispo de Leiria Pedro Vieira da Silva ao Regente D. Pedro sobre o perdão geral solicitado pelos cristãos-novos. Lisboa, 18.2.1674 (f. 500-503v);
102. Cópia do voto do Conde da Ericeira no Estado da Nobreza reunido em Cortes para apreciar em junta a consulta que o braço eclesiástico representava ao Regente sobre os cristãos-novos [Lisboa, 3.1674] (f. 504-506v);
103. Cópia de resolução do Regente D. Pedro sobre a última consulta que o Congresso dos Bispos lhe fizera em Cortes. Lisboa, 9.5.1674 (f. 508-508v).

Título na lombada: “PRETENSÕES DA GENTE DA NAÇÃO”.

Este códice é um dos que ficou na Biblioteca Nacional após a extinção do tribunal, mas, por falta de elementos de identificação, não é possível fazê-lo corresponder a um número específico da lista dos códices do Conselho Geral<sup>235</sup>.

- Códice 1542

124f.

[1616-1629]

Miscelânea.

Contém:

1. Minuta de acórdão da Inquisição de Coimbra no processo de Pero Fernandes, cristão-velho, morador em Tavarede [Coimbra, 1620] (f. 1-2v);
2. Minuta de acórdão da Inquisição de Coimbra no processo de Pero Fernandes, cristão-velho, morador em Tavarede [Coimbra, 1620] (f. 3-4v);
3. Carta do Deão João de Araújo, Pero Sobrinho da Costa, Cristóvão de Mesquita e o Mestre-Escola à Inquisição de Coimbra sobre uma petição de Baltasar Estaço. Viseu,

<sup>234</sup> Foi retirado, provavelmente já na Biblioteca Pública, após a entrada do cartório do Conselho Geral naquela instituição, em 1821, um impresso que ocupava os f. 368 a 421. No verso do f. 367, consta a inscrição, a lápis: “Tiro [sic] se daqui um impresso estranho a materia”.

<sup>235</sup> ANTT – *Instrumentos de Descrição*, Liv. 449, f. 646v-658.

- 1.8.1620 (f. 5-5v);
4. Minuta de acórdão da Inquisição de Coimbra no processo de Pero Fernandes, cristão-velho, morador em Tavarede [Coimbra, 1620] (f. 5v-6v);
  5. Minuta de acórdão da Inquisição de Lisboa no processo de Maria Itaque, cristã-velha, moradora no Funchal [Lisboa, 1620] (f. 7-8v);
  6. Parecer de Pedro Cabral sobre a misericórdia que se poderia conceder aos réus no crime nefando confessando suas culpas, e no caso de reincidência. Coimbra (Colégio de São Pedro), 17.4.1629 (f. 9-10v);
  7. Apontamentos sobre rituais judeus e calendário de suas festividades [S.l., s.d.] (f. 11-12v);
  8. Traslado de partes do processo de Inês de Jesus na Inquisição de Lisboa [1616-1620] (f. 13-26v);
  9. Censuras de algumas coisas principais que se afirmavam nos apontamentos que fazia e representava a gente da nação [S.l., s.d.] (f. 27-38v);
  10. Parecer sobre a possibilidade de o Santo Ofício proceder contra hereges do reino de Inglaterra [S.l., s.d.] (f. 39-39v);
  11. Minuta de petição de Damião Mendes de Vasconcelos, Meirinho do Santo Ofício, sobre um pleito que Domingos Afonso intentava contra ele [S.l., s.d.] (f. 41-41v);
  12. Minuta de réplica a embargos em virtude de um breve papal em favor dos ministros do Santo Ofício [S.l., s.d.] (f. 42-43v);
  13. Competências dos Deputados do Santo Ofício [S.l., s.d.] (f. 45-52v);
  14. Édito de D. Fernão Martins Mascarenhas, Inquisidor-Geral, proibindo a circulação da obra intitulada “Consolação dos Captiuos de Berberia pera os conseruar na Catholica fee antiga”, impressa em 1588. Lisboa, 24.10.1620, com averbamento de publicação na Casa de São Roque, em Lisboa, 28.10.1620 (f. 53-54v);
  15. Breve de Paulo V de concessão de quinquênio. Roma, 12.10.1615, com certidão de Salvador de Sousa (Lisboa, 13.10.1619) (f. 55-56v);
  16. Carta do Dr. João Álvares Brandão a Simão Barreto, Inquisidor de Coimbra, sobre um agravo que intimara Domingos Teixeira, Solicitador da Inquisição de Coimbra, e sua mulher, de o Dr. Pedro Cabral lhes não haver por conforme uma carta de seguro na querela que deles deram Agostinho de Seixas e sua mãe. Lisboa, 14.12.1619 (f. 58-59v);
  17. Informação da Inquisição de Lisboa sobre a detenção de Manuel Domingues, cristão-velho, natural do Ervedal, que fugira após ser intimado a comparecer na Inquisição de Coimbra por ser suspeito de pacto com o diabo, com parecer assinado pelos do Conselho Geral para ser remetido para Coimbra. Lisboa, 21.8.1620 (f. 60-61v);
  18. Notificação de Simão Lopes de mandado do Inquisidor-Geral sobre o procedimento a seguir no envio de processos ao Conselho Geral [S.l.], 22.7.1619 (f. 62-63v);
  19. Petição do Deão e Cabido da Sé de Viseu acerca da sentença de Baltasar Estaço, cónego da dita Sé, que tinha saído em auto-da-fé, em virtude de ter requerido os frutos, distribuições e apréstimos da sua conezia e prebenda dos anos em que estivera preso. Contém despacho do Inquisidor-Geral para os Inquisidores de Lisboa verem a petição (Lisboa, 8.8.1620), parecer dos Inquisidores e despacho do Conselho Geral. Lisboa, 13-14.8.1620 (f. 64-64v);

20. Normas e lembranças para o interrogatório de testemunhas [S.l., s.d.] (f. 65-74v);
21. Traslado do assente tomado na Mesa sobre o processo de André Avelar, feito por António Mendes e concertado por Simão Nogueira [S.l., post. 27.3.1620] (f. 75-75v);
22. Parecer do Dr. João Pimenta sobre se as pessoas que, acabada a visitação na cidade e não se acusaram de suas culpas, iam depois a outra parte, onde se visitava, e nela confessavam, gozavam ainda do perdão, bem como se as pessoas que se acusavam ao Santo Ofício antes da publicação da visitação gozavam da graça [S.l., 1619] (f. 77-78v);
23. Parecer de Bento de Almeida sobre se as pessoas que, acabada a visitação na cidade e não se acusaram de suas culpas, iam depois a outra parte, onde se visitava, e nela confessavam, gozavam ainda do perdão, bem como se as pessoas que se acusavam ao Santo Ofício antes da publicação da visitação gozavam da graça [S.l., 1619] (f. 79-79v);
24. Parecer do Dr. Miguel Soares Pereira sobre se as pessoas que, acabada a visitação na cidade e não se acusaram de suas culpas, iam depois a outra parte, onde se visitava, e nela confessavam, gozavam ainda do perdão, bem como se as pessoas que se acusavam ao Santo Ofício antes da publicação da visitação gozavam da graça [S.l., 1619] (f. 80-81v);
25. Parecer de Álvaro de Sousa de Mascarenhas sobre se as pessoas que, acabada a visitação na cidade e não se acusaram de suas culpas, iam depois a outra parte, onde se visitava, e nela confessavam, gozavam ainda do perdão, bem como se as pessoas que se acusavam ao Santo Ofício antes da publicação da visitação gozavam da graça [S.l., 1619] (f. 83-83v);
26. Parecer do Dr. Pedro Cabral sobre se as pessoas que, acabada a visitação na cidade e não se acusaram de suas culpas, iam depois a outra parte, onde se visitava, e nela confessavam, gozavam ainda do perdão, bem como se as pessoas que se acusavam ao Santo Ofício antes da publicação da visitação gozavam da graça. Coimbra (Colégio de São Pedro), 26.1.1619 (f. 84-85v);
27. Parecer do Dr. D. Francisco Soveral sobre se as pessoas que, acabada a visitação na cidade e não se acusaram de suas culpas, iam depois a outra parte, onde se visitava, e nela confessavam, gozavam ainda do perdão, bem como se as pessoas que se acusavam ao Santo Ofício antes da publicação da visitação gozavam da graça [S.l., 1619] (f. 87-87v);
28. Parecer de Frei Vicente Pereira sobre a aplicação de um breve de Clemente VIII de 1.12.1601 que obrigava o Santo Ofício entregar à justiça secular aqueles que, não sendo sacerdotes, dissessem missa ou ouvissem confissão. Colégio de São Tomás, 31.8.1618 (f. 88-89v);
29. Parecer do Dr. João Pimenta sobre a aplicação de um breve de Clemente VIII de 1.12.1601 que obrigava o Santo Ofício entregar à justiça secular aqueles que, não sendo sacerdotes, dissessem missa ou ouvissem confissão. Coimbra, 27.8.1618 (f. 91-92v);
30. Parecer do Dr. D. Francisco Soveral sobre a aplicação de um breve de Clemente VIII de 1.12.1601 que obrigava o Santo Ofício entregar à justiça secular aqueles que, não sendo sacerdotes, dissessem missa ou ouvissem confissão [S.l., 1618] (f. 93-94v);
31. Parecer não-assinado sobre a aplicação de um breve de Clemente VIII de 1.12.1601 que obrigava o Santo Ofício entregar à justiça secular aqueles que, não sendo sacerdotes, dissessem missa ou ouvissem confissão [S.l., 1618] (f. 95-96v);
32. Parecer não-assinado sobre a aplicação de um breve de Clemente VIII de 1.12.1601 que obrigava o Santo Ofício entregar à justiça secular aqueles que, não sendo sacerdotes,

- dissessem missa ou ouvissem confissão [S.l., 1618] (f. 97-97v);
33. Parecer de D. Diogo Lobo sobre a aplicação de um breve de Clemente VIII de 1.12.1601 que obrigava o Santo Ofício entregar à justiça secular aqueles que, não sendo sacerdotes, dissessem missa ou ouvissem confissão [S.l., 1618] (f. 98-98v);
  34. Parecer do Dr. Miguel Soares Pereira sobre a misericórdia que se poderia conceder aos réus no crime nefando confessando suas culpas, e no caso de reincidência [S.l., 1629] (f. 99-104v);
  35. Parecer do Dr. João Pimenta sobre a misericórdia que se poderia conceder aos réus no crime nefando confessando suas culpas, e no caso de reincidência [S.l., 1629] (f. 105-105v);
  36. Parecer do Dr. D. Francisco Soveral sobre a misericórdia que se poderia conceder aos réus no crime nefando confessando suas culpas, e no caso de reincidência [S.l., 1629] (f. 106-107v);
  37. Parecer do Dr. Álvaro de Sousa de Mascarenhas sobre a misericórdia que se poderia conceder aos réus no crime nefando confessando suas culpas, e no caso de reincidência [S.l., 1629] (f. 109-109v);
  38. Parecer de Bento de Almeida sobre a aplicação de um breve de Clemente VIII de 1.12.1601 que obrigava o Santo Ofício entregar à justiça secular aqueles que, não sendo sacerdotes, dissessem missa ou ouvissem confissão. Coimbra, 28.8.1618 (f. 110-111v);
  39. Parecer anónimo sobre a aplicação de um breve de Clemente VIII de 1.12.1601 que obrigava o Santo Ofício entregar à justiça secular aqueles que, não sendo sacerdotes, dissessem missa ou ouvissem confissão [S.l., 1618] (f. 113-114v);
  40. Parecer do Dr. Miguel Soares Pereira sobre a aplicação de um breve de Clemente VIII de 1.12.1601 que obrigava o Santo Ofício entregar à justiça secular aqueles que, não sendo sacerdotes, dissessem missa ou ouvissem confissão. Coimbra, 28.8.1618 (f. 115-118v);
  41. Parecer anónimo sobre a aplicação de um breve de Clemente VIII de 1.12.1601 que obrigava o Santo Ofício entregar à justiça secular aqueles que, não sendo sacerdotes, dissessem missa ou ouvissem confissão [S.l., 1618] (f. 119-123v);

Título na lombada: “S. OFFICIO DOCUMENTOS VARIOS”.

Este códice é um dos que ficou na Biblioteca Nacional após a extinção do tribunal, mas, por falta de elementos de identificação, não é possível fazê-lo corresponder a um número específico da lista dos códices do Conselho Geral<sup>236</sup>.

- Códice 1543  
21f.  
Coimbra, 16.5.1802-31.3.1803  
Livro dos presos do ano de 1802 da Inquirição de Coimbra, sendo Tesoureiro João Baptista Rodrigues Leitão.
- Códice 1545  
231f.

<sup>236</sup> ANTT – *Instrumentos de Descrição*, Liv. 449, f. 646v-658.

[Setúbal], 3.1.1725-20.2.1747

Livro de visitação do Santo Ofício às naus que entravam no porto de Setúbal.

Termo de abertura subscrito por Frei Miguel de Bulhões, Leitor de Moral no Convento de São Sebastião de Setúbal.

Os registos contêm a indicação do dia, mês e ano, o nome e proveniência da nau, número de pessoas a bordo, sendo assinado pelo subscritor acima referido e pelo capitão do navio.

- Códice 1557

422p.

[1.1.1766-8.4.1815]

Livro de registo de entrada de presos nos cárceres da Inquisição de Lisboa.

Título original: “Livro 3 Em que se lanção os nomes das Pessoas que vem prezas para estes Carceres do Santo Officio, Roupas que trazem dinheiro e varios trastes de Ouro, prata, Livros, e papeis o qual teve principio em o primeiro de Janeiro de 1766 E tambem entrão os nomes de 12 prezos que ficarão detidos nestes Carceres e o que troserão quando Vierão para elles da mesma sorte que se achão nos seus assentos no Livro findo que acabou no anno de 1765 Como nelle se verá”.

Contém índice alfabético entre as p. 375 e 422.

- Códice 1558

243+36f.

[post. 1613-1729]

Impresso: *REGIMENTO / DO SANTO OFFICIO / DA INQVISIÇÃO / DOS REYNOS DE PORTVGAL. / ORDENADO / POR MANDADO / Do Jllustrissimo E Reuerendissimo Senhor / Bispo Dom Francisco de Castro, / Inquisidor Geral, do Conselho d’Estado / de Sua Magestade. Lisboa: Manuel da Silva, 1640.*

Impresso com anotações manuscritas.

Tem um apenso de 104 folios no final do impresso com anotações ao regimento com remissão para legislação, sentenças inquisitoriais e correspondência do Conselho Geral com indicação de cota de arquivo, entre 1640 e 1729.

- Códice 1596

13, 241f.

5.10.1536-20.3.1591

Códice com os documentos fundacionais do Conselho Geral do Santo Ofício<sup>237</sup>.

Foram, em data posterior à abertura do códice, cosidos os seguintes documentos no princípio do códice:

Impresso: *CONSTITVICAM / DO NOSSO MVY SANCTO / PADRE PAPA PIO QVINTO / contra os que offendem ho estado, ne- / gocios, & pessoas do Sancto Offi- / cio da Inquisiçam, contra ha he- / retica prauidade.* [Lisboa, post. 20.3.1591], seguido

<sup>237</sup> A publicação integral deste códice encontra-se em preparação no âmbito das atividades do grupo de investigação “História das Inquisições”.

de um traslado da dita constituição papal, de 1.4.1569, um traslado autêntico de breve apostólico de Gregório XIII, de 13.8.1574, cuja execução o Cardeal D. Henrique, Inquisidor-Geral, ordenou em 1.10.1574, feito por Leonardo Pereira e concertado por João Campelo, Notários da Inquisição de Lisboa, e um traslado autêntico da provisão do Cardeal D. Henrique de execução do dito breve, datada de 7.10.1574, feito em 13.2.1587 por Jorge Martins, Secretário do Santo Ofício, concertado por João Campelo, Notário (f. 1-11v).

Note-se que esta numeração foi atribuída modernamente.

Em segunda numeração árabe, sobreposta à numeração original romana do códice, encontramos os seguintes documentos:

1. Regimento provisório da Inquisição, ant. 5.10.1536 (f. 13-13v);
2. Auto de aceitação da bula da Santa Inquisição concedida ao reino de Portugal, de que era inquisidor D. Diogo da Silva, com assinaturas originais dos circunstantes. Évora, 5.10.1536 (f. 14-19v);
3. Publicação que o Inquisidor-Geral fez da bula da Inquisição ao Cardeal D. Henrique. Évora, 7.10.1536 (f. 20-21v);
4. Publicação do monitório com termo de 30 dias para se dizerem e notificarem os crimes e delitos de heresia (Évora, 18.11.1536). Évora, 19.11.1536 (f. 22-25v);
5. Traslado da bula do perdão dos cristãos-novos de Paulo II. Roma, 29.10.1535 (f. 26-43v);
6. Traslado da bula do perdão dos cristãos-novos de Clemente VII. Roma, 7.4.1533 (f. 34-51v);
7. Traslado de carta apostólica do Papa Pio V a D. Sebastião, louvando-o por não perdoar as fazendas aos cristãos-novos que delinquissem no crime da heresia. Roma, 10.7.1568 (este documento foi cosido posteriormente neste local, sendo o papel de tamanho e origem diferente do do códice. Concertado por Pantaleão Rebelo.
8. Carta de D. João III concedida ao ofício da Santa Inquisição. Évora, 20.11.1536 (f. 52-53);
9. Seguem-se os termos originais dos juramentos dos ministros e oficiais da Inquisição, devidamente assinados, a partir de 2.1.1537: promotores, notários, carcereiros, solicitadores; traslado de um breve em favor dos oficiais da Inquisição (Roma, 12.2.1539); aceitação do cargo de Inquisidor-Geral pelo Arcebispo de Braga (Lisboa, 3.7.1539); Nomeação dos deputados do Conselho Geral (Lisboa, 16.7.1539); comissões do Dr. João de Melo para Lisboa e seu arcebispado e juramento do promotor da justiça, notário, meirinho, solicitador da justiça, etc; regimento do carcereiro (Lisboa, 14.10.1540); comissões e juramentos adicionais; rol das coisas necessárias para se começar o Santo Ofício da Inquisição (Évora, 31.7.1541); juramentos e comissões adicionais; regimento dos penitenciados da Inquisição (Évora, 12.11.1541); juramentos e comissões adicionais (; publicação do perdão geral (Lisboa, 10.6.1548); traslado do perdão geral de 12.5.1547; bula nova da Inquisição (17.8.1547); resolução que se tomou diante do Cardeal D. Henrique se as pessoas a quem o Papa Paulo III perdoara no derradeiro perdão tornando depois a pecar ficariam relapsas ou não (Lisboa, 12.5.1557); juramentos e traslados de alvarás e provisões adicionais; monitório publicado em Lisboa (Lisboa, 18.12.1552); juramentos adicionais; traslado do édito de graça publicado na visitação feita em 1554 a certos lugares; juramentos adicionais;

bula de 1551 para os Inquisidores poderem conhecer dos casos de sodomia; traslado de provisões; juramentos adicionais, incluindo o Inquisidor da Índia, Aleixo Dias Falcão, em 1560; breves vários; juramentos adicionais; juramento dos familiares do Santo Ofício para a cidade de Lisboa (16.2.1563), com indicação posterior dos falecidos; privilégios régios concedidos aos oficiais e familiares do Santo Ofício (20.3.1566); carta original do Cardeal D. Henrique aos Inquisidores de Lisboa sobre a execução de um breve (Almeirim, 22.12.1573, encadernado entre f. 210 e 211); traslado do regimento do dispenseiro do Santo Ofício (Almeirim, 15.1.1571); acórdão do Conselho Geral sobre reconciliados (Lisboa, 18.2.1538); lista das pessoas que se mandavam prender em Cabo Verde: Filipe Gomes, Violante, Manuel Ferreira, Rodrigo Dias, Luís Lopes, Henrique Lopes, Bartolomeu Pais, Dr. Dionísio, Grácia Luís, Mestre Gabriel, Luís Fernandes o Narigão, Catarina Mendes, Grácia Garcês, Beatriz de Cáceres, Isabel Fernandes, Isabel Rodrigues, Branca Soares, Filipa Gomes, Cecília Gomes, Catarina Fernandes, Duarte Fernandes, Mateus Fernandes, e Mestre Diogo (21.11.1541); acórdão sobre livros proibidos (Lisboa, 1540), entre muitos outros registos.

- Códice 1599

212p.

[S.l., 1610-1620]

Miscelânea.

Contém:

1. Matéria para um sermão no auto-da-fé [S.l., s.d.] (f. [1-75v]);
2. Discurso, como apêndice, do que se fez no sermão passado no ponto 2.º causa 1.ª em que se provou que a permissão da cegueira e suspensão em que os judeus andavam na fé de Cristo era castigo desse mesmo pecado que na sua morte seus antepassados cometeram [S.l., s.d.] (f. 80-119v);
3. Apologia do Dr. Manuel do Vale de Moura, em que acudia a umas palavras pesadas que certo padre-mestre nos púlpitos dissera contra ele e contra os Padres Brás Viegas e Cornélio Lapide, da Companhia de Jesus, e em substância contra a Santa Madre Igreja de Jesus, porque do que todos eles escreveram se colhia que Cristo não viera à terra em pessoa dar as chagas a São Francisco [S.l., 1620?] (f. [120-214v]);
4. Carta de Frei Manuel Evangelista a destinatário desconhecido sobre as chagas de São Francisco. 4.6.1620 (f. [215-216v]);
5. Tratado apologético sobre os cristãos-novos de Portugal, em que se respondia com substância a coisas que pretendiam e diziam contra o Santo Ofício e contra algumas leis de Sua Majestade, e juntamente se mostravam seis coisas [S.l., s.d.] (f. 217-329v);

Segundo o inventário dos códices do Conselho Geral do Santo Ofício, elaborado após a extinção do tribunal<sup>238</sup>, poderia corresponder ao Livro 401 do Conselho Geral, dada a similitude do tema do códice face à descrição no inventário: “Sermão no acto publico da Fé”.

- Códice 1968

94f.

[30.4.1688-]

<sup>238</sup> ANTT – *Instrumentos de Descrição*, Liv. 449, f. 657.

Anotações e comentários ao edital da fé e monitório geral referido no regimento do Tribunal do Santo Ofício e índice de notas feitas ao regimento, pelo Dr. Pedro Hasse de Belém, cônego na Sé de Lisboa, Deputado do Santo Ofício e Promotor da Inquisição de Lisboa.

- Códice 1970  
289f.  
3.1.1761-26.4.1821  
Copiador da correspondência da Inquisição de Évora para o Conselho Geral do Santo Ofício. Título original: “Livro Primeiro Que serve de Registo das Cartas Que a Meza desta Inquisição escreve todos os corrêos para o Conselho Geral do Santo Ofício”.
- Códice 2636  
26f.  
[post. 1620]  
Regimento do juízo das confiscações pelo crime de heresia e apostasia.  
Cópia manuscrita setecentista, cuidada e ornada, do regimento impresso em 1620 por Pedro Craesbeeck, em Lisboa. Contém anotações marginais.
- Códice 4444  
32f.  
Lisboa, 15.3.1632-6.4.1660  
Compromisso da Irmandade de São Pedro Mártir, que mandou fazer D. Francisco de Castro, Inquisidor-Geral, feito em Lisboa, em 15.3.1632. Subscrito e numerado pelo Secretário António Monteiro em 9.6.1632. Assinado por D. Francisco de Castro, Inquisidor-Geral. Contém anotações marginais posteriores.  
Contém provisão do Conselho Geral do Tribunal do Santo Ofício estabelecendo que em virtude do crescimento das despesas feitas no dia de São Pedro Mártir, doravante passassem a ser pagas pelo Santo Ofício, dada em Lisboa, 6.4.1660, e assinada por Pantaleão Rodrigues Pacheco, Diogo de Sousa, Frei Pedro de Magalhães, Luís Álvares da Rocha e Pedro de Castilho.
- Códice 6116  
212p.  
[S.l., Séc. XVIII-XIX]  
“Tratado de Amores, ou Amores com Jesus”.  
Contém carimbos do Conselho Geral.  
Segundo o inventário dos códices do Conselho Geral do Santo Ofício, elaborado após a extinção do tribunal<sup>239</sup>, corresponderia ao Livro 420 do Conselho Geral.
- Códice 6832  
228f.  
[post. 1613]

<sup>239</sup> ANTT – *Instrumentos de Descrição*, Liv. 449, f. 657v.

Cópia do regimento do Tribunal do Santo Ofício, impresso em 1613.

Título original: “Regimento do sancto Officio da Inquiçãam dos Reynos de portugal Com suas Addições. Recopilado Por mandado do Illustrissimo Reuerendissimo senhor dom pedro de Castilho, Bispo Inquisidor geral e Vice Rej dos Rejnos de portugal. 1613”.

- Códice 6986  
243+36f.  
[post. 1613-1657]  
Impresso: *REGIMENTO / DO SANTO OFFICIO / DA INQVISIÇÃO / DOS REYNOS DE PORTVGAL. / ORDENADO / POR MANDADO / Do Jllustrissimo E Reuerendissimo Senhor / Bispo Dom Francisco de Castro, / Inquisidor Geral, do Conselho d’Estado / de Sua Magestade. Lisboa: Manuel da Silva, 1640.*  
Impresso com anotações manuscritas. Nas folhas de guarda iniciais foram registadas regras gerais para julgar as causas no crime de heresia, de 1642, com assinatura autógrafa do Inquisidor Bartolomeu de Monteagudo, e cópia da carta do Inquisidor-Geral, de 20.11.1640, mandando publicar o regimento.  
Um caderno de 36 folios no final do impresso contém declarações manuscritas do regimento e ordens que se deram depois de ser publicado, copiadas a partir dos maços de cartas recebidas na Inquisição de Évora, incluindo registo de consultas que os Inquisidores de Évora apresentaram ao Conselho Geral e Inquisidor-Geral para a melhor execução do dito regimento, e cartas para Inquisição de Coimbra, datadas entre 5.2.1641 e 11.4.1654. Contém ainda o regimento do Conselho Geral dado pelo Infante D. Henrique, datado de 1.3.1570, uma carta de Francisco Barreto, deputado do Conselho Geral, sobre o poder do mesmo Conselho, de 11.12.1627, uma carta do Conselho Geral para as Inquisições na morte do Inquisidor-Geral D. Fernão Martins Mascarenhas, sobre o mesmo assunto, de 2.1.1653, acompanhada da resposta da Inquisição de Évora em 6.1.1653. Finalmente, contém um registo do que ocorrera em Évora quando chegara a notícia da libertação da prisão de D. Francisco de Castro, Inquisidor-Geral, em 8.3.1649.
- Códice 7160, f. 99-99v  
[finais do séc. XVI-início do séc. XVII]  
Lembranças para a pessoa que ia realizar uma visitação à Inquisição de Coimbra por mandado do Inquisidor-Geral.
- Códice 7283  
177f.  
[S.l., post. 1774]  
Vol. 3.º das Anotações ao Regimento do Tribunal do Santo Ofício, pelo Dr. Francisco Carneiro de Figueiroa, em latim.
- Códice 7668, f. 179-202v  
Viana do Alentejo, 13.6.1729-20.6.1729  
Inquirição de testemunhas realizado em Viana do Alentejo e Aguiar sobre Brites Menina, a

“Santas”, moradora em Aguiar, acusada de bruxaria.

- Códice 7668, f. 203-238v  
Terena, 11.5.1729-16.7.1729  
Inquirição de testemunhas realizado em Terena sobre um mouro de Argel chamado Jamede, o qual tinha tomado o nome de João de Matos após conversão ao Catolicismo em Madrid. Contém correspondência original enviada de Castela à Inquisição de Évora e documentos conexos relacionados com o sumário de testemunhas a obter, endereçados ao licenciado Miguel Gonçalves Galego, Comissário do Santo Ofício em Terena.
- Códice 7668, f. 239-239v  
Beja, 16.7.1729  
Carta de Pedro Pires Nolasco Serrano, Comissário do Santo Ofício, aos Inquisidores de Évora, denunciando Manuel Cardoso, mestre de meninos.  
Contém anotação posterior: “indicio contra Manuel Cardoso christão novo penitenciado por este sancto officio de Judaismo”.
- Códice 8389  
234f.  
Lisboa, 28.11.1792  
Livro de registo de sacerdotes denunciados ou apresentados à Inquisição.  
Trata-se de um repertório organizado alfabeticamente com a informação disposta em colunas que assinalam, sucessivamente, a naturalidade, o nome, se foi denunciado ou apresentado, o crime, o caderno a que se ajuntou denúncia ou apresentação; as folhas do dito caderno; e um espaço para notas para indicar a pena, o ano da sentença e o estado do processo.  
O termo de abertura foi lavrado pelo Inquisidor António Veríssimo de Larre.
- Códice 8573, f. 153-153v, 156-156v  
Lisboa, 26.4.1684  
Provisão de D. Veríssimo de Lencastre, Inquisidor-Geral, para o Dr. Manuel Guerreiro Camacho, deão da Sé do Algarve, provido no cargo de Deputado do Santo Ofício da Inquisição de Évora, receba 80.000 reais por ano de ordenado.  
Registada no Livro dos Ordenados, f. 174 por [...] Andrade.
- Códice 8573, f. 154-155v  
Lisboa, 26.4.1684  
Provisão de D. Veríssimo de Lencastre, Inquisidor-Geral, nomeando o Dr. Manuel Guerreiro Camacho, deão da Sé do Algarve, Deputado do Santo Ofício da Inquisição de Évora.  
Registada no Livro 4, f. 163 por Manuel Vaz Perestrelo.
- Códice 8573, f. 297-297v, 300-300v  
Lisboa, 20.5.1695  
Provisão de D. José de Lencastre, Inquisidor-Geral, de nomeação do Dr. Manuel Guerreiro

Camacho, deão da Sé do Algarve, como Inquisidor na Inquisição de Évora.

Registada no Livro 4.º das Criações dos Ministros e Oficiais da Inquisição de Évora, f. 310v em 28.5.1695, por Francisco Coelho Soares.

- Códice 8573, f. 298-299v  
Lisboa, 20.5.1695  
Provisão de D. José de Lencastre, Inquisidor-Geral, para serem pagos 20.000 reais de ordenado anual ao Dr. Manuel Guerreiro Camacho, deão da Sé do Algarve, como Inquisidor na Inquisição de Évora.  
Registada no Livro dos Ordenados a f. 184 em 28.5.1695, por Francisco Coelho Soares.
- Códice 9812  
286f.  
Évora, 13.6.1615-21.9.1624  
Processo de Manuel Rodrigues Lobo, cristão-novo, de 29 anos de idade, sirgueiro, natural de Beja, filho de Gabriel Lobo, marchante, natural de Beja, já defunto, e de Maria Nunes, natural de Beja, já defunta. Preso nos cárceres da Inquisição de Évora em 13.6.1615 por culpas de judaísmo. Foi condenado a abjurar publicamente seus heréticos erros e a hábito penitencial perpétuo. Saiu no auto-da-fé de 5.1619. Em 1624, foi-lhe comutada a pena de hábito perpétuo para penitência espiritual.  
Aquisição por compra. Registo N.º 115.851. Entrada em 8.1923
- Códice 11043<sup>240</sup>  
246f.  
[post. 1663]  
Formulário do modo de processar as causas que se tratavam no Santo Ofício, do que pertencia aos notários, ao promotor e aos inquisidores, precedido de regras gerais para julgar o crime de judaísmo  
Contém índice.  
Pertenceu a D. Agustín Sánchez Cabello, Ministro da Junta General de Comercio y Moneda, e antes Cônsul em Le Havre (1756-1763) e Portugal (1763-1768).  
Aquisição por compra em Leilão da Sotheby & Co. N.º 1353. Registo N.º 217.221
- Códice 11044<sup>241</sup>  
139f.  
[1643-1777]  
Miscelânea.  
Códice factício contendo impressos e manuscritos (cópias e originais).  
Contém:  
1. Cópia de carta de D. João IV para o Provincial da Companhia de Jesus sobre os

<sup>240</sup> Referido em Isabel Vilares Cepeda – Aquisições de Espécies Valiosas. *Bibliotecas e Arquivos de Portugal*. III (1973) 268-269.

<sup>241</sup> Referido em Isabel Vilares Cepeda – Aquisições de Espécies Valiosas..., p. 269-271.

- requerimentos que a Companhia fizera ao Papa sobre as dúvidas que o Reitor do Colégio de Lisboa tivera com os Inquisidores Apostólicos, datada de Évora, 21.8.1643 (f. 2-2v);
2. Cópia de carta que D. Gaspar, Arcebispo de Braga, escrevera à Mesa da Inquisição de Coimbra sobre uma diligência em Valença, datada de Braga, 23.10.1777 (f. 3);
  3. Impresso: *ORAÇÃO DE PARABENS, / QUE DÁ / AO SERENISSIMO SENHOR / D. JOZE / Pela occasião de ser felizmente no- / meado Inquizidor Geral deste Reyno, e seus Dominios, JOZE XAVIER / DE VASCONCELLOS, / Inquizidor Apostolico da Inquizição de Coimbra, e Conego da / Insigne, e Real Collegiada de Santa Maria de Barcelos.* [S.l., s.d.], 2f. (f. 4-5v);
  4. Parecer autógrafa sobre os elogios feitos a D. José de Bragança, [S.l., s.d.] (f. 6);
  5. Cópia autógrafa da carta que o autor, sendo Inquisidor na primeira cadeira de Évora, escrevera de parabéns a D. José de Bragança, [S.l.], 9.1758 (f. 6v);
  6. Outra cópia autógrafa do mesmo teor (f. 6v);
  7. Cópia de carta de D. José I ao Conde de Alva, Vice-Rei da Índia, sobre a cristianização das terras conquistadas ao Sardesai Ramchandra Sawant Bhosale, datada de Belém, 27.3.1756 (f. 7);
  8. Carta de D. José de Bragança aos Inquisidores da Mesa da Inquisição de Évora. Paço da Palhavã, 10.10.1758 (f. 8);
  9. Carta de D. Frei Miguel de Távora, Arcebispo de Évora, em latim, datada de Évora, 14.3.1746, contendo a transcrição em anexo de letra de Bento XIV, datada de Roma, 15.6.1746 (f. 9-9v);
  10. Impresso: *CARTA DE SUA SANTIDADE, / Para El-Rey de Portugal, remettendo-lhe a Bulla: Ubi primim.* [S.l., 1746], 1f. (f. 11-11v);
  11. Cópia autógrafa da carta que a Mesa da Inquisição de Évora escrevera a D. José de Bragança quando fora nomeado Inquisidor-Geral, sendo o copista Inquisidor na primeira cadeira de Évora, datada de Évora, 25.9.1756 (f. 12v);
  12. Carta de D. José de Bragança aos Inquisidores da Mesa da Inquisição de Évora. Palhavã, 7.12.1756 (f. 13);
  13. “Compendio em lingoa Portugueza mais semelhante á pratica a que se reduzem os pontos do Tribunal do Santo Officio e o mais principal que nas materias concernentes ao mesmo se trata pelos Doutores”, [S.l., s.d.] (f. 15-48v);
  14. Anotações ao regimento do Tribunal do Santo Officio de 1640 [S.l., post. 1640] (f. 50-128);
  15. Cópia de provisão de D. José de Bragança de mercê de 100.000 reis ao Inquisidor de Évora e de 80.000 reis ao Deputado da mesma Inquisição pelo seu labor ao cumprirem uma ordem régia de 16.12.1758, datada do Paço de Palhavã, 14.12.1759 (f. 130);
  16. Cópia de carta de D. José I a D. Frei Miguel de Távora, Arcebispo de Évora sobre a notícia do atentado de que fora alvo, datada de Belém, 16.12.1758 (f. 132);
  17. Ofício de José Moreira a Frei Rodrigo de Lencastre sobre um recurso interposto pelo Deão e Cabido da Sé de Évora contra o Conselho Geral do Santo Officio, datado de Salvaterra de Magos, 9.2.1754 (f. 133);
  18. Cópia da carta de D. José I ao Cardeal da Cunha sobre a regalia e apresentação do Inquisidor-Geral, datada do Palácio da Ajuda, 15.11.1771 (f. 134-137v);
  19. Cópia do ofício expedido pela Secretaria de Estado a Francisco de Almada e Mendonça,

ministro plenipotenciário em Roma, sobre a matéria da carta anterior, datado do Palácio da Ajuda, 18.1.1771 (f. 137v-139).

Aquisição por compra em Leilão da Sotheby & Co. N.º 1354. N.º de Registo 217.222.

Pertenceu à Coleção Quaritch e, em 1870, integrou a Biblioteca de Sir Thomas Phillips, com o n.º 23637.

- Códice 11234//34  
2f.  
Chaves, 28.5.1591  
Traslado coevo de denúncia que fez o Padre João de Matos, morador em Chaves, de um André, moço de 16 anos, filho de João Pires do Campo, o qual tinha na sua posse uma peça de marfim em forma de uma perrinha.  
N.º de Registo 230.153. Entrada em 16.10.1974
- Códice 11234//35  
2f.  
[Arguedeira?, post. 1712].  
Denúncia anónima à Inquisição de um Gabriel Teixeira de Saavedra, familiar do Santo Ofício em Arguedeira (Tarouca), acusado de ser cristão-novo e de ter induzido em erro as testemunhas inquiridas aquando da sua habilitação.  
N.º de Registo 230.153. Entrada em 16.10.1974
- Iluminados, 232<sup>242</sup>  
8f.  
[Séc. XVI?]  
Forma da absolvição que se dá aos penitenciados no auto-da-fé.  
Em latim.  
Em pergaminho.  
Pertenceu à Casa de Cadaval. Adquirido em 1952.
- Manuscritos, Cx. 25, N.º 14  
1f.  
[Évora], 22.9.1618-24.9.1618  
Requerimento do Promotor da Justiça da Inquisição de Évora para os Inquisidores deferirem o seu mandado de prisão de Francisco da Rosa, cristão-novo, filho de Gaspar da Rosa, tecelão de côvados, da cidade de Beja, por ter contra si os testemunhos de Violante Rodrigues, sua parente, António Coelho, tecelão de Beja, e Pero Dias, dizimeiro de Beja.  
Contém termo de Jácome Rodrigues, notário, fazendo conclusivo seu mandado. No verso, contém o despacho de aprovação do mandado, assinado por oito inquisidores.
- Manuscritos, Cx. 35, N.º 4//1  
1f.

<sup>242</sup> Digitalizado em <http://purl.pt/31742>.

Coimbra, 24.2.1812

Certidão de provisão do Príncipe Regente D. João, datada de Lisboa, 18.2.1812, para que o Fisco da Inquisição de Coimbra pagasse a José Maria Pereira Forjaz de Sampaio o ordenado em que servira de juiz do Fisco Real da Inquisição de Coimbra na ausência do proprietário. Emitida por José Lopes da Cruz, concertada com Bernardo António Pereira, tesoureiro da Inquisição de Coimbra.

- Manuscritos, Cx. 35, N.º 4//2

1f.

Lisboa, 17.3.1812

Certidão de decreto do Príncipe Regente D. João, datado de Lisboa, 13.3.1812, para que os Deputados do Conselho Geral do Santo Ofício e demais pessoas empregadas nesse tribunal contribuíssem para o resgate de cativos em Argel.

Concertada com o original por João Baptista Rodrigues Leitão, tesoureiro da Inquisição de Coimbra.

- Manuscritos, Cx. 35, N.º 4//3

1f.

Lisboa, 18.3.1813

Certidão de Manuel de Figueiredo Ribeiro Martins, Notário do Secreto do Santo Ofício da Inquisição de Lisboa atestando que na Secretaria da dita Inquisição se encontrava uma cópia autêntica, remetida à dita Inquisição pelo Erário Régio, sobre o modo como deveriam ser coletadas as pensões e rendas consignadas para os ordenados dos ministros e mais oficiais do Santo Ofício, datada de Lisboa, 2.12.1812, procedendo ao seu traslado.

Concertada pelo Notário João Colaço Ramalho.

- Manuscritos, Cx. 74, N.º 54//1

1f.

Lisboa, 8.5.1811

Carta de João Baptista Rodrigues Leitão, Ajudante do Secretário do Conselho Geral do Santo Ofício, aos Inquisidores de Coimbra, remetendo uma carta do Provisor do Porto, Teodoro Pinto Coelho de Moura.

- Manuscritos, Cx. 74, N.º 54//2

1f.

Lisboa, 14.9.1814

Carta de João Baptista Rodrigues Leitão, Ajudante do Secretário do Conselho Geral do Santo Ofício, aos Inquisidores de Coimbra, remetendo uma cópia de um aviso do Príncipe Regente ao Conselho Geral e duas portarias do Governo nele mencionadas.

- Manuscritos, Cx. 74, N.º 54//3

1f.

Lisboa, 21.4.1815

Carta de João Baptista Rodrigues Leitão, Ajudante do Secretário do Conselho Geral do Santo Ofício, aos Inquisidores de Coimbra, remetendo um aviso do Príncipe Regente ao Conselho Geral.

- Manuscritos, Cx. 83, N.º 10//2<sup>243</sup>  
14f.  
[Séc. XVII-XVIII]  
Parecer sobre a obrigatoriedade de os ministros do Santo Ofício terem de ir à procissão do Corpo de Deus, no qual se defende que não era censurável a sua não-comparência. Esboço com muitas emendas. Poderá ter pertencido a um membro da Inquisição?
- Manuscritos, Cx. 93, N.º 2<sup>244</sup>  
81f.  
17.7.1669-26.9.1672 (com averbamentos na folha de rosto de 22.2.1727, 18.8.1732 e 20.3.1752)  
Processo de Maria Coelho, meia cristã-nova, de cerca de 22-23 anos de idade, natural e moradora em Freixo de Espada à Cinta, casada com Manuel Monteiro de Carvalho, cristão-velho, meirinho do juiz de fora, filha de Pedro Lopes da Fonseca e Maria Coelho Jusarte, neta paterna de Pedro Lopes da Fonseca e Antónia Francisca, e neta materna de António Coelho e Feliciano Lopes. Presa nos cárceres da Inquisição de Coimbra em 6.8.1669 por culpas de judaísmo.
- Manuscritos, Cx. 93, N.º 3<sup>245</sup>  
73f.  
9.8.1735-2.1737  
Processo de Bernardo José, parte de cristão-novo, solteiro, sem ofício, natural e morador em Arneiros, bispado de Lamego, filho de Nicolau de Morais, alfaiate, e de Maria Ribeira. Preso nos cárceres da Inquisição de Coimbra em 15.9.1735 por culpas de judaísmo.
- Manuscritos, Cx. 93, N.º 4<sup>246</sup>  
394f.  
29.8.1714-14.6.1741  
Processo de Jorge Pereira Saro, cristão-novo, de cerca de 22 anos de idade, solteiro, boticário, natural de Avis, filho de António Rodrigues Saro, escrivão, e de Maria Silveira, cristãos-novos, neto paterno de José ou António Rodrigues, e neto materno de Domingos Silveiro e Catarina Soeira. Preso nos cárceres da Inquisição de Évora em 29.8.1714 por culpas de judaísmo. Foi condenado e relaxado à justiça secular como herege apóstata. Saiu no auto-da-fé de 1741.

<sup>243</sup> Códice referido em *A Inquisição em Portugal (1536-1821). Catálogo...*, p. 270.

<sup>244</sup> Códice referido em *A Inquisição em Portugal (1536-1821). Catálogo...*, p. 266.

<sup>245</sup> Códice referido em *A Inquisição em Portugal (1536-1821). Catálogo...*, p. 271.

<sup>246</sup> Códice referido em *A Inquisição em Portugal (1536-1821). Catálogo...*, p. 272.

- Manuscritos, Cx. 93, N.º 10  
6f.  
[1736-1754]  
Listas de Familiares do Santo Ofício na vila de Setúbal de 1701 a 1754.  
Elaboradas por Clemente Rodrigues Montanha, Comissário do Santo Ofício em Setúbal.
  
- Manuscritos, Cx. 94, N.º 70, f. 1  
2f.  
Lisboa, 1.7.1685  
Certidão emitida pelo Notário da Inquisição José Cardoso de um escrito do secretário Pero Sanches Farinha para o Inquisidor D. Veríssimo de Lencastre sobre uma consulta do Conselho Geral acerca da causa que corria entre Álvaro Ferreira e [...] Soares. Seria enviada para a Inquisição de Coimbra.  
Manuscrito muito aparado com prejuízo da leitura.
  
- Manuscritos, Cx. 95, N.º 72  
7f.  
Coimbra, 17.8.1584-12.1.1586  
Auto da posse que Gaspar Fernandes, Cavaleiro da Casa Real e Solicitador do Santo Ofício, requereu ao Presidente e Capitulares da Sé de Coimbra, da meia prebenda e conezia que se dera ao Santo Ofício por falecimento do Dr. Luís de Castro, cónego da dita Sé, segundo um breve papal, o qual está anexo ao auto, em versão impressa.
  
- Manuscritos, Cx. 196, N.º 62  
2f.  
Lisboa, 5.9.1778  
Termo de abertura do livro de despesas do Fisco da Inquisição de Lisboa, subscrito por Jerónimo de Lemos Monteiro.  
Aquisição por compra.
  
- Manuscritos, Cx. 196, N.º 63  
Maço com 53 documentos  
Lisboa, 8.7.1761-16.3.1785  
Correspondência do Conselho Geral do Santo Ofício para o Tesoureiro do Fisco da cidade de Lisboa.  
Está em falta o doc. 1 desde 4.2.2011.
  
- Manuscritos, Cx. 235, N.º 50<sup>247</sup>  
1f.  
Lisboa, 20.4.1825  
Carta de D. Miguel António de Melo, Presidente do Real Erário, ao Provedor da Comarca de

---

<sup>247</sup> Códice referido em *A Inquisição em Portugal (1536-1821). Catálogo...*, p. 278.

Évora, sobre o destino a dar a toda a prata que se achava ser pertencente ao estabelecimento da extinta Inquisição de Évora.

- Pombalina 493<sup>248</sup>  
263f.  
20.3.1739  
“Demonstração da verdade e justiça que se acha na retidão do Santo ofício e da falcidade do Padre Antonio Vieira”, de António Ribeiro de Abreu, Inquisidor.  
Obra dedicada aos Inquisidores Apostólicos.
- Pombalina 640, f. 270, 355-356<sup>249</sup>  
[ant. 1734]  
Cópia da mão de Salvador Soares Cotrim, familiar do Santo Ofício, e Escrivão do Fisco, de uma representação de um sacerdote ao Papa Sisto V sobre a distinção de cristãos-novos após a emissão do breve papal *De puritate*.
- Pombalina 641, f. 10-13v<sup>250</sup>  
Goa, 20.12.1713  
Consulta do Deputado Manuel de Sá com aprovação da mão do Inquisidor António Álvares de Távora sobre certos gentios que fizeram um sacrifício nas terras da Província do Norte.
- Pombalina 641, f. 276-303v, 310-335v  
[S.l., post. 1629]  
Normas para a condução de interrogatórios a presos em vários tipos de sessões na Inquisição de Évora, incluindo uma cópia de carta do Conselho Geral, datada de 14.10.1593, e um monitório, a partir do Registo Velho da Inquisição de Évora; cópia do exame que se fez sobre a capacidade e instrução na fé de um moço de 15 anos preso por judaísmo em Coimbra em 2.10.1629; cópia de sessão de interrogatório a um indivíduo preso em Coimbra em 5.9.1570, o qual foi mandado soltar porque as culpas não eram obrigatórias; cópia de sessões relacionadas com falsarias.  
Contém numeração original, respetivamente de f. 1-28 e 29-[56] (a partir do f. 52, as margens foram aparadas de tal modo que impedem a leitura da foliação)  
Provavelmente pertenceu a João de Borba Fragoso, Deputado da Inquisição de Évora.
- Pombalina 641, f. 304-305v  
Lisboa, 18.12.1622  
Carta do Dr. João Álvares Brandão ao licenciado João de Borba Fragoso, Deputado do Santo Ofício da Inquisição de Évora e arcediogo da Sé de Coimbra, sobre dúvidas relativas a certo preso acusado de culpas de judaísmo, e o valor da prova testemunhal.

<sup>248</sup> Códice referido em José António Moniz – *Inventario. Secção XIII: manuscritos. Collecção Pombalina*, Lisboa, Bibliotheca Nacional de Lisboa, 1889.

<sup>249</sup> Códice referido em José António Moniz – *Inventario. Secção XIII: manuscritos. Collecção Pombalina...*

<sup>250</sup> Códice referido em José António Moniz – *Inventario. Secção XIII: manuscritos. Collecção Pombalina...*

- Pombalina 641, f. 306-307v  
Lisboa, 21.2.1622  
Carta do Dr. João Álvares Brandão ao licenciado João de Borba Frago, Deputado do Santo Ofício da Inquisição de Évora e arcediogo da Sé de Coimbra, sobre os presos que morriam nos cárceres.
- Pombalina 641, f. 308-309v  
Lisboa, 8.5.1623  
Carta do Dr. João Álvares Brandão ao licenciado João de Borba Frago, Deputado do Santo Ofício da Inquisição de Évora e arcediogo da Sé de Coimbra, sobre publicar as testemunhas aos presos e a abjuração de bigamos.
- Pombalina 641, f. 336-375  
[Évora, 1615-1625]  
Cópias de despachos proferidos em processos da Inquisição de Évora de 1615 a 1625. Provavelmente pertenceu a João de Borba Frago, Deputado da Inquisição de Évora.
- Pombalina 641, f. 376-379v  
[S.d., post. 1624]  
Cópia da sentença do Dr. António Homem, de 5.5.1624.  
Provavelmente pertenceu a João de Borba Frago, Deputado da Inquisição de Évora.
- Pombalina 641, f. 383-393  
[S.l., post. 1610]  
Índice da correspondência recebida pela Inquisição de Coimbra do Inquisidor-Geral e das visitas à dita Inquisição, elaborado a partir dos cadernos existentes no secreto para cada inquisidor-geral.
- Pombalina 641, f. 401-409  
[S.l., post. 1671]  
Traslado de lista dos familiares e irmãos da Irmandade de São Pedro Mártir que se achavam em Lisboa.  
Com assinatura do Inquisidor Bento de Beja de Noronha e do Notário José Cardoso e anotações dos que eram pobres e dos que, entretanto, faleceram.
- Pombalina 649, f. 138-139<sup>251</sup>  
[1732]  
Papel de Salvador Soares Cotrim no qual se mostra, pelas listas dos autos-da-fé até ao ano de 1732, que tinham saído castigados nos ditos autos 24.522 pessoas, e queimadas 1.454, discriminadas por Lisboa, Coimbra e Évora.

---

<sup>251</sup> Códice referido em José António Moniz – *Inventario. Secção XIII: manuscritos. Collecção Pombalina...*

- Pombalina 738, f. 209-211<sup>252</sup>  
 Casa, 16.2.1651  
 Carta do beneficiado Francisco de Castro remetendo o parecer dos inquisidores do Conselho Geral do Santo Ofício e da Mesa do Despacho do Santo Ofício acerca do alvará régio de fevereiro de 1649 que proibia a confiscação dos bens dos condenados por judaísmo. Acompanhada do dito parecer e um aviso remetido por ordem do Rei para que os ministros do Santo Ofício dessem o seu parecer.
  
- R. 7224 A.  
 1640  
 Impresso: *REGIMENTO / DO SANTO OFFICIO / DA INQVISIÇÃO / DOS REYNOS DE PORTVGAL. / ORDENADO / POR MANDADO / Do Illustrissimo, & Reuerendissimo Senhor / Bispo Dom Francisco de Castro, / Inquisidor Geral, / do Conselho d'Estado / de Sua Magestade*. Lisboa: Impresso nos Estaus por Manuel da Silva, 1640.  
 Pertenceu a D. José da Gama Lobo, que anotou na folha de guarda ter tomado posse de Deputado e Promotor na Inquisição de Évora em 6.9.1698.  
 Contém abundantes anotações manuscritas nas margens do regimento, com remissão para autos-da-fé, cartas do Conselho Geral e Inquisidor-Geral, datadas entre 26.1.1605 e 5.1707. Teve anteriormente a cota de Códice 717.
  
- RES. 105 A.<sup>253</sup>  
 1634  
 Impresso: *COLLECTORIO / DAS BULLAS, / & Breves Apostolicos, / Cartas, Aluarás & Prouisoes Reaes / que contem a instituição & progresso / do Sancto officio em Portugal / Uarios Indultos & Priuilegios que / os Sumos Pontifices & Reys / destes Reynos lhe concederaõ*. Lisboa: Lourenço Craesbeeck, 1634.  
 Pertenceu ao Dr. Frei Jorge de Carvalho, Qualificador do Santo Ofício, o qual o adquiriu por 10 tostões.
  
- RES. 238 A.<sup>254</sup>  
 1613  
 Impresso: *REGIMENTO / DO SANTO OFFICIO / DA INQVISIÇAM DOS / REYNOS DE PORTUGAL. / RECOPIADO POR MANDADO / do Illustrissimo, & Reuerendissimo senhor Dom Pedro de / Castilho, Bispo Inquisidor Geral, & Visorey dos / Reynos de Portugal*. Lisboa: Impresso na Inquisição de Lisboa por Pedro Crasbeeck, 1613.  
 Pertenceu ao Bispo de Nicomédia. Posteriormente, o seu nome foi riscado.  
 Pertenceu depois ao Dr. Gaspar Pereira, do Conselho Geral do Santo Ofício.

<sup>252</sup> Códice referido em José António Moniz – *Inventario. Secção XIII: manuscritos. Collecção Pombalina...*

<sup>253</sup> Referido em João Frederico de Gusmão C. Arouca – *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVII. Letras A-C*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2001, p. 484-485. Digitalizado em <http://purl.pt/17458>.

<sup>254</sup> Referido em *A Inquisição em Portugal (1536-1821). Catálogo...*, p. 278; João Frederico de Gusmão C. Arouca – *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVII. Letras M-R*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2005, p. 123.

Contém anotações manuscritas com o registo de decisão de 24.3.1619 do Conselho Geral sobre ajuda de custos dada ao Dr. João Álvares Brandão no valor de 80000 reis quando foi assistir ao despacho a Évora e mais 80.000 reis para o seu retorno após ter acabado o auto. Pertenceu depois a D. Bernardo de Ataíde, o qual registou ter tomado posse do ofício de deputado do Santo Ofício da Inquisição de Lisboa em 10.8.1623 e ter jurado na Mesa em mãos dos Inquisidores João Álvares Brandão, do Conselho Geral, D. Manuel Pereira e Pedro da Silva de Sampaio, Inquisidores ordinários da Inquisição de Lisboa em 19.8.1623. Mais registou ter-lhe sido dado o regimento impresso pelo Dr. Gaspar Pereira na tarde em que tomara posse do cargo de deputado.

Contém anotações adicionais nas últimas folhas de guarda sobre a forma de ratificação quando se mandava chamar a testemunha que já tinha testemunhado para se ratificar, a forma de proferir pregões aos açoutados, etc.

- RES. 239 A.<sup>255</sup>

1640

Impresso: *REGIMENTO / DO SANTO OFFICIO / DA INQVISIÇÃO / DOS REYNOS DE PORTVGAL. / ORDENADO / POR MANDADO / Do Illustrissimo, & Reuerendissimo Senhor / Bispo Dom Francisco de Castro, / Inquisidor Geral, / do Conselho d'Estado / de Sua Magestade*. Lisboa: Impresso nos Estaus por Manuel da Silva, 1640.

Pertenceu a Luís Álvares da Rocha, podendo ser o que foi deputado na Inquisição de Lisboa e jurado Inquisidor de Coimbra em 25.8.1635, ou o seu sobrinho homónimo, nomeado deputado em Coimbra em 7.4.1684, depois também Inquisidor de Coimbra.

Pertenceu depois a António Vicente de Vasconcelos Pereira, sendo Inquisidor em Coimbra. Contém anotações manuscritas nas margens do regimento, com remissão para processos entre 1648 e 1775.

- S.C. 7588 P.<sup>256</sup>

1620

Impresso: *REGIMENTO / DO IUIZO DAS CON- / FISCAÇOES PELLO CRIME / de Heresia, & Apostasia*. Lisboa: Pedro Craesbeeck, 1620.

Contém anotações marginais e, no final do regimento, assinaturas autógrafas de António Dias Cardoso e Gaspar Pereira, Inquisidores de Coimbra.

Na primeira folha de guarda, tem 4 inscrições do Conselho Geral: “Do Comcelho geral do santo officio”; “Do comselho gerall do santo officio”; “do conselho geral”; “Do conselho geral”. Na penúltima folha de guarda contém um traslado de provisão do Inquisidor-Geral D. Fernão Martins Mascarenhas alterando uma disposição do regimento do juízo das confiscações sobre as pessoas que estavam proibidas de fazer lanços nas arrematações dos bens confiscados, datada de Lisboa, 5.2.1622, e copiada por Diogo Velho, Notário da Inquisição.

Contém ainda, no verso, outra provisão do mesmo Inquisidor-Geral com uma declaração

<sup>255</sup> Referido em *A Inquisição em Portugal (1536-1821). Catálogo...*, p. 123-124; João Frederico de Gusmão C. Arouca – *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVII. Letras M-R...*, p. 463.

<sup>256</sup> Referido em *A Inquisição em Portugal (1536-1821). Catálogo...*, p. 122.

sobre o capítulo 36.º do dito regimento, datada de Lisboa, 10.6.1624, e copiada pelo mesmo Diogo Velho, Notário da Inquisição.

## Biblioteca Pública de Évora

- Cenáculo S. L. Est. 69 – Cx. 8  
1699  
Impresso: Diogo Guerreiro Camacho de Aboim, *OPUSCULUM / DE / PRIVILEGIJS / FAMILIARUM / OFFICIALIUM QUE SANCTAE INQUISITIONIS / DESIDERATISSIMUM / NUNC PRIMUM IN LUCEM EDITUM / IN QUO / TOTA FERE PRIVILEGIORUM MATERIA / exaratur, & omnium Privilegiatorum jus genericè, & specifi- / cè examinatur, plenèque discutiuntur privilegia omnia / Familiarium, Officialium que Sanctae Inquisitionis, Se- / natorum, monetariorum, scholasticorum, & Viduarum, & / aliorum, potestas etiam eorum Conservatorum / ventilatur, & plures aliae Iuris materiae / involvuntur.* Coimbra: na Oficina de João Antunes, 1699.  
Contém anotações marginais.  
Pertenceu ao Dr. Frei João de Santa Teresa, Qualificador do Santo Ofício.
- Códice C/2-17  
1613  
Impresso: *REGIMENTO / DO SANTO OFFICIO / DA INQUISIÇAM DOS / REYNOS DE PORTUGAL. / RECOPIADO POR MANDADO / do Illustrissimo, & Reuerendissimo senhor Dom Pedro de / Castilho, Bispo Inquisidor Geral, & Visorey dos / Reynos de Portugal.* Lisboa: Impresso na Inquisição de Lisboa por Pedro Crasbeeck, 1613.  
Impresso encadernado com folhas brancas entre cada folha impressa, contendo abundantes anotações manuscritas, com remissões para decisões de várias Inquisições e correspondência do Conselho Geral, entre 1552 e 1637.  
Contém no f. 45v uma tabela com as regras para pôr a tormento as testemunhas consoante o grau de afinidade, com a nota: “estas regras não são certas antes muitas se devem fugir” (f. 46); um relato do auto-da-fé de maio de 1635, em Lisboa (f. 55); estilos dos sobrescritos das cartas a dirigir ao Rei, Inquisidor-Geral, etc. (f. 57); indicação dos parentes oficiais da Inquisição em Lisboa, Évora e Coimbra (f. 72); tabuada dos dias santos de Lisboa na visita do ano de 1632 (f. 73v); índice da visita de Lisboa de 1632, feita por D. Francisco de Castro, Inquisidor-Geral, seguida da de Évora (f. 101-102); traslados de excertos de cartas acordadas depois do regimento novo e visitas dos Inquisidores-Gerais, entre 1611 e 1640 (f. 111-119).
- Códice C/2-18, N.º 8, f. 25-25v  
1f.  
[Évora, 9.1839]  
Relação dos papéis que vieram do Santo Ofício de Évora para a Biblioteca Pública de Évora em setembro de 1839, subscrita por Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara.

- Códice CI/1-33 a 35<sup>257</sup>  
514+340+457f.  
[S.l., post. 1774]  
Anotações ao Regimento do Tribunal do Santo Ofício pelo Dr. Francisco Carneiro de Figueiroa, em latim.  
Pertenceram a Francisco António Marques Geraldês de Andrade, Deputado da Inquisição.
- Códice CV/2-9, f. 89-94v<sup>258</sup>  
Lisboa, 4.7.1677  
Parecer do Inquisidor Manuel de Moura Manuel contra a remessa de processos da Inquisição para Roma.  
Provavelmente remetido ao Inquisidor-Geral.
- Códice CVI/1-31<sup>259</sup>  
27f.  
Lisboa, 15.3.1632-21.4.1635  
Compromisso da Irmandade de São Pedro Mártir, que mandou fazer D. Francisco de Castro, Inquisidor-Geral, feito em Lisboa, em 15.3.1632. Subscrito e numerado pelo Secretário António Monteiro em 11.6.1632. Assinado por D. Francisco de Castro, Inquisidor-Geral.  
Contém anotação marginal posterior.  
Contém registo de que em 1650 os procuradores dos familiares da Inquisição de Évora tinham pedido ao Bispo que concordasse com a eleição de mais dois mordomos, mas o Rei não concordou.  
Inclui no final um impresso: *STATVTA / SODALITII / D. PETRI MARTYRIS / Sanctae Inquisitionis / PROTECTORIS. / Edita de mandato Illustrissimi, & Reuerendissimi D. D. / Francisci á Castro Episcopi, in Portugalliae, Regnis, / ac Dominis Inquisitoris Generalis, / A D. Urbano Papa VIII. approbata, & confirmata.*  
No último folio, contém um registo de Diogo Velho, Notário do Santo Ofício, atestando terem sido trasladados os aludidos estatutos pelo original que estava no Secreto do Conselho Geral, tendo-o concertado com o original e apondo um selo de chapa, o qual ainda existe, em Lisboa, 21.4.1635.
- Códice CVI/1-33<sup>260</sup>  
76f.

<sup>257</sup> Referido em Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara – *Catalogo dos Manuscriptos da Bibliotheca Publica Eborense*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1870, tomo III, p. 168.

<sup>258</sup> Referido em Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara – *Catalogo dos Manuscriptos da Bibliotheca Publica...*, tomo III, p. 179.

<sup>259</sup> Referido em Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara – *Catalogo dos Manuscriptos da Bibliotheca Publica...*, tomo III, p. 169; Manuel J. C. Branco, Bruno Lopes e Fernanda Olival – *Marcas da Inquisição em Évora: acervos do Museu e da Biblioteca Pública*. Lisboa: Apenas Livros, 2016, p. 20-21.

<sup>260</sup> Referido em Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara – *Catalogo dos Manuscriptos da Bibliotheca Publica...*, tomo III, p. 168; Manuel J. C. Branco, Bruno Lopes e Fernanda Olival – *Marcas da Inquisição em Évora...*, p. 12-13.

[post. 1614]

Cópia do Regimento do Santo Ofício da Inquisição.

Contém:

1. Regimento do Santo Ofício da Inquisição dado pelo Cardeal Infante D. Henrique em Lisboa, 18.7.1552 com novos capítulos aprovados em Lisboa, 20.10.[1552?]. Anotado e concordado com o novo regimento de 1614. Contém índice de assuntos (f. 1-48v);
  2. Regimento da pessoa que tiver cargo do Colégio da Doutrina da Fé, de 3.8.1552, com apostila de revogação de regimentos anteriores, de Lisboa, 16.8.1552 (f. 51-52);
  3. Traslado de carta do Conselho Geral do Santo Ofício às Inquisições com recomendações a seguir na tramitação dos processos. Lisboa, 18.10.1593 (f. 53-53v);
  4. Traslado de carta do Conselho Geral do Santo Ofício às Inquisições com recomendações a seguir na tramitação dos processos. Lisboa, 31.8.1595 (f. 53v-54);
  5. Traslado de carta do Inquisidor-Geral às Inquisições sobre uma carta enviada pelo Papa Clemente VIII [S.l.], 14.11.1596 (f. 54-54v);
  6. Traslado de carta do Papa Clemente VIII ao Inquisidor-Geral. Roma, 19.9.1596 (f. 54v-55v);
  7. Traslado de carta do Inquisidor-Geral às Inquisições sobre as sentenças dos processos das pessoas que morressem nos cárceres. Lisboa, 2.12.1596 (f. 55v);
  8. Traslado de carta do Inquisidor-Geral às Inquisições sobre os processos que subiriam ao Conselho Geral. Lisboa, 5.3.1597 (f. 55v-56);
  9. Traslado de carta do Inquisidor-Geral às Inquisições sobre os livros defesos e proibidos. Lisboa, 27.10.1597 (f. 56v-57);
  10. Traslado da visitação que se fez por mandado do Cardeal Arquiduque Alberto, Inquisidor-Geral. Contém possível assinatura de Sebastião César (f. 58-65);
  11. Traslado das adições ao regimento antigo da visitação que fizera em Évora D. Manuel de Meneses, do Conselho Geral. Évora, 20.3.1560 (f. 66-67v);
  12. Traslado do regimento que se havia de ler quando entrassem em despacho na mesa diante os deputados. Évora, 9.7.1573 (f. 67v-70);
  13. Traslado da provisão do Cardeal Infante D. Henrique sobre o recebimento das contraditas, Lisboa, 1.7.[15--]. (f. 70).
- Códice CVI/1-34<sup>261</sup>  
266f.  
[S.l., s.d., séc. XVIII?]  
Miscelânea.  
Impresso: *COLLECTORIO / DAS BULLAS, / e Breves Apostolicos, / Cartas, Aluarás e Prouisoes Reaes / que contem a instituição e progresso / do Sancto officio em Portugal / Uarios Indultos e Priuilegios que / os Sumos Pontifices e Reys / destes Reynos lhe concederaõ.*  
Lisboa: Lourenço Craesbeeck, 1634.  
Contém anotações manuscritas.  
Após o livro impresso, contém o registo de alvarás, provisões, etc., sobre os privilégios dos

<sup>261</sup> Referido em Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara – *Catalogo dos Manuscriptos da Bibliotheca Publica...*, tomo III, p. 190.

oficiais do Santo Ofício, etc., copiados e assinados pelos notários da Inquisição de Évora de 1643 até 1819, com âmbito cronológico de 1561 a 1819 (f. 173-235).

Os notários que assinam os vários traslados são, respetivamente, Manuel de Moraes, Lopo Martins, Luís Barreto, Francisco Coelho Soares, Martinho Ribeiro de Fontes, Bento Franco Henriques, Gaspar Aranha Vidigal, António José da Costa, José Joaquim da Silva, João Joaquim de Almeida, José da Silveira Rego, José Bernardo da Silva Camacho, José Lopes de Mira, José Dórdio da Guerra, José da Cunha Couto, José Lourenço Salgado e Sebastião José Fernandes Miguéis.

- Códice CVI/1-38

21f.

1.4.1569-29.10.1842

Miscelânea.

Impresso: *CONSTITVICAM / DO NOSSO MVY SANCTO / PADRE PAPA PIO QVINTO / contra os que offendem ho estado, ne- / gocios, & pessoas do Sancto Offi- / cio da Inquisiçam, contra ha he- / retica prauidade*. [Lisboa, post. 20.3.1591], 2f., em cuja folha de rosto e folha final foi colado, parcialmente, um protocolo e escatocolo manuscritos indicando a publicação desta constituição no auto-da-fé que se celebraria na Igreja do Convento de São João, em Évora, em 26.4.1643, datada de Évora, 25.4.1643, subscrito por Lopo Martins Valada, Notário da Inquisição de Évora, e assinado por Bartolomeu de Monteagudo, Duarte Pedro e Álvaro Soares de Castro, Inquisidores de Évora. O objetivo foi, evidentemente, o reaproveitamento do documento.

Segue-se, manuscrito, o édito geral da santa fé, dado em Évora, 1744, subscrito pelo Notário da Inquisição Gaspar Aranha Vidigal, e assinado pelos Inquisidores José de Almeida do Amaral, Luís António Fragoso de Barros e Cristóvão Salema Correia. Posteriormente, foi colada uma tira de papel na parte final da folha, a qual impede a leitura do dia e mês, com uma nova data, de 16.9.1781, subscrita por José Dórdio da Guerra, Notário da Inquisição de Évora (f. 4-6v). O objetivo foi, evidentemente, o reaproveitamento do documento. Entre o f. 5v e 6 foi colada uma tira de papel, contendo um artigo adicional, em letra setecentista. Seguem-se, ainda manuscritos, formulários para vários tipos de abjuração em letra setecentista (f. 7-11v).

Acompanha o códice uma carta do Padre José Joaquim da Silva, redigida em Évora, em 19.8.1838, ao Governador do Arcebispado de Évora, remetendo o códice em apreço, porque, segundo o remetente, poderia “acontecer que a Divina Providencia ainda reserve a restauração do Santo Officio”, e ele, “como Notario que fui do mesmo 36 annos perfeitos, e completos até á extincçam, em que actualmente está, devo entregar, e entrego ao mui respeitavel zelo de V. Exa. [...] para se conservarem no prezico, e a bom recato os Documentos seguintes, que talvez poderam ainda servir, e eu conservara, como devia, e sam = O Regimento que o nosso Augusto Soberano Senhor Dom Joze 1.º, de saudoza memoria, deo ao tribunal, que justamente por elle se governara, e confirmado pelo mesmo soberano Senhor pelo seu Alvará annexo, datado em o 1.º de 7<sup>bro</sup> de 1774: huma Collecçãm de abjurações de Levi, e Termos de segredo: - Outra de Hidas, e Penitencias: - outra para /

Diligencias Extrajudiciaes de Habilitandos: outra para as Judiciaes dos mesmos: - a Pasta que comprehende a Constituiçam do Papa Pio 5.º contra os que offendem o Estado, Negocios, e Pessoas do Santo Officio; abjurações dos Bigamos; ditas de Levi; ditas de Vehementi; ditas em Forma; e ditas dos Impedientes, e Fautores: - e finalmente o Compromisso da Irmandade do Sr. São Pedro Martyr<sup>262</sup>. Todos estes Documentos tenho a honra de entregar a V. Exa., para que, depois do meu obito, nam padeçam enxovalho de pessoas, a quem nam pertence o conhecimento, e uzo delles”.

Contém um apontamento a lápis no final da referida carta, da autoria de Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, redigido em Évora, em 29.10.1842, indicando que o padre ofertante era ainda vivo, nonagenário e vivia entrevado, tendo sido o autor da obra intitulada *Évora lastimosa pela deplorável catastrophe do fatal triduo de 29, 30 e 31 de Julho de 1808: memória histórica dos acontecimentos relativos especialmente às corporações ecclesiásticas de hum e de outro sexo*, impresso em Lisboa na Oficina de João Rodrigues Neves em 1809. Mais indicava que a carta tinha vindo para a Biblioteca Pública por diligência de Frei Diogo do Patrocínio, companheiro do Vigário Geral do Arcebispado Manuel José Fernandes Cicouro.

- Códice CVI/1-40, N.º 17<sup>263</sup>

8f.

Évora, 21.7.1687-Évora, 23.3.1691

Denúncia que deu Diogo de Margalho contra os bens sonegados ao inventário da confiscada Isabel Rodrigues, filha do Tenente Filipe Rodrigues, o qual falecera no cerco de Badajoz em 1658, seguida de demais peças processuais produzidas pelo Fisco de Évora na sequência da denúncia.

Contém anotação a lápis, oitocentista, de que este papel era da Inquisição de Évora, e viera para a Biblioteca Pública de Évora em setembro de 1839.

- Códice CVI/1-40, N.º 16

20f.

Lisboa, 22.1.1665-16-6-1665

Juízo ou censura que dá o Padre Bento Pereira sobre o livro que se lhe entregou para censurar, intitulado *Arbol de la Ciencia del muy Jlluminado Maestro Raymundo Lullio*.

Inclui ainda um parecer sobre a mesma obra de Frei Filipe da Rocha (Lisboa, 5.2.1665); carta do Santo Ofício de Lisboa a Frei Cristóvão de Almeida sobre o atraso na censura da dita obra (Lisboa, 11.5.1665), assinada por Fernão Correia de Lacerda e Francisco Barreto, com a sua resposta à margem; parecer de Frei Cristóvão de Almeida sobre a dita obra (Lisboa, 17.5.1665); e assento da Mesa da Inquisição de Lisboa sobre a dita obra, assinado por Fernão Correia de Lacerda e Francisco Barreto (16.6.1665).

<sup>262</sup> Poderá corresponder a BPE – Códice CVI/1-32, uma cópia setecentista do compromisso da dita irmandade, o qual não ostenta, contudo, marcas de posse.

<sup>263</sup> Referido em Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara – *Catalogo dos Manuscriptos da Bibliotheca Publica...*, tomo III, p. 180.

- Códice CVI/1-41, f. 279-280v<sup>264</sup>  
[S.l., post. 1738]<sup>265</sup>

Relação dos processos da Inquisição na posse de Francisco Ferreira Pinheiro.

A relação está organizada alfabeticamente, excetuando os últimos dois, com a indicação, para quase todos, das culpas: Dr. António Homem (judaísmo); Padre António Vieira (proposições temerárias); António Rodrigues de Mesquita (judaísmo); António de Aguiar, ou D. António Gil de Velasco (judaísmo); António Gomes (judaísmo); António de Cubilhos (judaísmo); Padre António da Fonseca (molínista); António Pinheiro da Costa (judaísmo); António Rodrigues o Ganhão (heresia); Padre António Guilherme Hebre de Loureiro (heresia, dogmatista); António Tavares da Costa (judaísmo); António Rodrigues Mogadouro (judaísmo); Frei Alexandre de Múrcia (molínista); Ana Rodrigues (beata); Ana Martins (feitiçaria); Baltasar Fernandes Mendes (judaísmo); Bento Rodrigues, ou de Jesus (heresia e apostasia); Boaventura de São Gião (embusteiro); Branca Henriques Mogadouro (judaísmo); Brites Navarro (judaísmo); Catarina Fernandes (feitiçaria); Catarina Maria (feitiçaria); Madre Claudina da Natividade (hermafrodita); Frei Diogo da Assunção (judaísmo); Diogo Rebelo (falsário); Diogo Rodrigues Flores (judaísmo); Diogo Lopes Laguna (judaísmo); Diogo Rodrigues Henriques Mogadouro (judaísmo); Domingos Lopes (judaísmo); Duarte Moreno (judaísmo); Domingas Maria (feitiçaria); Francisco Gomes Henriques, o Forragaitas (judaísmo); Francisco de Sá e Mesquita (falsário); Frei Francisco Garcia Calderón (judaísmo); Francisco Nunes (judaísmo); Francisco da Costa Pessoa (judaísmo); Francisco António de Olivares (judaísmo); Francisco da Costa (judaísmo); Filipa Ferraz (judaísmo); D. Gabriel Luís de Medina (judaísmo); Gaspar Lopes Pereira (judaísmo); Gonçalo Rodrigues da Cunha (judaísmo); Heitor Dias da Paz (judaísmo); Henrique Mourão Pinheiro (judaísmo); João Henriques (judaísmo); João da Costa Brandão (judaísmo); João Baptista de São Miguel (embusteiro); Frei João de Santa Teresa; José Rodrigues Mendes (judaísmo); Jerónima de Ledesma (judaísmo); Joana de Mendanha (beata); Inês de Jesus (beata); Inês da Conceição (beata); Isabel Marques (judaísmo); Luís de La Penha (feitiçaria); Padre Luís de Azurara Lobo (judaísmo); Padre Luís Álvares de Aguiar (solicitação); Luísa de Lara (feitiçaria); Leonor Francisca a Sarabanda (feitiçaria); Manuel de Sandoval (judaísmo); Manuel Nunes Chaves (judaísmo); Manuel da Cunha Falcão (judaísmo); Manuel Inácio, preto forro (heresia com pacto); Manuel Lopes Laguna (judaísmo); Manuel de Mesas Lemos (judaísmo); Manuel Fernandes Vila Real (judaísmo); Padre Manuel Lopes de Carvalho (judaísmo); Miguel de Abreu (sodomia); Miguel Henriques da Fonseca (judaísmo); Frei Mazeu de São Francisco; Padre Mateus Francisco Cebrian (heresia); Maria dos Anjos (beata); Madre Maria da Visitação, Priora da Anunciada (embusteira); Maria da Cruz (beata); Maria Antónia (feitiçaria); Maria Pinheira (judaísmo); Maria da Encarnação (feitiçaria); Maria Lopes de Sequeira (judaísmo); Manuela de Jesus (heresia); D. Margarida Correia (judaísmo); Nuno Fernandes Marques (judaísmo); Nuno Fernandes de Carvalho (judaísmo); Pedro Serrão (judaísmo); D. Paula de Miranda Soutomaior (feitiçaria); Roque

<sup>264</sup> Referido em Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara – *Catalogo dos Manuscritos da Bibliotheca Publica...*, tomo III, p. 186.

<sup>265</sup> O processo findo mais tardio da lista é o do Padre Manuel Pinto dos Reis, de 1738 (ANTT – Inquisição de Coimbra, Processo 5465).

Nunes (judaísmo); Rodrigo do Vale (por erros na fé e homicida); Sebastião da Silva Cidadão (judaísmo); Simão Lopes Bulha (judaísmo); Sebastiana Maria de Jesus (beata); Teotónio da Costa (judaísmo); Teresa Maria de São José (beata); Frei Valentim da Luz (heresia); Violante Henriques Mogadouro (judaísmo); Francisco Barbosa o Tio de Massarelos (feitiçaria); e Padre Manuel Pinto dos Reis (herege, embusteiro).

- Códice CVI/1-41, f. 281-281v<sup>266</sup>  
[S.l., s.d., post. 1738]  
Relação dos processos da Inquisição na posse do Padre Pregador Frei António do Espírito Santo, religioso da Ordem de São Francisco da Província de Portugal. De conteúdo similar à anterior.
- Códice CVI/1-42  
[séc. XVIII]  
Conjunto de documentos em papel encadernados com uma capa de pergaminho com o seguinte teor: 'Livro de Rui Frausto Borrvalho, tesoureiro do Fisco em Elvas. Elvas, 9.8.1714. Veio para se reverem as cargas e contas que por ele se fizeram e sendo já falecido o dito tesoureiro se lhe tomou contas do que havia recebido por outro livro que principiou em 4.11.1716 que se acha na Cidade de Elvas onde foram tomadas pelo juiz de fora da dita cidade em 3.3.1723'.  
Contém: Avaliação dos livros da biblioteca do Inquisidor Inácio de Quevedo Vasconcelos, 3.3.1739. 2f. Há outra lista de livros a servir de capilha de listas de autos-da-fé.
- Códice CVII/1-2, f. 2-4v  
[S.l., finais do séc. XVI-inícios do séc. XVII]  
Carta de recurso apresentada por um clérigo sentenciado pela Inquisição pela prática de sodomia e condenado em confiscação da fazenda e bens, privação de seus benefícios, e suspensão de suas ordens.
- Códice CVII/1-3<sup>267</sup>  
15f.  
1604  
Regimento em forma de absolver os hereges que se reconciliam no auto-da-fé ou na mesa do Santo Ofício da Inquisição.  
Em latim.  
Em pergaminho. Nos f. [0] a 9, manuscrito, nos f. 10-14, o mesmo regimento impresso, também em pergaminho.  
Pertenceu à Congregação da Missão de São Vicente de Paulo de Évora.

<sup>266</sup> Referido em Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara – *Catalogo dos Manuscritos da Bibliotheca Publica...*, tomo III, p. 186.

<sup>267</sup> Referido em Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara – *Catalogo dos Manuscritos da Bibliotheca Publica...*, tomo III, p. 169.

- Códice CIX/2-10, macete 12, Doc. 1<sup>268</sup>  
3f.  
Évora, 1.9.1821  
Ofício de Joaquim Gonçalves Vaz, Provedor da Comarca de Évora, a D. Frei Patrício da Silva, Arcebispo de Évora, sobre a arrecadação de todos os rendimentos que cobrava a extinta Inquisição de Évora, solicitando a entrega de 1.000.000 reis da pensão imposta à Mitra Arquiepiscopal vencida no passado Dia de São João, anexando a portaria de 27.8.1821 emitida pela Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda.
- Códice CX/2-1, f. 69  
Lisboa Ocidental, 3.6.1717  
Provisão de Nuno da Cunha, Inquisidor-Geral, determinando que D. Frei José de Jesus Maria, Bispo de Patara, Deputado do Santo Ofício de Évora, haja com o dito cargo cada ano 80.000 reis de ordenado.
- Códice CX/2-1, f. 69  
Lisboa Ocidental, 3.6.1717  
Provisão de Nuno da Cunha, Inquisidor-Geral, determinando que D. Frei José de Jesus Maria, Bispo de Patara, Deputado do Santo Ofício de Évora, haja com o dito cargo cada ano 80.000 reis de ordenado<sup>269</sup>.
- Códice CXIII/1-23 d., f. 79-201v<sup>270</sup>  
Lisboa Ocidental, 15.11.1738  
Resposta ao Livro *Notícias Recônditas e Póstumas* do Padre António Vieira, pelo Inquisidor António Ribeiro de Abreu<sup>271</sup>.  
Dedicado aos Inquisidores Apostólicos.
- Códice CXXVI/2-29<sup>272</sup>  
292f.  
Évora, 10.7.1662-7.7.1821  
Livro da criação dos oficiais do Fisco da cidade de Évora. Contém o registo de alvarás, cartas, provisões, certidões.

<sup>268</sup> Manuel J. C. Branco, Bruno Lopes e Fernanda Olival – *Marcas da Inquisição em Évora...*, p. 24.

<sup>269</sup> Publicação em Maria Luísa Braga – *A Inquisição em Portugal: primeira metade do séc. XVIII...*, p. 271.

<sup>270</sup> Referido em Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara – *Catalogo dos Manuscriptos da Bibliotheca Publica...*, tomo III, p. 178.

<sup>271</sup> Publicação em Herman Prins Salomon (ed.) – *Queimar Vieira em Estátua. Manuscritos inéditos do Inquisidor António Ribeiro de Abreu sobre o funcionamento da Inquisição, em resposta a Pe. António Vieira*. Lisboa: Cátedra de Estudos Sefarditas Alberto Benveniste, 2014, p. 135-237.

<sup>272</sup> Referido em Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara – *Catalogo dos Manuscriptos da Bibliotheca Publica...*, tomo III, p. 189; Manuel J. C. Branco, Bruno Lopes e Fernanda Olival – *Marcas da Inquisição em Évora...*, p. 23-24.

- Códice CXXVI/2-30<sup>273</sup>  
39f.  
Évora, 22.5.1628-17.1.1629  
Livro de registo de todas as sentenças definitivas dadas pelo visitador no Juízo da Visita do Fisco.
- Códice CXXVI/2-31<sup>274</sup>  
192f.  
Évora, 5.12.1637-15.11.1639  
Livro da Receita do Cofre do Fisco de que era Tesoureiro Miguel de Rebelo.
- Códice CXXVI/2-32<sup>275</sup>  
144f.  
Évora, 7.10.1680-3.1.1681  
Livro da Receita do Cofre do Fisco de que era Tesoureiro António do Vale.
- Códice CXXVI/2-33<sup>276</sup>  
50f.  
Évora, 3.4.1750-3.7.1751  
Livro da Receita do Cofre do Fisco de que era Tesoureiro Manuel Gomes dos Reis. Visto em 18.11.1760.
- Códice CXXVI/2-34<sup>277</sup>  
148f. + f. inum.  
Évora, 7.9.1751-28.2.1754  
Livro da Receita do Cofre do Fisco de que era Tesoureiro Manuel Gomes dos Reis. Visto em 18.11.1760.  
Contém apenas a correspondência relacionada dirigida ao tesoureiro pelo Conselho Geral do Santo Ofício, Inquisidores de Évora e Juízo das Confiscações Reais.
- Códice CXXVI/2-35<sup>278</sup>  
199f. + f. inum.

---

<sup>273</sup> Referido em Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara – *Catalogo dos Manuscritos da Bibliotheca Publica...*, tomo III, p. 189.

<sup>274</sup> Referido em Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara – *Catalogo dos Manuscritos da Bibliotheca Publica...*, tomo III, p. 189; Manuel J. C. Branco, Bruno Lopes e Fernanda Olival – *Marcas da Inquisição em Évora...*, p. 56.

<sup>275</sup> Referido em Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara – *Catalogo dos Manuscritos da Bibliotheca Publica...*, tomo III, p. 189.

<sup>276</sup> Referido em Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara – *Catalogo dos Manuscritos da Bibliotheca Publica...*, tomo III, p. 189.

<sup>277</sup> Referido em Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara – *Catalogo dos Manuscritos da Bibliotheca Publica...*, tomo III, p. 189.

<sup>278</sup> Referido em Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara – *Catalogo dos Manuscritos da Bibliotheca Publica...*, tomo III, p. 189.

Évora, 15.3.1754-28.8.1756

Livro da Receita do Cofre do Fisco de que era Tesoureiro Manuel Gomes dos Reis. Visto em 18.11.1760.

Contém apenas a correspondência relacionada dirigida ao tesoureiro pelo Conselho Geral do Santo Ofício, Inquisidores de Évora e Juízo das Confiscações Reais.

- Códice CXXVI/2-36<sup>279</sup>  
236f.  
Évora, 2.3.1757-19.7.1769  
Livro da Receita do dinheiro líquido que entra no Cofre do Fisco.
- Códice CXXXI/1-3, N.º 70  
2f.  
[Coimbra?, post. 12.2.1762]  
Lista de Promotores da Inquisição de Coimbra.  
Autor anónimo, que se refere aos promotores “desta Inquisiçam”.
- Códice CXXXI/1-8, N.º 27  
1f.  
[Évora, post. 1808]  
Mínuta de petição dos Inquisidores da Inquisição de Évora para que as cavalarias de suas casas deixem de ser usadas pelo Exército.
- Códice CXXXI/1-8, N.º 28  
2f.  
Évora, 31.10.1794  
Estado futuro e suficiente para a expedição dos negócios da justiça e fazenda da Inquisição de Évora, em parte paralelo com o da Inquisição de Sevilha.  
Tabela contendo o rendimento do real fisco da Inquisição de Évora e o modo por que podia ser pago o novo plano da Inquisição de Évora.
- Códice CXXXI/1-8, N.º 29  
2f.  
[Lisboa?, post. 29.11.1731]  
Cópia de petição de Matias Pereira Falagueiro, Familiar do Santo Ofício em Setúbal, executado por 20.000 reis que devia aos direitos reais dos vinhos que vendera a ramo.  
Contém notas autógrafas de se ter achado no Secreto uma causa de um Padre Gordilho e António Bulhão de Novais, de Lisboa, sobre interditos possessórios.
- Códice CXXXI/1-8, N.º 30  
2f.

<sup>279</sup> Referido em Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara – *Catalogo dos Manuscritos da Bibliotheca Publica...*, tomo III, p. 189.

[S.l., post. 29.8.1812]

Apólices grandes do Conselho Geral, assinadas por Manuel Estanislau Fragoso, relativas aos anos de 1801 a 1812, totalizando 19:903\$00.

- Códice CXXXI/1-8, N.º 31  
1f.  
[S.l., 18--]  
Minutas várias autógrafas de cartas a enviar por Manuel Estanislau Fragoso, redigidas no sobrescrito de uma carta a ele dirigida pelo Conselho Geral do Santo Ofício.
- Códice CXXXI/1-8, N.º 32  
1f.  
[S.l., ant. 1799]  
Minuta de consulta apresentada à Rainha D. Maria I acerca de uma petição para ocupação da vaga do partido de Médico dos Cárceres da Inquisição de Évora.
- Códice CXXXI/1-8, N.º 33  
1f.  
Lisboa, 1.1818  
Minuta de carta de Manuel Estanislau Fragoso, Deputado do Conselho Geral do Santo Ofício, a Tomás António de Vilanova Portugal, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, sobre a morte do Inquisidor-Geral.
- Códice CXXXI/1-8, N.º 34  
2f.  
[Évora, post. 1783]  
Notas sobre as formalidades conduzidas na escrituração das receitas e despesas e relatórios das contas da Inquisição de Évora.
- Códice CXXXI/1-8, N.º 35  
14f.  
Lisboa, 5.10.1792  
Consulta do Conselho Geral do Santo Ofício à Rainha D. Maria I sobre a representação feita ao dito Conselho pelo marchante de talho privilegiado da Inquisição da Corte a respeito da impossibilidade de se associar aos marchantes do provimento geral.  
Contém traslado de privilégios e decisões régias relacionados com os marchantes, de 28.2.1571, 23.7.1695, 14.2.1749 e 27.3.1788. Contém despacho de indeferimento de 19.2.1793.
- Códice CXXXI/1-8, N.º 36  
4f.  
[Évora, ant. 29.1.1826]

Petição ao Provedor da Comarca de Évora feita pelos rendeiros da casa que pertencia ao Segundo Inquisidor do Santo Ofício da extinta Inquisição de Évora sobre os benefícios de conservação em que incorreram na dita casa.

Contém relação das despesas do pedreiro (Évora, 4.10.1825) e despacho do Provedor (Évora, 29.1.1826).

- Códice CXXXI/1-8, N.º 37  
2f.  
Lisboa, 28.6.1803  
Carta de Diogo Inácio de Pina Manique, Intendente da Polícia da Corte e Reino, a Manuel Estanislau Fragoso de Barros sobre uma diligência efetuada pelo meirinho do Tribunal da Inquisição de Évora.
- Códice CXXXI/1-8, N.º 38  
2f.  
Casa, 6.9.1752  
Carta do Duque de Lafões à Inquisição de Évora sobre o cumprimento da pena de degredo das galés pelo réu Manuel Francisco o Fragata.
- Códice CXXXI/1-8, N.º 39  
1f.  
Lisboa, 6.4.1773  
Cópia de carta do Inquisidor-Geral a D. José I recomendando a cessação da Inquisição de Goa, substituída por um Comissário na Ilha de Goa. Contém cópia do despacho régio, datado do Palácio da Ajuda, 6.4.1773.
- Códice CXXXI/1-8, N.º 40  
1f.  
Lisboa, 30.8.1812  
Cópia de carta da Mesa da Inquisição de Évora acusando a receção de uma procuração que permitia votar-se nas causas dos réus da diocese.
- Códice CXXXI/1-8, N.º 41  
2f.  
[S.l., 18--]  
Petição de Francisco Xavier de Oliveira da Mata para ser aliviado do serviço de Inquisidor, em virtude da idade de 74 anos o impedir de realizar as suas funções.
- Códice CXXXI/1-8, N.º 42  
2f.  
Lisboa, 24.11.1798  
Cópia de petição da Mesa do Santo Ofício da Corte à Rainha D. Maria I, solicitando a mesma franqueza de portes de que gozavam os mais tribunais e ministros régios.

- Códice CXXXI/1-8, N.º 43  
1f.  
[Évora, ant. 21.10.1818]  
Lista de perguntas para o interrogatório a Sebastião José Fernandes Miguéis, habilitando a Notário do Santo Ofício.
- Códice CXXXI/1-8, N.º 44  
2f.  
[S.l., post. 1771]  
Relatório sobre criminosos relapsos após as visitas de 1766 e 1771.
- Códice CXXXI/1-8, N.º 45  
1f.  
[Évora, 18--]  
Carta de Joaquim José Guião, Inquisidor Extraordinário, à Mesa da Inquisição de Évora, sobre a competência de juízo sobre determinado crime.
- Códice CXXXI/1-8, N.º 46  
2f.  
Évora, 29.8.1809  
Certidão de uma ordem régia ao Corregedor de Coimbra sobre as irregularidades praticadas por certos almotacés daquela cidade, de 27.3.1788, retirada do Colectório das Cartas e Alvarás tocantes à Inquisição, feita por José Cláudio Fernandes Farto, Notário da Inquisição de Évora.
- Códice CXXXI/1-8, N.º 47  
2f.  
[Lisboa, s.d.]  
Cópia do assento mandado fazer pelo Inquisidor-Geral sobre a inviolabilidade do segredo nas matérias da Inquisição, incluindo termos de juramento. Copiado do Livro 12, f. 236.
- Códice CXXXI/1-8, N.º 48  
6f.  
Évora, 26.7.1752  
Parecer do Dr. Francisco Teles de Mira sobre se era possível um religioso da observância dos Carmelitas Descalços aceitar sem escrúpulo o emprego de Qualificador do Santo Ofício após a expedição da bula papal de 7.7.1673. Contém assinaturas de outros lentes e doutores teólogos.
- Códice CXXXI/1-8, N.º 49  
1f.  
[S.l., 18--]  
Tabela de ordenados e consignações da Inquisição de Évora (?).

- Códice CXXXI/1-8, N.º 50  
2f.  
Évora, [17--]  
Cópia de assento da Mesa da Inquisição de Évora sobre um libelo relacionado com o porteiro da Inquisição.
- Códice CXXXI/1-8, N.º 51  
4f.  
[S.l., ant. 1799]  
Minuta de consulta apresentada à Rainha D. Maria I sobre o requerimento de João Machado de Eça, Promotor da Inquisição.
- Códice CXXXI/1-8, N.º 52  
2f.  
Évora, 29.3.1817-Beja, 10.4.1787  
Cópia de aviso da Mesa do Santo Ofício de Évora a Manuel de Jesus Ferro Godinho e Alfar, Notário, para notificar Diogo Lobo Pessanha, Familiar do Santo Ofício, a comparecer naquela Inquisição dentro de 15 dias. Contém carta do notário, carta do familiar e atestado médico de incapacidade do familiar em deslocar-se, datados, respetivamente, de Beja, 10, 9 e 8.4.1787.
- Códice CXXXI/1-8, N.º 53  
1f.  
Lisboa, 20.4.1784-Palácio de Queluz, 10.7.1784  
Cópia de consulta apresentada à Rainha D. Maria I pelo Conselho Geral do Santo Ofício para se lhe conceder a mercê de chancelaria, com despacho de deferimento.
- Códice CXXXI/1-8, N.º 55  
1f.  
[S.l., 17--]  
Parecer do Inquisidor Luís António Fragoso de Barros sobre a sentença a proferir num caso em julgamento.
- Códice CXXXI/1-8, N.º 56  
1f.  
Évora, 20.6.1741  
Cópia de assento da Mesa da Inquisição de Évora no processo de Francisca Maria Antónia.
- Códice CXXXI/1-8, N.º 57  
2f.  
[S.l., post. 1741]  
Parecer do Inquisidor Luís António Fragoso de Barros sobre a sentença a proferir num caso em julgamento.

- Códice CXXXI/1-8, N.º 58  
1f.  
Évora, 3.8.1740  
Cópia de assento da Mesa da Inquisição de Évora no processo de Antónia da Silva.
- Códice CXXXI/1-8, N.º 59  
2f.  
Évora, 19.12.1741-9.11.1742.  
Minuta de registo de audiência da Inquisição de Évora no processo de José Conde, estando presente o Inquisidor Luís António Fragoso de Barros. A folha foi reaproveitada para copiar um assento da Inquisição de Évora, de 9.11.1742, no caso de José Vaz Anjo.
- Códice CXXXI/1-8, N.º 60  
1f.  
Évora, 12.1.1770.  
Cópia de acórdão do Dr. Bento António de Sampaio num caso envolvendo um oficial do Santo Ofício.
- Códice CXXXI/1-8, N.º 61  
2f.  
[S.l., s.d.]  
Cópia de votos do Deputado Frei José do Rosário Garcia num processo envolvendo um réu que tinha fugido do Tribunal da Inquisição.
- Códice CXXXI/1-8, N.º 62  
2f.  
[S.l., s.d.]  
Lista de perguntas a fazer a um réu.
- Códice CXXXI/1-8, N.º 63  
1f.  
Évora, 6.7.1815  
Carta da Mesa do Santo Ofício da Inquisição de Évora a Manuel António Nobre, Vigário da Vara, de cobertura da comissão de habilitação de José António Nobre. Contém registo do Vigário, indicando que o habilitante era seu pai. Registada a f. 457.
- Códice CXXXI/1-8, N.º 64  
1f.  
Lisboa, 15.9.1697  
Cópia de resolução do Conselho Geral do Santo Ofício acerca de se dar o viático aos presos por judaísmo que se encontrassem moribundos.
- Códice CXXXI/1-8, N.º 65  
1f.

Évora, 27.11.1815

Carta da Mesa do Santo Ofício da Inquisição de Évora ao Vigário da Vara de Almodôvar sobre certa comissão para diligências judiciais de habilitando.

- Códice CXXXI/1-8, N.º 66  
1f.  
Évora, 30.10.1815-Castro Verde, 12.11.1815  
Carta da Mesa do Santo Ofício da Inquisição de Évora a Manuel António Nobre, Vigário da Vara, de cobertura da comissão de habilitação de José António Nobre. Contém registo do Vigário, indicando que o habilitante era seu pai, em Castro Verde, 12.11.1815. Registada a f. 74.
- Códice CXXXI/1-8, N.º 67  
1f.  
Castro Verde, 7.12.1815  
Carta de Manuel António Nobre, Vigário da Vara da Comarca de Ourique, aos Inquisidores de Évora, sobre a habilitação de José António Nobre.
- Códice CXXXI/1-8, N.º 68  
3f.  
[S.l., 18--]  
Formulários de perguntas a realizar no âmbito de diligências de habilitação.
- Códice CXXXI/1-8, N.º 69  
2f.  
[S.l., 1791-1792]  
Mínuta de acusação contra André de Moraes Sarmento, presbítero do hábito de São Pedro, egresso da Congregação dos Cónegos Regulares de Santo Agostinho, morador na Corte.
- Códice CXXXI/1-8, N.º 70  
4f.  
[S.l., s.d.]  
Formulário para diligências em virtude de alguma comissão.
- Códice CXXXI/1-8, N.º 71  
3f.  
Casa, 19.3.1818  
Carta de João Limpo Pimentel a José Cláudio Fernandes Farto, enviando instruções e formulários para preenchimento no âmbito de diligências de habilitação.
- Códice CXXXI/1-8, N.º 72  
1f.  
Lisboa, 20.4.1784-Palácio de Queluz, 10.7.1784

Cópia de consulta apresentada à Rainha D. Maria I pelo Conselho Geral do Santo Ofício para se lhe conceder a mercê de chancelaria, com despacho de deferimento.

- Códice CXXXI/1-8, N.º 74  
2f.  
Rio de Janeiro, 9.6.1818  
Ofício de Tomás António de Vilanova Portugal, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, a Manuel Estanislau Frago comunicando-lhe a nomeação de D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho para o cargo de Inquisidor-Geral.
- Códice CXXXI/1-8, N.º 75  
1f.  
[Évora, post. 1774]  
Apontamentos sobre a aplicação de certos artigos do regimento do Santo Ofício na Inquisição de Évora.
- Códice CXXXI/1-8, N.º 76  
1f.  
[S.l., post. 1774]  
Apontamentos sobre a aplicação de certos artigos do regimento do Santo Ofício.
- Códice CXXXI/1-8, N.º 77  
2f.  
Lisboa, 31.5.1796  
Cópia de acórdão no caso do Padre Domingos Manuel dos Santos.
- Códice CXXXI/1-8, N.º 78  
6f.  
[S.l., 17--]  
Formulários de redação de ratificações e outros procedimentos processuais.
- Códice CXXXI/1-8, N.º 79  
1f.  
Évora, [1810]  
Tabela dos recebimentos de dinheiro da Inquisição de Évora provenientes do Conselho Geral de 1793 a 1810.
- Códice CXXXI/1-8, N.º 80  
1f.  
Lisboa, 3.8.1805  
Cópia de parecer da Mesa do Santo Ofício sobre a pena a aplicar a João Teixeira dos Santos, Alcaide dos Cárceres Secretos, o qual abandonou a Corte sem a competente licença. Redigida no sobrescrito de carta endereçada a Manuel Estanislau Frago.

- Códice CXXXI/1-8, N.º 81  
2f.  
[S.l., ant. 1799]  
Minuta de consulta apresentada à Rainha D. Maria I sobre a conta do Juiz do Fisco da Inquisição de Évora.
- Códice CXXXI/1-8, N.º 82  
1f.  
[S.l., s.d.]  
Apontamentos sobre os ordenados dos empregados do Santo Ofício.
- Códice CXXXI/1-8, N.º 83  
4f.  
Évora, 11.9.1800  
Parecer de Manuel Rosado Vogado, Procurador Fiscal, apresentado ao Príncipe Regente D. João, sobre uma representação do Juiz do Fisco da Inquisição de Évora.
- Códice CXXXI/1-8, N.º 84  
1f.  
Évora, [18--]  
Minuta incompleta de carta da Mesa do Santo Ofício da Inquisição de Évora remetendo duas listas da justiça para voltarem respondidas.
- Códice CXXXI/1-8, N.º 85  
1f.  
[Lisboa, 1817]  
Minuta de carta do Conselho Geral do Santo Ofício ao Príncipe Regente D. João, comunicando-lhe o falecimento do Inquisidor-Geral.
- Códice CXXXI/1-8, N.º 86  
1f.  
Évora, 1813  
Cópia de petição da Inquisição de Évora ao Príncipe Regente D. João sobre a dedução do terço que algumas catedrais do Reino pretendiam descontar nas pensões que pagavam ao Santo Ofício.
- Códice CXXXI/1-8, N.º 87  
1f.  
[Évora, ant. 5.10.1810]  
Carta de Diogo Francisco Fratel aos Inquisidores de Évora sobre a renda da terçanária que o Tribunal do Santo Ofício tinha na Sé de Évora. Respondida em 5.10.1810.

- Códice CXXXI/1-8, N.º 88  
2f.  
[Lisboa, 1804]  
Cópia de acórdão da Inquisição de Lisboa no processo do Padre Frei Bento de São José Ribeiro Pereira.
- Códice CXXXI/1-8, N.º 89  
6f.  
Évora, 8.2.1760  
Carta do Desembargador Miguel Lopes Caldeira Artur a Luís António Fragoso de Barros sobre os quatro pretendentes à serventia de um ofício no Fisco da Inquisição de Évora.
- Códice CXXXI/1-8, N.º 90  
40p.  
[1.4.1608-15.1.1628]  
Cópia setecentista de cartas e outros documentos sobre cristãos-novos e Inquisição, datadas de 1608 a 1628.
- Códice CXXXI/1-8, N.º 93  
1f.  
Évora, 2.6.1804  
Minuta de petição sobre o privilégio dos marchantes da Inquisição de Évora.
- Códice CXXXI/1-8, N.º 94  
1f.  
Évora, 30.5.1818  
Ordem da Mesa do Santo Ofício de Évora ao Juiz do Fisco Real no Distrito da Inquisição de Évora para que mandasse entregar das rendas fiscais a quantia de 185.420 reis, a qual fora despendida nas exéquias por morte de D. José Maria de Melo.
- Códice CXXXI/1-8, N.º 95  
3f.  
[S.l., 17--]  
Formulários de redação de assentadas e outros procedimentos processuais.
- Códice CXXXI/1-8, N.º 96  
4f.  
[S.l., 17--]  
Formulários de redação de diligências e outros procedimentos processuais.
- Códice CXXXI/1-8, N.º 97  
2f.  
Évora, 3.10.1789

Certidão do lançamento da receita de 30.000 reis no caderno particular das receitas e despesas dos alimentos de Teresa Maria, recolhida no Conservatório de Santa Marta de Évora, por mão do Inquisidor Manuel Estanislau Fragoso.

- Códice CXXXI/1-8, N.º 98  
1f.  
Sevilha, 9.10.1819  
Cópia de carta de D. Juan García Nolasco, Secretário da Inquisição de Sevilha, a Francisco Cavezas, acerca da diligência sobre António Pais de Soutomaior.
- Códice CXXXI/1-8, N.º 99  
4f.  
[Évora, 1781]  
Cópia do acórdão do processo de José Nunes Ribeiro, escrivão da câmara de Avis.
- Códice CXXXI/1-8, N.º 100  
1f.  
Évora, 3.4.1784  
Deliberação da Mesa da Inquisição de Évora sobre os autos, denúncia e sumário de testemunhas no caso de Lourenço Félix, cirurgião e morador em Ferragudo (Lagoa).
- Códice CXXXI/1-8, N.º 101  
1f.  
Pinhel, 1.4.1812  
Certidão emitida por José António de Andrade, escrivão da décima eclesiástica do arcebispado de Pinhel, sobre as pensões pagas pela Mitra à Inquisição de Coimbra e Lisboa.
- Códice CXXXI/1-8, N.º 103  
2f.  
Coimbra, 14.3.1818  
Carta de João Joaquim Bernardino do Porto agradecendo ter sido escolhido pelo Inquisidor-Geral para servir o Tribunal do Santo Ofício.
- Códice CXXXI/1-8, N.º 104  
16f.  
Goa, 3.4.1784  
Cópias certificadas por Pedro António Correia, Notário da Inquisição de Goa, e Eugénio Xavier Raposo, seu Ajudante, de 18 a 28.2.1792:  
Carta da Mesa do Santo Ofício da Inquisição de Goa a José Duarte de Carvalho, Provisor do Arcebispado de Goa, sobre a prisão do Padre Eusébio Francisco dos Anjos (Goa, 14.7.1781);  
Carta de José Duarte de Carvalho, Provisor do Arcebispado de Goa, à Mesa do Santo Ofício da Inquisição de Goa sobre a prisão do Padre Eusébio Francisco dos Anjos (Goa, 14.7.1781);  
Carta da Mesa do Santo Ofício da Inquisição de Goa a José Duarte de Carvalho, Provisor do

Arcebispo de Goa, sobre a prisão do Padre Eusébio Francisco dos Anjos (Goa, 18.7.1781); Carta de José Duarte de Carvalho, Provisor do Arcebispo de Goa, à Mesa do Santo Ofício da Inquisição de Goa sobre a prisão do Padre Eusébio Francisco dos Anjos (Goa, 19.7.1781); Carta da Mesa do Santo Ofício da Inquisição de Goa ao Bispo de Cochim, Governador do Arcebispo de Goa, sobre a prisão do Padre Eusébio Francisco dos Anjos (Goa, 17.8.1781); Carta do Bispo de Cochim, Governador do Arcebispo de Goa, à Mesa do Santo Ofício da Inquisição de Goa sobre a prisão do Padre Eusébio Francisco dos Anjos (Goa, 31.8.1781).

- Códice CXXXI/1-8, N.º 105  
6f.  
Santa Maria de Belém do Grão-Pará, 14.2.1771  
Inquirição sobre o sacrilégio cometido por Manuel Joaquim de Sousa Feio, Sargento-Mor de Belém do Grão-Pará, após denúncia de Manuel Alves Chaves, Familiar do Santo Ofício, perante Geraldo José de Abranches, Inquisidor e Vigário Capitular.
- Códice CXXXI/1-8, N.º 106  
1f.  
Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, 27.3.1788  
Carta do Visconde de Vila Nova de Cerveira ao Corregedor da Comarca de Coimbra sobre as irregularidades praticadas pelos almotacés da cidade de Coimbra em infração dos privilégios concedidos ao Santo Ofício.
- Códice CXXXI/1-8, N.º 107  
4f.  
Évora, 12.7.1800-Lisboa, 29.7.1800  
Consulta de Tomé Joaquim Vieira da Mota de Carvalho, Juiz do Fisco, ao Príncipe Regente D. João, sobre os foros e censos do Real Fisco no Reino do Algarve. Contém despacho para o Procurador Fiscal lhe responder (Lisboa, 29.7.1800).
- Códice CXXXI/1-8, N.º 108  
12f.  
[S.l., s.d.]  
Denúncia à Inquisição feita por um antigo filiado em loja maçónica na Madeira.
- Códice CXXXI/1-8, N.º 109  
1f.  
Évora, [c. 30.5.1818]  
Mínuta de ordem dos Inquisidores de Évora ao Juiz do Real Fisco no mesmo distrito, solicitando a remessa de 185.420 reis, correspondentes às despesas efetuadas aquando das exéquias de D. José Maria de Melo.
- Códice CXXXI/1-9  
398f.

[S.l., post. 1774]

Anotações ao Regimento do Tribunal do Santo Ofício, pelo Dr. Francisco Carneiro de Figueiroa, em latim.

Contém assinatura de oferta à Biblioteca Pública por Frederico Vaz Martins, Prior de São Mamede de Évora.

- Códice CXXXI/1-10, N.º 1

116f.

[S.l., 17--/18--]

Formulário do modo de processar as causas que se tratam no Santo Ofício da Inquisição.

Contém assinatura de oferta à Biblioteca Pública por Frederico Vaz Martins, Prior de São Mamede de Évora.

Códice CXXXI/1-10, N.º 2

- 116f.

[S.l., 17--/18--]

Fragmento das anotações ao Regimento do Tribunal do Santo Ofício, pelo Dr. Francisco Carneiro de Figueiroa, em latim.

Contém assinatura de oferta à Biblioteca Pública por Frederico Vaz Martins, Prior de São Mamede de Évora.

- Códice CXXXI/1-10, N.º 4

49f.

[Évora, post. 1743]

Índice de 19 maços de documentos do cartório da Inquisição de Évora.

Contém assinatura de oferta à Biblioteca Pública por Frederico Vaz Martins, Prior de São Mamede de Évora.

- Códice CXXXI/1-10, N.º 5

136f.

Évora, 2.12.1816-Évora, 15.11.1817

Processo de habilitação a Homem do Meirinho da Inquisição de Évora de Manuel Gomes de Ascensão, natural de Castelo de Vide e morador em Évora, casado com Teodora do Carmo, filho de Pedro Gomes e Brites Teresa, naturais de Castelo de Vide, neto paterno de Pedro Gomes, natural de Gáfete, e de Ana Gonçalves, de Castelo de Vide, e neto materno de João Dias e de Brites Martins, naturais de Castelo de Vide. Pretende ser Homem do Meirinho nos impedimentos e futura sucessão do Oficial da Vara Francisco José da Silva.

Contém assinatura de oferta à Biblioteca Pública por Frederico Vaz Martins, Prior de São Mamede de Évora, em 21.10.1885.

- Códice CXXXI/1-10, N.º 6

174f.

[S.l., 17--]

Formulário do modo de processar as causas que se tratam no Santo Ofício da Inquisição. Contém assinatura de oferta à Biblioteca Pública por Frederico Vaz Martins, Prior de São Mamede de Évora.

- Códice CXXXI/1-12, N.º 4, f. 115-115v  
[S.l., post. 1816]  
Estado da conta em que se acha a Inquisição de Lisboa sobre a pensão que a seu favor foi imposta por bulas apostólicas nos frutos da Mitra de Bragança.  
Dentro de capilha intitulada “Papeis que foram da Inquisição de Evora”, redigida por Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara.
- Códice CXXXI/1-12, N.º 4, f. 116-116v  
[S.l., 1818?]  
Minuta de carta do juiz do Fisco Real da Inquisição de Évora endereçando os parabéns a desconhecido pela sua nomeação para Inquisidor-Geral. Redigida em sobrescrito endereçado a Manuel Estanislau Fragoso.  
Dentro de capilha intitulada “Papeis que foram da Inquisição de Evora”, redigida por Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara.
- Códice CXXXI/1-12, N.º 4, f. 117-117v  
Lisboa, 17.3.1800  
Cópia de consulta da Mesa do Santo Ofício sobre requerimento de José Joaquim de Melo, pretendente a Familiar do Santo Ofício.  
Dentro de capilha intitulada “Papeis que foram da Inquisição de Evora”, redigida por Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara.
- Códice CXXXI/1-12, N.º 4, f. 118-120v  
[S.l., ant. 1821]  
Cópia de parecer de Manuel Estanislau Fragoso sobre as culpas atribuídas a certo réu.  
Dentro de capilha intitulada “Papeis que foram da Inquisição de Evora”, redigida por Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara.
- Códice CXXXI/1-12, N.º 4, f. 121-121v  
[S.l., ant. 1821]  
Minuta de carta do juiz do Fisco Real da Inquisição de Évora endereçando os parabéns a desconhecido pela sua nomeação para Inquisidor-Geral. Redigida em sobrescrito endereçado a Manuel Estanislau Fragoso.  
Dentro de capilha intitulada “Papeis que foram da Inquisição de Evora”, redigida por Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara.
- Códice CXXXI/1-12, N.º 4, f. 122-122v  
[S.l., 18--]  
Minuta de súplica ao Corregedor de [?] sobre uma pensão que a Inquisição de Évora recebia da Mitra Arquiepiscopal.

Dentro de capilha intitulada “Papeis que foram da Inquisição de Évora”, redigida por Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara.

- Códice CXXXI/1-12, N.º 4, f. 123-123v  
Almodôvar, 2.9.1817  
Carta de José Joaquim de Vilhena a Manuel Estanislau Fragoso. No verso, foi copiada uma carta da Mesa do Santo Ofício de Évora a Manuel Estanislau Fragoso, Juiz do Fisco Real na Inquisição de Évora, relacionada com a inesperada morte do Inquisidor-Geral.  
Dentro de capilha intitulada “Papeis que foram da Inquisição de Évora”, redigida por Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara.
- Códice CXXXI/1-12, N.º 4, f. 126-126v  
Évora, 10.12.1791  
Cópia de carta a Frei José da Rocha sobre o seu serviço na Inquisição de Évora.  
Dentro de capilha intitulada “Papeis que foram da Inquisição de Évora”, redigida por Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara.
- Códice CXXXI/1-12, N.º 4, f. 127-127v  
Lisboa, 19.12.1801  
Cópia de carta da Mesa do Santo Ofício sobre a pretensão do Dr. João Borges de Góis a Familiar do Santo Ofício.  
Dentro de capilha intitulada “Papeis que foram da Inquisição de Évora”, redigida por Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara.
- Códice CXXXI/1-12, N.º 4, f. 128-129v  
Lisboa, 5.1805  
Cópia de carta da Mesa do Santo Ofício à Inquisição de Goa, acusando a receção da lista dos réus despachados naquela Inquisição. No verso, contém outra cópia dirigida à mesma Inquisição, remetendo a lista dos réus despachados na Inquisição de Lisboa.  
Dentro de capilha intitulada “Papeis que foram da Inquisição de Évora”, redigida por Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara.
- Códice CXXXI/1-12, N.º 4, f. 129-1  
[S.l., 18--]  
Papel contendo nota sobre o transporte de réus para os presídios de África.  
Dentro de capilha intitulada “Papeis que foram da Inquisição de Évora”, redigida por Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara.
- Códice CXXXI/1-12, N.º 4, f. 130-130v  
Lisboa, [post. 10.4.1811]  
Minuta de petição de Cipriano José de Amorim, Notário do Santo Ofício da Inquisição de Lisboa e Tesoureiro atual das suas rendas. Redigida em sobrescrito endereçado a Manuel Estanislau Fragoso.

Dentro de capilha intitulada “Papeis que foram da Inquisição de Évora”, redigida por Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara.

- Códice CXXXI/1-12, N.º 4, f. 131-131v  
[Évora?, 18-]  
Minuta de petição de Silvestre José da Silva, pretendente a Familiar do Santo Ofício da Inquisição de Évora.  
Dentro de capilha intitulada “Papeis que foram da Inquisição de Évora”, redigida por Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara.
- Códice CXXXI/1-12, N.º 4, f. 132-132v  
[S.l., 18--]  
Nota sobre as bulas papais que impuseram pensão às Inquisições de Portugal.  
Dentro de capilha intitulada “Papeis que foram da Inquisição de Évora”, redigida por Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara.
- Códice CXXXI/1-12, N.º 4, f. 133-133v  
[S.l., ant. 1821]  
Minuta de petição de Manuel Estanislau Fragoso.  
Dentro de capilha intitulada “Papeis que foram da Inquisição de Évora”, redigida por Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara.
- Códice CXXXI/1-12, N.º 4, f. 134-134v  
[S.l., ant. 1821]  
Minuta de carta de Manuel Estanislau Fragoso de resposta ao Conselho Geral sobre o envio de relações autenticadas contendo o rendimento da Inquisição de Évora, número, nomes e antiguidade dos seus ministros e oficiais, ordenados, propinas e emolumentos que venciavam, e despesas adicionais que se fizessem.  
Dentro de capilha intitulada “Papeis que foram da Inquisição de Évora”, redigida por Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara.
- Códice CXXXI/1-19<sup>280</sup>  
98f.  
Lisboa, 13.7.1756-20.9.1761  
Processo de Francisco Xavier de Oliveira, cavaleiro professo da Ordem de Cristo, oficial dos Contos do Reino e Casa, filho de José de Oliveira e Sousa, natural de Lisboa, e ausente e morador em Londres, corte de Inglaterra. Condenado por ter publicado a obra *Discurso Patetico*, por heresia e apostasia como negativo pertinaz, revel e contumaz, com sentença de excomunhão maior e confiscação de todos os seus bens para o Fisco e Câmara Real. A sua sentença seria lida no auto-da-fé que teve lugar no claustro do Convento de São Domingos

<sup>280</sup> Referido em Manuel J. C. Branco, Bruno Lopes e Fernanda Olival – *Marcas da Inquisição em Évora...*, p. 47-49.

de Lisboa em 20.9.1761, em presença de sua estátua, a qual, com a dita obra, foi relaxada à justiça secular<sup>281</sup>.

Oferecido à Biblioteca em 21.10.1885 por Frederico Vaz Martins, Prior de São Mamede de Évora.

- Códice CLXIII/2-6, 3.<sup>a</sup> Peça, f. 1-1v, 4-4v  
Mora, 14.1.1821  
Carta de Francisco Barata Godinho, em resposta a uma carta precatória do Real Fisco da Inquisição de Évora, ordenando o exame das propriedades que o Real Fisco tinha na vila de Mora.
- Códice CLXIII/2-6, 3.<sup>a</sup> Peça, f. 2-3v  
Arraiolos, 28.11.1820  
Certidão emitida por António Manuel Ferreira Lobo de Arez, escrivão dos negócios do Fisco em Arraiolos e seu termo, de como estava em seu poder uma carta precatória do Real Fisco da Inquisição de Évora dirigida ao juiz de fora de Arraiolos, ordenando que fossem compelidos os enfiteutas e rendeiros dos bens fiscais a apresentarem os seus títulos e, à vista deles, ser indagado o estado da existência e melhoramento ou deterioramento dos bens fiscais.
- Códice CLXIII/2-6, 3.<sup>a</sup> Peça, f. 5-5v  
Seda, 11.12.1820  
Certidão emitida por Custódio Gomes Rebelo, tabelião do judicial e notas de Seda, de como estava em seu poder uma carta precatória do Real Fisco da Inquisição de Évora dirigida ao juízo do geral e ordinário de Seda, ordenando que fossem compelidos os enfiteutas e rendeiros dos bens fiscais a apresentarem os seus títulos e, à vista deles, ser indagado o estado da existência e melhoramento ou deterioramento dos bens fiscais.
- Códice CLXIII/2-6, 3.<sup>a</sup> Peça, f. 6-8v  
Faro, 30.11.1820  
Carta de Joaquim Manuel da Silva Júdice, juiz de fora de Faro, a Luís Feliciano Fragoso, Juiz do Real Fisco da Inquisição de Évora, de cobertura ao envio de certidão emitida por Joaquim Manuel de Figueiredo, escrivão das sisas e direitos reais de Faro, de como estava em seu poder uma carta precatória do Real Fisco da Inquisição de Évora dirigida ao juiz de fora de Faro, ordenando que fossem compelidos os enfiteutas e rendeiros dos bens fiscais a apresentarem os seus títulos e, à vista deles, ser indagado o estado da existência e melhoramento ou deterioramento dos bens fiscais.
- Códice CLXIII/2-6, 3.<sup>a</sup> Peça, f. 9-9v  
Serpa, 11.1.1821

---

<sup>281</sup> Publicação em António Francisco Barata – O Cavalleiro de Oliveira e a Inquisição. *Archivo Historico Portuguez*. II (1904) 281-315.

Certidão emitida por Gaspar Xavier Limpo, tabelião do público e judicial de Serpa, de como estava em seu poder uma carta precatória do Real Fisco da Inquisição de Évora dirigida ao juiz de fora, ordenando que fossem compelidos os enfiteutas e rendeiros dos bens fiscais a apresentarem os seus títulos e, à vista deles, ser indagado o estado da existência e melhoramento ou deterioramento dos bens fiscais.

- Códice CLXIII/2-6, 3.<sup>a</sup> Peça, f. 10-14v  
Cabeço de Vide, 9.12.1820  
Relação das propriedades pertencentes ao Real Fisco em Cabeço de Vide.
- Códice CLXIII/2-6, 3.<sup>a</sup> Peça, f. 15-19v  
Mourão, 11.12.1820  
Relação das propriedades pertencentes ao Real Fisco em Mourão.
- Códice CLXIII/2-6, 3.<sup>a</sup> Peça, f. 20-31v  
Crato, [post. 13.3.1821]  
Relação das propriedades pertencentes ao Real Fisco no Crato, acompanhada da carta precatória do Real Fisco da Inquisição de Évora, datada de 28.9.1820, e certidão do seu recebimento emitida por José Joaquim de Brito Gramaxo, escrivão do geral e notas no Crato.
- Códice CLXIII/2-6, 3.<sup>a</sup> Peça, f. 32-44v  
Alvito, 22.3.1821  
Carta de Francisco António Castanheda e Melo, escrivão do geral e notas do Alvito, ao escrivão do Real Fisco de Évora, de cobertura ao envio de certidão por si emitida de como estava em seu poder uma carta precatória do Real Fisco da Inquisição de Évora dirigida ao juiz de fora de Faro, ordenando que fossem compelidos os enfiteutas e rendeiros dos bens fiscais a apresentarem os seus títulos e, à vista deles, ser indagado o estado da existência e melhoramento ou deterioramento dos bens fiscais. Acompanhada de uma relação dos ditos bens.
- Códice CLXIII/2-6, 3.<sup>a</sup> Peça, f. 46-53v  
Crato, [post. 13.4.1821]  
Relação das propriedades pertencentes ao Real Fisco em Arraiolos, acompanhada da carta precatória do Real Fisco da Inquisição de Évora, datada de 28.9.1820, e termos vários de notificação.
- Códice CLXIII/2-6, 3.<sup>a</sup> Peça, f. 54-71v  
Crato, [post. 28.9.1820]  
Relação das propriedades pertencentes ao Real Fisco em Fronteira.
- Liv. 40  
97f.

Évora, 16.5.1623-7.1624

Processo de Maria da Assunção, cristã-nova, filha de Pero Sanches, reconciliado, e mulher de Simão Fernandes, sirgheiro, cristão-novo, da cidade de Beja, presa nos cárceres da Inquisição de Évora em 16.5.1623 por heresia e apostasia. Sentenciada a cárcere e hábito penitencial perpétuo. Saiu no auto-da-fé em julho de 1624.

Aquisição por compra.

- Manizola, Códice 37//9  
2f.  
Paço, 8.3.1785  
Carta de cobertura do Visconde de Vila Nova de Cerveira a Luís António Fragoso de Barros à carta régia que a Rainha D. Maria I mandava expedir ao Conselho Geral do Santo Ofício sobre as controvérsias que se tinham movido entre os ordinários e ministros do Santo Ofício sobre as abjurações dos hereges tolerados reduzidos a ato e processo por escrito.
- Manizola, Códice 37//10, N.º 1<sup>282</sup>  
2f.  
Bordéus, 10.10.1810  
Carta de D. José Maria de Melo, Inquisidor-Geral, a Manuel Estanislau Fragoso, Deputado do Conselho Geral do Santo Ofício, agradecendo a lembrança de na reunião do Conselho Geral José Inácio ter sido provido no lugar de solicitador.
- Manizola, Códice 37//10, N.º 2  
2f.  
Bordéus, 15.3.1811  
Carta de D. José Maria de Melo, Inquisidor-Geral, a Manuel Estanislau Fragoso, Deputado do Conselho Geral do Santo Ofício, agradecendo a lembrança de no Conselho José Inácio ter sido provido no lugar de solicitador. Remete novamente o teor da carta anterior por receio de se ter extraviado a primeira missiva.  
Referido com cota com erro tipográfico de 73//10 em *Catalogo dos principaes manuscriptos da Livraria do Visconde da Esperança*, Évora, Minerva Eborense, 1897, p. 69.
- Manizola, Códice 37//10, N.º 3  
2f.  
Rossio, [s.d.]  
Carta de D. José Maria de Melo, Inquisidor-Geral, a Manuel Estanislau Fragoso, Deputado do Conselho Geral do Santo Ofício, informando que não reuniria nesse dia o Conselho, recordando a questão que poderia surgir na próxima reunião relacionada com a antiguidade dos inquisidores.

<sup>282</sup> Referido com cota com erro tipográfico de 73//10 em *Catalogo dos principaes manuscriptos da Livraria do Visconde da Esperança*. Évora: Minerva Eborense, 1897, p. 69.

- Manizola, Códice 81//20<sup>283</sup>  
1f.  
1793  
Pauta dos ministros atuais das Inquirições do Reino por sua antiguidade<sup>284</sup>.
- Manizola, Códice 83<sup>285</sup>  
112f.  
Évora, 21.8.1757-11.1.1758  
Processo de Domingos Ramos, trabalhador, natural de Mambrio, termo de Alcántara, Bispado de Coria, Reino de Espanha, morador em Monforte, bispado de Elvas, preso nos cárceres da Inquirição de Évora em 31.8.1757, por amizade com o demónio. Sentenciado a sair em auto-da-fé em penitência de suas culpas. Saiu no auto-da-fé de 1757.
- Manizola, Códice 107<sup>286</sup>  
94f.  
1815  
Regimento das confiscações, e Traslado dos Privilégios dos Familiares do Santo Ofício, copiados por Luís Feliciano Fragoso.

Contém:

1. Cópia do impresso: *REGIMENTO / DO IVIZO DAS CON- / FISCAC, OES PELLO CRIME / de Heresia, & Apostasia*. Lisboa: Pedro Craesbeeck, 1620 (f. 5-56):
  2. Cópia do impresso: *Traslado autentico de todos os privilegios Concedidos pelos Reis destes Reinos, e Senhorios de Portugal aos officiaes, e Familiares do Santo Officio da Inquirição / Impressos por comissão, e mandado dos senhores do Supremo Conselho da Santa, e geral Inquirição*. Lisboa, Oficina de Miguel Manescal da Costa, 1768 (f. 61-81)
- Manizola, Códice 112//8<sup>287</sup>  
2f.  
Setúbal, 25.1.1821  
Carta de J. B. a Manuel Estanislau Fragoso sobre o testamento de D. José Maria de Melo e o destino da sua biblioteca.
  - Manizola, Códice 112//11<sup>288</sup>  
2f.

<sup>283</sup> Referido em *Catalogo dos principaes manuscriptos da Livraria do Visconde da Esperança*. Évora: Minerva Eborense, 1897, p. 52.

<sup>284</sup> Publicação em Túlio Espanca – *A Inquirição de Évora...*, p. 131-132.

<sup>285</sup> Referido em *Catalogo dos principaes manuscriptos da Livraria do Visconde da Esperança*. Évora: Minerva Eborense, 1897, p. 37.

<sup>286</sup> Referido em *Catalogo dos principaes manuscriptos da Livraria do Visconde da Esperança...*, p. 80.

<sup>287</sup> Referido em *Catalogo dos principaes manuscriptos da Livraria do Visconde da Esperança...*, p. 68.

<sup>288</sup> Referido em *Catalogo dos principaes manuscriptos da Livraria do Visconde da Esperança...*, p. 68.

Lisboa, 21.5.1814

Provisão de D. José Maria de Melo, Inquisidor-Geral, para que fosse pago o ordenado de 80.000 reis anualmente com o cargo de Inquisidor da Corte a favor de Manuel Estanislau Fragoso, Deputado do Conselho Geral do Santo Ofício.

- Manizola, Códice 112//13, N.º 1<sup>289</sup>

1f.

18.9.1803

Carta de Manuel Estanislau Fragoso ao Inquisidor-Geral sobre as atestações que o abade do Convento de São Bento da Saúde e Frei Francisco de Paula tinham passado em favor de Frei Bento de São José, da Ordem de São Jerónimo, recluso no dito convento, que suscitara frequentemente conversas sustentando liberdades francesas.

- Manizola, Códice 112//13, N.º 2<sup>290</sup>

1f.

Lisboa, 24.10.1752

Carta de António Baptista, em ausência do secretário do Conselho Geral do Santo Ofício, ao Inquisidor Luís António Fragoso de Barros, inquirindo do seu conceito sobre a capacidade do promotor dessa Inquisição para o emprego de Inquisidor, fazendo a mesma pergunta ao Inquisidor Nicolau Joaquim Torel.

- Manizola, Códice 169

180f.

[1614-1643]

Apelações, requerimentos e questões do Santo Ofício.

Inclui traslados de cartas das Inquisições ao Rei e outros documentos da Inquisição de Évora entre 1614 e 1643. Tem um impresso de uma letra apostólica nos f. 109-114v. Foi encadernado um traslado de carta do Inquisidor-Geral à Mesa do Santo Ofício, de 15.3.1624, feito por Diogo Velho (f. 140).

Pertenceu a João de Borba Fragoso, deputado da Inquisição de Évora.

Contém um apontamento de J. B. de Castro: “Pode-se reter, e ler”.

- Manizola, Códice 596, Mç. 1, N.º 36

20f.

Lisboa, 17.1.1754-23.1.1754

Fragmento do processo de Veríssimo Pacheco da Silveira, ajudante do Hospital Real, solteiro, filho de António Pacheco da Silveira, escrivão dos órfãos, natural de Sousel, e morador em Lisboa, preso por culpas de judaísmo.

Esta cota é constituída por vários maços que pertenceram a António Joaquim Moreira.

<sup>289</sup> Referido em *Catalogo dos principaes manuscriptos da Livraria do Visconde da Esperança...*, p. 75.

<sup>290</sup> Referido em *Catalogo dos principaes manuscriptos da Livraria do Visconde da Esperança...*, p. 75.

- Manizola, Códice 596, Mç. 1, N.º 51  
1f.  
Lisboa, 31.8.1816  
Provisão de D. José Maria de Melo, Inquisidor-Geral, para que fossem pagos 340.000 reis de ordenado anualmente a favor de João Maria Soares Castelo Branco, provido no lugar de Promotor da Inquisição de Lisboa.  
Esta cota é constituída por vários maços que pertenceram a António Joaquim Moreira.
- Manizola, Códice 596, Mç. 1, N.º 52  
1f.  
Lisboa, 29.3.1819  
Provisão de D. José Maria de Melo, Inquisidor-Geral, para que fossem pagos 500.000 reis de ordenado anualmente a favor de João Maria Soares Castelo Branco, provido no lugar de Inquisidor da Segunda Cadeira da Inquisição de Lisboa.  
Esta cota é constituída por vários maços que pertenceram a António Joaquim Moreira.
- Manizola, Códice 596, Mç. 3, N.º 9  
4f.  
Évora, 7.9.1653-10.9.1653  
Fragmento do processo de Veríssimo Pacheco da Silveira, ajudante do Hospital Real, solteiro, filho de António Pacheco da Silveira, escrivão dos órfãos, natural de Sousel, e morador em Lisboa, preso por culpas de judaísmo. Contém 2 folios com o traslado das culpas do réu retiradas do processo de Helena Coruja e do de Maria da Graça, e outros 2 folios relacionados com diligências para uma inquirição em Sousel.  
Esta cota é constituída por vários maços que pertenceram a António Joaquim Moreira.
- Manizola, Códice 596, Mç. 6, N.º 13  
1f.  
[S.l., s.d.]  
Modelo de impresso do edital da Inquisição sobre os casos que pertenciam ao Santo Officio e deviam ser denunciados.  
Esta cota é constituída por vários maços que pertenceram a António Joaquim Moreira.
- Manizola, Códice 596, Mç. 6, N.º 14  
1f.  
[S.l., s.d., séc. XIX?]  
Parecer negativo de Manuel Correia de Sousa para a impressão do livro intitulado *Historia do Valeroso Partinobles, Conde de Bler*.  
Esta cota é constituída por vários maços que pertenceram a António Joaquim Moreira.

## Biblioteca Universitária João Paulo II

- 262.136.3

1613

Impresso: *REGIMENTO / DO SANTO OFFICIO / DA INQUISIÇÃO DOS / REYNOS DE PORTUGAL. / RECOPIADO POR MANDADO / do Illustrissimo, & Reuerendissimo senhor Dom Pedro de / Castilho, Bispo Inquisidor Geral, & Visorey dos / Reynos de Portugal.*

Lisboa: Impresso na Inquisição de Lisboa por Pedro Crasbeeck, 1613.

Impresso com anotações manuscritas de D. Bernardo de Ataíde.

No rosto, contém a seguinte inscrição: “Deo mo o Doutor Gaspar pereira do Concelho de Sua magestade E do Geral do sancto officio na tarde em que tomey posse do Cargo de Deputado de lixboa a 19 de Agosto de 623 a) Doutor Dom Bernardo de Attajde”.

Pertenceu a D. Bernardo de Ataíde, Deputado da Inquisição de Lisboa.

## Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa

- Biblioteca Raul Rêgo, AD66

21f.

Évora, 5.9.1792-7.8.1810

Memorial de contas e informações.

Contém pareceres dos inquisidores sobre casos internos do tribunal respeitantes ao pessoal menor, como guardas de cárceres, alcaides dos cárceres, despenseiros, marchantes, e privilégios de foro.

- Biblioteca Raul Rêgo, CB02

72f.

1778

Cópia do regimento do Santo Ofício da Inquisição de Goa<sup>291</sup>.

Título original: “Regimento do Santo officio da Inquisição de Goa Ordenado com a Authoridade Real, e Regio Beneplacito da Rainha Fidelissima Nossa Senhora Pelo Eminentissimo, e Reverendissimo Senhor Cardeal da Cunha Dos conselhos de Estado, e Gabinete de sua Magestade, e Inquisidor Geral nestes Reynos de Portugal, e em todos seus Dominios no Anno de 1778”.

## Fundação Oriente, Livraria do Convento da Arrábida

- Armário 5, Prat. 4, N.º Inv. 1209<sup>292</sup>

1613

<sup>291</sup> Publicação em Raul Rêgo – *O último regimento e o regimento da economia da inquisição de Goa*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1983, p. 27-128.

<sup>292</sup> Referido em Ilídio Rocha – *Catálogo da Livraria do Convento da Arrábida e do acervo que lhe estava anexo*. Lisboa: Fundação Oriente, 1994, p. 321.

Impresso: *REGIMENTO / DO SANTO OFFICIO / DA INQUISIÇÃO DOS / REYNOS DE PORTUGAL. / RECOPIADO POR MANDADO / do Illustrissimo, & Reuerendissimo senhor Dom Pedro de / Castilho, Bispo Inquisidor Geral, & Visorey dos / Reynos de Portugal.* Lisboa: Impresso na Inquisição de Lisboa por Pedro Crasbeeck, 1613.

Contém anotações manuscritas. Entre a folha de rosto e o f. 36 tem intercaladas folhas em branco para anotações. No final, foram adicionadas mais 6 folios em branco, além da folha de guarda, onde se encontram manuscritas 8 páginas, contendo breve do Papa Clemente VIII, datado de Roma, 1.12.1601; breve do Papa Gregório XIII, datado de 13.8.1574, com anotação de que o breve de Pio IV referido neste breve de Gregório XIII não dizia nada que neste se alterasse pelo que não era necessário trasladar-se nem vê-lo, e uma provisão do Cardeal D. Henrique, Inquisidor-Geral, de 7.10.1574, pela qual cometia aos inquisidores o conhecimento dos culpados no crime nefando.

Pertenceu posteriormente à Casa de Palmela, tendo carimbo da família no frontispício.

### Museu-Biblioteca da Casa de Bragança

- Biblioteca D. Manuel II, 560  
1596

Impresso: *COLLECTORIO / DE DIVERSAS LETRAS / APOSTOLICAS, PROVISÕES / REAES, E OVTROS PAPEIS, EM QVE / Se contém a Instituição, & primeiro progresso do Sancto / Officio em Portugal, & varios Priuilegios que os / Summos Pontifices, & Reys destes Reynos / lhe concederão. /* Diuidido em sete Titolos, como se mostra na folha primeira da Tauoa. Lisboa: Nas Casas da Santa Inquisição, 1596.

Impresso com anotações manuscritas e marcas de uso.

- Biblioteca D. Manuel II, 721  
1640

Impresso: *REGIMENTO / DO SANTO OFFICIO / DA INQUISIÇÃO / DOS REYNOS DE PORTVGAL. / ORDENADO / POR MANDADO / Do Jllustrissimo E Reuerendissimo Senhor / Bispo Dom Francisco de Castro, / Inquisidor Geral, do Conselho d'Estado / de Sua Magestade.* Lisboa: Manuel da Silva, 1640.

Impresso com anotações manuscritas de duas mãos relativas a remissões dentro do próprio regimento, obras jurídicas, cartas e ordens do Conselho Geral, notícias de pessoas saídas em auto-da-fé, etc., com datas extremas de 20.1.1642 a 1730.

### Museu Nacional de Arqueologia

- Ms/COD/92.3  
42f.  
Arraiolos, 3.3.1626-22.9.1626

Processo de habilitação a Familiar do Santo Ofício de Luís Lobo de Brito, natural de Arraiolos, filho de António de Almeida e Mariana da Silveira de Brito, neto paterno de Leonis de Almeida e Margarida Soares de Brito, moradores em Arraiolos, e neto materno de Nuno Dantas de Brito, de Montemor-o-Novo, e Jerónima Loba, de Évora. e por não haver mais do que um só familiar do Santo Ofício em Arraiolos, pretende sê-lo. Indeferido por seu avô paterno ter sido batizado em pé. O pai de Margarida era Gomes Soares, metade cristão-novo, filho de Jacob Bicudo, judeu, a quem batizaram em pé na vila de Portel.

- Ms/COD/181

177f.

1757

“Opusculo theologico das constituições ou bullas, cartas circulares e decretos apostolicos do smo padre Benedicto Papa XIV elucidadas com varias resoluções Moraes e juristas utilissimas aos parochos, confessores, religiosos e ministros”, redigido por António Ferreira, licenciado, Comissário do Santo Ofício, cónego magistral na catedral do Bispado de Lamego e examinador sinodal.

Pertenceu ao Padre Bernardo [António Pereira?], Secretário do Santo Ofício em Coimbra. Comprado por José Leite de Vasconcelos em 1907.

## Torre do Tombo

- Armário Jesuítico, Liv. 20, Mç. 1, Doc. 27

8f.

[S.l, s.d.]

Consulta que fez Manuel da Cunha, Inquisidor de Lisboa, sobre deverem ser ou não reputados como relapsos e, conseqüentemente, castigados, aqueles que tendo abjurado a heresia em forma viessem depois a ser veladamente suspeitos do mesmo crime.

- Armário Jesuítico, Liv. 20, Mç. 2, Doc. 17

2f.

Évora, 17.5.1635

Carta de João Baptista de Este ao Inquisidor-Geral, pedindo-lhe que avisasse o Papa de que a gente da nação hebreia que se ausentara para Roma e lá viviam em liberdade de consciência era batizada na fé católica, devendo por isso ser punida.

- Armário Jesuítico, Liv. 20, Mç. 3, Doc. 3

2f.

Lisboa, 1.8.1634

Parecer que fez o Dr. Gaspar Pereira, do Conselho Geral, sobre a obrigação dos ministros do Santo Ofício terem de pagar a meia-anata do provimento de seus officios.

- Armário Jesuítico, Liv. 20, Mç. 3, Doc. 12  
6f.  
[S.l., post. 1624]  
Parecer do Inquisidor D. Miguel de Castro sobre a remissão dos culpados de heresia entre as Inquisições de Castela e de Portugal.
- Armário Jesuítico, Liv. 20, Mç. 3, Doc. 14  
14f.  
[S.l.], 5.10.1635  
Relação que fez o Inquisidor Manuel da Cunha, por ordem do Inquisidor-Geral D. Francisco de Castro, do que se tinha passado entre as Inquisições de Castela e de Portugal acerca das remissões dos culpados de heresia.
- Casa das Rainhas, Cx. 155, NT 106, Doc. s/n.<sup>293</sup>  
2f.  
S.d. [Séc. XVIII]  
Modelo de formulário impresso da Inquisição para levantamento de um auto de habilitação para se averiguar judicialmente se um indivíduo é legítimo e inteiro cristão-velho. Parcialmente preenchido com respostas manuscritas acerca de João da França, casado com Isabel Marques, ambos do lugar da Lameira, freguesia da Bouça, bispado do Porto.
- Casa das Rainhas, Cx. 155, NT 106, Doc. s/n.º  
1f.  
[S.d., Séc. XVIII?]  
Norma sobre a forma de ratificação das testemunhas e o procedimento a ser seguido na entrada e saída de testemunhas e seus depoimentos.
- Casa das Rainhas, Cx. 155, NT 106, Doc. s/n.º  
1f.  
Coimbra, 26.8.1793  
Ordem dos Inquisidores de Coimbra para o Dr. Manuel José da Silva, Comissário do Santo Ofício, vigário da Igreja do Lourçal, proceder numa diligência de acordo com certa requisitória.
- Casa das Rainhas, Cx. 155, NT 106, Doc. s/n.º  
1f.  
21.11.1701  
Carta de João Velho Monteiro aos Inquisidores sobre uma inquirição extrajudicial que fizera acerca dos inquisidores de Évora para tentar aclarar a suspeita que recaía num pretendente, recomendando que não fosse ele o escolhido para lidar com a questão por

<sup>293</sup> Maço formado com documentos avulsos encontrados dentro do Tombo da vila de Ulme (ANTT, Casa das Rainhas, Liv. 193), de 1708, com a seguinte nota manuscrita: “Papéis que se encontraram dentro dum livro que tinha um carimbo da Livraria de Carnide, 12/II/44”.

ser amigo de um tio do reverendo em causa, sugerindo antes outros comissários que vivessem mais perto do local onde a inquirição teria local, Santa Marinha da Costa.

- Casa das Rainhas, Cx. 155, NT 106, Doc. s/n.º  
2f.  
Coimbra, 21.3.1718  
Carta de António Ribeiro de Almeida sobre diligências realizadas em Barcelos. No verso e num segundo folio há esquemas genealógicos com os costados de habilitandos e com indicações das dúvidas de pureza de sangue em certos ascendentes: Domingos Gomes de Oliveira, mercador, natural de Lisboa<sup>294</sup>; Domingos do Prado de Oliveira, morador no arraial do sertão da Baía (Brasil)<sup>295</sup>, Padre Frei Manuel da Graça, religioso da Observância de S. Francisco, natural de Lisboa, morador no Convento de São Francisco de Goa (Índia)<sup>296</sup>.
- Condes de Linhares, Mç. 8, Doc. 78  
1f.  
[S.l., S.d.]  
Modelo de formulário impresso para registo de levantamento de auto penitencial a um reconciliado em auto-da-fé pela Inquisição de Évora.
- Condes de Linhares, Mç. 8, Doc. 79  
4f.  
[S.l., S.d.]  
Modelo de formulário impresso da Inquisição de Coimbra para levantamento de um auto de habilitação para se averiguar judicialmente se um indivíduo é legítimo e inteiro cristão-velho.
- Conselho da Fazenda, Livro 85  
99f.  
25.5.1825-20.10.1827  
Livro de registo de provisões e ordens expedidas para magistrados da Fazenda sobre a administração de bens das Inquisições.
- Conselho da Fazenda, Livro 86  
49f.  
20.10.1827-17.7.1833  
Livro de registo de provisões e ordens expedidas para magistrados da Fazenda sobre a administração de bens das Inquisições.

<sup>294</sup> Carta de familiar emitida em 11.6.1718 (ANTT – *Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, Domingos*, Mç. 22, Doc. 433).

<sup>295</sup> Carta de familiar emitida em 21.9.1718 (ANTT – *Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, Domingos*, Mç. 22, Doc. 435).

<sup>296</sup> Provisão de deputado em 1720 (ANTT – *Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, Manuel*, Mç. 262, Doc. 1788).

- Corpo Cronológico, Parte II, Mç. 363, Doc. 62  
1f.  
Casa, 16.12.1632  
Ordem do Conde de Vale dos Reis, Nuno de Mendonça, Governador de Portugal, ao Inquisidor-Geral para que fizesse cobrar dos familiares do Santo Ofício, sem exceção de pessoa alguma, a quantia que respetivamente lhes tocasse pagar e lhes estava lançado do empréstimo que todo o Reino fazia ao Rei.
- Família Saldanha e Castro e Falcão Trigoso, Maço 124, N.º 5  
2f.  
Lisboa, 12.11.1779  
Provisão de D. João da Cunha, Inquisidor-Geral, de nomeação do Dr. Manuel Pais de Aragão Trigoso Pereira e Magalhães no cargo de Deputado da Inquisição de Coimbra.
- Família Saldanha e Castro e Falcão Trigoso, Maço 124, N.º 15  
10f.  
Évora, 1.3.1570  
Regimento do Conselho Geral da Inquisição dado pelo Cardeal D. Henrique.  
Cópia coeva do período filipino.
- Família Saldanha e Castro e Falcão Trigoso, Maço 124, N.º 33  
1f.  
Lisboa, 12.2.1802  
Despacho dos Inquisidores de Lisboa ao pedido de Sebastião Francisco de Mendo Trigoso Homem de Magalhães, bacharel de Filosofia pela Universidade de Coimbra, para poder ter e ler livros proibidos.
- Família Saldanha e Castro e Falcão Trigoso, Maço 149, N.º 18  
96f.  
[S.l., post. 1759]  
Caderno contendo cópia de várias obras alvo de censura. Contém carimbos do Conselho Geral do Santo Ofício. Lista de obras:
  1. Apontamentos vários de António Dinis;
  2. Censura de Céstio;
  3. Sofonisba de Trissino;
  4. Epigramas;
  5. A degolação do Batista (drama para música);
  6. Drama para celebrar o glorioso São Sebastião;
  7. Loa para la festividad del glorioso mártir San Sebastián... de 1759;
  8. El amor prisionero;
  9. Bacco en la Isla de Naxos (baile);

- Manuscritos da Livraria, 1123, N.º 1  
1f.  
Lisboa, 18.10.1765  
Provisão do Conselho Geral do Santo Ofício de qualificador e revedor do Santo Ofício da Inquisição de Lisboa a favor do Padre Mestre Frei Francisco da Epifania.
  
- Marqueses de Olhão, Núcleo Eclesiástico, Cx. 42, N.º 2, Doc. 1  
1f.  
Lisboa, 16.6.1629-[S.l.], 16.6.1629  
Carta de Manuel da Cunha, Inquisidor de Lisboa, a D. Francisco de Castro, Bispo da Guarda e Inquisidor-Geral, congratulando-o pela sua eleição pois muito beneficiaria a prossecução dos interesses da Inquisição. Lisboa, 16.6.1629  
À margem dos parágrafos da carta, o Inquisidor-Geral respondeu a Manuel da Cunha, informando que mandara seu primo tirar uma planta alta e baixa dos aposentos do Inquisidor-Geral. Pediu a Manuel da Cunha que lhe enviasse com discrição o que os regimentos do Santo Ofício referiam sobre o que tocava nesta matéria ao Inquisidor-Geral e, por fim, que lhe enviasse quem fora por parte da Inquisição visitar os dois últimos inquisidores-gerais [S.l.], 21.6.1629.
  
- Marqueses de Olhão, Núcleo Eclesiástico, Cx. 42, N.º 2, Doc. 2  
2f.  
Lisboa, 2.9.1629-[S.l.], 9.9.1629  
Carta de Manuel da Cunha, Inquisidor de Lisboa, a D. Francisco de Castro, Bispo da Guarda e Inquisidor-Geral referindo como o Santo Ofício enviara a D. Francisco de Castro a lista do auto-da-fé preparada na ocasião em que as pessoas saíram, advertindo-o que poderia haver alguma alteração no cadafalso face ao que ia assentado na lista. Também mencionou que, por indicação de D. Fernando, as matérias do Fisco e outras questões da Inquisição seriam remetidas a D. Francisco de Castro; e que o assento do Inquisidor-Geral no Conselho Geral era uma cadeira de veludo debaixo de um dossel sobre um estrado mais alto do que as outras cadeiras e quando o Inquisidor-Geral ia à mesa pequena não havia lugar para ele, sentando-se em qualquer cadeira, como era tradição; e, por fim, que não podia ainda responder às suas questões sobre a madeira do cadafalso. Lisboa, 2.9.1629.  
À margem dos parágrafos da carta, o Inquisidor-Geral respondeu a Manuel da Cunha [S.l.], 9.9.1629.
  
- Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, Liv. 5 (NT 1121)  
183f.  
21.3.1687-16.8.1753  
Copiador de correspondência expedida pelo Conselho Geral do Santo Ofício e de propostas do Inquisidor-Geral e Conselho Geral do Santo Ofício com respetivos despachos régios.

- Ordem de Cristo / Convento de Tomar, Mç. 64, Doc. s/n.º, f. 100-100v  
Tomar, [ant. 29.3.1544]-[post. 24.10.1544]  
Fragmento de processo de Pero Jusarte na Inquisição de Tomar, preso por culpas de judaísmo. Contém um fragmento do feito do promotor, referindo o testemunho de um compadre do réu chamado Jusarte Lopes. Foi escrivão do processo Frei Salvador.  
Corresponde ao fólio em falta em T.T., *Inquisição de Tomar*, Liv. único<sup>297</sup>
- Ordem de Cristo / Convento de Tomar, Mç. 65, Doc. s/n.º, f. 350-372  
Tomar, [ant. 23.8.1543]-[post. 17.10.1543]  
Fragmento de processo de Jorge Manuel, mercador, morador em Tomar na Rua Nova, na Inquisição de Tomar, preso por culpas de judaísmo.  
Contém os testemunhos às contraditas apresentadas pelo réu de Briolanja Martins, mulher de Simão Nunes, alfaiate; Simão Nunes, alfaiate; Lopo Rodrigues, clérigo de missa; Álvaro Florim, escrivão dos órfãos de Tomar; Diogo Rodrigues, clérigo de missa e tesoureiro da Igreja de São João de Tomar; Jorge Vaz, escudeiro da Casa Real, cristão-novo; Frei Gonçalo Malho, beneficiado na Igreja de Nossa Senhora dos Olivais de Tomar; Simão Luís, capelão de Nossa Senhora dos Casais, termo de Tomar; Simão Dias, almocreve; Domingos Pires, almocreve; Isabel Marques, mulher de Diogo Álvares, escudeiro; Diogo Álvares, escudeiro; Diogo Rodrigues, cristão-novo, mercador; Gaspar Varela, tosador; Frei Roque, beneficiado na Igreja de Santa Maria do Olival de Tomar; Simão Fernandes, almocreve; António Fernandes, vigário de Pias; Frei Baltasar de Lira, beneficiado da Igreja de Nossa Senhora dos Olivais de Tomar; Pero Mendes, tabelião; Francisco de Aboim, cavaleiro da Casa Real; João Gonçalves, sapateiro; Manuel Nogueira, cavaleiro da Casa Real; Gonçalo Vaz, cavaleiro da Casa Real; Maria Dias, mulher de Diogo Afonso Figueiro, almocreve; Jorge de Andrade, cristão-novo, mercador; Afonso Lopes; Leonor Fernandes.  
Documento em muito mau-estado, com folios mutilados por ação do fogo.
- Série Preta 911  
1613-1620  
Impresso: *REGIMENTO / DO SANTO OFFICIO / DA INQUISIÇÃO DOS / REYNOS DE PORTUGAL. / RECOPIADO POR MANDADO / do Illustrissimo, & Reuerendissimo senhor Dom Pedro de / Castilho, Bispo Inquisidor Geral, & Visorey dos / Reynos de Portugal*. Lisboa: Impresso na Inquisição de Lisboa por Pedro Crasbeeck, 1613.  
Impresso: *REGIMENTO / DO IVIZO DAS CON- / FISCAÇÕES PELLO CRIME / de Heresia, & Apostasia*. Lisboa: Pedro Craesbeeck, 1620.  
Volume contendo os dois regimentos referidos encadernados num só tomo. A capa, de pergaminho, contém a seguinte inscrição, em letra da época moderna: “da Inquisição de Lisboa”.

<sup>297</sup> Digitalizado em <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4563646>, acedido em 21 de junho de 2018.



Códices do Conselho Geral do Santo Ofício, hoje na Biblioteca Nacional de Portugal.  
Agradecemos à BNP a autorização para utilização desta imagem.  
(Fotografia de Pedro Pinto)



## Anexo

*Lista dos códices do Conselho Geral do Santo Ofício arrolados após a extinção do Santo Ofício e que não se encontram no respetivo fundo na Torre do Tombo<sup>1</sup>*

N.º Códice	Título	Localização sugerida em 1990 <sup>2</sup>	Cota atual na BNP	Em falta na TT em 1826? <sup>3</sup>
3	Allegationes de utroque recursu	BNP	Não localizado	Em falta na TT
63	Argumentos de Culto Sacro, Affectos da Alma Piedosa em louvor de Maria Santissima	BNP	Não localizado	Existente na TT
75	Bulla Original de 9 de Dezembro de 1794 que começa = Apostolici ministerii = pela qual o Santissimo Papa Benedicto 14º reservou ao Tribunal de Santo Ofício o conhecimento das culpas contra os Confessores que inquirissem dos Penitentes os nomes dos cúmplices, &ª, com hum traslado authenticico da mesma Bulla, e mais 5 exemplares impressos	Em falta		Existente na TT
93	Cartas do Embaixador de Portugal em Roma dirigidas ao Cardeal da Cunha	BNP	Não localizado	Em falta na TT
140	De conversione Judaerom Regni Portugalliae	Em falta		Existente na TT
171	Fôro da Consciencia traduzido pelo Padre Domingos Faya	Em falta		Existente na TT
174A	Historia do Capuchinho Escocez (Autor Padre Mestre Frei Christovão d'Almeida, Religioso da Ordem de Santo Agostinho)	Em falta		Existente na TT

<sup>1</sup> ANTT – *Instrumentos de Descrição*, Liv. 449, f. 646v-658.

<sup>2</sup> Maria do Carmo Dias Farinha – *Os arquivos da Inquisição...*, p. 151-156.

<sup>3</sup> Segundo lista elaborada na Torre do Tombo por Francisco Nunes Franklin após a receção da documentação enviada pela Biblioteca Pública (ANTT – *Arquivo do Arquivo*, Livros de Registo, Liv. 40, f. 152v-155v).

174B	Igreja Eucaristica ou Cathecismo das Nasções	Em falta		Em falta na TT
209	Miscellanea com diversos rotolos	BNP	Será uma das miscelâneas que não se conseguiu relacionar com o n.º original no CGSO: Cód. 1518-1521, 1529-1534, 1538, 1542	Em falta na TT
215	Miscellanea com diversos rotolos	BNP	Será uma das miscelâneas que não se conseguiu relacionar com o n.º original no CGSO: Cód. 1518-1521, 1529-1534, 1538, 1542	Em falta na TT
218	Miscellanea com diversos rotolos	BNP	Será uma das miscelâneas que não se conseguiu relacionar com o n.º original no CGSO: Cód. 1518-1521, 1529-1534, 1538, 1542	Em falta na TT
219	Miscellanea com diversos rotolos	BNP	Será uma das miscelâneas que não se conseguiu relacionar com o n.º original no CGSO: Cód. 1518-1521, 1529-1534, 1538, 1542	Em falta na TT

229	Miscellanea com diversos rotolos	BNP	Será uma das miscelâneas que não se conseguiu relacionar com o n.º original no CGSO: Cód. 1518-1521, 1529-1534, 1538, 1542	Em falta na TT
230	Miscellanea com diversos rotolos	BNP	Será uma das miscelâneas que não se conseguiu relacionar com o n.º original no CGSO: Cód. 1518-1521, 1529-1534, 1538, 1542	Em falta na TT
234	Miscellanea com diversos rotolos	BNP	Será uma das miscelâneas que não se conseguiu relacionar com o n.º original no CGSO: Cód. 1518-1521, 1529-1534, 1538, 1542	Em falta na TT
236	Miscellanea com diversos rotolos	BNP	Será uma das miscelâneas que não se conseguiu relacionar com o n.º original no CGSO: Cód. 1518-1521, 1529-1534, 1538, 1542	Em falta na TT
250	Miscellanea contendo notas de consultas, assentos, anotações jurídicas &ª encadernada [...] com o seguinte rotolo = Sancto Officio	BNP	Cód. 1535	Em falta na TT

251	Miscellanea contendo notas de consultas, assentos, anotações jurídicas &ª encadernada [...] com o seguinte rotolo = Sancto Officio	BNP	Cód. 1536	Em falta na TT
261	Miscellanea contendo notas de consultas, assentos, anotações jurídicas &ª encadernada [...] com o seguinte rotolo = Sancto Officio	BNP	Será uma das miscelâneas que não se conseguiu relacionar com o n.º original no CGSO: Cód. 1518-1521, 1529-1534, 1538, 1542	Em falta na TT
268	Miscellanea contendo notas de consultas, assentos, anotações jurídicas &ª encadernada [...] com o seguinte rotolo = Sancto Officio	BNP	Cód. 1537	Em falta na TT
275	Miscellanea [...], e no rotolo a mesma palavra = Miscellanea	BNP	Cód. 1522	Em falta na TT
277	Miscellanea [...], e no rotolo a mesma palavra = Miscellanea	BNP	Cód. 1523	Em falta na TT
278	Miscellanea [...], e no rotolo a mesma palavra = Miscellanea	BNP	Cód. 1524	Em falta na TT
279	Miscellanea [...], e no rotolo a mesma palavra = Miscellanea	BNP	Cód. 1525	Em falta na TT
280	Miscellanea [...], e no rotolo a mesma palavra = Miscellanea	BNP	Cód. 1526	Em falta na TT
281	Miscellanea [...], e no rotolo a mesma palavra = Miscellanea	BNP	Cód. 1527	Em falta na TT
282	Miscellanea [...], e no rotolo a mesma palavra = Miscellanea	BNP	Será uma das miscelâneas que não se conseguiu relacionar com o n.º original no CGSO: Cód. 1518-1521, 1529-1534, 1538, 1542	Em falta na TT
285	Miscellanea [...], e no rotolo a palavra = Allegações	BNP	Cód. 1528	Em falta na TT

292	Miscellanea feita por Antonio Porto Carrero no anno de 1770 com o rotolo seguinte = Do Santo Officio	BNP	Será uma das miscelâneas que não se conseguiu relacionar com o n.º original no CGSO: Cód. 1518-1521, 1529-1534, 1538, 1542	Em falta na TT
293	Miscellanea feita por Antonio Porto Carrero no anno de 1770 com o rotolo seguinte = Do Santo Officio	BNP	Será uma das miscelâneas que não se conseguiu relacionar com o n.º original no CGSO: Cód. 1518-1521, 1529-1534, 1538, 1542	Em falta na TT
294	Moral Universal	Em falta		Em falta na TT
299	O verdadeiro e mais florecente Rozeto Augustiniano &. <sup>a</sup> Por Frei Miguel de Santa Maria Religioso da Ordem de Santo Agostinho	BNP	Cód. 727	Em falta na TT
306	Papeis Varios	BNP	<sup>4</sup>	Em falta na TT
316	Processo contro i Nepoti e Parenti di Paolo 4.º	BNP	Não localizado	Existente na TT
318	Projecto d'um novo Regimento para o Santo Officio, por Pascoal Joze de Mello	BNP <sup>5</sup>	Não localizado	Existente na TT
321	Protentos do Alcantarino	Em falta		Existente na TT
355	Registo de Decretos e outros papeis relativos a negocios da Inquisição	BNP	Não localizado	Em falta na TT

<sup>4</sup> Com este título, as possibilidades de identificar este código são muito reduzidas. Assinalamos apenas que, devido à proximidade topográfica face a outros códigos do Conselho Geral na Biblioteca Nacional, os códigos 1539 e 1540 da Biblioteca Nacional poderiam corresponder a este “306”, tendo nas lombadas os seguintes títulos: 1539: “Papeis Varios”; 1540: “Papeis Var. E curiosos”. Contudo, o código 1539 não possui qualquer documento relacionado com a Inquisição e o código 1540 apenas possui, nos f. 39-41v um papel intitulado “Desengano Catholico sobre o negocio da gente da Nasção Hebrêa”, seguido de “Engano Judaico Contra o desengano Catholico De hum Autor Reo enganozo e enganado” (f. 42-46v), documentos que abundam em muitas miscelâneas modernas, não sendo prova inequívoca que tenham pertencido ao Conselho Geral.

<sup>5</sup> Na realidade, apenas se encontra na BNP uma cópia (BNP – Código 92) feita a partir do original, com anotação de o original ter seguido para a Torre do Tombo, onde não se localiza hoje.

383	Relação do que se passou com El Rey Dom João 4.º sobre o Alvará que remeteo aos Hereges	BNP	Cód. 656	Em falta na TT
385	Relações da morte de varios Pontifices, e dos Conclaves em que forão elleitos os seos successores	Em falta	<sup>6</sup>	Existente na TT
398	Rezumo do processo que se fez no Santo Officio ao Padre Antonio Vieira	Em falta		Existente na TT
401	Sermão no acto publico da Fé	BNP	Cód. 1599?	Em falta na TT
415	Traducção do Testamento Novo	Em falta		Existente na TT
420	Tratado de Amores, ou Amores com Jezus	BNP	Cód. 6116	Em falta na TT
427	Vida da Serafica Me. Sta. Thereza de Jesus, pelo Pe. Fr. Antonio de S. Joze	Em falta		Existente na TT

<sup>6</sup> Os códices 2341, 2343, 2358 ou 2359 da Biblioteca Nacional não possuem título mas tratam dos conclaves papais.

## Índice Onomástico e Toponímico

- [...] Andrada – 167  
[...] Andrade – 205  
[...] Rocha – 167  
[...] Salvador de Mesquita – 174  
[...] da Silva – 170  
[...] Soares – 211  
[...] Trancoso – 167  
[...] Varela – 113  
[...] Vasconcelos da Fonseca Pinto e Albuquerque – 143  
Afonso Cardoso, rendeiro – 175  
Afonso de Castelo Branco, bispo-conde, vice-rei – 174, 189  
Afonso de Castro (D.) – 134-135  
Afonso Lopes – 254  
Afonso Pires – 60  
Afonso de Valbuena – 175  
Afonso Vaz – 60  
África – 239  
Agostinho Barbosa – 173  
Agostinho Dufour Barbosa – 141  
Agostinho de Seixas – 197  
Aguiar – 204-205  
Agustín Sánchez Cabello – 206  
Ainão – 169  
Aires Ferreira, doutor – 146-147  
Ajuda, palácio – 91, 207-208, 227, 236  
Albano Gomes – 98  
Alberto, cardeal – 68, 107, 135, 218  
Albufeira – 53  
Albuquerque (Castela) – 136  
Alcácer do Sal – 39, 141  
Alcântara – 110, 137, 181, 182, 194  
Alcântara (Coria, Espanha) – 244  
Alcobaça, mosteiro – 86  
Aldeia Nova do Cabo (Covilhã) – 115-116  
Alegrete, marqueses – 17  
Aleixo Dias Falcão, inquisidor – 202  
Aleixo Nunes, clérigo, notário – 78-79, 132  
Alenquer, marquês de – 185  
Alentejo – 170  
Alessandro Castracani, colector – 180  
Alexandre III, papa – 154, 167  
Alexandre de Bragança (D.), arcebispo, inquisidor-geral – 56, 84  
Alexandre de Figueiroa – 185  
Alexandre de Múrcia Barbadinho, frei – 25, 221  
Alexandre da Silva, doutor – 117, 177, 193  
Alexandre da Silva Botelho, bispo – 169  
Alfama, corregedores – 38, 43, 46  
Alfredo Pimenta – 86  
Algarve – 118, 236; bispados, bispos – 17, 149-152, 187, 189-190; comarca – 19, 54; governador – 189; Sé – 205-206  
Almada – 79, 162-163  
Almeirim – 78, 83, 129, 133, 136, 202  
Almodôvar – 231, 239  
Alonso de Ballibiera – 178  
Alonso Bezerra Holguin, licenciado – 113  
Alonso de Salazar Frias, licenciado – 113  
Alonso de Villegas – 154  
Alva, conde de – 207  
Álvaro de Ataíde (D.) – 95, 173  
Álvaro Correia, padre – 168  
Álvaro Ferreira – 211  
Álvaro Florim, escrivão – 254  
Álvaro Fróis – 169  
Álvaro Garcia de Campos, licenciado – 153  
Álvaro Soares de Castro – 115, 219  
Álvaro de Sousa de Mascarenhas, doutor – 198-199  
Alvito – 53, 242  
Amarante – 171  
Ana Fernandes – 60  
Ana Gonçalves – 237  
Ana Martins – 221

- Ana Rodrigues – 221  
 André – 208  
 André Álvares de Almada – 107  
 André Avelar – 198  
 André de Barros Beça – 174  
 André Bernardes, doutor – 196  
 André Bernardes Aires – 168  
 André Dias, padre – 83  
 André de Morais Sarmento – 231  
 André Rodrigues da Costa, licenciado – 137  
 André da Silva – 145  
 André Vaz Fróis – 113  
 André Velho, arcediogo – 134-135  
 Angra, bispos – 64, 69  
 Antão Vicente – 60  
 Antónia Coelho – 117  
 Antónia Correia – 82  
 Antónia Francisca – 210  
 Antónia da Silva – 230  
 António de Aguiar – 221  
 Antonio Albergati, colector – 187  
 António de Almeida – 249  
 António Álvares Guerra – 141  
 António Álvares de Távora – 212  
 António de Arostegui – 163  
 António Baptista – 91, 245  
 António Bolarte Dique, desembargador – 53  
 António Borges – 61  
 António Botelho, notário – 131  
 António de Brito e Lacerda – 168  
 António Bulhão de Novais – 225  
 António Carmona – 61  
 António Carvalho – 175  
 António de Castelo Branco – 175  
 António Coelho – 210  
 António Coelho, tecelão – 208  
 António Coelho de Carceres – 142  
 António Cordeiro, padre – 168  
 António Correia, licenciado – 66  
 António Correia, padre – 236  
 António Coutinho, frei – 146  
 António de Cubillos – 221  
 António Dias Cardoso, deputado – 61, 113, 174-175, 177-178, 215  
 António Dias da Cunha – 112  
 António Dinis – 252  
 António do Espírito Santo, frei – 222  
 António Farto – 188  
 António Feliciano Velho Oldemberg – 39, 53  
 António Fernandes – 175  
 António Fernandes, vigário – 254  
 António Ferreira, licenciado – 249  
 António da Fonseca, padre – 221  
 António Gil de Velasco (D.) – 221  
 António Gomes – 62, 212  
 António Gonçalves – 60  
 António Gonçalves Garrido – 117, 127  
 António de Gouveia, doutor – 196  
 António Gouveia de Sousa – 117  
 António Guilherme Hebre de Loureiro, padre – 221  
 António Henrique, frei – 175, 192  
 António Homem, doutor – 25, 113, 156, 182, 213, 221  
 António Joaquim Moreira – 23, 25, 30-31, 42, 245-246  
 António José da Costa, notário – 219  
 António José de Oliveira, promotor – 96, 127  
 António Leitão Homem – 154, 167  
 António Lopes Cabo – 145  
 António Lourenço Caminha – 25  
 António Magalhães de Castelo Branco – 141  
 António Maldonado, frei – 146  
 António Manuel Ferreira Lobo de Arez – 241  
 António Manuel Fragoso de Barros, deputado – 32, 123  
 António Marques, clérigo – 137  
 António Mascarenhas (D.) – 187  
 António Matos de Noronha – 134-135, 176  
 António Mendes – 198  
 António de Mendonça – 87  
 António de Moura, notário – 146  
 António Monteiro, notário, secretário – 131, 203, 217  
 António Pacheco da Silveira – 245  
 António Pais de Soutomaior – 235  
 António Pereira Cirne e Távora, padre – 142  
 António Pereira Serpa Machado de Miranda Henriques – 44  
 António Pinheiro, escrivão – 93  
 António Pinheiro da Costa – 221  
 António Pinto – 168

- António Porto Carreiro – 261  
 António Ribeiro de Abreu – 212, 223  
 António Ribeiro de Almeida – 251  
 António Rodrigues – 174, 210  
 António Rodrigues de Araújo, corregedor – 25  
 António Rodrigues o Ganhão – 221  
 António Rodrigues de Mesquita – 221  
 António Rodrigues Mogadouro – 221  
 António Rodrigues Pinheiro – 148  
 António Rodrigues Saro, escrivão – 210  
 António Rodrigues da Silveira, licenciado – 28, 148, 187  
 António de São Domingos, frei – 174-175  
 António de São José, frei – 262  
 António da Silveira, inquisidor – 84  
 António Simões, notário – 129, 134  
 António de Sotomayor, frei – 163-164  
 António de Sousa, doutor – 147  
 António de Sousa de Macedo, doutor – 110  
 António Tavares da Costa – 221  
 António Teles – 83  
 António do Vale, tesoureiro – 223  
 António Vaz Cavaco – 174-175  
 António Vaz Coelho, padre – 143  
 António Veríssimo de Larre, inquisidor – 205  
 António Vicente de Vasconcelos Pereira, inquisidor – 215  
 António Vieira, padre – 85, 108, 151, 155, 157, 193, 212, 221, 223, 262  
 Anunciada, convento – 221  
 Apolónia Martins – 60  
 Aranda – 65, 75, 76  
 Aranjuez – 61, 64, 165  
 Arganil, conde de – 152, 174-175, 184, 189  
 Argel – 205, 209  
 Arguedeira – 208  
 Aristóteles – 34  
 Arneiros (*Lamego*) – 118, 210  
 Arraiolos – 53, 124, 141, 143, 241, 242, 249  
 Aveiro, porto – 83  
 Avis – 53; câmara – 235; priorado – 188  
 B[...], cardeal – 158  
 Badajoz – 220  
 Baía – 251  
 Baltasar Estaço – 196  
 Baltasar Fernandes Mendes – 221  
 Baltasar Ferreira, doutor – 142  
 Baltasar da Fonseca, notário – 106  
 Baltasar Gonçalves – 113  
 Baltasar de Gouveia, livreiro – 84  
 Baltasar Limpo (D.), frei, bispo – 83  
 Baltasar de Lira, frei, beneficiado – 254  
*Barcelos* – 251; colegiada – 207; duques – 17  
 Bartolomeu Fernandes, secretário – 59  
 Bartolomeu Fernandes, tesoureiro – 60  
 Bartolomeu Ferreira, frei – 147  
 Bartolomeu da Fonseca, conselheiro – 61, 175  
 Bartolomeu Monteagudo – 138, 154-155, 166, 204, 219  
 Bartolomeu Pais – 202  
 Beatriz de Cáceres – 202  
 Beatriz Vicente – 60  
*Beja* – 53, 143, 184, 205-206, 208, 229, 243  
 Belchior Dias Preto, inquisidor – 30, 133, 181  
 Belchior da Grã de Santo Elói, padre – 173  
*Belém* – 39, 207  
*Belém do Grão-Pará* – 236  
*Bengala* – 152  
 Benito Sozano – 186  
 Bento XIV, papa – 90-92, 207, 249, 257  
 Bento de Almeida – 198-199  
 Bento António de Sampaio, doutor – 230  
 Bento de Beja de Noronha – 213  
 Bento Francisco – 145  
 Bento Franco Henriques – 219  
 Bento de Jesus – 153, 221  
 Bento José de Sousa Farinha – 79-81  
 Bento Pais Amaral – 118  
 Bento Pereira, padre – 220  
 Bento Rodrigues – 221  
 Bento de São José, frei jerónimo – 245  
 Bento de São José, frei, promotor – 98  
 Bento de São José Ribeiro Pereira, frei – 234  
*Berbéria* – 197  
 Bernard Quaritch – 208  
 Bernarda Lourenço Coelho – 139  
 Bernardino de Mira Vidigal, promotor – 119-120  
 Bernardo António Pereira, notário – 31-32, 209, 249  
 Bernardo de Ataíde (D.) – 215, 247  
 Bernardo José – 118, 210  
 Bernardo de Sandoval y Rojas, cardeal – 135

- Bilhó*, São Salvador do – 169  
 Boaventura de São Gião – 221  
*Boliquireime* – 118  
*Borba* – 53, 132, 137  
*Bordéus* – 243  
*Bouça (Porto)* – 250  
 Bounsulo – 152  
*Braga* – 86, 144-145, 169, 207; arcebispos – 82, 112, 158, 168, 187, 201, 207; arcediagos – 134-135, 189; câmara – 168; Relação – 169; Sé – 58, 149  
*Bragança* – 60, 174-175; duque de – 79; igreja de São João – 112; mitra – 58, 238  
 Branca Henriques Mogadouro – 221  
 Branca Nunes – 174  
 Branca Soares – 202  
 Brás Gonçalves de Gouveia – 174  
 Brás Viegas, padre – 202  
*Brasil* – 90, 109, 111, 141, 153, 251  
 Briolanja Martins – 254  
 Brites Martins – 237  
 Brites Menina – 204  
 Brites Navarro – 221  
 Brites Teresa – 237  
*Bruxelas* – 68  
*Buitrau* – 62  
*Bussaco* – 184  
*Cabeço de Vide* – 53, 242  
*Cabo Verde* – 107, 202; bispo de – 170; Sé – 170  
*Cadaval*, casa de – 208  
 Caetano de São José, frei, promotor – 95  
*Caldas* – 194  
*Camboja* – 152  
*Campo Maior* – 53, 141  
*Canária*, bispo – 77  
*Carnide* – 250-251  
 Cartuxa, convento – 161, 176  
*Casais (Tomar)*, igreja – 254  
*Cascais*, convento de Santo António – 144  
*Castela* – 31, 139, 156, 167, 185, 187, 190, 205; inquisição, inquisidores – 22, 129, 133-138, 176-177, 250; cf. *Espanha*.  
*Castelo Branco* – 158; mitra – 58  
*Castelo Rodrigo* – 60; juizes – 60; marquês – 162  
*Castelo de Vide* – 237  
*Castro Martim* – 136  
*Castro Verde* – 231  
*Castrobono* – 194  
 Catarina Álvares – 138  
 Catarina de Bragança (D.), rainha – 193  
 Catarina Carneira – 168  
 Catarina Fernandes – 202, 221  
 Catarina Maria – 221  
 Catarina Mendes – 202  
 Catarina Rodrigues – 175  
 Catarina Rosa dos Santos – 145  
 Catarina Soeira – 210  
 Cavaleiro de Oliveira, cf. Francisco Xavier de Oliveira.  
 Cecília Gomes – 202  
 Cecília de Lemos – 61  
*Cedofeita* – 179  
*Ceilão* – 152  
 Celio Piccolomini, cardeal – 158  
 Céstio – 252  
*Ceuta* – 177  
*Chaves* – 208; comarca – 168  
*Chelas*, quinta – 56  
 Cipriano José de Amorim, notário – 239  
 Clara Pinheira – 150  
 Clara Serrão – 131  
 Claudina da Natividade – 221  
 Clemente VII, papa – 201  
 Clemente VIII, papa – 161-162, 176, 184-186, 189, 198-199, 218, 248  
 Clemente Rodrigues Montanha – 211  
*Codiceira (Castela)* – 137  
*Coimbra* – 30, 62, 65, 75, 82, 116, 138, 153, 171, 189, 212, 235, 251; bispado, bispos – 113, 152, 174-175, 184, 189; colégios – 52, 114; conesias – 188; corregedores – 228, 236; fisco – 110, 181, 194-195; inquisição – 30-32, 38-43, 46-47, 52, 54-55, 57-58, 60-61, 64, 70-72, 78-79, 82-83, 85, 87-91, 93, 107, 109-110, 112-115, 117-118, 127-128, 131, 133-135, 139, 143-144, 148, 155-156, 158, 160-161, 167-168, 172, 174-175, 177-178, 180-184, 188, 193-199, 204, 207, 209-211, 213-216, 225, 235, 249, 251-252; médicos – 42; mitra – 58; mosteiro de São Domingos – 114; provedores – 40; Sé – 149, 211-213; sinagogas – 164; universidade – 142, 156, 170, 189, 252

- Constantino Ribeiro do Lago, procurador – 168  
*Coria (Espanha)* – 244  
 Cornélio Lapide, padre – 202  
*Cortiços* – 61  
 Cosme de Magalhães – 175  
*Costa*, Santa Marinha da – 221  
*Covilhã* – 115-116, 155  
*Cranganor*, arcebispo – 183, 188; bispo – 171  
*Crato* – 53, 242-243  
 Cristóbal de Moscoso y Córdoba – 170  
 Cristóvão de Almeida, frei – 220, 257  
 Cristóvão de Andrade Freire – 89, 138  
 Cristóvão Gomes Valdosa, mercador – 174  
 Cristóvão de Mesquita – 196  
 Cristóvão de Moura (D.) – 134, 162  
 Cristóvão de Sá e Lisboa, frei, arcebispo – 183, 188  
 Cristóvão Salema Correia, inquisidor – 26, 219  
*Cuba* – 145  
*Cuenca*, bispo – 176  
 Custódia Carvalha – 146  
 Custódio Gomes Rebelo – 241  
 Custódio Nunes – 136  
 Custódio da Silva Laboreiro, promotor – 122-123  
 Damião Mendes de Vasconcelos – 197  
*Darque* – 141  
*Denia*, marquês de – 162  
 Diogo, mestre – 202  
 Diogo Afonso Figueiro, almocreve – 254  
 Diogo Álvares, escudeiro – 254  
 Diogo André – 142-143  
 Diogo de Areda, doutor – 173  
 Diogo da Assunção, frei – 61, 221  
 Diogo Barbosa Machado – 25  
 Diogo de Brito – 56  
 Diogo Camelo de Sousa, juiz – 116  
 Diogo Francisco Fratel – 233  
 Diogo Inácio de Pina Manique, intendente – 227  
 Diogo Lobo Pessanha, familiar – 229  
 Diogo Lopes Laguna – 221  
 Diogo Lopes de Sousa, governador – 111  
 Diogo Mendes Godinho – 154, 167  
 Diogo Mendes de Vasconcelos – 78, 135  
 Diogo de Margalho – 35, 220  
 Diogo de Melo, mourisco – 174  
 Diogo de Mendonça Corte Real, secretário – 24, 90  
 Diogo de Meneses (D.), governador – 189  
 Diogo do Patrocínio, frei – 35, 220  
 Diogo Pereira – 184  
 Diogo Ramalho – 137  
 Diogo Rebelo – 221  
 Diogo Rodrigues Flores – 221  
 Diogo Rodrigues Henriques Mogadouro – 221  
 Diogo Rodrigues, clérigo – 254  
 Diogo Rodrigues, mercador – 254  
 Diogo da Silva (D.), inquisidor – 201  
 Diogo da Silva (D.), marquês – 111  
 Diogo de Sousa (D.), inquisidor, arcebispo – 79, 85, 157  
 Diogo de Sousa, inquisidor – 90, 183, 185, 203  
 Diogo Velho, secretário do Conselho Geral – 30, 108-110, 139, 158-160, 180, 182, 185, 195, 215-217, 245  
 Dionísio, doutor – 202  
 Dionísio de São Pedro, frei – 169  
 Domingas Maria – 221  
 Domingos Afonso – 197  
 Domingos da Amieira, frei – 145  
 Domingos Correia – 173  
 Domingos Faia, padre – 257  
 Domingos Ferreira – 145  
 Domingos Gomes de Oliveira – 251  
 Domingos de Lemos, licenciado – 61  
 Domingos Lourenço do Rego, cirurgião – 153  
 Domingos Manuel dos Santos, padre – 232  
 Domingos de Paiva – 169  
 Domingos Pires, almocreve – 254  
 Domingos do Prado de Oliveira – 251  
 Domingos Ramos – 244  
 Domingos Rebelo – 52  
 Domingos Rodrigues da Costa, livreiro – 84  
 Domingos Silveiro – 210  
 Domingos de Sousa Santiago, doutor – 171  
 Domingos Teixeira, solicitador – 197  
 Domingos Vicente – 60  
 Duarte de Castelo Branco (D.) – 77  
 Duarte Moreno – 221  
 Duarte da Paz – 185  
 Duarte Pedro, inquisidor – 219  
 Duarte Simões – 189  
*Écija (Castela)* – 136

- Egídio da Apresentação, frei – 174-175  
*Elvas* – 53, 56, 169; bispos – 30, 62, 75, 164, 169, 173, 244; familiares – 55; fisco – 222; Sé – 58  
*Ericeira* – 145  
*Ericeira*, conde da – 196  
*Ervedal* – 197  
*Espanha* – 111, 114, 135, 166, 244; cf. *Castela*.  
*Esperança*, visconde da – 31, 33  
 Estanislau Manso – 144  
 Estêvão de Brito Foios – 89  
 Estêvão Fagundes, doutor – 173  
 Estêvão Henrique – 177  
 Estêvão Leitão, doutor – 59  
*Estremoz* – 53, 109  
 Eugénio Xavier Raposo – 235  
 Eusébio Francisco dos Anjos, padre – 235-236  
*Évora* – 53, 80, 83-84, 129, 133-134, 136-137, 141, 146-147, 166, 168, 177, 201, 206, 220, 236, 238, 249-250, 252; almotacés – 178, 190; arcebispos – 56, 73-74, 87, 157, 161, 165, 170, 176, 187, 190, 207, 219, 223; câmara – 116, 148, 185; colégios – 190; cônegos – 178; coneias – 184; convento de São João – 219; conservatório de Santa Marta – 235; corregedores – 56; fisco – 32-35, 39, 53, 72-73, 109-110, 182, 223-225, 233, 235-243; igrejas – 36, 116, 219, 237-238, 241; inquisição, inquisidores – 19, 27-35, 38-39, 41-43, 46-48, 53-54, 56-59, 64, 67, 69, 74-75, 78-79, 84-87, 89, 94-95, 108-110, 113-117, 119-126, 128-129, 132-134, 136-143, 145-148, 153-154, 161, 164, 168-170, 177-185, 190, 193-194, 203-208, 210-220, 223, 225-230, 235, 237-244, 246-247, 251; juizes – 116, 148; livreiros – 25, 84; mitra – 58; mosteiro do Monte Calvário – 56; priores – 237-238, 241; procuradores – 116; provedores – 38, 53, 94, 212, 223, 227; Sé – 57; universidade – 81, 115-116, 178, 180, 187, 190; vereadores – 116, 148  
 Fabião Bernardo, notário – 131  
*Faro* – 53, 139, 189; câmara – 152; juizes – 241-242; Sé – 149, 152  
 Feliciano Lopes – 210  
 Felício Gomes – 87  
 Félix Ribeiro do Lago, doutor – 171  
 Fernando (D.) – 253  
 Fernão Correia de Lacerda (D.), bispo – 117, 158, 220  
 Fernão Dias da Silva, cónego – 153  
 Fernão João, porteiro – 84  
 Fernando de Meneses (D.), arcebispo – 107  
 Fernão Martins Mascarenhas (D.), inquisidor-geral – 106, 111-113, 134-135, 163-166, 173, 184, 187-190, 192, 197, 204, 215  
 Fernão de Matos – 68-77, 177, 183  
 Fernão Nunes da Costa – 68  
 Fernão Peres – 175  
 Fernão Pinheiro – 150  
 Fernão Vaz – 60  
 Fernão Ximenes, arcediogo – 164  
*Ferragudo (Lagoa)* – 235  
 Filipa Ferraz – 221  
 Filipa Gomes – 202  
 Filipa da Silva (D.) – 167  
 Filipe de Abranches, desembargador – 25  
 Filipe Barbosa – 89  
 Filipe Gomes – 202  
 Filipe da Rocha, frei – 220  
 Filipe Rodrigues, tenente – 220  
*França* – 108, 127, 245; embaixadores em – 17; enviados de – 179  
 Francisca da Gama – 137  
 Francisca Maria Antónia – 229  
 Francisco de Aboim, cavaleiro – 254  
 Francisco de Abreu Maia, protonotário – 169  
 Francisco de Almada – 169  
 Francisco de Almada e Mendonça, ministro – 207  
 Francisco de Almeida (D.), arcediogo – 156  
 Francisco Álvares Pimentel – 153  
 Francisco António Castanheda e Melo, escrivão – 242  
 Francisco António Marques Geraldês de Andrade – 217  
 Francisco António de Olivares – 221  
 Francisco de Azevedo – 93  
 Francisco Barata Godinho – 241  
 Francisco Barbosa – 222  
 Francisco Barbosa Barroso – 113  
 Francisco Barbosa Pita – 115

- Francisco Barreto, inquisidor – 83, 153, 204, 220  
Francisco Borges de Sousa, inquisidor – 107  
Francisco de Bragança (D.) – 65, 161  
Francisco de Brito de Meneses – 113  
Francisco Cano – 175  
Francisco Carneiro de Figueiroa, doutor – 149, 204, 217, 237  
Francisco Cardoso de Torneo, inquisidor – 52, 138  
Francisco de Castro – 174  
Francisco de Castro (D.), inquisidor-geral – 26-28, 30, 57, 88-89, 108-109, 166, 177, 180-185, 190, 194, 203-204, 216-217, 250, 253  
Francisco de Castro, beneficiado – 214  
Francisco Cavezas – 235  
Francisco Coelho Soares, notário – 206, 219  
Francisco Correia de Lacerda – 89  
Francisco da Costa – 106, 221  
Francisco da Costa Pessoa – 221  
Francisco do Desterro, frei – 145  
Francisco Dias Ramalho – 56-57  
Francisco Duarte Coelho, secretário – 42  
Francisco da Epifania, frei – 253  
Francisco Fernandes Tomar – 134, 137  
Francisco Ferreira Pinheiro – 221  
Francisco Ferreira Pinto, arcepreste – 169  
Francisco Filipe Preto – 137  
Francisco Freire – 146  
Francisco Garcia Calderón, frei – 221  
Francisco Gil de Santarém – 188  
Francisco Gomes Henriques, o Forragaitas – 221  
Francisco Gómez de Sandoval y Rojas, duque de Lerma – 78  
Francisco Joaquim Pereira e Sousa – 23, 86, 88  
Francisco José dos Santos Marrocos – 80  
Francisco José da Silva – 237  
Francisco Lobo – 62  
Francisco de Lucena, secretário – 69, 72, 175, 189  
Francisco Luís de Lencastre (D.) – 153  
Francisco de Macedo de Pina – 145  
Francisco Madeira da Costa – 170  
Francisco de Magalhães – 144  
Francisco Manuel Trigo de Aragão Morato – 46  
Francisco de Moura (D.), marquês – 162  
Francisco de Moura, doutor – 168  
Francisco Nunes – 111, 221  
Francisco Nunes Franklin – 45, 49, 257  
Francisco de Paula, frei – 245  
Francisco de Paula Bertelote, meirinho – 38  
Francisco Pereira – 175  
Francisco Pereira (D.), embaixador – 17, 129, 134-135, 138  
Francisco Pinheiro, doutor – 178-180, 190  
Francisco Pinto Pereira, deão – 162, 164, 174  
Francisco da Purificação, frei – 107  
Francisco Quaresma de Abreu – 61  
Francisco Rafael de Castro (D.), diácono – 79-80  
Francisco Rebelo de Cerveira – 145  
Francisco Rodrigues, licenciado – 60  
Francisco Rodrigues Vieira, doutor – 142  
Francisco Rodríguez, arcebispo – 183, 188  
Francisco da Rosa – 208  
Francisco de Sá e Mesquita – 25, 221  
Francisco Sacchinus – 186  
Francisco de São Luís, frei – 47  
Francisco da Silva de Meneses – 144  
Francisco Simões Margiocchi – 37  
Francisco Soares, doutor – 179  
Francisco Soares, jesuíta – 187  
Francisco de Sousa – 141  
Francisco de Sousa Coutinho, embaixador – 17  
Francisco Soveral (D.), doutor – 198-199  
Francisco Teles de Mira, doutor – 228  
Francisco Valente, doutor – 180  
Francisco Vaz de Gouveia, doutor – 189  
Francisco Xavier – 186  
Francisco Xavier de Oliveira – 35, 240-241  
Francisco Xavier de Oliveira da Mata, promotor, inquisidor – 119, 227  
Frederico Vaz Martins, prior – 36, 237-238, 241  
*Freixo de Espada à Cinta* – 117, 210  
*Fronteira* – 53, 242  
Frutuoso Amadeu Monteiro – 41  
Frutuoso Gonçalves, padre – 144  
*Funchal* – 197  
Gabriel, mestre – 202  
Gabriel Afonso – 175  
Gabriel Dias – 60, 83  
Gabriel Franco Bicho – 61  
Gabriel Lobo, marchante – 206  
Gabriel Luís de Medina (D.) – 221  
Gabriel Nunes – 133, 138

- Gabriel Pereira de Castro – 189  
 Gabriel Rodrigues Cachicão – 88  
 Gabriel Teixeira de Saavedra – 208  
*Gáfete* – 237  
*Galiza*, inquisição, inquisidores – 134-135  
*Galveias* – 53; conde das – 55  
 Garcia Gomes, sirigueiro – 82  
 Gaspar de Abreu de Freitas – 110  
 Gaspar do Amaral – 106  
 Gaspar Aranha Vidigal – 219  
 Gaspar Borges – 69  
 Gaspar Borges de Azevedo – 113, 162, 164  
 Gaspar de Bragança (D.), arcebispo – 207  
 Gaspar Carvalho – 28, 107  
 Gaspar de Faria de Severim – 109  
 Gaspar Fernandes, doutor – 146  
 Gaspar Fernandes, solicitador – 211  
 Gaspar Francisco – 112  
 Gaspar Gomes – 175  
 Gaspar Lopes – 184  
 Gaspar Lopes Pereira – 221  
 Gaspar Pereira, inquisidor – 71, 75, 147, 174, 214-215, 247, 249  
 Gaspar de Quiroga y Vela, cardeal – 135  
 Gaspar Rodrigues – 174  
 Gaspar Rodrigues Garcia – 112  
 Gaspar da Rosa, tecelão – 208  
 Gaspar Varela, tosador – 254  
 Gaspar Xavier Limpo, tabelião – 242  
 Gastão de Brinhosa – 135  
 Geraldo José de Abranches, inquisidor – 236  
 Gervásio de Vilallobos e Salema, inquisidor – 129  
 Giovan Giorgio Trissino – 252  
*Goa*, arcebispos – 17, 85, 91, 149-152, 183, 188, 235-236; convento de São Francisco – 251; inquisição, inquisidores – 31, 37, 55, 95-107, 127, 140, 171, 212, 227, 236, 239, 247; Sé – 95-96, 98-100, 152  
 Gomes de Brito da Silva, inquisidor – 56, 84  
 Gomes Soares – 249  
 Gonçalo Borges Pinto, doutor – 157-160  
 Gonçalo Carreiro – 63, 66, 68, 70  
 Gonçalo do Crato, frei – 89  
 Gonçalo Lopes Dias – 145  
 Gonçalo Malho, frei – 254  
 Gonçalo Pinto da Costa – 168  
 Gonçalo Rodrigues da Cunha – 221  
 Gonçalo Vaz – 133  
 Gonçalo Vaz, cavaleiro – 254  
 Gordilho, padre – 225  
*Gouveia* – 174  
*Gouveia* – 174; marqueses – 25  
 Grácia Garcês – 202  
 Grácia Luís – 202  
 Grácia de Pina – 114  
*Grão-Pará* – 236  
 Gregório XIII, papa – 177, 185, 201, 248  
 Gregório XV, papa – 186, 189  
 Gregório Barreto – 118  
 Gregório de Jesus, frei – 169  
 Gregorio Mayans y Siscar (D.) – 156  
 Gregório Nobre – 137  
 Gregório de Valeanes de Moraes – 195  
*Guarda* – 61; bispos – 158, 253; mitra – 58; Sé – 149  
 Guilherme do Rosário, frei, promotor – 96-97  
*Guimarães*, colegiada de – 187  
*Guiné* – 107  
 Guiomar da Silva (D.) – 167  
 Guiomar de Vilalobos – 56  
*Haia* – 108  
 Heitor Dias da Paz – 221  
 Helena Coruja – 246  
 Henrique (D.), cardeal, infante, inquisidor – 18-20, 58-59, 78, 83-84, 106-107, 129, 133-136, 138, 140, 176-177, 185, 201-202, 204, 218, 248, 252  
 Henrique Lopes – 133, 202  
 Henrique Mourão Pinheiro – 221  
 Hernando de Villegas – 138  
*Holanda* – 62; embaixadores da – 17  
 Hugo Buoncompagnus – 179  
 Hugo Grotius – 110  
*Ilha de São Lourenço* – 152  
 Inácio Bernardes, tesoureiro – 131  
 Inácio Mascarenhas (D.) – 172  
 Inácio de Quevedo Vasconcelos, inquisidor – 222  
 Inácio de Santa Teresa (D.), arcebispo de Goa – 17, 94, 149-152  
 Inácio de São Caetano (D.), frei, arcebispo, inquisidor-geral – 94

- Índia* – 55, 69, 74, 106, 149, 152, 183, 188-189, 202, 207, 251; província do Norte – 212  
 Inês do Carmo – 143  
 Inês da Conceição, beata – 221  
 Inês de Jesus – 197  
 Inês de Jesus, beata – 221  
*Inglaterra* – 43, 63, 67, 147, 179, 187, 197, 240; embaixadores de – 17; rainha de – 193  
 Inocêncio X, papa – 108-109, 178, 181, 194  
 Inocêncio XI, papa – 87, 89, 155, 160, 184  
 Isabel de Burgos – 174  
 Isabel de Castro – 174  
 Isabel da Costa – 131  
 Isabel Fernandes – 56, 202  
 Isabel Gomes – 133  
 Isabel Henriques – 174  
 Isabel Jorge – 115-116  
 Isabel Marques – 221, 250, 254  
 Isabel de Meireles – 56  
 Isabel Rodrigues – 117, 202, 220  
 Isabel Soares – 137  
 J. B. de Castro – 244-245  
 Jacinto da Rosa Abrantes e Oliveira, escrivão – 38  
 Jacinto da Silva Cabral, escrivão – 111  
 Jacob Bicudo – 249  
 Jacob Coelho – 60  
 Jácome Esteves Nogueira – 90  
 Jácome Rodrigues, notário – 208  
 Jamede – 205  
*Jeraci*, bispo de – 187  
 Jerónima de Ledesma – 221  
 Jerónima Loba – 249  
 Jerónimo Ferreira Magro, promotor – 120  
 Jerónimo da Lança Galvão, contraste – 53  
 Jerónimo de Lemos Monteiro – 211  
 Jerónimo Matteo, cardeal – 189  
 Jerónimo Pimentel Salgado, escrivão – 109  
 Jerónimo Quaresma, abade – 147  
 Jerónimo Soares, inquisidor – 82, 157  
 Jerónimo de Sousa, licenciado – 78  
 Jerónimo Teixeira Cabral – 174  
 Joana Coelho – 144  
 Joana Coelho – 117  
 Joana da Cruz, soror – 164  
 Joana de Mendanha, beata – 221  
 João (D.), duque de Bragança – 79  
 João de Aguiar Meneses (D.), promotor – 123  
 João Álvares – 60  
 João Álvares, padre – 169  
 João Álvares, o Velho – 60  
 João Álvares Brandão, inquisidor – 59, 64, 72, 112, 114, 133, 153, 197, 212-213, 215  
 João António Pedrão – 129  
 João Aranha, frei – 113  
 João de Araújo, deão – 196  
 João de Azevedo, deputado – 139, 196  
 João Baptista de Ataíde Mascarenhas Cordovil, inquisidor – 39  
 João Baptista de Este – 164, 166, 191, 249  
 João Baptista Ferreira – 117  
 João Baptista Mascarenhas Cordovil, promotor – 125-126  
 João Baptista Rodrigues Leitão – 199, 209-210  
 João Baptista de São Miguel – 221  
 João Baptista de São Paulo, frei – 144  
 João de Borba Fragoso, deputado – 116, 212-213, 245  
 João Borges de Góis, doutor – 239  
 João de Bragança (D.) – 79  
 João Bravo, doutor – 52  
 João de Brito Pereira, deputado – 85  
 João Campelo, notário – 201  
 João Carlos Fêo Cardoso de Castelo Branco e Torres – 47-48  
 João Carneiro de Morais – 89, 171  
 João Carreira – 194-195  
 João de Carvalho, doutor – 147  
 João de Castelo de Vide, frei – 145  
 João de Castro Teles Henriques (D.) – 26  
 João de Coimbra Laboreiro – 143  
 João Colaço Ramalho, notário – 209  
 João Correia Aires de Campos – 41, 60  
 João Cosme da Cunha, cardeal – 17-18, 26, 139, 207, 247, 257  
 João da Costa Brandão – 221  
 João da Costa Ribeiro, doutor – 183  
 João Coutinho (D.) – 71  
 João da Cunha, inquisidor-geral – 146, 252  
 João Delgado Figueira, inquisidor – 106, 138, 154, 175, 178, 190  
 João de Deus, beato – 187  
 João Dias – 237

- João Domingues – 60  
João Duarte Mendisoval – 130  
João Duarte Ribeiro, inquisidor – 79, 82, 155-156, 160, 170-172  
João Fernandes – 60, 168  
João Fernandes de Almeida (D.) – 188  
João Fernandes de Almeida, inquisidor – 106  
João Ferreira Maciel – 141  
João da Fonseca das Ervas – 143  
João Fragoso, doutor – 170  
João da França – 250  
João Francisco – 60  
João Gonçalves, sapateiro – 254  
João Henriques – 221  
João Joaquim de Almeida – 219  
João Joaquim de Andrade, corregedor – 43  
João Joaquim Bernardino do Porto – 235  
João Limpo Pimentel – 231  
João Lobato Quinteiro, juiz – 116  
João Machado de Eça, promotor – 229  
João Manuel de Ataíde (D.) – 193  
João Maria Soares Castelo Branco, inquisidor – 132, 246  
João Martins Godinho, notário – 56, 120  
João de Matos, doutor – 180  
João de Matos, muçulmano – 205  
João de Matos, padre – 208  
João de Melo – 192  
João de Melo (D.), bispo – 158, 160, 184  
João de Melo, doutor, inquisidor – 60, 201  
João Mendes, notário – 78  
João Mendes da Costa – 116  
João Moniz da Silva – 89  
João de Moraes – 60  
João de Moraes, notário – 107, 147, 153  
João Nogueira de Carvalho, notário – 89  
João Nunes – 136  
João Nunes Saraiva – 165  
João Pais de Almeida – 118  
João do Pilar, frei, promotor – 97, 127  
João Pimenta, doutor – 198-199  
João Pires do Campo – 208  
João de Portugal, frei – 173  
João Rebelo – 137  
João Rodrigues – 143, 184  
João Rodrigues, notário – 109  
João Sanches Bravo – 141  
João de Santa Teresa, frei – 216, 221  
João dos Santos, frei, confessor – 17  
João de São Domingos, frei – 156  
João da Silva (D.), marquês de Gouveia – 25  
João da Silveira, frei – 169, 173  
João de Sousa (D.), arcebispo, inquisidor, etc. – 82  
João de Sousa Castelo Branco, inquisidor – 131  
João de Sousa Pereira – 145-146  
João Teixeira dos Santos – 232  
João Trancoso Pereira – 89  
João de Vasconcelos, frei – 154, 167  
João Velho, notário – 59  
João Velho Monteiro – 250  
João Vicente – 60  
João de Vilhalpando – 174  
Joaquim Gonçalves Vaz, provedor – 38, 53, 223  
Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara – 33-35, 216, 220, 238-241  
Joaquim José de Castro de Fronteira – 80  
Joaquim José Ferreira Gordo – 44, 94  
Joaquim José Guião – 228  
Joaquim Manuel de Figueiredo, escrivão – 241  
Joaquim Manuel da Silva Júdice – 241  
Joaquim Martins de Carvalho – 31-32, 40-41  
Joaquim de Oliveira – 141  
Joaquim Tomás de Aquino Bulhões – 132  
John Milton – 154  
Jorge de Almeida (D.), inquisidor-geral – 134-135  
Jorge de Andrade, mercador – 254  
Jorge de Carvalho, frei – 214  
Jorge de Castro, frei – 82  
Jorge Lopes – 124  
Jorge Machado – 174  
Jorge Manuel, mercador – 254  
Jorge Martins, secretário – 201  
Jorge Pereira Saro – 210  
Jorge Pires – 60  
Jorge Rodrigues – 137  
Jorge Rodrigues, inquisidor – 83  
Jorge Serrão – 83  
Jorge Vaz, escudeiro – 254  
Jorge Vieira de Madureira – 141  
José de Almeida do Amaral, inquisidor – 219  
José António de Andrade – 235  
José António Nobre – 231

- José António Ribeiro da Mota, promotor – 99-100  
 José Baltasar de Taveira – 145  
 José Baptista – 90  
 José Bernardino Monteiro – 41  
 José Bernardo de Barahona Fragoso Cordovil da Gama Lobo – 33  
 José Bernardo da Silva Camacho – 219  
 José de Bragança (D.) – 207  
 José Cardoso, secretário – 87, 89-90, 129, 160-161, 170, 172, 211, 213  
 José Cláudio Fernandes Farto – 228, 231  
 José Coelho – 90, 160, 183  
 José Conde – 230  
 José da Cunha Couto – 219  
 José Dórdio da Guerra, notário – 145, 219  
 José das Dores, frei – 140  
 José Duarte de Carvalho, provisor – 235-236  
 José Félix da Cunha e Meneses, general – 91  
 José Ferrão de Mendonça – 37  
 José da Fonseca, deputado – 86  
 José da Gama Lobo (D.) – 214  
 José Inácio, solicitador – 243  
 José Inácio das Neves, oficial – 39  
 José de Jesus Maria, frei, bispo – 223  
 José Joaquim de Brito Gramaxo, escrivão – 242  
 José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho (D.) – 132, 232  
 José Joaquim Justiniano Mascarenhas Castelo Branco, promotor – 120-121  
 José Joaquim de Melo – 238  
 José Joaquim da Silva, notário – 35, 129, 219  
 José Joaquim de Vilhena – 239  
 José Leite de Vasconcelos – 249  
 José de Lencastre (D.), inquisidor-geral – 205-206  
 José Lopes da Cruz – 209  
 José Lopes de Mira, notário – 219  
 José Lourenço Salgado, notário – 219  
 José Manuel Severo Aureliano Basto – 47  
 José Maria de Andrade, médico – 42  
 José Maria da Fonseca de Évora, frei – 24  
 José Maria de Melo (D.), inquisidor-geral – 26, 60, 93, 140, 234, 236, 243-246  
 José Maria Pereira Forjaz de Sampaio – 209  
 José Martiniano da Fonseca – 80  
 José de Medrosa, frei – 169  
 José de Melo (D.), arcebispo – 165, 187, 190  
 José Mendes – 141  
 José Monteiro do Monte, padre – 117  
 José Moreira – 207  
 José da Nóbrega, reitor – 169  
 José Nunes Ribeiro – 235  
 José de Oliveira e Sousa – 240  
 José Pais de Sá e Meneses – 143  
 José Perdigão, padre – 25  
 José Pinheiro de Almeida – 141  
 José da Rocha, frei – 239  
 José Rodrigues – 143, 210  
 José Rodrigues Mendes – 221  
 José Rodrigues de Oliveira – 141  
 José do Rosário Garcia, frei, deputado – 230  
 José de Seabra da Silva – 83  
 José de Sequeira, padre – 139  
 José da Silveira Rego – 219  
 José de Sousa, meirinho – 168  
 José Vaz Anjo – 230  
 José Xavier de Vasconcelos, inquisidor – 207  
 Juan António Jiménez de Meneses (D.) – 138  
 Juan de Borja (D.) – 138  
 Juan García Nolasco (D.), secretário – 235  
 Juan Pardo Tavera, cardeal – 134  
 Juan de Valle Alvarado, licenciado – 113  
 Juliana de Noronha (D.) – 57  
 Jusarte Lopes – 254  
*Lacedemónia*, arcebispo – 139  
*Lafões*, duque de – 227  
*Lagoa* – 235  
*Lamego* – 117-118, 137, 157, 170; bispado, bispos – 155, 159-160, 196, 210, 249; Sé – 58  
*Lameira (Bouça, Porto)* – 250  
*Las Palmas* – 178  
*Le Havre*, cônsul em – 206  
 Leão Henriques – 83  
*Lebução (Monforte de Rio Livre)* – 61  
*Leiria* – 157, 159; bispos – 22, 157, 159, 176, 196; corregedores – 25; Sé – 58, 62  
 Leonardo Furtado de Mendonça, padre – 140  
 Leonardo Pereira – 201  
 Leonardo de São José – 114  
 Leonis de Almeida – 249  
 Leonor Dias – 78  
 Leonor Fernandes – 254

- Leonor Francisca a Sarabanda – 221  
 Leonor Henriques – 134  
 Leonor Mendes – 112  
 Leonor Moreira – 142  
 Leonor Tomás – 135, 138  
*Lerma* – 65, 70; duques de – 66-68, 78, 162  
*Lisboa* – 25, 30, 56-57, 62, 65, 79, 81-82, 84, 87, 89-93, 107-117, 124, 129, 139-143, 146-148, 153-155, 157-167, 169-173, 175-198, 201-203, 205-206, 209-213, 216-218, 220-221, 226-229, 231-233, 236-241, 245-246, 249, 251-253; arcebispos – 26, 68, 78, 82, 107, 168; câmara – 44; cardeais – 139; colégios – 207; convento da Graça – 175; convento de São Domingos de Lisboa – 240; fisco – 183, 211; igreja de Santa Engrácia – 154; inquisição, inquisidores – 26, 30-32, 38, 41, 44, 47, 52, 58-59, 63-65, 79, 82-83, 85-86, 91-92, 95, 107, 110-113, 117-119, 129-133, 135-136, 138, 140, 144-145, 148, 155, 172, 175, 178, 180-181, 183-185, 190, 192-195, 197, 200-203, 205, 209, 211, 213-216, 221, 234-235, 238, 240, 246-247, 249, 252-253, 254; mitra – 58; mosteiro de São Bento – 44; mosteiro de São Vicente de Fora – 58; protonotários – 169; ribeira – 118; rua Nova – 25; Sé – 149, 173, 203  
*Lisboa Ocidental* – 90, 118, 130-131, 223  
*Llerena* – 133; inquisição – 61, 134, 136-138  
*Logroño* – 113  
*Londres* – 43, 240  
 Lopo Martins, notário – 219  
 Lopo Martins Valada, notário – 129, 136-137, 219  
 Lopo Rodrigues – 254  
 Lopo Soares de Albergaria, inquisidor – 59, 78  
 Lopo Soares de Castro – 153  
 Lorenzo Tramalli, colector – 186  
*Loulé* – 53  
 Lourenço de Ataíde, promotor – 100-105  
 Lourenço Félix – 235  
 Lourenço de Mendonça, doutor – 173  
 Lourenço Pereira – 165  
 Lourenço de Portel, frei – 173  
 Lourenço de Santa Maria (D.), frei, arcebispo – 91  
*Louriçal* – 250  
 Luís de Aliaga Martínez, frei – 114  
 Luís Álvares – 60  
 Luís Álvares de Aguiar, padre – 221  
 Luís Álvares Pereira, agente – 187  
 Luís Álvares da Rocha, inquisidor – 89-90, 92, 203, 215  
 Luís António Fragoso de Barros, deputado – 26, 32-33, 219, 229-230, 234, 243, 245  
 Luís de Araújo – 174  
 Luís de Arez de Carvalho – 143  
 Luís da Assunção Azevedo, frei – 129  
 Luís de Azurara Lobo, padre – 221  
 Luís de Barata Lima, inquisidor – 131  
 Luís Barreto – 219  
 Luís de Bivar Guerra – 40  
 Luís de Castro, doutor – 211  
 Luís Feliciano Fragoso – 241, 244  
 Luís Fernandes, o Narigão – 202  
 Luís Ferrão, secretário – 133, 143  
 Luís da Fonseca – 134  
 Luís Francisco de Oliveira – 57  
 Luís de La Penha – 25, 221  
 Luís Lobo de Brito – 249  
 Luís Lopes – 136, 202  
 Luís Rebelo de Albergaria Monteiro – 143  
 Luís Ribeiro de Leiva, doutor – 178  
 Luís Sarmiento – 178  
 Luís da Silva, frei – 158-160  
 Luís da Silva Torres – 91  
 Luís Soares Henriques – 185  
 Luís de Sousa (D.), bispo – 157, 159-160, 196  
 Luís de Sousa (D.), embaixador – 87, 89  
 Luís de Soutomaior, frei – 175  
 Luís de Torres, frei – 163  
 Luísa de Lara – 221  
 Luísa de Távora (D.) – 57  
 Madalena, recolhimento – 142  
*Madeira* – 236  
*Madrid* – 62-77, 111, 113, 134-136, 162-166, 173, 185, 191-193, 205; embaixadores em – 17-18, 161, 176  
*Maduré* – 183, 188-189  
*Maiorca (Coimbra)* – 52  
*Mambrio (Alcântara)* – 244  
 Manuel Álvares Tavares, deputado, etc. – 61, 63-64, 69, 78, 87  
 Manuel Alves Chaves, familiar – 236

- Manuel António Nobre, vigário – 231  
 Manuel António Ribeiro, inquisidor – 146  
 Manuel Antunes, notário – 107, 135  
 Manuel de Araújo Coutinho, padre – 144  
 Manuel Brás Anjo – 118  
 Manuel Caetano – 127  
 Manuel Caldeira, frei – 179  
 Manuel Cardoso, mestre de meninos – 205  
 Manuel Carvalho, livreiro – 84  
 Manuel Coelho, frei – 62-63, 69, 175  
 Manuel Correia da Fonseca – 91, 140, 146  
 Manuel Correia de Sousa – 246  
 Manuel da Costa de Almeida, doutor – 168, 196  
 Manuel da Costa de Brito, licenciado – 30, 159  
 Manuel da Cunha – 177  
 Manuel da Cunha, arcepreste – 61  
 Manuel da Cunha, bispo – 173  
 Manuel da Cunha, inquisidor – 193, 249-250, 253  
 Manuel da Cunha Falcão – 221  
 Manuel da Cunha Pinheiro – 184  
 Manuel Dias, livreiro – 84  
 Manuel Domingues – 197  
 Manuel Estanislau Fragoso de Barros, deputado  
 – 32-35, 124, 226-227, 232, 235, 238-241,  
 243-245  
 Manuel Evangelista, frei – 202  
 Manuel Fernandes Vila Real – 221  
 Manuel Ferreira – 202  
 Manuel Ferreira, frei – 147  
 Manuel de Figueiredo, médico – 153  
 Manuel de Figueiredo Ribeiro Martins, notário  
 – 132, 209  
 Manuel Fragoso de Barros, familiar – 32-33  
 Manuel Francisco o Fragata – 227  
 Manuel da Gama – 184  
 Manuel Garcia de Sampaio, arcediogo – 57  
 Manuel Gomes de Ascensão – 237  
 Manuel Gomes dos Reis, tesoureiro – 224-225  
 Manuel da Graça, frei – 251  
 Manuel Guerreiro Camacho, doutor – 205-206  
 Manuel Inácio – 221  
 Manuel de Jesus Ferro Godinho e Alfar, notário  
 – 229  
 Manuel Joaquim de Sousa Feio, sargento-mor  
 – 236  
 Manuel José Fernandes Cicouro – 220  
 Manuel José da Silva, vigário – 250  
 Manuel de Lemos, frei – 114  
 Manuel Lopes de Carvalho, padre – 118, 221  
 Manuel Lopes de Farelães – 146  
 Manuel Lopes Laguna – 221  
 Manuel Lourenço Monteiro – 130-131  
 Manuel de Magalhães de Meneses – 110  
 Manuel Marques de Azevedo, promotor – 98, 127  
 Manuel Martins Cerqueira, escrivão – 87, 89  
 Manuel de Meneses (D.) – 218  
 Manuel de Mesas Lemos – 221  
 Manuel Monteiro – 117  
 Manuel Monteiro de Carvalho – 210  
 Manuel de Morais, notário – 219  
 Manuel de Moura – 89  
 Manuel de Moura, inquisidor – 160  
 Manuel de Moura Manuel, inquisidor – 217  
 Manuel Navarro – 34  
 Manuel Nogueira, cavaleiro – 254  
 Manuel Nunes Chaves – 221  
 Manuel Pais de Aragão Trigoso Pereira e  
 Magalhães – 252  
 Manuel Pereira (D.), inquisidor – 178, 215  
 Manuel Pereira, frei, bispo – 160  
 Manuel Pereira, licenciado, inquisidor, etc. –  
 64, 148, 153, 178, 187, 192  
 Manuel Pereira Coutinho (D.) – 17  
 Manuel Pereira de Melo – 193  
 Manuel Pimentel de Sousa – 82, 158-159  
 Manuel Pinto dos Reis, padre – 221-222  
 Manuel de Quadros – 83, 135  
 Manuel Rebelo, frei, doutor – 173  
 Manuel Ribeiro, livreiro – 84  
 Manuel Rodrigues Lobo – 206  
 Manuel Rodrigues Ramos, tesoureiro – 130-131  
 Manuel Rodrigues da Silva – 131  
 Manuel Rosado Vogado – 233  
 Manuel de Sá, deputado – 212  
 Manuel de Sandoval – 221  
 Manuel de Santa Isabel, frei – 169  
 Manuel de São Tomás, frei, inquisidor – 140  
 Manuel Soares – 153  
 Manuel Teixeira da Cunha – 92  
 Manuel Teles – 56  
 Manuel do Vale, doutor – 179, 190  
 Manuel do Vale, notário – 87, 176-177

- Manuel do Vale de Moura, doutor – 108, 179, 192, 202
- Manuel Vaz Perestrelo – 205
- Manuel da Veiga, frei – 135
- Manuela de Jesus – 221
- Marçal Casado Jácome, deputado – 110
- Marcos de Deus, tesoureiro – 83
- Marcos Fernandes – 60
- Marcos Teixeira, doutor, bispo – 65, 73, 75, 111, 153, 176-177
- Margarida Correia (D.) – 221
- Margarida Gonçalves – 60
- Margarida Soares de Brito – 249
- Margarida de Vilalobos (D.) – 56
- Maria (D.), infanta – 26
- Maria dos Anjos, beata – 221
- Maria Antónia – 221
- Maria da Assunção – 243
- Maria de Castro – 174
- Maria Coelho – 117, 210
- Maria Coelho Jusarte – 210
- Maria Coelho – 117
- Maria da Costa – 145
- Maria da Cruz, beata – 221
- Maria Dias – 254
- Maria da Encarnação – 221
- Maria Figueira – 143
- Maria da Graça – 246
- Maria Itaque – 197
- Maria Lopes de Sequeira – 221
- Maria Margarida (D.) – 33
- Maria Nunes – 206
- Maria Pinheira – 221
- Maria Ribeira – 210
- Maria Rodrigues – 133
- Maria Silveira – 210
- Maria da Visitação, priora – 221
- Mariana das Chagas – 156
- Mariana da Silveira de Brito – 249
- Martim Gomes, padre – 169
- Martim Gonçalves da Câmara – 107
- Martín Sánchez de Avilez – 137
- Martinho Pereira, padre – 144
- Martinho Ribeiro de Fontes – 219
- Mateus Fernandes – 202
- Mateus Francisco Cebrian – 221
- Mateus Homem Leitão, inquisidor – 108, 148, 179-180
- Mateus de Matos, escrivão – 168
- Mateus Pereira de Sá – 174, 175
- Mateus Pires – 174
- Matias Pereira Falagueiro – 225
- Mazeu de São Francisco, frei – 222
- Mécia de Eça (D.) – 57
- Melchior António Cabeça, deputado – 100
- Mem de Sá – 84
- Mendo de Foios Pereira – 157
- Mendo da Mota de Valadares – 176
- Mendo da Mota de Vasconcelos – 192
- Mérida* – 137
- Miguel de Abreu – 221
- Miguel António de Melo (D.) – 211
- Miguel de Bulhões, frei – 200
- Miguel Cabral de Quadros – 109
- Miguel de Castro (D.), arcebispo de Lisboa, inquisidor – 26, 165-166, 188, 250
- Miguel da Costa Lobo, notário – 184
- Miguel Gonçalves Galego – 205
- Miguel Henriques da Fonseca – 221
- Miguel de Lacerda – 65-66
- Miguel Leal da Gama Jácome – 124-125
- Miguel Lopes Caldeira – 234
- Miguel Lopes Caldeira Artur, desembargador – 234
- Miguel Luís – 174
- Miguel Pereira, inquisidor – 178, 192
- Miguel Pinheiro de Carvalho – 90
- Miguel de Rebelo, tesoureiro – 224
- Miguel Rodrigues – 174
- Miguel de Santa Maria, frei – 114, 261
- Miguel Soares Pereira, agente – 187, 198-199
- Miguel de Távora, frei, arcebispo – 207
- Miguel Tinoco, doutor – 146
- Minho* – 171
- Miranda do Douro* – 142; bispado – 61; priores – 171; Sé – 144, 149
- Mirandela*, comarca – 61
- Mirra*, arcebispo de – 186
- Moisés – 84, 161, 171, 176, 179, 191
- Monção*, alcaide – 91
- Monforte* – 244
- Montemor-o-Novo* – 142-143, 249

- Montemor-o-Velho* – 143  
*Montijo (Castela)* – 136  
*Mora* – 53, 241  
*Moura* – 116, 142  
*Mourão* – 53, 142, 242  
*Múrcia* – 178  
*Navarra* – 113  
*Naxos* – 252  
 Nicolau Agostinho, notário – 136  
 Nicolau Geraldês Alcoforado – 169  
 Nicolau Joaquim Torel, promotor – 119, 245  
 Nicolau Lopes – 111  
 Nicolau Monteiro, abade – 179  
 Nicolau de Morais – 210  
 Nicolau Pimenta – 175  
 Nicolau Pinto de Campos, frei – 142  
*Nicomédia*, bispos – 63, 214  
*Norte (Índia)*, província do – 212  
 Nuno Álvares Botelho – 163  
 Nuno da Cunha, inquisidor-geral – 90, 92, 130-131, 223  
 Nuno Dantas de Brito – 249  
 Nuno Dias Mendes Brito – 165  
 Nuno Fernandes de Carvalho – 221  
 Nuno Fernandes Marques – 221  
 Nuno de Mendonça, governador – 252  
 Nuno de Pina Pereira – 116  
*Odivelas*, igreja – 195  
*Oeiras*, conde de – 91  
*Olivares*, duque de – 165, 180  
*Olivença* – 53, 141  
 Olivier Brison – 117  
 Ottavio Accoromboni, colector – 186  
 Paio Rodrigues – 165  
*Palhavã* – 207  
*Palmela*, casa de – 248; marquês de – 44  
*Panelim* – 91  
 Pantaleão Rebelo – 201  
 Pantaleão Rodrigues Pacheco, bispo de Elvas, inquisidor, etc. – 30, 90, 95, 173, 203  
*Pardo* – 62-63, 65, 67, 165  
*Paris* – 117  
 Pascoal José de Melo – 94, 261  
*Patara*, bispo de – 223  
 Patrício da Silva, frei, arcebispo – 223  
 Paula Miranda de Soutomaior (D.) – 221  
 Paula Nunes – 138  
 Paula Rosada – 142  
 Paulo II, papa – 201  
 Paulo III, papa – 201  
 Paulo V, papa – 183, 186-190, 197  
 Paulo Afonso – 73, 83  
 Paulo de Almada, juiz – 148  
 Paulo Campelli – 144  
 Paulo Feio – 163-164, 191  
 Paulo Foreiro, frei – 70  
 Paulo de Madureira – 167  
 Pedro, cf. Pero.  
 Pedro, mestre – 113  
 Pedro Álvares Garrido, promotor – 121  
 Pedro Álvares Pereira – 162, 191  
 Pedro António Correia – 235  
 Pedro de Ataíde de Castro – 117  
 Pedro Barbosa, doutor – 176, 192  
 Pedro Borges, frei – 147  
 Pedro Brandão, frei, promotor – 95-96  
 Pedro de Brito, padre – 190  
 Pedro Cabral, doutor – 197-198  
 Pedro de Castilho (D.), inquisidor-geral – 21-22, 26-27, 59, 61-78, 85, 135, 162, 175-176, 183, 185, 192  
 Pedro de Castilho, deputado – 90, 117, 175, 181, 203  
 Pedro de Contreras – 164  
 Pedro Fernandes de Castro (D.) – 26  
 Pedro da Fonseca – 144  
 Pedro Franqueza (D.) – 66  
 Pedro Gomes – 237  
 Pedro Gomes, filho de Pedro Gomes – 237  
 Pedro Hasse de Belém, deputado, etc. – 82, 115-116, 203  
 Pedro de Lencastre (D.), arcebispo – 57, 154, 167  
 Pedro Lopes da Fonseca – 210  
 Pedro Lopes da Silva, inquisidor-geral – 113-114  
 Pedro de Magalhães, frei – 90, 203  
 Pedro Miguel de Almeida e Portugal (D.) – 152  
 Pedro de Mortágua – 112  
 Pedro Navarro, frei – 164  
 Pedro Nunes da Costa – 191  
 Pedro Pereira da Silva, frei – 142  
 Pedro Pires Nolasco Serrano, comissário – 205

- Pedro Ribeiro do Lago, doutor – 117, 196  
 Pedro Serrão – 221  
 Pedro Silva de Faria, inquisidor – 59  
 Pedro da Silva de Sampaio, inquisidor – 118, 215  
 Pedro de Sousa de Noronha (D.) – 57  
 Pedro Teixeira da Mota – 57  
 Pedro Vieira da Silva, bispo, secretário – 17, 110, 157, 159, 196  
*Penamacor* – 114  
*Peniche* – 144  
*Pequim* – 152  
*Pereiro (Pinhel)* – 112  
 Pero, cf. Pedro.  
 Pero Afonso – 136  
 Pero Álvares – 60  
 Pero Dias, dizimeiro – 208  
 Pero Fernandes – 196-197  
 Pero Gomes de Lemos – 116  
 Pero Jusarte – 254  
 Pero Lourenço, livreiro – 84  
 Pero Mendes, tabelião – 254  
 Pero Sanches – 243  
 Pero Sanches Farinha – 211  
 Pero Sobrinho da Costa – 196  
 Pietro Domenico – 185  
*Pinciana* – 192  
*Pinhel* – 112; arcebispado – 235; mitra – 58  
 Pio V, papa – 36, 183, 200-201  
 Plínio, o Moço – 26  
 Pôncio Pilato – 178  
*Portalegre* – 137; conde de – 161, 176; Sé – 58  
*Portel* – 144-145, 249  
*Porto* – 82, 111, 113-114, 127, 145, 174-175; arciprestes – 169; bispado, bispos – 83, 91, 158, 250; governadores – 111; inquisição – 60, 83; provedoria – 54-55; provisoros – 210; rua dos Mercadores – 127; Sé – 54-55, 58, 139, 149  
*Porto Seguro*, marquês de – 168  
*Províncias Unidas*, embaixadores das – 17; cf. *Holanda*.  
*Queluz*, palácio – 83, 139, 229, 231  
 Rafael Lemos da Fonseca – 167  
 Ramón Llull – 220  
*Recife* – 141  
 Remígio de Assunção, frei – 86  
*Rio de Janeiro* – 232; diocese – 173  
 Roberto de Nobili – 183  
 Rodrigo de Castro (D.) – 129, 136  
 Rodrigo da Cunha (D.), arcebispo – 168  
 Rodrigo Dias – 202  
 Rodrigo de Lencastre, frei – 207  
 Rodrigo Penalvo Verdelho – 142  
 Rodrigo do Vale – 222  
*Roma* – 17, 59, 89, 108-109, 129, 155-160, 173, 176-179, 181, 183-186, 193-194, 197, 201, 207, 217-218, 248-249, 257; agentes em – 70, 186; embaixadores em – 17, 87, 89; ministros plenipotenciários em – 208; Sé – 26  
 Roque, frei, beneficiado – 254  
 Roque Cortes, almotacé – 178-179, 190  
 Roque Girão – 56  
 Roque Nunes – 221-222  
*Ruão* – 108  
 Ruben Pereira de Carvalho – 31  
 Rui Borges, fidalgo – 56  
 Rui Dias, sapateiro – 117  
 Rui Fernandes de Castanheda, corregedor – 56  
 Rui Fernandes de Saldanha – 116  
 Rui Frausto Borralho, tesoureiro – 222  
 Rui Pereira da Veiga – 79  
 Rui Pires da Veiga – 177  
*Sabugal*, conde de – 77  
 Salvador, frei, escrivão – 254  
 Salvador de Mesquita, deputado – 64  
 Salvador Soares Cotrim – 212-213  
 Salvador de Sousa – 197  
*Salvaterra de Magos* – 91, 195, 207  
*Santarém* – 185; colégios – 81; visconde de – 44, 46-47  
*Santiago de Compostela* – 168  
*São Lourenço*, Ilha de – 152  
*São Lourenço de El Escorial* – 62, 64, 67  
*São Roque (Lisboa)*, casa de – 118, 169, 197  
 Sardesai Ramchandra Sawant Bhosale – 207  
*Sarzedas*, conde – 55  
 Scipione Borghese, cardeal – 186  
 Seabra, visconde de – 41  
 Sebastiana Maria de Jesus – 222  
 Sebastião Abreu, doutor – 146-147  
 Sebastião Afonso – 60

- Sebastião do Carvalhal – 78  
 Sebastião César de Meneses – 138, 218  
 Sebastião Dinis Velho, inquisidor – 89, 171  
 Sebastião Fernandes – 60  
 Sebastião Francisco de Mendo Trigosso Homem de Magalhães – 252  
 Sebastião da Guarda Fragoso – 179  
 Sebastião José Barbosa Cordovil da Gama – 129  
 Sebastião José Fernandes Miguéis, secretário – 38-39, 219, 228  
 Sebastião de Matos de Noronha (D.), inquisidor – 111-112, 162, 164, 173, 192  
 Sebastião de Oliveira de Vasconcelos – 140  
 Sebastião Pais, notário – 28, 134  
 Sebastião Pais Viegas, notário – 154  
 Sebastião de Paiva, frei – 110  
 Sebastião Pita de Castro – 117, 127  
 Sebastião Rodrigues Barros – 56  
 Sebastião da Silva Cidadão – 222  
 Sebastião Vaz, doutor – 60  
*Seda* – 53, 241  
*Serpa* – 53, 135, 241  
*Setúbal* – 200, 244; convento de São Sebastião – 200; familiares – 211, 225; ouvidores – 25; porto – 200; provedoria – 111  
*Sevilha*, inquisição – 136-139, 225, 235; juntas – 184  
*Sicília* – 111  
*Silves*, Sé – 152  
 Silvestre José da Silva – 240  
 Silvestre Nunes de Moura – 119  
 Sílvia Lopes – 138  
 Simão Álvares Pereira, notário – 184  
 Simão Barreto, inquisidor – 184, 197  
 Simão Barreto de Meneses, inquisidor – 114, 148, 161, 174  
 Simão Dias, almocreve – 254  
 Simão Fernandes, almocreve – 254  
 Simão Fernandes, sirigueiro – 243  
 Simão Gomes, rendeiro – 174  
 Simão Lopes Bulha – 222  
 Simão Lopes, notário – 59, 92, 136, 197  
 Simão Luís, capelão – 254  
 Simão Nogueira, notário – 131, 144, 175, 198  
 Simão Nunes, alfaiate – 254  
 Simão Pereira – 165  
 Simão Pires Solis – 154  
 Simão Rodrigues – 195  
 Simão Torresão, doutor – 173  
 Simão da Trindade, frei – 106  
 Simão Vaz, mercador – 137  
 Sisto V, papa – 212  
*Sofala* – 85  
*Sousel* – 53, 245  
*Tânger* – 141  
*Targa*, bispo de – 82  
*Tarouca* – 208  
*Tavarede* – 196-197  
*Tavira* – 53, 145; carmelitas – 17; corregedores – 25  
 Teodora do Carmo – 237  
 Teodoro Pinto Coelho de Moura – 209  
 Teodósio de Frias – 118  
 Teotónio de Bragança (D.), arcebispo – 87, 161, 176  
 Teotónio da Costa – 221  
 Teotónio da Fonseca Soutomaior, inquisidor – 130  
*Terena* – 205  
 Teresa Brites de Jesus Maria José – 118  
 Teresa de Jesus, beata – 186-187, 262  
 Teresa Maria – 141, 235  
 Teresa Maria de São José, beata – 222  
*Terranova*, marquês de – 111  
 Thomas Phillips – 208  
*Toledo*, cardeal – 111, 134; inquisição – 133, 135, 138  
*Tomar* – 254; igreja de Nossa Senhora dos Olivais – 254; igreja de Santa Maria do Olival – 254; igreja de São João – 254; inquisição – 254; junta de – 166, 193; rua Nova – 254  
 Tomás de Almeida (D.), cardeal – 139  
 Tomás António de Vilanova Portugal, ministro – 226, 232  
 Tomás da Cruz, notário – 161  
 Tomás de Noronha, frei, promotor – 106  
 Tomé da Cruz – 59  
 Tomé Joaquim Vieira da Mota de Carvalho, juiz – 236  
 Tomé Vaz – 132  
*Trancoso* – 60, 83, 174, 177, 183  
 Trindade, convento – 106

- Túlio Espanca – 25  
*Ulme* – 250-251  
Urbano VIII, papa – 129, 173, 179, 183, 186-187  
*Vale do Seixo (Trancoso)* – 60, 83  
*Vale dos Reis*, conde de – 252  
*Valença* – 207  
*Valencia* – 156  
Valentim da Luz, frei – 222  
Valério de São Raimundo, frei – 82, 157, 168, 179  
*Valladolid* – 61-62, 65-67, 78, 84, 184; bispos – 175; inquisição – 133-134  
Vasco Eanes Corte Real – 167  
*Veiros* – 53  
*Ventosilla* – 63  
Veríssimo de Lencastre (D.), inquisidor-geral – 25, 89, 153-155, 158-160, 167-172, 183, 205, 211  
Veríssimo Pacheco da Silveira – 245  
*Verride* – 144  
*Viana do Alentejo* – 146, 204  
*Viana de Caminha* – 61  
Vicente Martins Correia – 184  
Vicente Pereira, frei – 112, 198  
*Vila Alva* – 145  
*Vila do Conde* – 144  
*Vila Franca*, conde de – 179  
*Vila Longa*, condes de – 66  
*Vila Nova da Baronía* – 145  
*Vila Nova de Cerveira*, visconde de – 236, 243  
*Vila Real* – 168  
*Vila Viçosa* – 53, 79, 142  
*Vilarelho* – 169  
*Vinhais* – 145  
Violante – 202  
Violante Borges – 56  
Violante Henriques Mogadouro – 222  
Violante de Noronha (D.) – 56  
Violante Rodrigues – 208  
*Viseu* – 174, 196; bispado, bispos – 142, 158, 160; cónegos – 183; Sé – 58, 171, 197  
*Vizela* – 168  
*Vouga*, arcediagado – 83  
*Xabregas*, convento – 92, 173



ISBN-13: 978-972-8361-92-1



9 789728 361921